

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

André Luís Gonçalves Montillo

A QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS (TIO) NA
PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E DE ORTOPEDISTAS:
perspectivas profissionais no município do Rio de Janeiro a partir de 2010

Rio de Janeiro

2014

André Luís Gonçalves Montillo

A QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS (TIO) NA
PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E DE ORTOPEDISTAS:
perspectivas profissionais no município do Rio de Janeiro a partir de 2010

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para a obtenção do título de mestre em
Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marise Nogueira
Ramos

Rio de Janeiro

2014

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

M791q Montillo, André Luís Gonçalves
A qualificação do técnico de imobilizações
ortopédicas (TIO) na percepção de técnicos e de
ortopedistas: perspectivas profissionais no
município do Rio de Janeiro a partir de 2010 /
André Luís Gonçalves Montillo. - Rio de Janeiro,
2014.
207 f.

Orientadora: Marise Nogueira Ramos

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
2014.

1. Educação Profissionalizante. 2. Qualificação
Profissional. 3. Pessoal Técnico de Saúde. 4.
Trabalho. I. Ramos, Marise Nogueira. II. Título.

CDD 370.113

André Luís Gonçalves Montillo

A QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS (TIO) NA
PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E DE ORTOPEDISTAS:
perspectivas profissionais no município do Rio de Janeiro a partir de 2010

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio como requisito
parcial para a obtenção do título de mestre em
Educação Profissional em Saúde.

Aprovado em 19/12/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Neise Deluiz - EPSJV

Prof. Dr. Isaac Sirota Rotbande - UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Marise Nogueira Ramos - Orientadora - EPSJV

Prof. Dr. Francisco José da Silveira Lobo Neto (Suplente) - EPSJV

Dedico este trabalho a todos os meus amigos visíveis e invisíveis que me iluminaram e me inspiraram quando diante do computador para escrever este texto e que me guiaram e protegeram de todos os riscos e perigos a que me submeti durante todo o trabalho de campo.

E aquele que, mesmo no interior deste caos social que caracteriza o comportamento humano contemporâneo, ainda acredita que o único caminho para a Verdadeira Liberdade ainda é a Paz:

“Eu caminhei um longo percurso para a liberdade, foi uma jornada solitária, mas ela ainda não acabou. Eu sei que o meu País não foi feito para ser uma Terra de ódio, ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor da sua pele, as pessoas aprendem a odiar e podem ser ensinadas a Amar, pois o Amor vem da forma mais Natural para o Coração Humano”.

Nelson Mandela

Agradecimento

*Os sentimentos de **amor, perdão e gratidão** engrandecem e fortalecem o homem.*

Impossível listar a todos que de alguma forma devo meu pleito de gratidão.

Como acredito no materialismo histórico, todos fazem parte da minha história de vida e se algum deles me procurar estarei sempre pronto para servir, proteger e cuidar.

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”.
Fernando Pessoa

“Mas a obra nasce no momento em que a mão se aproxima da massa, o lápis se aproxima do papel, o pincel se aproxima da tela e ...

Eu me aproximo do Mestrado”.
AM

Muito obrigado Minha Querida e Eterna Esposa Monica Teresa Gregório de Aragon Montillo a grande responsável por esse encontro e o nascer da obra. Você sempre será a “*minha história*” e o Meu Amor por Ti será além desta vida.

RESUMO

O presente trabalho analisou as dimensões da qualificação - segundo Schwartz (1995) - e a perspectivas de profissionalização - segundo Ramos (2006) - dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas (TIO) inseridos no mercado de trabalho no município do Rio de Janeiro a partir de 2010 que atuam em clínicas ortopédicas associadas à ACCOERJ - Associação das Clínicas e Consultórios Ortopédicos do Estado do Rio de Janeiro.

Com base em um trabalho de campo pelo qual se obtiveram repostas aos questionários direcionados aos Diretores Médicos Ortopedistas e aos Técnicos das clínicas supracitadas confirmaram-se as hipóteses iniciais de que há uma dimensão experimental fortalecida frente a um enfraquecimento das dimensões conceitual e social da qualificação e uma evidente perspectiva de profissionalização destes técnicos.

Palavras-chave: Técnico de Imobilizações Ortopédicas. Trabalho. Qualificação. Profissionalização.

ABSTRAT

This study analyzed the dimensions of qualification - by Schwartz (1995) - and the professionalization perspectives - according to Ramos (2006) - of Orthopedic Immobilizations Technicians (OIT) entered the labor market in the city of Rio de Janeiro from 2010 working in orthopedic clinics associated with ACCOERJ - Association of orthopedic clinics and the State of Rio de Janeiro.

Based on field work by which we obtained responses to questionnaires directed to Medical Directors Orthopedists and the above mentioned clinical technicians were confirmed the initial hypothesis that there is a stronger experimental dimension front of a weakening of conceptual and social dimensions of qualification and a clear perspective of professionalization of these technicians.

Keywords: Orthopedic Immobilizations Technical. Work. Qualification. Professionalization.

LISTA DE SIGLAS

ACCOERJ: Associação das Clínicas e Consultórios de Ortopedia do Estado do Rio de Janeiro
ASTEGO: Associação Brasileira dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BM: Banco Mundial
CBO: Classificação Brasileira de Ocupações
CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CHAVE: Sigla que reúne os componentes da competência (conhecimento, habilidade, atitude, valores e emoções)
CINTERFOR: Centro Interamericano para o Desenvolvimento da Formação Profissional
CLT: Consolidação das Leis de Trabalho
CNCT: Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
COREN: Conselho Regional de Enfermagem
CNE: Conselho Nacional de Educação
CEB: Câmara de Educação Básica
DCD: Diário da Câmara dos Deputados
DCEN: Diretrizes Curriculares do Ensino Nacional
DCM: Diário da Câmara Municipal
DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEM: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DCNEP: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico
DM: Diretor Médico
EPS: Educação Permanente em Saúde
EPSJV: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ETSUS: Escolas Técnicas do Sistema único de Saúde
EUA: Estados Unidos da América
FAETEC: Fundação de Apoio as Escolas Técnicas do Estado do Rio de Janeiro
FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FMI: Fundo Monetário Internacional
HU: Hospital Universitário
LDB: Leis de Diretrizes e Bases

LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal

MEC: Ministério de Educação e Cultura

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

NI: Não Informado

OCDE: Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

OIT: Organização Internacional do Trabalho

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG: Organizações Não Governamentais

ONU: Organização das Nações Unidas

ORTRA: Congresso de Ortopedia e Traumatologia do Rio de Janeiro

OS: Organizações Sociais

OSCIP: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OV: *Où va la travail humain?* (sigla do livro em francês)

PROFAE: Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem

PSF: Programa Saúde da Família

RJU: Regime Jurídico Único

SBOT-RJ: Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia do Estado do Rio de Janeiro

SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINDTIO/RJ: Sindicato dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas do Estado do Rio de Janeiro

SUS: Sistema Único de Saúde

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNIRIO: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

TCH: Teoria do Capital Humano

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIO: Técnico de Imobilizações Ortopédicas

VAS: *Vers l'automatisme social?* (sigla do livro em francês)

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID: Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (sigla em inglês)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição das Clínicas Ortopédicas associadas à ACCOERJ na cidade do Rio de Janeiro.....	119
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análises dos resultados obtidos na 2ª questão TIO	120
Quadro 2 - Análises dos resultados obtidos na 3ª questão item a: TIO	120
Quadro 3 - Análises dos resultados obtidos na 3ª questão item b: TIO	121
Quadro 4 - Análises dos resultados obtidos na 4ª questão TIO.....	122
Quadro 5 - Análises dos resultados obtidos na 5ª questão TIO	122
Quadro 6 - Análises dos resultados obtidos na 6ª questão TIO	123
Quadro 7 - Análises dos resultados obtidos na 7ª questão TIO	124
Quadro 8 - Análises dos resultados obtidos na 8ª questão TIO (Dimensão Conceitual)	124
Quadro 9 - Análises dos resultados obtidos na 8ª questão TIO (Dimensão Experimental)	125
Quadro 10 - Análises dos resultados obtidos na 9ª questão TIO	125
Quadro 11 - Análises dos resultados obtidos na 10ª questão TIO	126
Quadro 12 - Análises dos resultados obtidos na 11ª questão TIO	126
Quadro 13 - Análises dos resultados obtidos na 12ª questão TIO	127
Quadro 14 - Análises dos resultados obtidos na 13ª questão TIO	127
Quadro 15 - Análises dos resultados obtidos na 14ª questão TIO	128
Quadro 16 - Análises dos resultados obtidos na 15ª questão TIO.....	128
Quadro 17 - Análises dos resultados obtidos na 16ª questão TIO	129
Quadro 18 - Análises dos resultados obtidos na 17ª questão TIO.....	129
Quadro 19 - Análises dos resultados obtidos na 18ª questão - parte 1 TIO	130
Quadro 20 - Análises dos resultados obtidos na 18ª questão - parte 2 TIO	130
Quadro 21 - Análises dos resultados obtidos na 19ª questão TIO	131
Quadro 22 - Análises dos resultados obtidos na 20ª questão TIO	131
Quadro 23 - Análises dos resultados obtidos na 21ª - questão - parte 1 TIO	132
Quadro 24 - Análises dos resultados obtidos na 21ª questão - parte 2 TIO	132
Quadro 25 - Análises dos resultados obtidos na 22ª questão TIO	133
Quadro 26 - Análises dos resultados obtidos na 1ª questão DM	133
Quadro 27 - Análises dos resultados obtidos na 2ª questão DM	134
Quadro 28 - Análises dos resultados obtidos na 3ª questão DM	134
Quadro 29 - Análises dos resultados obtidos na 4ª questão DM	135
Quadro 30 - Análises dos resultados obtidos na 5ª questão DM	135
Quadro 31 - Análises dos resultados obtidos na 6ª questão - parte 1 DM	136
Quadro 32 - Análises dos resultados obtidos na 6ª questão - parte 2 DM	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO: UM DEBATE HISTÓRICO DA ECONOMIA CLÁSSICA À SOCIOLOGIA DO TRABALHO	20
1.1. A TRANSIÇÃO DO DEBATE SOCIAL DA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO: DA ECONOMIA CLÁSSICA PARA A SOCIOLOGIA	20
1.2. OS CONCEITOS ESSENCIALISTA E RELATIVISTA DA QUALIFICAÇÃO: DE GEORGES FRIEDMANN A PIERRE NAVILLE	31
1.2.1. O conceito relativista da qualificação: um resgate do pensamento de Pierre Naville	33
1.3. A TESE DA POLARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DE HARRY BRAVERMAN: A “BRAVERMANIA”	40
1.4. O TRABALHO EM SAÚDE NESTE DEBATE: O CRUZAMENTO DO SETOR DA SAÚDE NO DEBETE DA QUALIFICAÇÃO	49
CAPÍTULO 2: A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA QUE SURGE PARA DESLOCAR O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR POR MEIO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA SOCIEDADE CAPITALISTA	62
2.1. A GÊNESE DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO (TCH): A EDUCAÇÃO COMO FONTE DE RIQUEZA E SOCIABILIZAÇÃO HEGEMÔNICA	62
2.2. AS ANÁLISES CRÍTICAS DA “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO” E SEUS DESDOBRAMENTOS: A ÊNFASE DA COMPETÊNCIA NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR	71
2.3. UMA SÍNTESE DO EMBATE CONCEITUAL E IDEOLÓGICO ENTRE O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO E A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA	81
CAPÍTULO 3: O TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: A HISTORICIDADE DA SUA QUALIFICAÇÃO	87
3.1. A HISTORICIZAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS	87
3.1.1. Historicização através do relato do Sr. Luiz Chapetta	87
3.1.2. Historicização através do relato do Dr. Marcos Esner Musafir	90
3.1.3. A continuidade de um trabalho na trajetória profissional do Sr. Gilberto Lopes de Azevedo	93
3.1.4. A historicização construída através dos testemunhos de diversos técnicos durante o trabalho empírico	94
3.1.5. Estado da Arte da qualificação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas	95

3.2. UMA CRÍTICA AOS CONHECIMENTOS ESTABELECIDOS PELOS CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS TÉCNICOS DO BRASIL E CURSOS LIVRES PARA FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS ENCONTRADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	99
3.3. PROFISSIONALIZAÇÃO: UMA RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS E NECESSIDADE SOCIAL	111
3.4. DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO EM SAÚDE: UM FOCO EM NÍVEL DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS NO RIO DE JANEIRO.....	114
3.5. ASPECTOS DA QUALIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS COM BASE NAS ANÁLISES EMPÍRICAS.....	117
3.5.1. Questionário dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas.....	120
3.5.2. Questionário dos Diretores Médicos Ortopedistas	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
ANEXO 1 - CARTA PARA OBTENÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO TIO DOS SERVIÇOS DE ORTOPEDIA	147
ANEXO 2 - CARTA PARA OBTENÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO ORTOPEDISTA DOS SERVIÇOS DE ORTOPEDIA.....	149
ANEXO 3 - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA DOS SERVIÇOS DE ORTOPEDIA ASSOCIADOS À ACCOERJ.....	151
ANEXO 4 - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS DIRETORES MÉDICOS DOS SERVIÇOS DE ORTOPEDIA ASSOCIADOS À ACCOERJ	153
ANEXO 5 - PROJETO DE LEI N ° 1681/99 ENTRADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS	154
ANEXO 6 -. PROJETO DE LEI N° 1681/99 ÚLTIMO MOVIMENTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS	160
ANEXO 7 - REGISTRO HISTÓRICO PROFISSIONAL DO SR. LUIZ CHAPETTA - O “REI DO GESSO”	162
ANEXO 8 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DO DIA DA ENTREVISTA NA RESIDÊNCIA DO SR. LUIZ CHAPETTA	195
ANEXO 9 - CARTEIRA EMITIDA PELO SINDICATO DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS DO RIO DE JANEIRO - SINDTIO/RJ	197

ANEXO 10 - REGISTRO HISTÓRICO PROFISSIONAL DO SR. GILBERTO LOPES DE AZEVEDO - SUCESSOR DO “REI DO GESSO”	198
ANEXO 11 - ASTEGO - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA	204
ANEXO 12 - LEI Nº 3021 DE 05 DE MAIO DE 2000 E PUBLICADA NO DIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL (DCM) DO RIO DE JANEIRO DO DIA 09 DE MAIO DE 2000 CRIANDO O EMPREGO DE AUXILIAR DE IMOBILIZAÇÃO EM ORTOPEDIA E DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....	207

INTRODUÇÃO

Os profissionais, que trabalham na sala de gesso de clínicas e hospitais, realizando atendimento traumato-ortopédicos, são conhecidos, até hoje, por várias denominações: técnico em imobilizações ortopédicas, técnico em aparelho gessado, técnico em gesso hospitalar, técnico em gesso ortopédico, técnico em imobilizações gessadas, técnico engessador, técnico gessista, técnico em gesso, técnico em imobilizações, auxiliar em imobilizações ortopédicas, gesseiro, gessista, entre outras.

Essas inúmeras denominações para este trabalhador, que atua há mais de cinquenta anos nos serviços de ortopedia, nem sempre sendo valorizado, explicam-se em função da dificuldade, até então, de enquadrar a sua atividade entre as classes de profissionais técnicos na área da saúde já estabelecidas.

Este motivo também o impede de que lhe seja garantido o seu valor e espaço no mercado de trabalho como profissional da área da saúde.

Apesar da atividade do TIO já ser regulamentada como uma ocupação no país, descrita no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações Cód. Nº 3226-05, publicada pela Portaria Ministerial nº 397 de 09 de outubro de 2002 e considerando que o Projeto de Regulamentação¹ se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados Federais, é oportuno, no entanto, uma reavaliação da qualificação deste profissional no mercado de trabalho e definir se realmente esta ocupação já conquistou o seu espaço na área da saúde no município do Rio de Janeiro.

Com a finalidade de elucidar o nosso referencial teórico, expomos que, quando citamos a qualificação desta ocupação, estamos nos referindo a uma questão relacionada com o papel desta atividade de trabalho em nível da sociedade civil, ou seja, a qualificação sendo considerada a relação social existente desta atividade (RAMOS, 2006).

Portanto, o referencial teórico da qualificação se estabelece a partir do pensamento de Pierre Naville, que estrutura o conceito de qualificação a partir de um forte embate entre trabalhador e capital, conseqüentemente considerando a qualificação do trabalhador uma relação social.

Entretanto, tendo em vista que o pensamento de Yves Schwartz (SCHWARTZ, 1995) sobre qualificação é contemporâneo e amplo, ou seja, abarca as dimensões social, conceitual e

¹ O Projeto de Lei nº 1681/99 entrou para votação na Câmara dos Deputados Federais em 15 de setembro de 1999, tendo seu último movimento em 15 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 16 de abril de 2013.

experimental, utilizaremos este autor como fonte metodológica para caracterizar a qualificação empírica do TIO no trabalho de campo. Este referencial metodológico é claramente evidenciado na análise do questionário respondido por estes técnicos.

Neste sentido o pressuposto teórico-metodológico é um pensamento crítico, histórico e dialético.

Isto significa que não tomamos a realidade como natural, mas sim, como construção social dos próprios homens ao longo da história e que dialeticamente atravessa contradições.

Entendemos que a qualificação do TIO é uma questão que se insere na problemática mais geral da qualificação do trabalhador na área da saúde, considerando-a em sua dimensão social, ou seja, a real relação social desta ocupação em nível das relações humanas na sociedade atual.

Assim, o caráter histórico desta pesquisa está em reconhecer que a ocupação de TIO foi sendo construída por necessidades postas no contexto da divisão técnica do trabalho em saúde ao longo do tempo. É esta história que foi construída e estruturada por este trabalho.

No interior do caráter contraditório das relações sociais do capitalismo, este trabalho, a partir do momento que procura fortalecer as dimensões conceitual e social da ocupação de TIO, pode afastá-lo da sua dimensão experimental - sua prática ou expertise - que provavelmente é a dimensão mais forte e evidente deste trabalhador. Entretanto, a partir do movimento dialético, vislumbra, futuramente, um status de profissão para o TIO.

Em relação à profissionalização de uma ocupação definiremos como uma atividade de trabalho, que, ao se estruturar e se desenvolver, deixa claro um objetivo social a satisfazer.

A profissão se constitui no saber organizado, suficientemente definido e transmissível, estruturante das práticas destinadas à satisfação do objeto social e que se constitui numa ética ordenada dessas práticas. Sociologicamente, se caracteriza por uma ocupação ou atividade de trabalho a partir de uma reivindicação de estatuto e de inscrição num meio de contornos identificáveis e socialmente reconhecidos. Neste sentido, torna-se uma profissão, aquela ocupação que adquirir um status de profissão (RAMOS, 2006, p. 51).

Entenderemos também que a profissionalização será uma estratégia corporativista para se regulamentar uma divisão técnica do trabalho que se estabelece e fortalece a partir de uma divisão social do trabalho nas sociedades de classes.

Ao se caracterizar a atual qualificação do TIO no mercado de trabalho no município do Rio de Janeiro, através de uma pesquisa empírica, foi possível estabelecer um debate sobre sua reestruturação como um técnico da área da saúde, visando estruturar um programa de ações que visem à sua profissionalização.

Assim, pode-se futuramente, determinar novos rumos na formação deste profissional, valorizando, sobretudo, as relações humanas, introduzindo no mercado de trabalho em saúde, um profissional capaz de satisfazer as expectativas sociais de forma mais integral e minimizar as intercorrências que possam advir de uma falha na execução desta atividade.

Devemos chamar a atenção para que, a colocação inadequada do aparelho gessado (gesso funcional ou fechado) ou tala gessada em um tratamento conservador ou cirúrgico de lesões osteoarticulares, poderá ocasionar danos irreparáveis à vítima imobilizada, como por exemplo: alterações na circulação sanguínea local, podendo gerar gangrena com perda parcial ou total do membro imobilizado; úlceras de gesso por pressão sobre a pele; lesões neurológicas por pressão sobre nervos periféricos com perda parcial ou total da função do membro comprometido; entre muitas outras complicações.

Outra questão pertinente, que envolve esse profissional, diz respeito às restrições para sua atuação na realização de curativos. Alguns dos Conselhos Regionais de Enfermagem não têm permitido que outros profissionais, senão da enfermagem, realizem curativos em pacientes ortopédicos. Mas, por outro lado, a grande maioria dos enfermeiros ou técnicos de enfermagem nega-se a realizar curativos quando o segmento encontra-se envolvido por aparelhos ou talas gessadas, por falta de conhecimento quanto às técnicas empregadas. Cabe, no entanto, ressaltar que, em determinadas situações, é praticamente inevitável e impossível que o técnico em imobilizações ortopédicas não realize procedimentos de assepsia e antissepsia, antecedendo ou sucedendo a imobilização ortopédica.

A pesquisa se limita ao município do Rio de Janeiro considerando tratar-se de um importante centro urbano, inclusive com hospitais de referência para a realização de tratamentos em nível terciário com relação à especialização em traumatologia-ortopedia. É também neste município que o autor desta pesquisa atua como ortopedista humanista atendendo com maior especificidade os pacientes da terceira idade.

Deste modo, contribuir para uma análise da qualificação do Técnico em Imobilizações Ortopédicas (TIO) com a perspectiva de sua profissionalização e, conseqüentemente, inserindo no setor da saúde um profissional capaz de exercer suas funções, mantendo permanentemente o bem estar dos pacientes e em consonância com os princípios norteadores de uma adequada formação profissional, justifica a realização deste trabalho.

A partir da contextualização histórica do TIO, definição de um referencial teórico e a justificativa para a execução deste trabalho, podemos investir na pesquisa que se destina principalmente a caracterizar a qualificação do TIO no mercado de trabalho no município do Rio de Janeiro, que será apresentada em três capítulos, além das considerações finais.

O primeiro capítulo é estruturado no debate histórico da qualificação do trabalhador, no interior da sociedade moderna, que se inicia na economia clássica por Adam Smith e que, através das críticas de Karl Marx, é deslocada para uma questão a ser analisada pela sociologia. Também, no interior da sociologia do trabalho, resgatamos os diferentes pensamentos da qualificação do trabalhador estabelecidos por Georges Friedmann e Pierre Naville, na França na década de 1960; e a tese da polarização da qualificação estabelecida por Harry Braverman, nos Estados Unidos da América na década de 1970 e suas fortes críticas acadêmicas e econômicas.

No final deste capítulo, se demonstra em que contexto o trabalho em saúde se apresenta no interior do debate sobre a qualificação do trabalhador, com um enfoque no setor da saúde no Brasil.

O segundo capítulo destina-se a debater os contextos sociais, econômicos e políticos que determinam o surgimento da Teoria do Capital Humano (TCH) por Theodoro Willian Schultz, economista agrícola (Prêmio Nobel de Economia em 1979), nas décadas de 1950 e 1960, que se fortalece a partir das publicações de Gary Stanley Becker, na década de 1980. Este capítulo demonstra que a Teoria do Capital Humano associada à reestruturação produtiva na sociedade capitalista e o ideário neoliberal, determinaram um deslocamento do conceito de qualificação do trabalhador para a noção de competência do trabalhador. Este deslocamento, por sua vez, repercutirá negativamente sobre toda a estrutura trabalhista a nível mundial e globalizado.

Em seguida, estrutura-se uma síntese que demonstra conceitualmente que a noção de competência não se opõe ao conceito de qualificação do trabalhador. O que se desenvolve é um fortalecimento da dimensão experimental da qualificação - “competências” - em detrimento das dimensões conceituais e principalmente sociais com forte finalidade política ideológica, no contexto neoliberal.

Também se estabelece o conceito contemporâneo da qualificação do trabalhador estruturado por Yves Schwartz, também na França na década de 1990, será o nosso referencial metodológico no trabalho de campo com os TIOs.

Finalmente sinaliza-se para o fato de que em qualquer ponto de vista o conceito de qualificação ainda permanece sendo mais completo e eficiente para a análise da qualificação do trabalhador que a noção evidentemente ideológica da competência.

O terceiro capítulo é destinado à historicização do TIO, contextualizada a partir de entrevista com o Sr Luiz Chapetta, considerado no meio profissional a história viva desta profissão não só no Rio de Janeiro como também no Brasil, e o resgate de documentações e

reportagens de jornal que registraram a trajetória de vida deste ilustre trabalhador, que segundo suas próprias palavras, ele era considerado o “Rei do Gesso”.

Apresenta-se também o relato do Dr Marcos Mussafir, hoje Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, considerado pelo Sr Chapetta o responsável por toda sua trajetória profissional no Rio de Janeiro e Brasil e um dos responsáveis para que a atividade do TIO fosse considerada e respeitada.

E, finalizando a historicização do TIO na cidade do Rio de Janeiro, registramos os relatos do Sr. Gilberto Lopes de Azevedo responsável pela continuidade do trabalho do Sr. Luiz Chapetta, que juntamente com Dr. Marcos Musafir, mantiveram a formação do TIO através de cursos oferecidos pela SBOT/RJ, não somente no Rio de Janeiro como em diferentes Estados brasileiros.

Este capítulo também estabelece um debate em relação à divisão social e técnica do trabalho, no interior da sociedade capitalista, assim como os conceitos de profissionalização de uma ocupação, suas contradições sociais, exclusivamente presentes em uma sociedade de classe e conseqüentemente uma luta por poder entre as classes e inclusive intra-classe.

Finalizamos com as análises dos resultados obtidos com os questionários realizados com os técnicos e os diretores médicos que atuam nos serviços de ortopedia e traumatologia na cidade do Rio de Janeiro a partir de 2010.

A partir da historicização do TIO na cidade do Rio de Janeiro, podemos estabelecer uma hipótese inicial para a qualificação deste trabalhador: há um fortalecimento da dimensão experimental associado às fracas dimensões conceitual e social. E, relativamente à profissionalização desta ocupação, a hipótese inicial é a de que há uma necessidade social a ser satisfeita por estes trabalhadores.

Portanto, a metodologia utilizada neste trabalho, um estudo de campo de caráter exploratório e cunho qualitativo e quantitativo, visa responder as hipóteses iniciais relacionadas com a qualificação e a profissionalização do TIO na cidade do Rio de Janeiro.

A análise de campo, totalmente executada pelo autor desta pesquisa, foi constituída pelas seguintes etapas:

1ª Etapa: Construção da historicização da atividade do TIO na cidade do Rio de Janeiro com a realização das entrevistas com o Sr. Luiz Chapetta, Dr Marcos Esner Musafir e Sr. Gilberto Lopes de Azevedo além dos testemunhos de alguns Técnicos de Imobilizações Ortopédicas;

2ª Etapa: Levantamento das clínicas privadas de ortopedia e traumatologia associadas à ACCOERJ (Associação de Clínicas e Consultórios Ortopédicos do Estado do Rio de Janeiro);

3ª Etapa: Pesquisa através de questionário com Técnicos de Imobilizações Ortopédicas contratados pelas clínicas de ortopedia associadas à ACCOERJ, visando identificar as dimensões da qualificação destes técnicos estabelecidas por Yves Schwartz (**ANEXO 3**);

4ª Etapa: Pesquisa através de questionário com Diretores Médicos ortopedistas dos serviços de ortopedia associados à ACCOERJ para avaliação da necessidade da presença do TIO na execução de seus atendimentos diários. (**ANEXO 4**).

5ª Etapa: Análise dos resultados obtidos nas respostas dos questionários com Técnicos de Imobilizações Ortopédicas e com Diretores Médicos ortopedistas.

Foram listadas e contatadas setenta e uma clínicas de ortopedia associadas à ACCOERJ na cidade do Rio de Janeiro, sendo obtidos quarenta e um questionários respondidos pelos Diretores Médicos Ortopedistas de quarenta e quatro clínicas e sessenta questionários respondidos pelos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas que atuam nas salas de procedimentos das mesmas.

Todos os questionários foram entregues pessoalmente nas clínicas. A maior parte foi respondida na presença do autor no ato da entrega, ficando para serem respondidos e entregues posteriormente apenas os questionários dos pesquisados que não estavam presentes nas clínicas.

A ACCOERJ possui 71 clínicas ortopédicas associadas na cidade do Rio de Janeiro. Dessas, quinze não realizam imobilização ortopédica durante o atendimento. Assim, apenas cinquenta e seis clínicas associadas fazem parte do universo deste trabalho.

Todas as cinquenta e seis clínicas que realizam imobilização ortopédica durante o atendimento foram contatadas. Destas, somente quarenta e quatro clínicas participaram integralmente nas respostas dos questionários: quatro clínicas não possuíam Técnicos de Imobilizações Ortopédicas contratados e oito clínicas não autorizaram a realização da pesquisa.

Deste modo, o trabalho de campo desta dissertação contemplou 78,57% das clínicas associadas à ACCOERJ relevantes ao objeto de estudo.

Em relação às cinquenta e seis clínicas do universo da pesquisa, há um total de oitenta e nove Técnicos de Imobilizações Ortopédicas contratados e cinquenta e dois Diretores Médicos Ortopedista. Portanto, considerando que sessenta técnicos e quarenta e um Diretores Médicos responderam os questionários, a pesquisa contemplou 67,42% e 78,85% respectivamente desses trabalhadores que atuam na cidade do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 1: QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO: UM DEBATE HISTÓRICO DA ECONOMIA CLÁSSICA À SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Este capítulo enfoca o debate histórico da qualificação do trabalhador, no interior da sociedade moderna, que se inicia na economia clássica por Adam Smith e que, através das críticas de Karl Marx, é deslocada para uma questão fundamentada na sociologia. Também, no interior da sociologia do trabalho, resgatamos os diferentes pensamentos da qualificação do trabalhador estabelecidos por Georges Friedmann e Pierre Naville, na França na década de 1960; e a tese da polarização da qualificação defendida por Harry Braverman, nos Estados Unidos da América na década de 1970, confrontada com as fortes críticas não só no campo acadêmico como também ao nível da economia.

Finalmente analisamos em que contexto o trabalho em saúde se apresenta no interior do debate sobre a qualificação do trabalhador, com um enfoque no setor da saúde no Brasil.

1.1. A TRANSIÇÃO DO DEBATE SOCIAL DA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DA ECONOMIA CLÁSSICA PARA A SOCIOLOGIA

Em tempos anteriores à era moderna, o trabalho era considerado uma ação humana para a manutenção da própria existência, apenas realizado na esfera doméstica e visando à produção de valores de uso. A esse respeito Marx disse:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (...) (MARX, 1996, p. 297-298).

Em relação à história, Marx (1974, p.21) chama atenção: “*toda a assim chamada história universal nada mais é do que a produção do homem pelo trabalho humano, o vir-a-ser da natureza para o homem tem assim a prova evidente, irrefutável, de seu nascimento de si mesmo, de seu processo de origem.*” (grifo do autor).

Seguindo raciocínio semelhante, Lukács (1981) no século XX, irá expressar:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que

trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 1981, p. 4).

Lobo Neto (2006, p. 40) chama a atenção que “a concepção de trabalho em Marx é absolutamente central para o entendimento de sua concepção de homem e sociedade, justamente porque o trabalho é central na vida humana e social”.

O autor sinaliza que com o trabalho o homem produz objetos alterando sua própria maneira de permanecer na realidade objetiva e percebe-la. E o mais importante: “o homem faz a sua própria história”. (LOBO NETO, 2006, p. 37).

Realmente, a partir do século XV e XVI, o trabalho começa a ser incorporado na sociedade moderna sob um aspecto ético e moral o que, inclusive, caracterizava certa divisão social entre os indivíduos trabalhadores e, portanto, incluídos no contexto social da época. Os indivíduos que não trabalhavam eram considerados excluídos da sociedade, eticamente homens imorais.

Tartuce (2002) cita Arendt (1995), para mostrar que os homens, através do seu trabalho com suas mãos e seu cérebro, transformavam a natureza até aparecer o produto final, quando eles percebiam a concretude de seu trabalho. Isto lhes conferiu um estatuto de *homo-faber*, isto é, exatamente aquele que faz, fabrica e atua sobre a matéria e sobre os materiais. Para a autora a noção de *homo-faber* está muito próxima da noção francesa de *métier*, ou seja, os verdadeiros artesãos que se constituíam nos mestres, que durante a própria atividade transferiam seus conhecimentos aos mais novos, aos aprendizes.

Tartuce (2002), nos mostra bem esta transformação que ocorreu em torno do conceito de trabalho:

A valorização do trabalho como atividade fundante da sociabilidade e a base das classificações sociais está, portanto, inserida em um contexto da formação moderna, quando então a concepção “clássica” de trabalho -que opunha à ação política e/ou à contemplação, estas sim valorizadas -teve que ser reformulada para justificar a presença de um número cada vez maior de homens (agora cidadãos) que tinham mais sua sobrevivência vinculada à produção escrava e/ou servil e que eram livres para vender a sua força de trabalho (TARTUCE, 2002, p. 8).

Observamos então que o trabalho humano deixa de ser apenas uma transformação da natureza para sua própria necessidade, quando o produto final não é separado do produtor. Antes, pelo contrário, o trabalho era absorvido pela sua família ou por sua comunidade para promover a manutenção de sua existência. Gradativamente ele vai se tornando uma ação fundamental do homem para a obtenção das necessidades de uma sociedade em geral.

Neste processo, como resultado das transformações sociais, desenvolve-se a sociabilidade capitalista, na qual o trabalho humano torna-se socialmente “ético”, com a

introdução do termo “livres para vender a sua força de trabalho”. Neste momento, o produto do trabalho é separado do próprio produtor - obreiro (*homo-faber / métier*) - e expropriado por outros indivíduos.

Assim, o próprio trabalho e o produto final tornam-se estranhos e alheios ao trabalhador. O trabalho configura-se em *mais valia* e o produto final se transforma em um *valor de troca* no mercado liberal, resultando no lucro e conseqüentemente um maior acúmulo de capital pelos proprietários.

Marx, no século XIX, analisou esta relação social e a chamou de “alienação”:

As coisas são, em si e para si, externas ao homem e, portanto, alienáveis. Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem, tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, portanto, por intermédio disso, como pessoas independentes entre si. Tal relação de estranhamento recíproco não existe, porém, para os membros de uma comunidade primitiva, tenha ela a forma de uma família patriarcal, de uma antiga comunidade indiana, um Estado inca¹³² etc (MARX, 1996, p. 212).

Manacorda (1991) apud Lobo Neto (2006), sintetiza a questão do trabalho no sistema capitalista, ou seja, o novo conceito de trabalho na sociedade: “(...) o trabalho é verdadeiramente ‘o homem perdido de si mesmo’, a negação de toda manifestação humana, a miséria absoluta (...)”.

Nesta mesma linha de raciocínio Enguita (1998, p. 3), analisando o trabalho assalariado no capitalismo diz:

Concebemos normalmente o trabalho como uma atividade regular e sem interrupções, intensa e carente de satisfações intrínsecas, impacientamo-nos quando um garçom tarda de nos servir e sentimo-nos indignados diante da imagem de dois funcionários que conversam, interrompendo suas tarefas, embora saibamos que seus trabalhos não têm nada de estimulante. Consideramos que alguém que cobra um salário de oito horas de jornada de trabalho deve cumpri-las desde o primeiro até o último minuto.

Este mesmo autor também sinaliza que o trabalho, que era apenas para as necessidades intrínsecas humanas, torna-se a única fonte de contemplar as necessidades, agora, externas do homem, ou seja, o consumo: “vivemos em uma cultura que parecer ter dado por perdido o campo do trabalho para buscar satisfações somente no do consumo” (Ibidem).

Tartuce (2002, p. 8) cita Liedke (1997), que diz: “o trabalho foi incorporado à ideologia burguesa como categoria universal e fundadora de toda vida social, de forma independente de seu contexto histórico, como atividade natural e de produção e troca de valores de uso, necessária à reprodução material da vida em sociedade”.

A incorporação da atividade do trabalho para satisfazer somente indiretamente as necessidades materiais do trabalhador que produz, não só do homem individualmente, mas,

como também, de todo o coletivo da sociedade, transforma a atividade de trabalho, que era prazerosa, comunal e de interesse comum e satisfação do grupo, em sacrifício. Ou seja, transforma, “a apreciação do trabalho como parte integral da vida que devia ser julgada por seus valores materiais e morais intrínsecos” (ENGUITA, 1998, p. 28), para uma atividade penosa, sofrida e longe do seu desejo pessoal, apenas para as necessidades impostas pelo mundo capitalista. Em outras palavras, “cedeu terreno à sua consideração como mero meio de conseguir satisfações extrínsecas” (Ibidem):

Este fatalismo do trabalho expressa-se tanto em máximas religiosas (“ganharás o pão com o suor do seu rosto”) quanto em canções (“arrastar a dura cadeia, trabalhar sem tréguas e sem fim, o trabalho é uma sina que ninguém pode evitar”) (ENGUITA, 1998, p. 4).

Ainda analisando historicamente o trabalho no capitalismo, Enguita (1998), a partir dos escritos de Marx, percebe que surgirá um trabalho dissociado do seu fim, onde o trabalhador será alheio ao produto final, fruto do seu trabalho, perdendo não só o controle do que produz como também perde completamente o controle do próprio processo de produção.

Este mesmo autor nos chama a atenção para o fetiche do capitalismo e da sociedade burguesa de que o trabalho livre é a salvação do homem, tornando-o um trabalhador livre da servidão e da escravidão. Na verdade é muito mais lucrativo para o capitalista o trabalhador livre do que o próprio servo ou escravo:

Frente ao escravismo apresenta a vantagem de responsabilizar o capitalista da captura e criação dos trabalhadores e de seu sustento quando, pela idade ou qualquer outra razão, não estão mais em condições de trabalhar ou, de qualquer forma, de produzir mais do que consome. Ademais, a compra de escravos supunha imobilizar um capital que apenas ao cabo de um longo período seria recuperado, enquanto o assalariado, cujo único objetivo é cobrir os custos diários, semanais ou mensais de produção de força de trabalho, é recuperado muito mais rapidamente: em termos mais técnicos, podemos dizer que o escravo representa também uma inversão do capital fixo, o assalariado apenas em capital circulante (ENGUITA, 1998, p. 22 e 23).

Entendemos que Enguita (1998), tenta nos mostrar que não há um movimento social dialético na passagem da escravidão para o trabalho livre, mas sim, uma forma mais rápida de acumular riqueza a partir de expropriação do trabalho do seu semelhante.

Enfatizando seu pensamento Enguita (1998) cita Bloch (1966):

A experiência tem-no demonstrado. De todos os tipos de criação, a do gado humano é a mais difícil. Para que a escravidão seja rentável quando se aplica a empresas em grande escala, tem que haver abundância de carne humana barata no mercado. Isto só se pode alcançar por meio da guerra ou das incursões em busca de escravos. De maneira que uma sociedade dificilmente pode basear uma boa parte de sua economia em seres humanos domesticados, a não ser que tenha à mão sociedades mais fracas a serem vencidas ou arrasadas (BLOCH, 1966, apud ENGUITA, 1998, p. 23).

Em relação à servidão Enguita (1998, p. 23 e 24) cita que:

Tampouco a servidão destacou-se como uma máquina particularmente eficaz na extração de mais-trabalho. Embora os camponeses tivessem obrigação de trabalhar a terra dos senhores, obrigação a que não podiam escapar salvo fugindo para as cidades ou emigrando, a mão de obra via-se notavelmente desperdiçada nos latifúndios. A exploração real dos camponeses pelos senhores situava-se muito longe do limite fisiológico do qual tanto se aproximaria depois com o capitalismo fabril, e isso, sem dúvida, pela resistência ativa ou passiva dos servos: com técnicas similares, com instrumentos de trabalho provavelmente mais potentes e com terras de igual ou melhor qualidade, o trabalho dos servos rendia notavelmente menos nas propriedades do senhor que nas suas próprias.

(...) O trabalho forçado pode absorver o tempo e a vida do trabalhador e obter seu esforço físico, mas de nenhum modo pode obter sua colaboração, seu compromisso.

(...) A experiência, além disso, também mostrou uma e outra vez que nenhuma forma de trabalho forçado é viável se os trabalhadores permanecem em seu lugar de origem, pois tarde ou cedo dá lugar a revoltas ou, quando menos, fugas (ENGUITA, 1998, p. 24 e 25).

Entendendo que para o capitalista o mais rentável era o trabalhador livre, inclusive, que a classe dominante iria trabalhar de forma maciça e intensificada esta ideia, a partir da sociabilização hegemônica globalizada, Enguita (1998) cita Marx (1973) que nos mostra a “subsunção ou subordinação formal do trabalho ao capital, ou a forma mais simples da exploração capitalista do trabalho, correspondendo à extração da mais-valia absoluta e o passo final na degradação do trabalho é a transição ao que Marx chamava de subsunção ou subordinação real deste ao capital” (MARX, 1973, apud ENGUITA, 1998, p. 15), ou “divisão manufatureira do trabalho” (MARX, 1975, Ibidem). Nesta, o capitalista determina sobre o trabalhador a extração da mais-valia relativa, o que está intimamente relacionado com o avanço tecnológico na indústria e na produção.

Marx (1977), em Enguita (1998), nos mostra que na mais-valia absoluta há a alienação do trabalhador apenas em relação ao produto final, ao passo que, na relativa haverá também a alienação no próprio processo de produção, ou seja, não só do trabalhador, mas, também do seu próprio trabalho.

Há uma sequência de degradação do trabalho a partir da penetração e controle do modo de produção capitalista, caracterizando uma polarização das qualificações e da capacidade de decisão das organizações capitalistas.

Enguita (1998) mostra que esta evolução demonstra que o trabalho deixa de ser uma necessidade própria e natural e se desloca para a necessidade alheia ilimitada e de manutenção de um aumento permanente da produção no interior da sociedade capitalista.

Neste sentido para o capitalista somente existirá um forma de produção:

(...) há apenas uma velocidade eficiente: *mais rápido*; apenas um destino atrativo: *mais longe*; apenas um tamanho desejável: *maior*; apenas um objetivo quantitativo racional: *mais* (MUNFORD, 1970, apud ENGUITA, 1998, p. 20).

E sinaliza que haverá também uma perda do controle do processo de trabalho pelo trabalhador fazendo surgir a divisão do trabalho intelectual e manual, bem como uma evolução que vai do trabalho qualificado e complexo ao trabalho simples e desqualificado, do trabalho concreto ao abstrato, de trabalhador especializado ou homem de todos os ofícios, mas, que não domina os fundamentos de nenhum. (ENGUITA, 1998).

Frigotto (2012, p. 751), mostra, historicamente, a transformação que ocorre no sentido do conceito trabalho no seio das sociedades:

(...) o ser humano se utiliza dos bens da natureza pelo trabalho e, assim, produz meios de sobrevivência e conhecimento. Posto a serviço de outrem, no entanto, nas formas sociais de dominação, o trabalho ganha um sentido ambivalente. É o caso tanto das sociedades antigas, e suas formas servis e escravistas, quanto das sociedades modernas e contemporâneas capitalistas.

É quando o trabalho surge em sua forma pura, ou seja, individualizada e separada de estrutura familiar, dos contextos religiosos, das atividades sociais de lazer, etc. Há, portanto, uma clara separação da esfera doméstica para a esfera do trabalho, onde a atividade do trabalhador, um tempo de atividade gasto, socialmente válido e reconhecido, transforma-se em um valor de troca (perde o “valor de uso” próprio, mas, se houver, é apenas “valor de uso” para o outrem). Assim, a atividade do trabalhador torna-se mercadoria de “valor de troca” no comércio, ou seja, pode ser vendida na forma de produto final (mercadoria), uma atividade paga e remunerada que se define como trabalho assalariado.

Tartuce (2002, p. 10) sinaliza: “Nessa **forma histórica e socialmente construída**, o trabalho torna-se, portanto, sinônimo de trabalho assalariado, coletivo, fabril, ocupado por homens, na esfera pública; enfim, emprego, o exercício de uma atividade econômica dentro da divisão social e técnica do trabalho por meio da profissão” (grife do autor).

A autora também nos mostra que, nesta mesma sequência de transformações do conceito moderno, ocorre uma separação - ruptura - clara da concepção/execução de uma atividade “produtiva” (formação e trabalho) que determina uma profunda separação do trabalho do trabalhador e da aprendizagem do exercício do trabalho, resultando na destruição das tradicionais mediações entre o trabalhador e a sociedade.

Emerge de forma explícita a presença da dualidade do papel da educação na sociedade moderna: uma educação formal, geral e completa para a elite burguesa e educação mínima e necessária para os trabalhadores.

Neste momento, na sociedade, a formação do trabalhador não se estabelece mais através das tradicionais relações entre os *métiers* e *aprendizes* e, conseqüentemente, se estabelece um aprendizado formal com a construção de uma educação específica para o trabalhador (educação profissional), não haverá mais mestres e aprendizes, surgindo também os trabalhadores *qualificados*, *semiqualificados* ou *desqualificados*.

Intensificando ainda mais os debates relacionados com a qualificação de trabalho na sociedade moderna capitalista, está a inserção da divisão social e técnica do trabalho no meio da produção. Esta também se estrutura e se intensifica a partir das transformações sociais e históricas e em tempo e espaços diferentes o que, certamente, produzirá diferentes e novas formas de exercer a qualificação do trabalho.

Visto isso, as transformações do conceito de trabalho juntamente com as reflexões sobre a qualificação de trabalho são fenômenos estabelecidos social e historicamente. Ou seja, não há como se questionar as questões da qualificação do trabalho nas sociedades pré-capitalistas: “a definição da qualificação não se coloca senão lá onde ela é um *enjeu*, isto é, onde o trabalhador deve vender sua força de trabalho” (FREYSSINET, 1992, apud TARTUCE, 2002, p. 19).

Há a valorização da força de trabalho, mas não há, na mesma proporção, sua valorização como homem cidadão, crítico, emancipador e capaz de combater todas as formas de dominação em uma sociedade de classes. Ao contrário, há, apenas, a valorização da força de trabalho oriunda de um trabalhador com uma educação básica adequada para se inserir no mercado de trabalho.

Por conta destes aspectos, na relação entre a economia, educação e trabalho, fortemente estabelecidos no período da Primeira Revolução Industrial (1760) - manufatureira - século XVIII, e da Segunda Revolução Industrial (primeira fase 1860 e segunda fase 1914) - tecnológica - séculos XIX e XX emergem os fortes debates e reflexões sobre a qualificação do trabalho.

Os primeiros debates se estruturavam em um contexto da ideologia liberal burguesa que estabelecia uma forte relação entre força de trabalho humano e a reestruturação da produção capitalista e acúmulo de capital.

No contexto histórico, social e econômico, da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra em 1760, se evidencia uma intensa divisão do trabalho no capitalismo industrial - manufatureiro - resultando em uma forte fragmentação das tarefas na atividade produtiva. O tema qualificação é evidenciado e discutido no século XVIII na esfera da economia clássica com seu maior autor Adam Smith, considerado o pai do Sistema Liberal de mercado que se mostrava otimista com a divisão técnica do trabalho e defendia o trabalho assalariado como

fonte da riqueza econômica de uma nação, bem como defendia explicitamente uma educação escolar própria para o trabalhador (FOGAÇA, 1994).

A indústria têxtil se fortalece e se expande, principalmente, na Inglaterra. Com a introdução de um maquinário rudimentar e presença de algumas máquinas semiartesaniais, impulsionadas por fonte de energia natural, havia uma substituição parcial das forças do trabalho humano. Porém, estas máquinas ainda dependiam dos conhecimentos e das habilidades do trabalhador e, portanto, exigiam certa qualificação deste trabalhador.

Segundo Fogaça (1994) Adam Smith foi o ponto de partida para o estudo da relação Economia/Educação, mediante o que está publicado em “A Riqueza das Nações”, seu principal trabalho em 1776. Nesta obra o autor analisa a divisão técnica do trabalho na produção e os gastos do Estado com a educação do trabalhador.

Smith avalia o desenvolvimento das manufaturas que se baseia, principalmente, no aperfeiçoamento do modo de produzir: pela decomposição de ofícios artesanais complexos ou conjugação de ofícios anteriormente dispersos, simplificando o processo de trabalho e promovendo a produção das primeiras máquinas (Primeira Revolução Industrial).

Neste contexto, o aprimoramento da destreza é o mais fundamental: “*A divisão do trabalho, reduzindo a atividade de cada pessoa a alguma operação simples e fazendo dela o único emprego de sua vida, necessariamente aumenta muito a destreza do operário*” (SMITH, 1983, apud FOGAÇA, 1994, p. 19).

Smith mostra e analisa, também, a presença de uma divisão do trabalho manual e intelectual, onde aquele comprometeria o potencial intelectual do trabalhador. A partir desta análise, sua preocupação volta-se para o possível surgimento de trabalhadores sem qualquer compreensão e criatividade, tornando-se embotado e ignorante: “a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais” (SMITH, 1983, apud FOGAÇA, 1994, p. 20).

É neste sentido que Smith analisa a educação desta população de trabalhadores pobres em uma sociedade civilizada. Fogaça (1994), chama a atenção para que Smith não se preocupava com uma educação profissional, mas sim com uma educação mínima, que limitasse o processo de empobrecimento cultural, o qual se aprofundaria a partir da progressiva desqualificação dos trabalhadores, evitando transformar a sociedade inglesa em uma sociedade de bárbaros, sem respeito às normas e valores sociais capitalistas.

No século XIX Karl Marx, crítico-emancipador e pessimista, publica em “O Capital” fortes críticas ao sistema capitalista, ao pensamento liberal e a divisão do trabalho, defendidas

por Adam Smith.

Marx entendia o surgimento da classe do proletariado. Ele defendia e acreditava na educação do trabalhador com a finalidade de descortinar as relações de dominação na sociedade capitalista, como também preparar os trabalhadores para uma ação política revolucionária.

Assim, há em Marx uma reflexão em relação à educação do trabalhador, mediante a qual ele estabelece uma relação direta entre educação/economia e educação/qualificação.

E é por isso que diz Marx: “a fim de evitar a degeneração completa da massa do povo, originada pela divisão do trabalho, A. Smith recomenda o ensino popular pelo Estado, embora em doses prudentemente homeopáticas” (MARX, 1996, p. 476).

Fogaça (1994, p. 34), “chama a atenção, para que, em Marx, o mais importante não estaria em uma educação escolar para suprir as lacunas deixadas pelo trabalho, mas sim na conversão deste trabalho à condição de trabalho livre, emancipador, fonte de prazer e realização para o operário”.

Em relação à divisão do trabalho Marx, afirma:

A divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando, com isso, necessária sua transformação em dinheiro”. (MARX, 1996, p. 231) “(...) é desde logo claro que um trabalhador, o qual executa a sua vida inteira uma única operação simples, transforma todo o seu corpo em órgão automático unilateral dessa operação e portanto necessita para ela menos tempo que o artífice, que executa alternadamente toda uma série de operações. O trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, compõe-se porém apenas de tais trabalhadores parciais unilaterais (MARX, 1996, p. 445).

Na divisão do trabalho na manufatura: “*a unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo*” (MARX, 1996, p. 465). Sobre as consequências da divisão do trabalho fabril na qualificação do trabalho, Marx analisa:

A manufatura cria, portanto, em todo ofício de que se apossa uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. (...). Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados (MARX, 1996, p. 465).

Fogaça (1994, p. 36) sintetiza: “*isto explica a observação de que a indústria moderna precisará substituir “o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial”, este sim um produto do processo de desqualificação do trabalho, pelo ‘indivíduo integralmente desenvolvido’ (grifo do autor).*

Em meados do século XIX e início de século XX se desenvolve a Segunda Revolução Industrial, fortemente estabelecida nos EUA, com o desenvolvimento da indústria automobilística.

Uma nova reestruturação produtiva se estabelece com seu idealizador Henry Ford, denominada de fordismo (1913), a partir do desenvolvimento dos estudos estabelecidos anteriormente por Frederick Winslow Taylor que formula a “administração científica do trabalho” (1911). As atividades do trabalhador são especializadas, fragmentadas, intensivas, com o mínimo possível de perda de tempo durante a produção - elimina-se a porosidade do tempo de trabalho - através de uma linha de produção automática, linear, rígida e completamente alienante. Com isto, dá-se uma separação evidente entre a gerência e a execução na linha de montagem. Portanto, o fordismo estabelece a formação de um trabalhador, não só alienado, como ainda, automatizado e principalmente desqualificado.

Diante desta reestruturação da produção e principalmente por conta da total desqualificação do trabalhador, as organizações trabalhistas começam a se fortalecer e lutar por melhor qualidade de trabalho e maior qualificação. O esforço dos sindicatos, num embate com o empresariado, resulta em importantes conquistas sociais como, por exemplo, plano de cargos e salários, melhorias salariais, contratos de trabalho coletivos, jornada máxima de trabalho, previdência social, dentre outras.

Estas questões se desenvolvem nos EUA e Europa a partir de 1930 como consequência da doutrina econômica keynesiana, tendo seu apogeu no pós-guerra. John M. Keynes defendia a necessidade do controle pelo Estado não só da economia de mercado, como também das questões sociais relacionadas ao trabalhador e seu emprego. Foi o “período de ouro” do capitalismo, também denominado de “Welfare State” (Estado de Bem Estar).

É neste período que o debate da qualificação do trabalhador se estabelece, não mais pelos economistas, mas sim pelos estudiosos da sociologia do trabalho como Georges Philippe Friedmann e Pierre Naville. São autores que, no seio do debate da qualificação do trabalhador, estão sempre sendo resgatados até os tempos atuais.

Os trabalhos de Georges Philippe Friedmann, Pierre Naville são fortemente marcados e incorporados no seio acadêmico da França, em 1961 e 1962 com a publicação dos dois volumes do *Traité de sociologie du travail*, o que fortalece a institucionalização da disciplina da sociologia na França, em especial a sociologia do trabalho.

Tartuce (2002) também chama a atenção:

(...) se a **renovação da sociologia na França passou antes de tudo pela sociologia do trabalho, é porque** ela não se contentou com uma análise das relações do homem no trabalho, isto é, finalmente limitada à máquina. **Ela colocou em cena uma perspectiva mais vasta do lugar do trabalho na sociedade** (ERBÈS-SEGUIN, 1999, apud TARTUCE, 2002, p. 45, grifos da autora).

A importância de Friedmann e Naville nos debates sobre trabalho e qualificação do

trabalho nas décadas de 1940, 1950 e 1960 faz com que figurem como os mais citados autores nas referências teóricas nos momentos contemporâneos. Quando o estudo é a qualificação do trabalho, devemos enfatizar a institucionalização da sociologia francesa no pós-guerra, muito bem elucidada por Tartuce (2002).

Tartuce (2002) nos mostra que estes autores lutaram por uma sociologia independente da filosofia, ou seja, por uma disciplina própria, como também fortaleciam os trabalhos fora das universidades, realizados em centros periféricos, os quais valorizariam mais as pesquisas empíricas e mostravam a realidade dos fatos, em torno das relações de trabalho, em detrimento parcial dos estudos, eminentemente, livrescos, teóricos e puramente filosóficos.

Para compreender a gênese do conceito de qualificação, devemos nos assentar em três elementos: taylorismo-fordismo e classificação profissional (Parodi-Croizat)² na França.

Neste período, a noção de qualificação começa a ser fundamentada por um conjunto de práticas que visam relacionar o funcionamento do sistema educativo e do sistema produtivo (TANGUY, 1997b apud TARTUCE 2002). Existia uma padronização do conteúdo da qualificação, na qual uma profissão e um posto de trabalho eram determinados por um período escolar definido, estável e permanente.

Esta estabilidade nos aspectos da formação profissional na França, foi determinada pela formulação da classificação de Parodi-Croizat (Alexandre Parodi e Ambroise Croizat) de 1945, que ordenavam os ramos profissionais conforme sua formação (diplomas reconhecidos) e seus respectivos salários.

Tartuce (2007, p. 43), nos mostra que no período Pós-guerra na França e nos demais países centrais, existia uma estável correspondência entre o “nível de formação” e o “nível de qualificação” e, conseqüentemente, havia uma possível correspondência estreita entre “diploma-qualificação-emprego-renda”:

(...) a padronização dos *conteúdos da qualificação*: a cada profissão, a cada posto de trabalho correspondia um nível escolar; uma vez adquirido os conhecimentos dessa categoria profissional, o trabalhador poderia aí permanecer sem que lhe exigissem novas aprendizagens. Em outras palavras, havia um ordenamento social das profissões e da estrutura de cargos e salários relativamente sólido e estável (Paiva, 1995), legitimado e hierarquizado pelo diploma, pelo *tempo de formação* – tempo de formação necessário para a execução de uma determinada tarefa (Dadoy, 1987) –, o

² As classificações do pós-guerra, denominadas Parodi-Croizat, reconheciam cinco grandes categorias: *cadres* (“quadros”, correspondente aos executivos e engenheiros); *employés, techniciens, agents de maîtrise* (técnicos, supervisores e contramestres) e *ouvriers* (operários), estes subdivididos em: operário profissional (OP – *ouvrier professionnel*, correspondente ao trabalhador qualificado); operário especializado (OS – *ouvrier spécialisé*, correspondente ao *trabalhador semi-qualificado*); e o “servente/ajudante” (M – *manoeuvre*), identificado como *trabalhador não-qualificado*) (CÉZARD e THÉVENOT, 1983; CORIAT, 1994 e EYRAUD, 1978, apud TARTUCE, 2007)

que significa dizer que basicamente os conhecimentos formais e explícitos eram valorizados, validados e codificados.

(...) quando se alcançou ‘um equilíbrio estável que marcava correspondências claras entre o sistema educativo, o sistema produtivo e o sistema social (Lichtenberger, s.d) (TARTUCE, 2007, p. 43 e 44).

Portanto, na França, apesar de o desemprego, a precarização e desregulamentação do trabalho não serem problemas vividos por Friedmann e Naville, entendiam que as estruturas e reestruturas produtivas nas sociedades civilizadas determinariam fortes consequências sobre as condições dos trabalhadores e principalmente sobre as suas qualificações.

1.2. OS CONCEITOS ESSENCIALISTA E RELATIVISTA DA QUALIFICAÇÃO: DE GEORGES FRIEDMANN A PIRRE NAVILLE

Se o debate se faz entorno do conceito de qualificação entendemos ser importante citar Tartuce (2007, p. 40):

Friedmann e Naville são não somente os primeiros a refletir sobre o conceito nessa sociedade, mas aqueles que permanecem como forte referência para os estudos atuais sobre o tema, já que foram os precursores, respectivamente, das chamadas visões “essencialista” e “relativista” da qualificação.

Tartuce (2007, p. 40), cita Alaluf (1986) que bem sintetiza a “medida” do conceito de qualificação:

Sua definição [da qualificação] é dada *a priori* como uma evidência. Um médico é mais qualificado que um pedreiro, e um pedreiro qualificado vale mais do que um iniciante. Se um ganha mais que o outro, é em razão de sua qualificação. Com a qualificação, aborda-se então uma questão bem circunscrita: aquela da hierarquização dos indivíduos em função das tarefas que eles são obrigados a realizar em seu trabalho. Todavia, perde-se rapidamente nos meandros dessa evidência. O médico é mais qualificado que o pedreiro porque ele estudou por mais tempo matérias complexas. A qualificação não seria então ligada apenas ao trabalho mas também à escola. Se o número de médicos aumenta consideravelmente, sua renda tende assim a abaixar. É também a raridade de uma competência que faz seu valor; ela é, pois, um assunto de mercado. O médico é mais qualificado na medida em que sua atividade é principalmente intelectual, enquanto a do pedreiro é manual. A diferença realça então igualmente as formas da divisão do trabalho e a apreciação que cada um faz dos trabalhos intelectuais e manuais. O médico, como o pedreiro, é avaliado também por aquilo que ele é não somente em seu *métier*, mas também na maneira de morar, de se vestir, de circular, de viver seus lazeres e suas férias, de se comportar em sociedade.

A construção teórica do conceito de qualificação se inicia com Georges Friedmann. De origem burguesa, este integrou-se ao meio intelectual francês depois da década de 1920, interessado pelos estudos marxistas, pelos problemas da classe operária e pelas consequências do progresso técnico sobre o trabalhador.

Tinha a crença e a convicção da importância e da necessidade da pesquisa empírica, qualquer que fosse sua forma. Desde 1925 visitava as fábricas e começava a acumular as notas de suas observações. É, portanto, o “pai fundador” da sociologia do trabalho francesa. (TARTUCE, 2002).

Apesar do forte avanço tecnológico ser evidenciado no interior das indústrias - Taylorismo/Fordismo - Friedmann estudava todos os setores da economia e, portanto, era contra a nomenclatura de “sociologia da indústria”, muito utilizada na sociologia Norte Americana, propondo como alternativa “sociologia do trabalho”.

Os trabalhos iniciais de Friedmann não objetivavam de forma clara a questão da qualificação do trabalho, embora, a maioria dos seus trabalhos empíricos tivesse sido realizada a partir de uma descrição minuciosa e precisa da situação de trabalho no período impregnado pela “nova tecnologia” dos anos 1930-1950. Friedmann caracteriza esse período como a passagem de uma civilização do “meio natural” para uma civilização do “meio técnico”, convergindo para as questões sobre a qualificação do trabalho que serão mais fortemente refletidas por Naville.

É, portanto, na racionalização do trabalho promovida por Taylor, Ford e seus seguidores e nos efeitos destes fenômenos sobre o trabalho - fragmentação, decomposição, degradação e segmentação - que Friedmann fará sua pesquisa e investigação sobre todas as repercussões nas condições físicas, psíquicas, morais e sociais na “dignidade do produtor” (*Problèmes humains du machinisme industriel* -PH -apud TARTUCE, 2002), ou seja, do homem que trabalha.

Com aumento da especialização e da facilitação das tarefas vai ocorrer um declínio no aprendizado metódico e completo, quando o trabalhador irá aprender uma única atividade em um rápido período para ser logo utilizado na produção. Desta forma, o que haverá é muito mais um adestramento do que propriamente um aprendizado.

Tartuce (2002), nos mostra que em *Le travail en miètttes*, Friedmann indica para uma diferenciação entre o especialista, que se constituía pelos profissionais com um conhecimento de cultura geral e profissional com anos de aprendizado; e o trabalhador especializado, que precisava apenas de um ensinamento necessário para executar tarefas simples com rapidez e destreza, com um aprendizado de alguns dias.

A autora mostra que já se delineia a maneira como Friedmann encara a qualificação:

(...) a qualificação, para Friedmann, está profundamente relacionada com a complexidade do trabalho, com seu grau de dificuldade, e com os conhecimentos necessários para realiza-lo. Ela é inversamente proporcional à divisão do trabalho e á facilidade da tarefa: quanto mais dividido um trabalho, e, portanto, mais simples para ser efetuado, menos qualificado ele será (TARTUCE, 2002, p. 90).

Desta forma, Friedmann relaciona a qualificação do trabalhador, principalmente, com a complexidade da tarefa e a posse de saberes necessários para desenvolvê-la, ou seja, a qualificação do trabalhador está relacionada com a qualidade do trabalho e ao tempo de formação necessário para realizá-la.

É por privilegiar essas dimensões do conteúdo do trabalho e dos saberes exigidos que Friedmann é considerado o precursor da chamada corrente “substancialista” ou “essencialista”:

Portanto, para Friedmann há a existência de um desenvolvimento linear e proporcional entre os avanços tecnológicos e organizacionais do posto de trabalho com as necessárias demandas de qualificação do trabalhador.

Friedmann, referindo-se as conclusões de Alain Touraine sobre a evolução das tarefas na sua pesquisa sobre as Usines Renault, ele, juntamente com Reynaud, afirmam que ‘a qualificação não pertence mais ao homem, mas sim ao posto’ e, assim, seria mais conveniente falar não de uma classificação dos operários, mas de uma classificação dos postos” (*Où va la travail humain?* - OV -, apud TARTUCE, 2002, p. 125).

1.2.1. O conceito relativista da qualificação: um resgate do pensamento de Pierre Naville

Naville, como Friedmann, também é de origem burguesa. Foi um sociólogo que atuou em diversos campos de interesses: na literatura, na filosofia, na política, na psicologia, na economia, na lógica e na epistemologia, sendo considerado por alguns autores um enciclopedista. “Dentro desses domínios, diversos temas foram por ele analisados: o comportamento, o tempo, a orientação profissional, a qualificação, a automação, o salário, a planificação e estratégia militar” (TARTUCE, 2002, p. 134).

Naville procura “apreender simultaneamente os comportamentos individuais e as estruturas sociais” (TANGUY, 1997c apud TARTUCE, 2002 p. 135), para desenvolver uma “teoria da ação recíproca entre indivíduos e grupos (ROLLE, 1996a apud TARTUCE, 2002). Sendo considerado não apenas um “sociólogo do trabalho”, mas sim um “sociólogo das relações”: “*é assim que as esferas do trabalho, da técnica, da qualificação e da educação devem ser pensadas em conjunto e na sua relação com o sistema social*” (TARTUCE, 2002, p.135).

A partir de 1956 e a década seguinte, Naville publica a maior parte de suas reflexões dedicadas ao tema trabalho, tornando-o reconhecido no meio da sociologia (DADOY, 1997, apud TARTUCE, 2002): em 1956, ele publica *Essai sur la qualification du travail*; em 1961, os resultados da enorme pesquisa por ele dirigida: *L'automatization et le travail humain*; em 1963, a

síntese desta investigação em *Vers l'automatisme social?*- VAS - e em 1963, com Friedmann, publica os artigos no *Tratado de sociologia de trabalho*.

Naville sedimentará suas análises sobre a qualificação após suas pesquisas sobre os efeitos da automação nas condições de trabalho e, sobretudo, na qualificação do trabalhador. Afirma que: “não se pode limitar a catalogar os lados ‘bons’ e os ‘ruins’ da coisa, como se eles fossem independentes um do outro; eles são solidários” (VAS, apud TARTUCE, 2002, p. 148)

Tartuce (2002), cita mais uma vez Dadoy (1997) para mostrar o rigor da reflexão sobre o fenômeno da automação, complexo e heterogêneo:

P. Naville desvelava a grande variedade das situações, a relatividade dos efeitos conforme os diferentes níveis de automação e conforme os setores. Ele não apenas não resolvia o debate entre os detentores de uma visão pessimista da situação (desqualificação) e os defensores de uma apreciação mais otimista do futuro como, mais ainda, mostrava a impossibilidade de formalizar qualquer teoria, face à diversidade e à complexidade da realidade (TARTUCE, 2002, p. 148).

Seguindo este mesmo pensamento, ao mesmo tempo em que Naville analisa a automação, também faz reflexões sobre a divisão técnica do trabalho e a divisão social do trabalho e observa forte influência desta sobre aquela e verifica o determinismo tecnológico. Para Naville, não existe o determinismo tecnológico/automação, as repercussões da automação seriam determinadas pelos diferentes lugares, épocas, condições socioculturais e econômicas, ou seja, haveria um forte relativismo social.

Com a visão da forte influência das relações sociais, Naville, também, irá avaliar as consequências da automação/tecnologia na qualificação do trabalho. Mostra-nos que o problema da qualificação se relaciona, também, com questões que surgem a partir da divisão do trabalho, da repartição das capacidades individuais e do valor individual e social de suas atividades.

Com esta visão de relação social, Tartuce (2002), cita Tanguy (1996), que nos mostra que Naville busca responder o que é qualificação e o que é um trabalhador qualificado. Deve-se, primeiramente, reconhecer a diversidade contida nesta noção, expressa nas diferentes condições sociais, econômicas, políticas e culturas nas quais ela se insere. Havendo, portanto, por parte de Naville, uma forte perspectiva histórico-comparativa, por considerar a qualificação como uma noção situada em um tempo e espaço.

Consequentemente, a qualificação torna-se mensurável no regime de trabalho assalariado e as pessoas passam a ser avaliadas economicamente. Os atributos adquiridos pelo trabalhador no sistema educacional são comprados, no mercado, por um salário, promovendo a criação e circulação de bens e serviços necessários para a produção e reprodução da sociedade

(TARTUCE, 2002).

As reflexões de Naville concluem que os critérios da qualificação não são critérios absolutos; pelo contrário, são critérios relativos, pois, variam conforme o tempo, espaço, os grupos sociais, os sistemas econômicos vigentes nos diferentes países e épocas. Esses estão intimamente relacionados com os fortes conflitos e embates entre o trabalhador e o capital.

Mas, considerando que Naville, do mesmo modo de Friedmann, realiza suas pesquisas a partir de dados empíricos, ele busca um caráter comum que possa determinar uma valorização da qualificação e ele o define como sendo a *duração da aprendizagem* e do *tempo de formação* na aquisição dos conhecimentos necessários para a execução da tarefa em questão.

Naville afirma a relação da qualificação com o respectivo salário como um referencial social relevante. *“É por isso que, socialmente, a qualificação remete ao valor social comparado dos trabalhadores, valor este expresso quantitativamente por meio da remuneração”* (TARTUCE, 2002, p. 195).

Naville rejeita qualquer análise da qualificação que se relacione apenas com a capacidade de executar uma determinada tarefa profissional. Para ele, os aspectos relacionados com a qualificação do trabalhador são expressos pelas necessidades da sociedade: um determinado trabalho pode ser socialmente necessário hoje e, portanto, socialmente qualificado, mas amanhã este mesmo trabalho pode não ser mais uma necessidade social e, portanto, passa a ser um trabalho desqualificado. Há, portanto, um conflito entre as qualificações adquiridas e as qualificações requeridas pelas indústrias e pelas sociedades.

Por essas razões Naville é considerado o precursor da visão “relativista” ou “historicista” da qualificação. Ele entende que ela deve ser vista por sua apreciação social, ou seja, da produção de hierarquias profissionais. A qualificação não pode ser definida com uma “coisa”, um atributo, cuja essência possa ser caracterizada nem pode ser fundamentada pelas características do trabalho realizado (TARTUCE, 2002).

Fica claro que, para Naville, a qualificação está fortemente determinada pelas condições sociais e por isso determina que os trabalhos empíricos sejam realizados além das fronteiras das indústrias e das empresas. Ele sugere que se avalie as formas jurídicas ou institucionais que a qualificação pode tomar, tais como a classificação, o índice salarial, as categorias estatísticas, etc.

Sabemos que o modo de regulação taylorista-fordista entra em crise, principalmente a partir de 1973, com a crise do petróleo e, assim, o conceito de qualificação começa a ser questionado, principalmente na França.

Neste sentido, Tartuce (2007), nos mostra que neste período de crise do modo de

regulação taylorista-fordista, não só a estabilidade e a solidez da hierarquia de qualificações tornam-se fluidas, com também se iniciam os questionamentos do próprio conceito de qualificação:

Até há alguns anos ainda, a maioria da população ativa, masculina em todo caso, entrava, à saída dos estudos, em um emprego, um *métier*, uma profissão, que ela mantinha até a aposentadoria. Havia denominações relativamente estáveis (OP, OS, técnico, executivos...) associadas a *categorias de emprego que permitiam esperar uma progressão profissional desigual, mas previsível*. (...) Cada um podia se definir a partir delas, situar-se sobre uma escala salarial, unir-se a uma categoria sócio-profissional estável. Ora, parece que todas essas “convenções”, *portadoras de identidades profissionais e, portanto, sociais*, são questionadas, no decorrer dos anos oitenta, pelos novos modos de gestão das empresas. (...) Não se fala mais em qualificação negociada coletivamente, mas de competência avaliada em cada um individualmente e por cada empregador (DUBAR, 1998a, apud TARTUCE, 2007 p.45, grifos da autora).

Nesse contexto emerge a “noção de competência” do trabalhador, que estará associado à reestruturação produtiva: o regime de acumulação flexível com uma produção enxuta, integrada e flexível, demandará um novo perfil de trabalhador que, além dos conhecimentos formais e explícitos objetivados pelos diplomas, terá que possuir amplas habilidades cognitivas e comportamentais, tais como iniciativa, responsabilidade, autonomia, criatividade, cooperação, liderança, flexibilidade. Com as referidas mudanças estariam colocando em xeque o posto de trabalho e o trabalhador *especializado* e passando-se a se exigir um trabalhador “*polivalente*” (HIRATA, 1994).

Este conceito de trabalhador “*polivalente*” é analisado e identificado por Hirata (1994) quando faz uma avaliação das consequências das mudanças tecnológicas e organizacionais na empresa que caracterizam um novo paradigma produtivo que surge como alternativo ao modelo fordista de produção. É o momento da passagem da tese de polarização das qualificações - tese bravermaniana - para o modelo de competência.

A autora nos mostra que a “especialização flexível” foi um modelo criado nos anos de 1980 “e representa o incremento das inovações organizacionais e tecnológica, a descentralização e a abertura ao mercado internacional” (M. PIORE e CH. SABEL, 1984, apud HIRATA, 1994, p. 129). Na prática, teria no plano de organização da produção, uma fábrica flexível com uma intensificação da automatização da produção onde a divisão do trabalho seria menos pronunciada e, logo, uma maior integração de funções no interior da produção. Há um pensamento que a automação da produção determinaria um impulso para a formação e para a reprofissionalização da mão de obra direta em diversos setores da indústria.

Segundo M. Piore e Ch. Sabel (1984), R. Boyer (1981) e B. Coriat (1991), apud Hirata (1994) o novo paradigma de produção industrial, que emerge em substituição ao modo fordista

de produção, é bem representado pelo modelo empresarial japonês³. O trabalho no interior deste modelo é essencialmente cooperativo em equipe, com falta de demarcação das tarefas a partir dos postos de trabalho e tarefas prescritas a indivíduos, o que implica num funcionamento fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas (de fabricação, de manutenção, de controle de qualidade e de gestão da produção). “O trabalhador japonês, polivalente e multifuncional, não tem uma visão parcial ou fragmentada, mas uma visão de conjunto do processo de trabalho em que se insere” (J. MAGAUD e K. SUGITA, 1992, apud HIRATA, 1994, p. 130). Para Hirata (1994, p. 130) “tal visão de conjunto é necessária para julgar, discernir, intervir, resolver problemas, propor soluções a problemas concretos que surgem cotidianamente no interior do processo de trabalho”.

Hirata (1994) sinaliza que neste novo modelo de produção as qualificações do trabalhador se estabelecem a partir do modelo de competência, cuja remuneração não mais se estabelece pelas características do posto de trabalho e pelas tarefas executadas, mas sim pela capacidade de pensar, de decidir, de ter iniciativa e responsabilidade, de fabricar e consertar, de administrar a produção e a qualidade a partir da linha, ou seja, atuar ao mesmo tempo como operário de produção e de manutenção, inspetor de qualidade e engenheiro.

Surge então, não um trabalhador reprofissionalizado, mas sim um trabalhador “polivalente” capaz de servir a empresa em funções e setores diversos da produção.

Se no modelo taylorista-fordista a qualificação do trabalhador está relacionada diretamente com sua renda, ou seja, quanto mais qualificado é o trabalhador maior será o seu salário, no modelo das competências esta relação não é proporcional e inclusive Hirata (1994, p 133) deixa claro que:

A adoção do modelo da competência implica um compromisso pós-taylorista, sendo difícil de pôr em prática se não se verificam soluções (negociadas) a toda uma série de problemas, sobretudo o de um desenvolvimento não remunerado das competências dos trabalhadores na base da hierarquia (Ph. Zarifian, 1992), trabalhadores estes levados no novo modelo de organização do trabalho a uma participação na gestão da produção, a um trabalho em equipe e a um envolvimento maior nas estratégias de competitividade da empresa, sem ter necessariamente uma compensação em termos salariais”.

Nesta nova empresa, “a qualificação, correspondência entre um saber, uma responsabilidade, uma carreira, um salário, tende a se desfazer” (P. Rolle, 1985: 35), na medida em que a divisão social do trabalho se modifica. Às exigências do posto de trabalho se sucede “um estado instável da distribuição de tarefas” onde a colaboração, o engajamento, a mobilidade, passam a ser as qualidades dominantes (Ibidem).

Os conhecimentos formais do trabalhador - o “*saber fazer*” - não são mais suficientes

³ Há outros exemplos que se colocaram como alternativas: o caso sueco na produção em média série e o caso italiano de descentralização produtiva assentada em pequenas e médias empresas e distritos industriais (Ferreira, Hirata, Marx et al., 1991; Leite e Posthuma, 1995; Leite, 1996, apud TARTUCE, 2007).

para permitir que um trabalhador seja empregado, surgindo assim novos valores que determinam a inserção do indivíduo no mercado de trabalho que estarão muito mais voltados para o “*saber ser*” que são valores subjetivos e inerentes às características próprias de cada indivíduo.

Assim, como o mercado capitalista não é capaz de contemplar todas as necessidades sociais e para o neoliberal o mercado é perfeito, logo, o diferencial é apenas o indivíduo, ocorrerá por tensão de classe e pela a manutenção da hegemonia burguesa a introdução nos diferentes setores da sociedade a ideia de que é o desenvolvimento educacional, cultural e a força de vontade de cada indivíduo que o tornará um trabalhador inserido ou não no mercado econômico. É a ideia da empregabilidade (FRIGOTTO, 2010 e 2011 e HIRATA, 1997), que estará intimamente relacionada com a “polivalência” e o modelo de competência.

Concordando com essas ideias Tartuce (2007, p. 57) diz:

Diante da automação flexível como forma de contornar a crise, elas introduziram, ao lado de transformações tecnológicas de base física, mudanças organizacionais: as decisões operacionais deveriam ser descentralizadas em virtude da velocidade das mudanças e os trabalhadores de todos os escalões seriam chamados, a todo momento, a participar desse processo de inovação rápida, tomando decisões e enfrentando os problemas aleatórios e imprevisíveis presentes nesse “novo” modo de produzir. As novas tecnologias, tanto de base física quanto de base organizacional, estariam exigindo, portanto, um trabalhador com formação mais abrangente para lidar com diversas tarefas cada vez mais abstratas, complexas e imprevisíveis.

Tartuce (2007, p. 58) chama a atenção que o mundo empresarial ao tentar copiar certos aspectos do modelo japonês de reestruturação produtiva promove o surgimento de novas noções de gerenciamento da produção: “técnicas como ‘controle estatístico de processo’ (CEP), ‘círculo de controle de qualidade’ (CCQ), *just in time* (JIT), etc”.

Antunes (1999), também analisa a reestruturação produtiva e um novo conceito para o trabalhador. Este nos mostra que no período do taylorismo-fordismo a produção em série se efetuava ao redor de uma linha de montagem, separada nitidamente da elaboração e execução, através de tarefas fáceis e repetitivas, portanto, ignorava todas as capacidades intelectuais do trabalhador que eram considerados apenas um “apêndice” das máquinas.

Continua Antunes (1999, p.44-45), mas, se este mesmo trabalhador teve inteligência e capacidade para que nos anos de 1960 reivindicasse seus direitos trabalhistas e aumento de salário além de exigir sua participação no gerenciamento da produção, por que não o sistema capitalista utilizar além da força física do trabalhador (taylorismo-fordismo) também a sua inteligência:

Os operários tinham se mostrado capazes de controlar diretamente não só o

movimento reivindicatório mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam que, em vez de limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência.

O trabalhador não mais é apenas um “apêndice” das máquinas e passa ser considerado um indivíduo pensante, consciente e integrado ao processo produtivo o que determinariam as bases para a criação da nova reestruturação produtiva, caracterizada pelo toyotismo⁴.

Antunes (1999) mostra que se antes a preocupação era manter o trabalhador longe das decisões organizacionais relacionadas à produção, no toyotismo há uma inversão de valores, com a valorização do operário participativo, integrado ao processo produtivo. Assim, se no modelo anterior à lei era um operário/uma máquina, no toyotismo passa a vigorar o operário polivalente e multifuncional, capaz de trabalhar com diversas máquinas simultaneamente.

Surge o que se chama de flexibilidade profissional, na qual se verifica a mescla entre elaboração e execução de tarefas e estratégias organizacionais.

E mostra também que o trabalhador torna-se polivalente e estará capacitado em conhecer além das suas atribuições peculiares, sendo também capaz de compreender a essência do processo produtivo. Com a possibilidade de conhecer outras operações, pode-se reforçar a cooperação entre os funcionários de uma organização, aumentando a eficiência e a produtividade em prol do capitalismo.

É neste cenário global com a emergência de uma reestruturação produtiva flexível e uma nova característica do profissional “polivalente” e multifuncional e o conceito de empregabilidade (HIRATA, 1997)⁵, que se identifica na atualidade uma forte disputa social e econômica entre o conceito de *qualificação versus* a noção de *competência*. Esta noção está intimamente vinculada, segundo alguns sociólogos, aos ideários neoliberais e às necessidades de manutenção da hegemonia capitalista, não só no setor industrial como também no financeiro.

Em relação ao modelo de competência Tartuce (2007, p. 60) diz que:

⁴ Reestruturação produtiva implementada no Japão, no interior das indústrias automobilísticas Toyota, como resultado da conjuntura desfavorável deste país para a implantação do fordismo, sendo considerado o modelo japonês que projetou-se globalmente em 1973 com a crise do modelo fordista do sistema capitalista. (ARAUJO, 2009).

⁵ O conceito de empregabilidade será melhor elucidado no capítulo dois destinado a discutir o surgimento da noção de competência e seus corolários.

(...) assenta-se sobre alguns fundamentos: em primeiro lugar, a competência é um atributo que remete à subjetividade do indivíduo, e relaciona-se com a conscientização das responsabilidades pessoais frente a sua atuação profissional; em segundo, a competência está intimamente associada à ação desenvolvida em uma situação específica, o que significa dizer que, tão importante quanto os conhecimentos adquiridos, é a mobilização e a capacidade do sujeito para articular a dimensão cognitiva desses saberes com as atitudes necessárias para, de forma autônoma, resolver problemas em uma dada situação.

E nos mostra que neste modelo o controle seria mais por objetivos e resultados e não mais por tarefas, já que a prescrição é substituída por um trabalho flexível, onde o recrutamento, a remuneração e a promoção não seriam mais realizados por “cargos, mas sim por competências, o que significa um deslocamento da rede de qualificações de postos de trabalho para o indivíduo” (TARTUCE, 2007, p. 60).

Isto resultando em um enfraquecimento do diploma, da formação prévia, dos direitos já conquistados e negociados coletivamente pelos trabalhadores, além de um enfraquecimento das organizações dos trabalhadores:

Uma gestão fundada nas competências encerra a idéia de que um assalariado deve se submeter a uma validação permanente e dar constantemente provas de sua “adequação ao posto”, de seu direito a uma promoção ou a uma mobilidade promocional. (...) [Em outros termos,] tudo se passa como se a competência, conjunto de propriedades instáveis que devem constantemente ser submetidas à prova, opusesse-se à qualificação avaliada, em grande parte no último período, pelo diploma, título adquirido de uma vez por todas (TANGUY, 1997a, apud TARTUCE, 2007, p.60).

Portanto, é neste embate e na luta contra-hegemônica que se torna de fundamental importância o conhecimento teórico dos fundadores da sociologia do trabalho francesa e suas análises sobre o conceito de qualificação, revisitando os trabalhos de Friedmann e Naville e contextualizando-os na realidade dos dias atuais.

1.3. A TESE DA POLARIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DE HARRY BRAVERMAN: A “BRAVERMANIA”

Mantendo as análises de debates em torno do tema qualificação do trabalho no interior da sociologia do trabalho é notória a influencia de Harry Braverman no debate sobre qualificação do trabalho. Este foi um escritor marxista e comunista estadunidense, também militante do movimento trotskista estadunidense, tal como foi Naville na França e que, em 1937, filiou-se ao Partido Socialista dos Trabalhadores.

Para Hirata (1994, p.131):

O debate aberto por H. Braverman (1974) no início dos anos setenta em torno da desqualificação inelutável, gradual, progressiva como consequência do aprofundamento da divisão do trabalho no capitalismo teve como uma de suas variantes consagradas durante um período relativamente longo a tese da polarização das qualificações.

Para Meiksins (1996), a influência de Braverman neste debate se inicia fundamentalmente com a publicação do livro *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, em 1974 que representou um dos acontecimentos intelectuais mais importante dos últimos vinte anos.

Este livro rapidamente se firmou como leitura obrigatória entre a esquerda, tomando-se uma das mais citadas obras contemporâneas da literatura marxista. Além disso, "cruzou" o mundo acadêmico, renovando o interesse na história e na sociologia do trabalho e estabelecendo a agenda para toda uma geração de historiadores e sociólogos do trabalho (MEIKSINS, 1996).

Guimarães (2009) entende que o debate em torno da qualificação do trabalho ganhou novo colorido e uma maior intensidade, a partir de 1970, nos anos chamados "bravermania". Neste período, Braverman sustentou as suas ideias, relativas às consequências dos avanços tecnológicos sobre as condições do trabalhador e do posto de trabalho, a partir de uma releitura da concepção marxiana, na qual há uma alienação do trabalhador e sua submissão completa ao capitalismo monopolista.

Esta obra teve fundamental importância para o debate da qualificação do trabalho ao descrever e analisar como poucos as condições de trabalho em um período em que a economia dos países desenvolvidos era predominantemente industrial. Analisa, portanto, as fortes consequências do capitalismo industrial e monopolista sobre as qualificações e condições dos trabalhadores nas indústrias americanas, a partir de um referencial teórico claramente materialista, histórico e dialético.

Meiksins (1996, p. 106) sinaliza que foi com Braverman que iniciou o que veio a ser conhecido como o "debate sobre o processo de trabalho":

(...) reorientando, assim, o estudo do local de trabalho para questões como a natureza da qualificação e o aparente declínio do trabalho qualificado, as estratégias gerenciais de controle dos trabalhadores e a extensão e natureza da resistência operária a tais estratégias.

Braverman descreve minuciosamente os mecanismos de controle de trabalho que teriam como resultado uma constante degradação do trabalho durante o século XX. Ele teve forte preocupação com a falta de resistência e de mobilização dos trabalhadores pelo amplo controle imposto ao trabalhador pelo capitalista e a forte monopolização do mercado de trabalho e da

força de trabalho por este sistema capitalista.

Tal como Friedmann e Naville, Braverman foi um pesquisador que analisou as condições dos trabalhadores no interior das indústrias. Seu foco foram as indústrias americanas criadas a partir de 1940 (Estado de Bem Estar - EUA) a partir da análise empírica, buscando sempre as reais consequências do capital sobre o trabalho.

Entende-se, portanto, que Braverman ia contra a corrente, resgatando os estudos de Marx e atuando de forma contrária às ações de uma nova classe operária, que nos EUA, como também na Europa, vislumbravam novas formas de trabalho que surgiam e uma nova legislação trabalhista com um novo perfil do trabalhador e sindicatos. Elaborou fortes críticas aos líderes operários para que percebessem os fortes processos de especialização da gerência do capital sobre o trabalho.

Por conta das transformações dos meios de subsistência da classe trabalhadora em capital e da mercantilização geral da vida, o consumo da classe trabalhadora passa a integrar a lógica do capital; ou seja, o capital determina novas e mais caras necessidades para o trabalhador - algumas até inúteis - mudando seus hábitos, a cultura do trabalhador e seu lazer (carro, televisão, telefone, cinema, etc).

Há uma mudança na cultura política da classe trabalhadora e suas instituições representativas, o que Braverman aponta para uma forma relativa de domesticação das lideranças dos trabalhadores americanos. Ao mesmo tempo, as empresas vão conquistando cada vez mais o domínio científico da produção, submetendo o trabalho à inteira subordinação da ciência, e resultando em um forte controle do trabalhador no interior da produção.

Nesta obra, Braverman mostra que o capitalismo e, com ele, os avanços científicos e, conseqüentemente, a cientificação do trabalho, retira o caráter autônomo das atividades desenvolvidas no interior dos locais de trabalho. Ou seja, no lugar de artesãos de ofício, surgem trabalhadores automatizados, alienados e desumanizados, de modo que o seu trabalho fica reduzido a formas animais de atividades (MEIKSINS, 1996). Isto já havia sido assinalado por Marx, Friedmann e Naville.

Com o avanço científico do capitalismo, alguns poucos trabalhadores passam a dominar completamente o processo de produção. Ao mesmo tempo, a grande maioria dos trabalhadores fica com seu trabalho limitado a simples tarefas individuais, sem qualquer conhecimento do processo de produção e do produto final de seu trabalho.

Assim, Braverman, deixa claro a degradação do trabalho imposta pelo desenvolvimento de novas técnicas ou da “mecanização” que surge a partir do momento em que o capitalista ou

empresário percebe a importância de se apropriar dos conhecimentos dos trabalhadores, determinando um domínio crescente sobre a ciência e a tecnologia. Intensifica, então, o surgimento das máquinas e dos equipamentos que abstraem os conhecimentos dos antigos artífices, transformando-o em um instrumento capaz de simplificar o trabalho.

Assim, não haveria mais a necessidade de formação de um perito, especialista ou um trabalhador qualificado, mas sim de um simples operário/desqualificado.

Braverman mostra que no capitalismo não há mais a necessidade de um trabalho humano integral e sim do trabalhador, cujo trabalho é reduzido a muitos movimentos simples repetitivos que não exige qualquer necessidade de inteligência por parte do trabalhador. Este, portanto, terá um menor valor de mercado - um salário menor - e, conseqüentemente, um maior lucro para o capitalista.

Além disso, as máquinas que vão sendo construídas pelos engenheiros - uns poucos trabalhadores superqualificados - incorporam os conhecimentos dos próprios artesãos de ofícios que, então, passam a operar simplesmente estas máquinas. São estes, então, a grande maioria dos trabalhadores desqualificados. Por fim, passa-se a obter o maior lucro possível da produção a partir de uma maior eficiência do trabalhador - mais valia relativa⁶ - com a utilização das máquinas no processo industrial.

Estes trabalhadores precisavam de algumas semanas de instrução - adestramento - para fazer uma máquina funcionar e produzir um produto final que, antes, demandava do trabalhador anos de aprendizado para ser produzido manualmente.

Assim, não há qualquer necessidade das características subjetivas ou cognitivas do trabalhador porque o projeto do processo se separa da execução deste projeto. Isto resultou um grande contingente de trabalhadores que executavam tarefas simples com um salário reduzido e com um salto na produtividade.

Com estas análises, Braverman vai observar que os empresários obtêm maior controle sobre a produção. Isto porque a produção está mecanizada e, portanto, quem detém o ritmo de trabalho não é mais o homem/trabalhador e sim a máquina, que funciona independentemente da vontade de trabalhador.

Assim, quando se refere “à degradação do trabalho”, Braverman incorpora em suas

⁶ Marx, 1996 esclarece o que é mais valia absoluta e mais valia relativa: “A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (p. 138). “A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa” (p, 431 e 432).

análises dois processos fundamentais: por um lado a precarização do trabalho, representado por simples tarefas executadas em um ritmo acelerado de movimentos repetitivos. Por outro, o maior controle das atividades fica restrito às mãos da gerência, sem qualquer domínio do processo pelo trabalhador.

Esta análise é o que Braverman entende como “*reificação do trabalhador*” quando há a separação entre a atividade laboral e aquilo que ele produz; ou seja, o trabalhador não identifica aquele produto como fruto de seu trabalho.

Em suas observações, Braverman intensifica a tese da *polarização das qualificações* dos trabalhadores consequente dos avanços tecnológicos e da mecanização imposta pelo capitalismo monopolista durante a Segunda e Terceira Revoluções Industriais.

Enfatizando o pensamento de Braverman em relação às consequências do avanço tecnológico:

Braverman criticou uma interpretação otimista do desenvolvimento tecnológico que superaria o trabalho monótono e repetitivo em moldes tayloristas e geraria o enriquecimento das tarefas, diminuiria os riscos à saúde física e mental do trabalhador, com consequente aumento da qualificação. Na interpretação do autor, ao contrário, a modernização tecnológica produziria a polarização das qualificações, ou seja, uma minoria de trabalhadores altamente qualificados e uma massa de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação (CHINELLI, VIEIRA e DELUIZ, 2013, p. 39).

As autoras também salientam que Braverman não só se referia à desqualificação do trabalho, mas também sinalizava para a desqualificação do próprio conceito de qualificação cujo significado na sua gênese se relacionava com o domínio de um ofício.

Na mesma proporção de importância e influência que a obra de Braverman teve sobre a sociologia do trabalho, surgem também fortes críticas à sua obra, que mostram claramente seus limites e a necessidade de se pensar em novas perspectivas capazes de superar a sua própria obra original e ir além das críticas que ela contém. (MEIKSINS, 1996)

Meiksins (1996) mostra que na mesma proporção, torna-se moda crescente hoje, mesmo na esquerda, desmerecer o livro como se ele apresentasse um beco sem saída nas análises sobre o local de trabalho. Com isso, sua tese sofre fortes críticas e rejeições. Este autor sinaliza que são críticas relativas a vários pontos importantes incluídos nesta obra: a definição de qualificação; a romantização da qualificação manual; a degradação do trabalho; a gestão científica como a lógica do capitalismo; a questão da subjetividade e foco demasiado limitado ao plano da fábrica.

Inclusive, Meiksins (1996) cita que foi cunhado o termo depreciativo "bravermania" para caracterizar boa parte deste debate; provavelmente um ângulo de vista diferente da

releitura da “*bravermania*” descrita por Guimarães (2009).

Meiksins (1996) sinaliza que não só alguns autores criticaram as ideias de Braverman como também o próprio movimento feminista também teve presença nestas críticas.

Entretanto Meiksins (1996, p. 107), deixa evidente que “essa discussão produziu duas posições críticas centrais sobre a abordagem de Braverman, que são importantes para afirmar o valor persistente das ideias desenvolvidas em *Trabalho e capital monopolista*” (grifo do autor).

Em primeiro lugar os autores criticam vários conceitos descritos por Braverman em relação ao conceito de qualificação:

(...) vários autores indagaram se o conceito de qualificação de Braverman não é demasiado restritivo. Argumentam que essa visão foi desenvolvida em grande parte no contexto de seu estudo do trabalho manual, com a conseqüência de que ele tendia a conceber a qualificação como coisa puramente manual, manipuladora de objetos. (...). Braverman também foi questionado por supostamente "romantizar" a qualificação manual, contrapondo um local de trabalho mítico do século XIX, dominado majoritariamente por artesãos qualificados autônomos, a um local de trabalho do século XX, povoado por trabalhadores desqualificados que desempenham trabalho degradado e monótono. Isso seria ignorar a realidade do trabalho no século XIX, que não era exclusivamente artesanal (MEIKSINS, 1996, p. 108).

Em relação à romantização da qualificação manual:

Braverman também foi questionado por supostamente "romantizar" a qualificação manual, contrapondo um local de trabalho mítico do século XIX, dominado majoritariamente por artesãos qualificados autônomos, a um local de trabalho do século XX, povoado por trabalhadores desqualificados que desempenham trabalho degradado e monótono. Isso seria ignorar a realidade do trabalho no século XIX, que não era exclusivamente artesanal (MEIKSINS, 1996, p. 109).

Em relação à degradação do trabalho:

Talvez o ponto mais fortemente contestado no debate sobre o processo de trabalho diga respeito ao subtítulo de *Trabalho e capital monopolista*: "A degradação do trabalho na sociedade do século XX". O livro de Braverman foi amplamente interpretado como uma descrição da tendência de longo termo, no sentido da racionalização e da simplificação do trabalho e da necessidade estrutural do capitalismo em alcançar o controle sobre o trabalho, separando concepção e execução e simplificando as tarefas. Os participantes subseqüentes do debate sobre o processo de trabalho dividiram-se agudamente a respeito da questão de saber se essa era uma representação precisa do capitalismo do século XX (Ibidem).

Para estas críticas Meiksins (1996) chama a atenção que os críticos entendem que Braverman e seus seguidores ignoraram a evidência histórica da persistência e sobrevivência do trabalho artesanal, mesmo no final do século XX e ainda defendem que os artesãos são mais capazes de resistir do que Braverman pensava. Outros críticos também sugerem que qualquer declínio na qualificação das ocupações tradicionais do trabalho manual poderia ser compensado pelo surgimento de novas qualificações nos trabalhos de alta tecnologia, de

serviço e de escritório.

Em relação à gestão científica como lógica do capitalismo:

Para muitos críticos, Braverman vai muito longe ao igualar as técnicas de gestão científica ao próprio capitalismo. As técnicas de racionalização e controle do trabalho, elaboradas por Taylor e seus seguidores, ainda que obviamente importantes para o desenvolvimento de muitos ambientes de trabalho, não estão presentes em todos os locais, nem há evidência de que estarão. Ao contrário, argumentam esses críticos, os capitalistas desenvolveram uma variedade de estratégias para controlar o trabalho, das quais o taylorismo é apenas uma, e não necessariamente a mais efetiva (MEIKSINS, 1996, p. 110 e 111).

Em relação à subjetividade:

O papel da subjetividade na formação do processo de trabalho tem sido um tema consistente na crítica de *Trabalho e capital monopolista*. Muitos salientaram a ênfase auto-imposta de Braverman na "classe em si" em oposição à "classe para si", argumentando que ele separa artificialmente a subjetividade do processo de trabalho. (...) Para os que o criticavam, isso representava uma tese implícita e equivocada de que a classe trabalhadora, sob o capitalismo monopolista, não era propensa a construir uma resistência efetiva ao capital; ela também ignorava, segundo eles, o papel que a resistência operária desempenhou ao condicionar, e com frequência efetivamente bloquear, os esforços dos capitalistas para controlar os trabalhadores (MEIKSINS, 1996, p. 112, grifo do autor).

Em relação ao foco demasiado limitado ao plano da fábrica:

(...) vários críticos defenderam que a análise de Braverman concentra uma atenção muito limitada ao plano da fábrica. Ainda que a compreensão da dinâmica do conflito de classe e do funcionamento da economia capitalista deva envolver a análise das relações na fábrica, nada disso pode ser adequadamente entendido se não se considera o contexto político, econômico e ideológico mais amplo” (MEIKSINS, 1996, p. 113).

Meiksins (1996) continua, citando o influente trabalho de Michel Burawoy, representando a segunda posição crítica central e que inclusive vai mais longe que as primeiras, que está relacionada à discussão de Braverman em relação à resistência operária e ao processo de trabalho:

Burawoy argumenta que o elemento central na formação das relações de trabalho é a "fabricação do consenso", isto é, a conquista da concordância dos trabalhadores com as condições de produção. Em *Manufacturing consent*⁷, ele desenvolve uma visão do processo de trabalho moldada na dialética dos esforços capitalistas de direção dos trabalhadores e na vontade operária de resistir a ela. A ordem negociada que daí resulta não é produto de nenhum dos dois processos; em vez disso, é uma espécie de difícil trégua tática acertada entre as duas partes. A resistência operária, portanto, está diretamente envolvida na produção do processo de trabalho e, com efeito, tal resistência, num certo grau, é capaz de se acomodar às estruturas da produção capitalista (MEIKSINS, 1996, p. 112 e 113).

Meiksins (1996) também nos mostra que Michel Burawoy, em *The politics of*

⁷ *Manufacturing consent*, de Michael Burawoy, Chicago, University of Chicago Press, 1977.

*production*⁸ fez críticas dirigidas ao foco demasiadamente limitado ao plano da fábrica nas análises de Braverman.

Nesta obra Burawoy desenvolve:

(...) a noção de "regime de fábrica", argumentando que o processo de trabalho deve ser entendido como parte de um todo maior, que inclui a concorrência das empresas no mercado, a reprodução da força de trabalho e a intervenção do Estado na economia. É esse todo mais amplo, e não as relações de trabalho apenas no seio da fábrica, que molda padrões de conflito e de resistência da classe operária" (MEIKSINS, 1996, p. 113).

Entretanto, Meiksins (1996, p. 115) chama a atenção que um dos propósitos explícitos de Braverman com a sua obra *Trabalho e capital monopolista* "era de se opor à sugestão de que o marxismo foi superado porque dizia respeito apenas a um proletariado cada vez mais reduzido"

E inclusive sinaliza que:

Braverman dedica boa parte de seu livro a uma análise dos novos empregos em contextos de serviços, trabalhos de escritório e de tipo não industrial, defendendo que muitos deles podem e devem ser entendidos como de classe trabalhadora. Nesse sentido, é injusto acusar Braverman de ignorar seja os trabalhos das mulheres (uma vez que aqueles empregos são na sua maioria femininos), seja as formas de trabalho não industriais. Mais importante, contudo, é a insistência de Braverman em que esses são empregos basicamente de "classe trabalhadora", como corretivo essencial à tendência predominante de enfatizar as diferenças entre tais trabalhos e as tarefas tradicionais da indústria. (...) precisamente porque *Trabalho e capital monopolista* é muito mais que um livro sobre a desqualificação. Seu feito principal foi restaurar a exploração, a classe e o conflito de classes no seu lugar central, na análise do trabalho sob o capitalismo. (Ibidem, grifo do autor).

Meiksins (1996) finaliza dizendo que sem dúvida, Braverman não nos ofereceu a palavra final sobre a natureza da qualificação e é provável que tenha exagerado na importância histórica da gestão científica. E, também que, não tenha prestado a atenção suficiente à capacidade dos trabalhadores de resistir aos controles gerenciais e ao papel das forças fora da fábrica para a formação do processo de trabalho e nos conflitos a ele inerentes. Concorda que seus críticos levantaram objeções legítimas sobre suas análises como, também, propuseram modificações importantes e úteis nos seus argumentos originais. Contudo, nenhum desses argumentos tornam as teses de Braverman equivocadas ou irrelevantes, diante dos locais de trabalho contemporâneos.

Pelo contrário, Meiksins (1996) entende que Braverman estava sintonizado com as transformações tecnológicas contemporâneas e que mesmo entendendo sua afeição pelo artesanato, na introdução a *Trabalho e capital monopolista*, mostra a preocupação em evitar

⁸ *The politics of production*, de Michael Burawoy, Londres, Verso Books, 1985.

uma visão nostálgica em relação a ele:

(...) minhas perspectivas sobre o trabalho são governadas pela nostalgia de uma época que ainda não nasceu, na qual, para o trabalhador, a satisfação artesanal suscitada pelo domínio consciente e intencional do processo de trabalho será combinada com as maravilhas da ciência e a cri atividade da engenharia, uma idade em que todos serão capazes de se beneficiar, em alguma medida, disso (BRAVERMAN, 1974, apud MEIKSINS, 1996, p. 114).

Assim, Braverman está identificando alguns elementos que deveriam ser incluídos no processo de trabalho não alienante, como a liberdade, a comunidade, a variedade, o desafio e o compromisso (MEIKSINS, 1996).

Neste sentido Meiksins (1996) deixa claro que as teses de Braverman determinaram um avanço significativo em relação às análises prévias sobre trabalho, quando na introdução a *Trabalho e capital monopolista*, o autor comentava os esforços de reforma do "trabalho" vigentes nos anos 60:

Representam um estilo de gestão, mais que uma mudança autêntica na posição do trabalhador. Caracterizam-se por uma farsa estudada de "participação" operária, uma liberalidade gratuita de permitir que o trabalhador ajuste a máquina, substitua uma lâmpada, mude de um trabalho fracionado para outro e tenha a ilusão de tomar decisões, ao optar por alternativas fixas e limitadas concebidas por uma gestão que deliberadamente deixa matérias insignificantes abertas à escolha (BRAVERMAN, 1974, apud MEIKSINS, 1996, p. 117).

Assim, Braverman enriqueceu grandemente o estudo do trabalho em suas teses de 1974 e que hoje se tornam rapidamente necessárias reafirma-las, fazendo de *Trabalho e capital monopolista* uma obra para nossa época (MEIKSINS, 1996).

Mantendo a narrativa sobre qualificação, é de fundamental importância relacionar este debate com as profundas transformações estruturais socioeconômicas que emergem em nível mundial a partir de uma nova crise do capitalismo monopolista, principalmente a partir de 1973, com a crise do petróleo no oriente médio.

O capitalismo, como sabemos, é feroz e incontrolável no seu poder de reestruturação e de inovação frente a qualquer crise determinando um amplo poder social e econômico, reagindo sempre a favor de sua maior acumulação de lucro e para sua manutenção e expansão.

Uma vez que Hirata (1994) nos mostra que surge um novo contexto socioeconômico com a crise do taylorismo-fordismo, uma nova reestruturação produtiva se faz necessária: o regime de acumulação flexível, com uma produção enxuta, integrada e flexível.

Seguindo este pensamento, Antunes (1999, p. 25) diz:

Escapa a um grau significativo de controle precisamente porque ele emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle totalizante das mais poderosas, (...) dentro da qual tudo, inclusive os seres humanos, deve ajustar-se, escolhendo entre aceitar sua

viabilidade produtiva ou, ao contrário, perecendo. Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e mais inexorável – e, nesse sentido, totalitário – do que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe seu critério de viabilidade em tudo (...)

É neste contexto social e econômico que, na França e em outros países industrializados, e posteriormente nos países periféricos, o conceito de “qualificação” começa a ser questionado e ser substituído pela noção de competência.

1.4. O TRABALHO EM SAÚDE NESTE DEBATE: O CRUZAMENTO DO SETOR DA SAÚDE NO DEBATE DA QUALIFICAÇÃO

Durante a trajetória da historicização do debate sobre qualificação do trabalhador, apesar das orientações de Friedman e Naville de que os trabalhos empíricos fossem além dos muros das fábricas, este ocorreu de forma mais proeminente e efetiva com os trabalhadores ditos de “chão de fábrica”, ou seja, trabalhadores inseridos no mercado de trabalho a partir do sistema produtivo.

É o que Saviani (2009, p. 11) diz:

(...) o trabalhador ocupa o seu posto na linha de montagem e executa determinada parcela do trabalho necessária para produzir determinados objetos. O produto é, pois, uma decorrência da forma como é organizado o processo. O concurso das ações de diferentes sujeitos produz assim um resultado com o qual nenhum dos sujeitos se identifica e que, ao contrário, lhes é estranho.

Não há, portanto, qualquer tipo de interação com quem produz e o usuário ou o consumidor, ou seja, o trabalho produz um valor de troca que será mensurado quando o produto fabricado for vendido.

Entretanto, como o objeto de estudo desta pesquisa é o TIO, um trabalhador da área de saúde, é de fundamental importância contextualizar este trabalhador no debate da qualificação.

Podemos dizer que no início deste debate, Friedman já fazia fortes críticas à sociologia dos EUA, que considerava a sociologia da indústria a responsável pelas análises empíricas das qualificações do trabalhador. Entretanto, este autor denominava esta ciência de sociologia do trabalho considerando todas as formas de trabalho: na agricultura, no comércio, de serviços, terceirizados, etc.

Portanto, nesta perspectiva, o trabalho em saúde já estaria sendo contemplado neste debate.

Outra análise que deve ser estabelecida é com relação entre o trabalho na produção, onde o trabalho se converte em valor de troca, a partir da venda de um produto, e o trabalho em saúde, que é convertido, imediatamente, em valor de uso e, portanto, há uma forte interação subjetiva entre o trabalhador/cliente. Esta interação deve ser protegida de qualquer interferência externa, que possa comprometer a qualidade do serviço prestado e inclusive com chance de comprometer a vida e o bem estar do cliente.

Existindo um questionamento em relação ao momento em que haveria o cruzamento no debate da qualificação entre os trabalhadores de “chão de fábrica” e os trabalhadores na área da saúde, respondo com o pensamento do técnico de imobilização ortopédica o Sr Chapetta em uma entrevista para o Jornal do Hospital Universitário de UFRJ:

Todos os funcionários devem fazer sua função independente do salário ser baixo ou alto. Cada um deve cumprir o seu dever, pois o Hospital não é uma fábrica e a sua função é dar assistência aos doentes (ANEXO - 7 - XVII: Jornal do HU, 1999, p. 6).

Partindo da fala deste técnico entendemos que, ao nível da prática e na particularidade das relações sociais, tais qualificações não deveriam se cruzar. Ou seja, não há possibilidade de se discutir a qualificação destes diferentes tipos de trabalhadores, partindo do mesmo enfoque prático, principalmente por ser notória a existência de diferentes resultados finais obtidos destas práticas.

Estabelecer uma análise teórica da qualificação entre os trabalhadores que atuam na produção fabril e os trabalhadores que atuam na prestação de serviços, merece importantes reflexões, principalmente em função da presença de diversas particularidades que estruturam o resultado esperado com os diferentes trabalhos realizados pelos prestadores de serviços e, sobremaneira, as particularidades ainda mais específicas dos trabalhadores prestadores de serviço na área da saúde.

Entretanto, compreendemos que na verdade existem dois momentos de cruzamento do trabalho na saúde e os debates da qualificação do trabalhador.

No primeiro momento cita-se a preocupação de Izabel Santos e as políticas públicas de qualificar o trabalhador da saúde já inserido no mercado de trabalho. No segundo momento, há um cruzamento na qualificação não só do trabalhador da saúde como também do próprio trabalho ao nível da saúde, quando se estabelece de forma evidente e contundente a reestruturação produtiva no Brasil, com fortes consequências nas atividades realizadas no setor de prestação de serviço, no qual está inserida a saúde.

O primeiro momento se estabelece a partir da preocupação com estes técnicos que atuavam na área da saúde, buscando uma maior qualificação destes trabalhadores. Batistella

(2009) e Ramos (2010b) nos mostram um movimento na Educação Profissional no Brasil com a implementação do Projeto Larga Escala na década de 1980. Este projeto possibilitou estratégias que conduziram à viabilização de escolas e centros formadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Batistella (2009) considera este projeto um marco na história da educação profissional de nível médio em saúde. Cita Pereira e Ramos, 2006 além de Castro, *et al*, 2002, p. 160, para nos mostrar o objetivo deste projeto:

(...) o Larga Escala buscava alternativas aos treinamentos realizados pelas instituições de saúde, que não davam a oportunidade de futuros aproveitamentos de estudos e a possibilidade de complementação que permitissem a obtenção de um diploma e o consequente reconhecimento profissional.

Este projeto estabelecia uma maior qualificação profissional dos trabalhadores da área da saúde já inseridos no mercado de trabalho, em especial, os da enfermagem. Teve, na enfermeira Izabel dos Santos, sua principal idealizadora que, atuando com os aluno-trabalhadores, inicia a gestão de uma nova escola voltada para as necessidades e especificidades do campo da saúde:

(...) a escola para esse aluno/trabalhador deveria ser algo flexível; ele não poderia ser obrigado a ir até ela todos os dias; o professor não deveria ser um mero transmissor de conhecimentos. Dessa forma, passei a perceber que essa escola deveria ter regimentos diferentes, currículos diferentes, ofertar cursos descentralizados, pensar na qualidade da assistência de saúde prestada e formar instrutores e supervisores de ensino em processos técnicos e pedagógicos diferentes. Pressenti uma missão difícil. (IZABEL DOS SANTOS, apud CASTRO, *et al*, 2002, p. 58).

Batistella (2009) nos mostra que foram as Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) as primeiras escolas relacionadas com o projeto Larga Escala. Em caráter experimental, sofriam fortes preconceitos no sistema educacional, demonstrado, através de exacerbados controles sobre a sua construção e a exigência de relatórios parciais pelos conselhos Estaduais de Educação.

Este autor cita Pereira e Ramos (2006, p. 161) que nos mostram que o modelo proposto para a saúde combinou três elementos:

1) o ensino supletivo, conferindo flexibilidade de carga horária, tempo de formação etc); 2) o treinamento em serviço, que aproxima a qualificação das necessidades operacionais das instituições de saúde; e 3) o caráter de habilitação oficialmente reconhecida pelo sistema educacional.

Há, portanto:

(...) a adoção de uma estratégia metodológica cuja incidência sobre os processo de ensino-aprendizagem permitisse a aproximação das experiências e dos saberes dos

alunos ao contexto de ensino. Assim, incorporava-se a técnica de problematização das práticas cotidianas nos serviços, a fim de promover a formação de profissionais críticos e comprometidos com a mudança (BATISTELLA, 2009, p. 161).

Ramos (2010b) nos mostra que, em 2000, foi implantado o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área da Enfermagem (Profae), com a finalidade de profissionalizar aqueles que não tinham a respectiva qualificação e escolarização. Segundo a autora, este projeto tinha a mesma base do Projeto Larga Escala, mas com nova regulamentação educacional.

Entretanto, com a implementação da reestruturação produtiva globalizada no Brasil, presente inicialmente no governo Fernando Henrique, determina sobre o Profae, um alinhamento entre as políticas educacionais do Ministério da Educação, com as orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que financiou o projeto. A expressão mais significativa desta parceria foi a adoção da pedagogia das competências, por meio da instituição do Sistema de Certificação de Competência do Profae.

Mantendo esta parceria financeira e ideológica do governo brasileiro com os Órgãos Multilaterais, Batistella (2009) nos mostra que, em 1990, emerge um novo marco regulatório na educação profissional no Brasil, com a publicação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9394/96).

Esta lei abre espaço para uma série de reformas educacionais. Estas reformas refletirão todas as recomendações dos organismos internacionais multilaterais, em especial, do Banco Mundial, da Organização de Cooperação para o desenvolvimento Econômico - OCDE, da Organização Mundial do Comércio - OMC e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, que fazem exigências para a obtenção dos empréstimos financeiros a partir destas instituições.

Já fica evidenciada que a preocupação das políticas públicas com a qualificação dos trabalhadores do setor da saúde começa claramente a ser diluída e se intensifica o compromisso do Governo Federal em manter sob controle toda a estrutura de mercado neoliberal para a manutenção da acumulação de riquezas pela classe dominante.

No segundo momento do cruzamento do trabalho em saúde com o debate da qualificação do trabalhador introduzimos o emergir, de forma globalizada, da reestruturação produtiva, que apesar de ter sua origem no setor industrial da economia, ou seja, o toyotismo, no Japão (HIRATA, 1994), foi no setor de produção de bens e serviços que as ideias neoliberais do mercado flexível e desregulamentado encontrou um campo mais fértil para se expandir. Destaque-se, em especial, as áreas da educação, da saúde e previdência social, que constituíam

setores da sociedade considerados universais e, portanto, mantidos pelo Estado, quando antes da implementação do neoliberalismo.

Offe (1991), nos mostra um avanço do setor terciário nas economias das sociedades ocidentais altamente industrializadas, levando o autor a caracterizá-las como “sociedade de serviços”. Nesta obra, o autor nos relata que não existem ainda trabalhos empíricos suficientes para explicar a expansão deste setor.

Entretanto, entendemos que o próprio autor deixa algumas pistas para que possamos relacionar esta expansão com as ideias neoliberais com a flexibilização e desregulamentação do mercado:

(...) o setor serviços abrange a totalidade daquelas funções no processo da reprodução social, voltadas para a reprodução das estruturas formais, das formas de circulação e das condições culturais paramétricas, dentro das quais se realiza a reprodução material da sociedade” (OFFE, 1991, p. 15).

(...) crescimento da produtividade do trabalho na prestação de serviços refere-se à questão dos mecanismos da formação de salários e rendimentos para o trabalho neste setor. (...). O que mais interessa é o fato de que apenas em uma pequena parcela do setor de serviços encontramos mecanismos que estabelecem uma relação proporcional entre renda monetária e o serviço realmente usado. (...). Diversos outros trabalhos de prestação de serviços são caracterizados pela variabilidade do volume de trabalho acumulado e por outras irregularidades na utilização do serviço (OFFE, 1991, p. 23).

A primeira citação nos direciona para a fertilidade do setor de serviços de introduzir e expandir as ideias neoliberais e toda uma sociabilidade hegemônica da burguesia capitalista.

E a segunda citação nos direciona para a fertilidade do setor de serviços, que já tem certa característica de instabilidade salarial e condições de trabalho implícita em sua forma estrutural, para implementar a flexibilidade do e no trabalho e principalmente a desregulamentação das relações de trabalho (trabalhador/empregador).

Chinelli, Vieira e Deluiz (2013), nos mostram que os serviços de saúde estão sofrendo forte impacto a partir das macrotransformações da produção, que estão relacionados com a reestruturação produtiva flexível e suas consequências. Sendo assim, a forma de conceituar os serviços de saúde, geralmente em associação com os processos de formação e da gestão destes trabalhadores, vem sendo objeto de vários estudos.

O ponto de partida desta discussão se origina na sociologia do trabalho e “é de fato que, como quer que venham a ser entendidos, os serviços não se conformam inteira nem facilmente com a forma geral de racionalidade que acompanha a acumulação capitalista” (CHINELLI, VIEIRA e DELUIZ, 2013, p. 34).

A primeira discussão em relação às análises sobre o serviço de saúde é realizada de forma pioneira com Offe (1991), que avalia os serviços prestados, destacando os serviços na área da saúde. Este autor nos mostra de forma simplificada que: os serviços prestados, em especial o da saúde, foram por muito tempo indevidamente considerados um setor residual no processo de produção, que para tanto, não se pode medir com clareza o resultado das atividades, diferentemente de outras atividades como, por exemplo, os serviços de manutenção, vigilância, ou seja, serviços que apresentam uma prevenção para que certos eventos não aconteçam; e os serviços em saúde, que diferentemente dos serviços industriais, se organizam de forma pessoal nos quais há uma relação subjetiva entre as partes envolvidas no processo.

Offe (1991), também destaca em suas análises a presença da dimensão reflexiva, subjetiva e imaterial que caracterizam os serviços prestados e neste caso em especial os executados na área da saúde, concluindo que estas atividades apresentaram um carácter imaterial; dependente de disposições subjetivas do prestador, que não se faz de forma separada do processo de produção, que irá se consumir em efetivas transformações sobre o usuário e que também não se opera através de instrumentos e muito menos com matéria-prima que serão transformadas, mas sim com símbolos, informações, competências discursivas (que linguisticamente são consideradas habilidades inatas do trabalhador) e a partir da própria relação subjetiva interpessoal que residirá na relação trabalhador/usuário.

Sendo assim, para Offe (1991), os serviços em saúde têm seus resultados fortemente vinculados com a forma na qual se estrutura a relação prestador/usuário, onde existirão problemas na organização e normatização destas atividades, caracterizada por evidentes heterogeneidades, descontinuidades, e incertezas temporal e social dos casos tratados. Haverá, então, uma falta de funções técnicas de produção e referências sobre o volume da demanda e os critérios de racionalidade desenvolvidos para o aproveitamento da força de trabalho são limitados, como também, falta um critério de eficiência econômica claro e inquestionado.

Concluimos que o serviço em saúde deve ser norteado por uma forte análise do real contexto histórico e social que estrutura as relações prestador/usuário, como também, devem ser avaliadas todas as bases ideológicas que sustentam e determinam esta relação.

Para Martins (2013), o que se observa no Brasil e deve ser destacado é o crescimento desordenado do setor serviços, principalmente por conta desta reestruturação produtiva neoliberal, resultando em aumento dos níveis de desemprego e da informalidade nas relações de trabalho; perda da qualidade dos postos de trabalho e diminuição da renda média resultante do trabalho.

No cenário internacional, com a introdução das ideologias neoliberais, como a flexibilização máxima do mercado sem fronteira e desregulamentação das relações de trabalho e a diminuição das ações sociais do Estado poderá ser grande a probabilidade de ocorrer uma eclosão social e desestruturação social da ordem neoliberal, com importantes prejuízos em nível de acumulação de capital e desenvolvimento de suas riquezas.

Portanto, no sentido de evitar uma instabilidade social sem dimensão e nunca vista, os intelectuais do neoliberalismo introduzem de forma internacional e também globalizada as ideias relacionadas com o que ficou conhecido internacionalmente com o programa neoliberal da Terceira Via (LIMA e LAGEMANN, 1998; NEVES, 2005 e MARTINS, 2007).

São redefinições políticas, principalmente relacionadas com um novo papel do Estado, o estabelecimento de novos procedimentos e metas, tendo como temas centrais a “participação” e o “diálogo” e uma nova configuração de sociedade civil caracterizada pela solidariedade e voluntariado que foram rapidamente estruturadas e disseminadas internacionalmente pelo Banco Mundial.

(...) os Estados, seja qual for sua capacidade institucional, devem respeitar, incentivar e aproveitar a iniciativa privada e voluntária e os mercados competitivos; concentrar-se na pura prestação de bens e serviços públicos que os mercados não podem oferecer (BANCO MUNDIAL, 1997, apud MARTINS 2007, p. 61).

Martins (2007), nos mostra que os movimentos dos intelectuais neoliberais buscavam alterar aspectos pontuais no plano político e econômico, criando um compromisso social novo e mais duradouro do que os vividos nos anos 80.

Deveria existir um “meio termo” na ordem social, entre o Estado da social democracia clássica nos moldes das teses keynesianistas e o dito Estado mínimo ou “quase zero”, defendida pelos neoliberais ortodoxos. Segundo Giddens (1996: 2001), apud Neves e Pronko (2010) configura-se no “Estado necessário”.

Fica evidente que o movimento da Terceira Via determinaria um novo papel do Estado e, principalmente, uma nova configuração estrutural em nível da sociedade civil que mantivesse um equilíbrio social estável, mas sem haver qualquer modificação nos pressupostos do funcionamento do sistema capitalista.

Em associação com reconfiguração do Estado, a Terceira Via preconiza uma transformação da sociedade, tornando-a amplamente organizada, partindo de princípios humanitários, como a solidariedade e o voluntariado. Esta sociedade deveria ter forte participação popular, em equilíbrio com a aparelhagem do Estado, através do diálogo - do bem

estar da sociedade e da justiça social, o que se reconhece como a “sociedade civil ativa” (MARTINS, 2007).

Neste sentido, Martins (2007, p. 72) diz que “a ‘sociedade civil ativa’ seria o espaço de encontro com o outro e de realização do “eu” no sentido da promoção da coesão social”.

No interior da “sociedade civil ativa”, encontra-se o Terceiro Setor que representa um espaço de coesão social, através da colaboração e da responsabilidade social (MARTINS, 2007) e os fortes investimentos sociais das empresas, ditas socialmente responsáveis, o que representa ideologicamente “a direita para o social”⁹ (MARTINS, 2009), onde se estabelece um grande “fetiche” de que o capitalista neoliberal está muito preocupado com a justiça social.

O Terceiro Setor seriam empresas privadas, sem fins lucrativos, que deveriam gerenciar as atividades dos setores de produção de serviços a partir de parcerias com o Estado, que será o financiador destes projetos e serviços.

As ideias da Terceira Via são fortemente implementadas e executadas nos Estados Unidos no governo de Bill Clinton e, na Inglaterra, no governo de Tony Blair e, posteriormente, disseminadas pela Organização das nações Unidas (ONU) e fortemente implementadas e exigidas pelo Banco Mundial.

Entretanto, se esta narrativa objetiva evidenciar as degradações das relações de trabalho no setor da saúde no Brasil, é de fundamental importância compreender quando e de que forma as teorias neoliberais da Terceira Via, do Terceiro Setor e seus efeitos deletérios entraram e se implantaram no Brasil. Diga-se de passagem, estas entraram de forma contundente e com o vocabulário ideológico extremamente “sedutor”¹⁰ capaz de incrementar uma estrutura ideológica para manutenção do capitalismo, através da nova pedagogia da hegemonia¹¹.

A ideologia neoliberal da Terceira Via entende que o Estado não deveria ser o provedor, mas sim, deveria ter um papel de regulador dos serviços públicos básicos com a saúde e a educação. Ou seja, há o investimento financeiro público nestes setores, porém, a administração e gerência destas atividades deveriam ser executadas pela iniciativa privada.

A ideologia da Terceira Via através da figura do “Estado necessário”, da sociedade civil ativa e a estruturação do Terceiro Setor se inicia com o Governo Fernando Henrique Cardoso,

⁹ Para maiores aprofundamento teórico deste movimento social ler “A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo” de André Silva Martins, 2009.

¹⁰ A palavra que definia a forma de como o Estado deveria administrar o setor dos serviços era “*publicização*” (que será discutida neste texto em outro momento) e, portanto, no consenso geral da população estaríamos saindo de uma privatização desordenada de todas as empresas públicas, o que tinha acontecido no governo Fernando Collor de Mello e Itamar Franco e agora as instituições voltariam a ser públicas. Grande engodo, na verdade é uma forma diferente de privatizar e que é caracteriza por alguns movimentos sociais contra esta administração de “*privatização branca*”.

¹¹ Para maior aprofundamento teórico da nova pedagogia da hegemonia ler Neves, 2005.

mas se materializa em 1995 no Plano Diretor da Reforma do Aparelho idealizado por Luiz Carlos Bresser Pereira, na ocasião, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

Neste contexto, o Plano de Reforma caracteriza a existência de um *Terceiro Setor*, formado pela sociedade civil constituída pelo ser social autônomo e várias organizações responsáveis que, através de importantes investimentos em ações sociais, configuram as empresas socialmente responsáveis, entre elas as Organizações Sociais (OS), as ONGs, as instituições, fundações e empresas sem fins lucrativos.

As Reformas do Estado preconizam a descentralização, ou seja, terminam com o monopólio do Estado pelos serviços de bens públicos como a educação, saúde, e previdência social, visando a uma maior qualidade e produtividade no serviço público.

Emergem as descentralizações, ou seja, as “*publicizações*”, para o setor público não estatal, de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, nas quais se autoriza o Poder Executivo, por meio da qualificação de entidades privadas como "Organizações Sociais" (OS), transferir-lhes a gestão de bens e serviços públicos a cargo de entidades autárquicas e fundacionais (BEHRING, 2008; NEVES, 2005; MARTINS, 2007 e 2009).

Trata-se, então, da expropriação de bens públicos pelo capitalismo, determinando uma importante exclusão social e uma maior visibilidade das diferentes classes sociais, e o mais grave, utilizando fundos públicos.

A descentralização é na verdade uma privatização de “dentro para fora”, muitas vezes de forma sutil, ou seja, a “privatização branca”.

Neves (2005) nos mostra que assim que FHC assumiu a presidência da República criou, sob a própria direção da presidência, o Programa Comunidade Solidária, com a finalidade de combater as situações agudas ou extrema de pobreza mas, também teve um papel fundamental da elaboração do arcabouço jurídico para a elaboração da Lei das Organizações Sociais (OS) de 1998, da Lei do Voluntariado, em 1998, e da Lei nº 9.700/99 que cria as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (Ibidem).

Em Rizzotto (2012) podemos compreender o que Nogueira (1998), apud Behring (2008) quis chamar a atenção quando escreve que Reforma Democrática do Estado Brasileiro, “se faz sem rupturas políticas fortes, ou seja, sem construir uma institucionalidade democrática e sem incorporação social”.

Toda degradação do setor da saúde no Brasil, conforme os autores supra citados, resultante das Reformas de Estado de Bresser Pereira em 1995, nada mais foi que a materialização das diretrizes estruturais e exigências internacionais para este setor. Isso ocorreu

não só no Brasil, mas também, nos demais países periféricos do sistema capitalista globalizado. Assim, o Banco Mundial determina:

Na medida do possível, se deve tratar de calcular uma taxa de rentabilidade econômica para o referido componente ou o aumento dos custos do projeto básico devido a sua alteração em função dos aspectos de saúde (Banco Mundial, 1975, apud RIZZOTTO, 2012, p. 106, tradução da autora).

O forte interesse do Banco Mundial pelo setor da saúde se estabelece a partir de 1990, quando evidencia que este setor pode “se constituir em importante mercado a ser explorado pelo capital” (RIZZOTTO, 2012, p. 109).

Para o Banco Mundial, as ações Estatais dos países periféricos no campo da saúde deveriam se limitar aos programas destinados à população mais pobre, ou seja, à manutenção das políticas focais, centrados nas ações de promoção e prevenção da saúde com custos reduzidos e resultados impactantes. Segundo Sir Willian Beveridge, apud Nunes (2011, p. 142) “um sistema de saúde para pobres será sempre um sistema pobre”.

Neste sentido, entende-se, primeiro, que para o Banco Mundial as ações da atenção primária ou básica, as necessidades de saúde do indivíduo, que de modo geral, tornam-se de baixo custo, ficam por conta do Estado através de programas sociais, enquanto as atenções mais complexas do setor saúde, nas quais os custos são muito mais elevados e, portanto, com grande margem de lucro em sua comercialização, ficam por conta da iniciativa privada.

A proposta para os recursos humanos no interior do serviço público deveria ter origem na própria comunidade, o que facilitaria a sua permanência e o maior conhecimento da população, com uma formação elementar e simplificada, suficiente para executarem atividades de prevenção, cuidados materno-infantis e planejamento familiar. Esses dariam conta de resolver os problemas de saúde mais gerais, de caráter familiar e comunitário¹².

Segundo o Banco Mundial, estes trabalhadores estariam mais bem preparados para enfrentar as enfermidades das comunidades com escassos recursos do que o médico clínico. (RIZZOTTO, 2012).

Com todas estas análises fica, portanto, muito clara a preocupação do Banco Mundial, naquela altura, com as características impostas à saúde pela Constituição do Brasil de 1988, reconhecida como a “Constituição Cidadã” que determina que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado” através dos seus princípios de universalidade, integralidade e equidade, que constituíram as fortes conquistas do Movimento dos Sanitaristas.

¹² São as características do Agente Comunitário da Saúde (ACS) no interior das Estratégias da Saúde da Família (ESF) no Brasil.

Estas propostas expressam os ideários neoliberais na estruturação da Terceira Via e a constituição do Terceiro Setor ao nível do sistema de saúde brasileiro, criando um grande campo de investimento do capital não só ao nível da prestação de bens e serviços no mercado nacional como também uma fonte lucrativa de investimento para o capital financeiro, ou seja, financeirização do setor saúde brasileiro¹³

Em 1996, o Poder Executivo elaborou e submeteu ao Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional, acrescentando a expressão “nos termos da lei” ao artigo 196 de Constituição Federal, o que abriu uma brecha jurídica para a adoção de medidas de ajuste no interior do SUS revogando os três princípios fundamentais (VIANNA, PIOLA e REIS, 1998, apud, RIZZOTTO, 2012).

A introdução dessas reestruturações sociais, políticas e econômicas no setor saúde brasileiro resultaram em uma franca dualidade de serviços prestados à população, ou seja, a saúde pública e a privada (MARTINS, 2013), ambas, determinando efeitos desastrosos no âmbito das relações sociais: uma forte degradação das relações de trabalho, com perda de direitos trabalhistas já conquistados; agravamento das precárias condições de trabalho; baixa qualificação e salário com efeitos nas condições de vida dos trabalhadores auxiliares e técnicos e enfraquecimento das organizações trabalhistas.

Essas questões têm efeitos na relação trabalhador e cliente resultando numa prestação de serviço de má qualidade sem a presença dos elementos fundamentais na atenção à saúde: cuidado, integralidade e a humanização (AYRES, 2004), chegando a colocar em risco a integridade física e psíquica do paciente e do próprio trabalhador.

Martins (2013), analisando os impactos da reestruturação produtiva no interior do serviço público de saúde no Brasil, chama a atenção para a existência de um instrumento de regulação do trabalho, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que estruturava a relação de trabalho no setor privado (vínculo celetista) e o Regime Jurídico Único (RJU), presente na “Constituição Cidadã” de 1988 que normatizava as contratações no setor público (vínculo estatutário).

A Reforma do Estado de 1995 introduz no setor público o conceito de flexibilização, através da Emenda Constitucional nº 19/1998.

A quebra do Regime Jurídico único, com permissão da contratação pelas instituições públicas, de pessoal regido pela CLT; introdução de mecanismos de redução e

¹³ Para maior aprofundamento teórico ler a tese de doutoramento de Júlio Cesar França Lima “Política de Saúde e Formação Profissional dos Trabalhadores Técnicos de Enfermagem, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

regulação do estatuto da estabilidade do servidor público; e a criação do dispositivo do contrato de gestão, com atributos de autonomia gerencial (MARTINS, 2013, p. 1671).

Esta Emenda, entre outras consequências, abre a possibilidade de demissão do servidor por insuficiência de desempenho ou excesso de quadros, promove mudanças na previdência social do servidor público e principalmente, o que se espera da flexibilização das relações de trabalho, possibilitar a contratação de “Organizações Sociais” (OS) e as Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP) para a realização das atividades públicas inerentes ao Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF nº 101. (MARTINS, 2013)

A autora também chama a atenção para outro mecanismo de flexibilização do serviço público que é a intensificação da contratação de mão-de-obra sob a forma de “terceirização”.

Mostra-nos um crescimento do mercado informal de trabalho em saúde com precária regulamentação do trabalho comprometendo os direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores e instituindo uma nova relação de trabalho que se estrutura em empregos fragmentados, precários, mal remunerados, aprofundando ainda mais as heterogeneidades de trabalhadores no setor da saúde.

Em relação às políticas públicas o que a autora nos mostra é o Programa de Saúde da Família (PSF) espalhado pelos diversos municípios brasileiros com forte impacto político-institucional, no qual se observa uma grande variedade de formas de contratação de mão-de-obra. A gestão dos recursos humanos, no interior do próprio serviço público, contempla a contratação temporária, as cooperativas, a prestação de serviços, o contrato com instituições filantrópicas, as bolsas de pesquisas, através de fundações de apoio e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e as Fundações Estatais de Direito Privado, que caracteriza uma diversidade das relações de trabalho no campo da saúde, levando à precariedade e informalidade do trabalho, comprometendo os direitos sociais conquistados e garantidos pela CLT.

Há ainda a necessidade de um processo contínuo de aperfeiçoamento durante a trajetória profissional destes trabalhadores, de forma a integrar os princípios científicos que formam a prática cotidiana, principalmente no trabalho em saúde. Entretanto, esta atualização permanente se torna comprometida nos trabalhadores terceirizados do setor saúde uma vez que há uma proibição legal do Estado de alocar recursos públicos para qualificação deste pessoal terceirizado (MARTINS, 2013).

Entretanto, o que mais me incomoda e me conduz às profundas reflexões e fortes críticas é o fetiche neoliberal de que a privatização dos serviços de saúde é sinônimo de eficiência e sustentabilidade.

Assim, finalmente, concluímos que os cruzamentos do debate da qualificação com o trabalhador da área da saúde convergem, inevitavelmente, para uma desqualificação não só deste trabalhador, como também, e mais grave, um forte comprometimento do serviço de saúde prestado no Brasil à população, que afeta não apenas setor privado, mas, principalmente, o setor público que atende a maioria dos cidadãos brasileiros.

CAPÍTULO 2: A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA QUE SURGE PARA DESLOCAR O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO DO TRABALHADOR POR MEIO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Este capítulo destina-se a debater os contextos sociais, econômicos e políticos que determinam o surgimento da Teoria do Capital Humano (TCH) por Theodoro Willian Schultz, nas décadas de 1950 e 1960, que se fortalece a partir das publicações de Gary Stanley Becker, na década de 1980.

Demonstrará que a Teoria do Capital Humano encontra-se associada à reestruturação produtiva na sociedade capitalista e do ideário da “vulgata neoliberal”, que determinou um deslocamento do conceito de qualificação do trabalhador para a noção de competência do trabalhador. E este, por sua vez, repercutirá negativamente sobre toda a estrutura trabalhista a nível mundial e globalizado.

Em seguida, estrutura-se uma síntese que demonstra conceitualmente que a noção de competência não se opõe ao conceito de qualificação do trabalhador. O que se desenvolve é um fortalecimento da dimensão experimental da qualificação - “competências” - em detrimento das dimensões conceituais e principalmente sociais com forte finalidade política ideológica, no contexto neoliberal.

Finalmente será evidenciado que, em qualquer ponto de vista, o conceito de qualificação permanece sendo mais completo e mais bem estruturado para a análise da qualificação do trabalhador do que a noção ideológica consensual de competência.

2.1. A GÊNESE DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO (TCH): A EDUCAÇÃO COMO FONTE DE RIQUEZA E SOCIABILIZAÇÃO HEGEMÔNICA

Se o debate se fez em torno da noção de competência, entendemos que compreender a sua gênese a partir da Teoria do Capital Humano se faz totalmente necessária para uma análise mais correta dos fundamentos ideológicos da noção de competência em um contexto de reestruturação produtiva e na necessidade de manter de forma consensual a hegemonia da burguesia capitalista mundial.

Uma breve visão panorâmica em relação à Teoria do Capital Humano mostrará as origens de sua formulação, os contextos políticos que relacionam a educação com a economia,

suas consequências para a manutenção de um pensamento hegemônico de sociabilidade e as fortes e contundentes críticas de filósofos, sociólogos, economistas e educadores a esta teoria, que, através de importantes estudos empíricos, demonstram o seu aspecto degradante sobre as condições humanas, em vários setores da sociedade, principalmente, na educação, no trabalho e na economia. Esta teoria fortalecerá a *noção de competência* e todas as suas consequências desastrosas para a formação do trabalhador e as condições dos seus postos de trabalho.

Esta análise seguirá um eixo no qual a Teoria do Capital Humano enfatiza a importância da relação dos conhecimentos e habilidades adquiridas pelo trabalhador com o desenvolvimento econômico, advogando que investir na educação (fator educacional e também investimento na pesquisa científica) conduz ao desenvolvimento econômico da nação, a uma sociedade mais justa, com redução da desigualdade social e com a eliminação da pobreza.

As críticas demonstram que esta teoria parte do princípio da existência de uma relação direta entre o investimento no fator educacional (educação formal e informal e no treinamento) e o desenvolvimento da economia, ou seja, considera apenas o investimento no fator humano para maior produção, mas em nenhum momento consideram os fatores socioeconômicos, fortemente presentes nas sociedades atuais, que intervêm no incremento educacional do trabalhador e em suas gerações futuras.

Mantendo o referencial teórico crítico e emancipador, entendemos que a noção de competência emerge com a finalidade de manter a ordem social nas bases da burguesia capitalista, introduzindo um senso geral na sociedade, na qual o homem se torna racional e egoísta, escolhendo sempre o ‘melhor’ para ele (o trabalhador), mas que, na verdade, é para expropriação deste ‘melhor’ (do trabalhador) pelo dono do capital.

Estas condições serão determinantes para a educação no Brasil através da estruturação das Leis de Diretrizes e Bases e pelas Diretrizes Curriculares a partir da noção de competência e assim o trabalhador não será mais qualificado e sim terá competência para manter-se incluído no mercado de trabalho, tão instável e contraditório como o próprio sistema capitalista.

Neste momento, é possível citar Santos, *et al* (2010, P. 558), que colocam o seguinte a respeito desta teoria:

O termo ‘capital humano’, hoje tão corrente e assimilado, teve um longo, embora rápido, percurso até os dias de hoje. Longo por ter causado verdadeira abjeção inicialmente e hoje ser foco das mais diversas políticas públicas, ou termo de propaganda de escolas de educação infantil; rápido, pois a formulação do conceito, tal como conhecemos hoje, ocorre no início da década de 1960 por economistas ligados à Escola de Chicago.

Considera-se que a Teoria do Capital Humano foi elaborada por Theodoro Willian

Schultz, economista agrícola (Prêmio Nobel de Economia em 1979), nas décadas de 1950 e 1960, e se fortaleceu a partir das publicações de Gary Stanley Becker, na década de 1980, ao relacioná-la com o pensamento neoliberal, determinando uma reestruturação produtiva no mercado capitalista.

Na década de 1950, surge a disciplina economia da educação. Um de seus fundadores foi o próprio Schultz, que a associa à Teoria do Capital Humano a explicação para os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção.

Gary Stanley Becker (1930 - Prêmio Nobel de Economia em 1992), economista americano e professor de sociologia da Universidade de Chicago, foi quem introduziu o conceito de sociologia no estudo da economia e, a partir de 1971, iniciou seus estudos relacionados ao capital humano. Concebe a visão de ser humano aproximado do mecanicismo relativista, onde o capital humano se refere à educação, às habilidades, à saúde e ao treinamento do indivíduo. Trata-se de capital porque estes valores agregados constituem a formação integral do indivíduo, assim como uma máquina, uma planta ou obras industriais.

No contexto neoliberal, a educação adquiriu um papel fundamental no desenvolvimento econômico e constituiu o núcleo central dos estudos relacionados com o crescimento da economia moderna. Marcantemente, nos anos de 1980, a economia da educação volta a ser considerada uma importante aliada nas ações para a reestruturação da economia mundial, na qual são estabelecidas novas relações internacionais de trabalho.

Os primeiros relatos de Schultz, em relação ao tema capital humano, foram publicados na *American Economic Review* em 1961. Diz ele:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que tem-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico (SCHULTZ, 1961 e 1973b, p. 31).

Schultz introduziu as bases teóricas que sustentam o conceito do importante peso adquirido pela educação no desenvolvimento econômico de um país no ensaio intitulado “*O valor econômico da educação*”, publicado em 1963 (patrocinado pela Fundação Ford, SCHULTZ, 1973b, p. 7 e p.15) e, em seguida, fundamenta o conceito da Teoria do Capital Humano na publicação intitulada “*Teoria do Capital Humano: investimento em educação e pesquisa*”, publicado em 1971. (SCHULTZ, 1973a).

No primeiro livro, Schultz relata que, na época, muitos estudos e muitas conferências

estavam sendo realizados relacionando a economia à educação (Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica (ODCE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Universidades Americanas) e, neste momento, declara:

O meu próprio interesse por este assunto surgiu no correr de 1956-57 quando eu era membro do Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento (também patrocinado pela Fundação Ford, SCHULTZ, 1973, p. 10). Sentia-me perplexo ante o fato de que os conceitos por mim utilizados, para avaliar Capital e Trabalho, estavam-se revelando inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção (SCHULTZ, 1973b, p. 10).

O autor observa que existia uma omissão, em nível da economia, ao atribuir um real e importante valor a um resíduo na estrutura do crescimento econômico, que justificaria o aumento da produção. Observou, ainda, que, nos Estados Unidos, havia um crescente investimento pessoal na forma de ativos humanos e que o principal investimento básico no capital humano era na educação. (Ibidem, p. 10 e 11).

Cita que alguns economistas atribuem este resíduo do crescimento da produção às modificações no sistema produtivo resultantes das transformações tecnológica e a um desvio no critério analítico deste resíduo que, para o autor, será corrigido quando se ampliarem integralmente os fatores de produção, incluindo também a produtividade econômica da educação. (Ibidem, p. 12).

E outros economistas em geral tendem a considerar como capital apenas os bens materiais o que os leva a um erro, ao estabelecer um conceito restrito. Neste caso, atribuem o aumento da produção somente ao número de homens-hora, não considerando, portanto, as habilidades adquiridas pelo homem, que, na verdade, são elas que ampliam a sua produtividade econômica. (Ibidem, p. 13).

Schultz, após uma intensa investigação, relacionando a Economia e a Educação, conclui que o investimento em capital humano através de uma educação formal e na pesquisa científica será o determinante para a explicação do resíduo de aumento na produção; que a instrução e o progresso no conhecimento constituem importantes fontes de crescimento econômico, os quais não são fontes naturais, mas sim adquiridas pelo homem e que envolvem a economia e o investimento, principalmente investimento na instrução (Ibidem, p. 63). Este investimento também resultaria em um prazer nas pessoas que encontram maior lazer, no acúmulo crescente de bens duráveis, maior saúde e maior educação (Ibidem, p. 64).

Em sua segunda publicação, em 1971, Schultz descreve os pensamentos que surgiram para o desenvolvimento da Teoria do Capital Humano.

Relata que a Teoria do Capital Humano começa a ser elaborada quando, frequentando a *Iowa State College*, iniciou seu interesse específico na contribuição da ciência na produção.

Ele observou que não seria suficiente, para explicar o valor da produção dos alimentos, apenas a partir da análise simples da terra, sendo, portanto, necessária uma avaliação dos evidentes avanços materiais biológicos introduzidos na produção destes alimentos. (SCHULTZ, 1973a, p. 8). Percebeu, também, que os registros dos avanços no campo da ciência não eram suficientes para explicar todos os ganhos da produção.

Quando professor na Universidade de Chicago, no final da década de 1940, Schultz iniciou um estudo voltado para analisar os ganhos de produtividade não explicados, relacionando-os, de forma importante, com as capacidades adquiridas pelos agentes humanos.

Havia intensas pesquisas que tentavam estabelecer os fatores “ausentes” da produção que pudessem explicar os inexplicados elementos residuais inerentes ao crescimento moderno.

O autor registra que os conhecimentos econômicos, em geral, apontam várias razões para tentar explicar o crescimento moderno da produção: os recursos naturais, as amplas áreas territoriais e a industrialização, mas que, no contexto mundial, não apresentavam valor real explicativo (Ibidem, p. 12).

Neste contexto, Schultz via a necessidade de ampliar o conceito de capital, relacionando-o com os investimentos realizados no agente humano, tornando real a existência de um capital humano e, para embasar sua teoria, buscava conceitos de autores economistas clássicos como Adam Smith e sua escola, Alfred Marshall, entre outros (Ibidem, p. 33 e 34); deixa claro que o investimento no capital humano, principalmente na educação formal e na pesquisa organizada, era fundamental para o determinismo do desenvolvimento econômico. Ele chama a atenção para uma classe particular de capital humano consistente, o “capital configurado na criança”, que pode ser a chave de uma teoria econômica da população. Esta forma de capital seria formada a partir da criação dos filhos no lar, pelo pai, pela mãe e prosseguiria ao longo de sua educação por todo o período da infância.

Assim, Schulz relaciona o capital humano com o investimento no campo da educação formal e propõe que este tipo de investimento seja compreensível aos que tomam decisões como os estudantes, pais de estudantes, professores, dirigentes acadêmicos ou repartições públicas. Defende, ainda, que o mesmo tratamento deve ser dado às destinações dos recursos para pesquisa, orientando os pesquisadores neste sentido.

Para Schultz, portanto, é o investimento no capital humano que explica todo o aumento da produção na economia moderna. São os investimentos diretos na educação e escolaridade, nas migrações internas para a busca de melhores empregos, no treinamento dos trabalhadores,

na sua saúde, no seu lazer e tudo que se relaciona com o investimento no indivíduo são os responsáveis pela maior parte do crescimento dos rendimentos reais do trabalhador. Assim, com estes investimentos, fica claro que a qualidade do trabalho humano pode ser ampliada e melhorada determinando um incremento na produtividade.

Schultz adverte, no entanto, que é necessário investir na saúde do trabalhador para garantir sua maior longevidade, mantendo valorizado o capital humano com menor risco para a produção; também adverte que na ocasião da aposentadoria o capital humano individual encontra-se muito desvalorizado.

A Teoria do Capital Humano sofre fortes críticas, de início e até os dias atuais, por conta de todas as suas consequências não só na educação e formação do trabalhador, mas também no que se refere às amplas transformações nas estruturas sociais relacionadas com a inclusão do “homem” no mercado de trabalho. As críticas são também por questões éticas, humanas, econômicas, políticas.

Essa teoria é fortemente criticada quando se analisa o deslocamento do conceito de qualificação do trabalho pela noção de competência na esteira desta teoria no contexto neoliberal. Partindo de um princípio moral, as críticas se fazem contra a construção de uma relação direta do ser humano, um homem livre, como um capital; ou seja, este teria um valor de mercadoria na sociedade capitalista. As críticas se dirigem, ainda, contra a relação positivista entre educação (fator educacional) e desenvolvimento econômico, pela qual o incremento na educação seria determinante para o crescimento econômico de uma região ou até mesmo de uma nação.

Os autores da Teoria do Capital Humano se apoiam em pensadores economistas clássicos, como Adam Smith e sua escola, para justificar a relação do homem com o capital. Mas é importante assinalar que a abordagem e, principalmente, o método de investigação dos autores da Teoria do Capital Humano têm pouco ou nada com o que os autores clássicos escreveram naquela época (FRIGOTTO, 2010a, p.47).

Frigotto (2011), chama a atenção para o fato de Milton Friedman - um intelectual do neoliberalismo, para quem a educação é um negócio como qualquer outro e, portanto, deve ser regulado pelo mercado - associar seu pensamento à ideologia de Friedrich Hayek, outro importante intelectual da formulação do neoliberalismo. O autor deixa claro que a influência neoliberal promove a ideia de abandonar as teses da democratização e da igualdade no campo social e educacional e partir para a valorização do esforço individual, investindo no seu próprio capital humano, tornando-se assim supostamente mais apto e capaz (FRIGOTTO, 2011b).

A relação da Teoria do Capital Humano com o propósito de manutenção da

sociabilidade burguesa deu origem a muitas críticas e é um ponto muito bem elucidado e descortinado por Frigotto (2010a), em seu livro “A produtividade da escola produtiva”. Diz ele:

(...) Buscaremos evidenciar que o método de análise positivista constitui-se, então, na forma específica da visão burguesa dos nexos entre educação e desenvolvimento, educação e trabalho, capital e trabalho. Nexos este de esconder a verdadeira natureza de exploração das relações sociais de produção capitalista, determinando que esta teoria se constitua em um poderoso instrumento de manutenção do senso comum. A teoria mostra-se fecunda enquanto uma ideologia, tanto no sentido de falseamento da realidade quanto no de organização de uma consciência alienada (FRIGOTTO, 2010a, p. 46).

Suas análises descortinam uma real relação entre o surgimento mais sistemático da Teoria do Capital Humano e a necessidade de uma nova reformulação do capitalismo para a manutenção de sua hegemonia mundial, mais evidentemente na década de 1960. O autor descreve que a elaboração da Teoria do Capital Humano no desenvolvimento do modo de produção capitalista é histórica e se relaciona com a própria estruturação de uma sociedade de classe:

Configura-se, então, historicamente, um modo de produção onde as relações sociais de produção da existência sociais são marcadas por uma cisão fundamental: proprietários dos meios e instrumentos de produção e assalariados, não proprietários, que dispõem, para troca, unicamente sua força de trabalho, criadora de valor, agora transfigurada em mercadoria, para o capitalista, igual a qualquer outra (FRIGOTTO, 2010a, p. 91).

Ele deixa bem evidente que este termo “capital humano” surge antes mesmo de sua elaboração na década de 1960 (Ibidem, p. 48), mas, assume uma função claramente ideológica com o objetivo de determinar uma estruturação hegemônica americana no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, no qual o desenvolvimento se transforma em uma espécie de fetiche para proteger os países subdesenvolvidos da ameaça do comunismo. (FRIGOTTO 2011b, p. 85) Seu objetivo principal era bloquear a expansão do socialismo na América Latina principalmente após a Revolução Cubana. Tratava-se, portanto, de uma noção que falseava o sentido do capital. Era, na realidade, uma relação social historicamente construída, em que se deveria manter a ordem da exploração da classe dos trabalhadores, os quais necessitariam vender sua força de trabalho física e intelectual para sobreviver (FRIGOTTO, 2011a).

Frigotto (2011b, p. 85), evidencia este objetivo americano em manter a sua hegemonia nas sociedades livres e democráticas citando Dean Rusk, chefe do departamento de Estado dos Estados Unidos que, em 1965, diz:

(...) sabemos que não podemos mais encontrar segurança e bem-estar numa política e numa defesa confinada apenas na América do Norte. Este planeta tornou-se pequeno, devemos cuidar dele todo - com toda a sua terra, água, atmosfera e espaço circulante.

Arapiraca (1979 e 1982), em sua tese de mestrado, defendida em 1979 e intitulada “*A USAID e a Educação Brasileira*”, evidenciava que toda a ajuda fornecida pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*) ao segmento educativo brasileiro buscava racionalizá-lo com o projeto político-econômico que se implantava no Brasil a partir de 1964, já explicitamente comprometido com o capital internacional na condição de um país periférico.

Rossi (1978), já enfatizava que a visão ideológica da relação entre educação e economia estava se generalizando sem crítica, entre aqueles que no país cuidavam das questões educacionais: administradores, professores e estudante. Evidenciou, a partir de importantes trabalhos científicos, uma contradição no real valor do investimento no fator educacional como condicionante para o desenvolvimento econômico e uma melhor sociabilidade.

Maurício Tragtemberg, no livro de Rossi “*Capitalismo e Educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista*” intitula o seu prefácio à obra “*A Educação e a arte da desconversa*”, diz:

(...) a expansão das oportunidades escolares em nada diminui as diferenças sócio-econômicas. Colocar a educação como fator de redistribuição de renda, se não for má fé é desconhecer que a distribuição é determinada pelo modo de produção, se este por sua natureza concentra renda na classe proprietária, na ausência de pressões sociais em contrário, a distribuição acompanha-lo-á indefectivamente (Ibidem, prefácio).

São muitas as contradições internas que se relacionam com a Teoria do Capital Humano e a relação direta com a ideia de que investir em educação representa desenvolvimento econômico e social. O que explica o fato de países desenvolvidos como EUA desenvolver crises econômicas e altas taxas de desemprego e, na Europa, haver uma taxa média de desemprego em torno de 12%, que no caso da Espanha atinge 22%, além de dados que mostram que este país apresentou um crescimento econômico de 100% e um crescimento negativo de 2% no emprego? (FRIGOTTO, 2011b, p. 88).

Nesta discussão, Frigotto (2010a) descreve que, no interior da Teoria do Capital Humano, há um movimento de caráter circular, um pensamento em “giro”, relacionados com os mesmos supostos empíricos, mas, que se desdobram em linhas muitas vezes contraditórias (FRIGOTTO, 2010a, p. 60 e 61).

O capital humano formula que o fator educacional é determinante para o desenvolvimento econômico de uma nação e que qualquer falha na formação do indivíduo é apenas exclusivamente sua responsabilidade ou porque não investiu de forma correta, ou porque não investiu o suficiente, ou não teve força de vontade, ou seja, se relaciona com a

meritocracia. Também determina que um investimento marginal em educação e treinamento cria capacidade de trabalho, ou seja, investimento em educação e formação resultaria no aumento da renda do trabalhador. Este raciocínio surge do princípio de que produziu mais, por maior competência, logo ganhará um maior salário, uma maior renda.

Frigotto (2011b), considera que uma provável explicação para que algumas nações se desenvolvam e acumulem capital e outras não, reside no fato de seus autores considerarem apenas o fator humano e não as relações humanas (FRIGOTTO, 2011b, p.86). Portanto, ocorre a inversão que caracteriza o modelo circular de análise, na qual o capital humano considera a educação o fator determinante para a mobilidade social, de aumento de renda e de crescimento econômico. Considerando as relações humanas os fatores socioeconômicos é que se constituem nos principais responsáveis pelo acesso e permanência na escola e pelo rendimento total ao longo desta trajetória educacional. Assim, o que é determinante se torna determinado. (FRIGOTTO, 2010a, p. 62 e 63).

Frigotto (2010a), também salienta outras críticas internas ao capital humano, como o fato de esta teoria privilegiar os componentes cognitivos como os principais responsáveis pelo sucesso profissional, aumento da rentabilidade, etc. A escola tornar-se-ia mais efetiva quanto ao aumento da produtividade das pessoas na organização quando fossem fornecidos hábitos de funcionalidade, respeito à hierarquia, disciplina, etc (Ibidem, p. 57).

Concordando com o que Frigotto nos mostra em suas obras, podemos citar a descentralização das políticas educacionais e as evidentes transformações pelas quais a educação se sujeitou principalmente, entre 1990 e 2002, quando se observa a valorização de novos currículos, da interdisciplinaridade, de uma nova sociabilização da educação, entre outras, com o objetivo de manter a hegemonia do projeto neoliberal na sociedade. Esta, por sua vez, se caracteriza por um aumento da exclusão social através de projetos educacionais que visam o mercado, ou melhor, a empregabilidade do trabalhador (NEVES, 2005).

Neste conceito, a educação se transforma em um aparelho para a nova pedagogia da hegemonia, mantendo a alienação do indivíduo (do trabalhador), a partir de princípios de sociabilização burguesa e neoliberal, possibilitando uma maior expropriação da mais valia deste (Ibidem). Nesta linha de pensamento, Frigotto evidencia uma metamorfose social na esfera do trabalho e da produção: a qualificação se transforma em competência, a qualidade se transforma em qualidade total e o emprego se transforma em empregabilidade.

2.2. AS ANÁLISES CRÍTICAS DA “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO” E SEUS DESDOBRAMENTOS: A ÊNFASE DA COMPETÊNCIA NA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Surge então, a partir de 1970, na esteira do ideário economicista do capital humano, um novo vocabulário social e pedagógico que inclui as noções de sociedade do conhecimento ou sociedade tecnológica.

Para Bourdieu e Wacquant (2001), surgem novos sentidos, para antigos conceitos, que se transformam em diversas noções, com pouco sentido semântico, mas fortemente ideológico, constituindo o que estes autores denominam de vulgata planetária neoliberal, entre elas, a sociedade do conhecimento, contextualizando uma nova ordem de sociabilização mundial, a partir das ideologias neoliberais para a manutenção da hegemonia da burguesia capitalista.

Em todos os países avançados, padrões, altos funcionários internacionais, intelectuais de projeção na mídia e jornalistas de primeiro escalão se puseram em acordo em falar uma estranha *novlangue* cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: ‘globalização’, ‘flexibilidade’, ‘governabilidade’, ‘empregabilidade’, ‘underclass e exclusão’; nova economia e ‘tolerância zero’, ‘comunitarismo’, ‘multiculturalismo’ e seus primos pós-modernos, ‘etnicidade’, ‘identidade’, ‘fragmentação’ etc.. A difusão dessa nova vulgata planetária, da qual estão notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência, é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico: seus efeitos são tão mais poderosos e perniciosos porque ele é veiculado não apenas pelos partidários da revolução neoliberal que, sob a capa da ‘modernização’, entende reconstruir o mundo fazendo tábula rasa das conquistas sociais e econômicas resultantes de cem anos de lutas sociais, descritas, a partir dos novos tempos, como arcaísmos e obstáculos à nova ordem nascente, porém também por produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas (BOURDIEU e WACQUANT, 2001, p. 156).

Estes autores entendem que existe uma forte influência ideológica, por partes dos EUA, a fim de determinar um imperialismo cultural, disseminando seus conceitos e pensamentos econômicos, políticos e sociais de forma universal:

Como as dominações de gênero e etnia, o imperialismo cultural é uma violência simbólica, que se apoia numa relação de comunicação coercitiva para extorquir a submissão e cuja particularidade consiste, nesse caso, no fato de universalizar particularidades vinculados a uma experiência histórica singular, ao fazer com que sejam desconhecidos, como tal, e reconhecidos como universais (BOURDIEU e WACQUANT, 2001, p. 157).

Também enfatizam que estas ideias e noções relacionadas com o vocabulário da vulgata neoliberal são fortemente transmitidas e disseminadas por instituições internacionais: Banco Mundial, a Comissão Europeia, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento

Econômico (OCDE) e, ainda, dos “bancos de ideias” do pensamento conservador, constituídos por institutos e fundações econômicas, filantrópicas e educacionais presentes em Nova Iorque, Londres, Paris e Frankfurt, como também, dos grandes meios de comunicação, verdadeiros especialistas na importação e exportação cultural.

Há, portanto, uma naturalização na ordem mundial, de forma “globalizada” e universal dos esquemas do pensamento neoliberal, fortemente mantidos e exigidos, não só pelos Órgãos Multilaterais, como, principalmente, a partir dos “bancos de ideias” em associação com políticos, intelectuais, jornalistas e os diversos meios de comunicação.

Como todas as mitologias da idade da ciência, a nova vulgata planetária apóia-se numa série de oposições e equivalência, que se sustentam e contrapõem, para descrever as transformações contemporâneas das sociedades avançadas: desengajamento econômico do Estado e ênfase em seus componentes policiais e penais, desregulação dos fluxos financeiros e desorganização do mercado de trabalho, redução das proteções sociais e celebração moralizadora da ‘responsabilidade individual (BOURDIEU e WACQUANT, 2001, p. 160, grifo do autor).

Portanto, o sentido das noções relacionadas com a vulgata planetária extrapolam o campo da educação e da formação do trabalhador e Frigotto (2003, p. 48), nos chama a atenção que a nova vulgata, que estes autores se referiam, está relacionada com forte investida, no plano supra-estrutural, dos donos do grande capital e dos poderosos e indica a forma como se representam as relações sociais, econômicas, culturais e educativas.

Trata-se de pautar a agenda do pensamento único, silenciando determinadas perspectivas analíticas e determinados conceitos e hipertrofiando outros. Com efeito, como sintetiza Galeano (2000), a partir do que leu escrito em uma parede em Quito: “Quando tínhamos todas as respostas, mudaram as perguntas”. Para desespero de milhões de seres humanos, muitos dos quais vivem no Brasil e necessitam de emprego, de casa, de saúde e educação pública, de cultura, lazer e aposentadoria digna, quem mudou as perguntas foram o conservadorismo ou os profetas do neoliberalismo.

Neste sentido, o avanço da noção da sociedade do conhecimento, através do ideário consensual neoliberal, nos conduz ao desaparecimento do proletariado e fazendo surgir o cognitariado (DANIEL BELL, 1973, apud FRIGOTTO, 2011a, p. 9). Seguem-se a esta, as “noções de qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade, empreendedorismo e capital social” (FRIGOTTO, 2011a, p. 7), além da “flexibilidade, trabalho participativo em equipe, formação flexível, abstrata e polivalente” (FRIGOTTO, 2011b, p 89).

Nesta mesma linha de pensamento Kovács (2013), analisando as perspectivas neoliberais e a sociedade do conhecimento nos mostra que “o tecno-optimismo futurista considera as tecnologias de informação e comunicação como forças actantes e autónomas do contexto sociocultural que levam a uma marcha inevitável ‘à sociedade cognitiva’ centrada na

produção imaterial baseada nos conhecimentos” (KOVÁCS, 2013, p. 41, grifo da autora).

Portanto, a educação, que deveria ser a chave do progresso humano, da desalienação e da libertação da superexploração e da expropriação dos conhecimentos humanos, continua sendo uma forma de expropriação, alienação e exclusão. Por seu intermédio, busca-se valorizar o capital humano com a finalidade de servir às empresas e às organizações econômicas, visando a uma maior competitividade no mercado e, desta forma, servindo sempre ao crescimento econômico e aos interesses da burguesia capitalista.

Frigotto (2010b), nos mostra que as novas demandas de educação são explicitadas pelos novos senhores do mundo: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento Banco Mundial (BIRD) e seus representantes regionais como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), entre outras. Categorias como “sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para a competitividade, formação abstrata e polivalente, expressam os limites das concepções do capital humano e as redefinem sobre novas bases” (FRIGOTTO, 2010b, p. 21). Assim, este autor nos mostra que a educação assume nos momentos atuais uma função constituída e constituinte crucial de luta da manutenção hegemônica da burguesia capitalista (FRIGOTTO, 2010b, p. 23).

Enfatizando as análises de Frigotto (2011b), citamos Ciavatta e Ramos (2012), que nos mostram que, em todos os tempos, no Brasil, os encaminhamentos educacionais representaram evidentes ações de cunho ético-político; mas, a partir de 1990, período denominado pelas autoras de a “era das diretrizes”, esta relação se tornou extremamente clara, de forma explícita e até certo modo contundente.

Essas autoras salientam que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM (Brasil. CNE/CEB, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico - DCNEP (Brasil, CNE/CEB, 1999), elaboradas no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), introduziram um discurso novo na educação brasileira a partir de orientações explícitas de como deveria ser pensada e conduzida à ação educacional nas escolas. Os complementos normativos dessas diretrizes foram os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil. MEC.SETEC - Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - 2000) e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Brasil. MEC/SETEC, 2000).

O período estudado pelas autoras, considerado a “era das diretrizes”, compreende o início do Governo FHC, em 1994, demarcado na educação pela Lei nº 9.394/96, pelo Decreto nº 2.208/97, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e os pelos Parâmetros Curriculares Nacionais

do final dos anos 1990, estendendo-se até 2011, no final do governo Lula e início do governo Dilma Rousseff. Este período teve um forte caráter inovador, divulgado pela mídia e pela abundante distribuição de materiais impressos, direcionados aos professores e às escolas.

As autoras citam Lopes (2008), quanto à relação entre as reformas curriculares empreendidas no Brasil e o movimento internacional correspondente, referindo-se à crescente subordinação dos Estados Nacionais às exigências das agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) e os Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (BIRD e BID). Acrescentando a esta lista, as autoras citam, ainda, a Comissão de Estudos Econômicos para América Latina (CEPAL) e, particularmente, em relação à educação profissional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em especial por meio do Centro Interamericano para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CINTERFOR).

As autoras nos mostram que o núcleo das diretrizes curriculares proposto pelo Professor Francisco Cordão (em todos os seus relatórios e pareceres, até 2011) é o currículo baseado em competências onde a “CHAVE”, sigla que reúne os componentes da competência (conhecimento, habilidade, atitude, valores e emoções) é o eixo de todo o argumento dos pareceres.

Ciavatta e Ramos (2012), continuam analisando que no Brasil, as DCNEM e as DCNEP foram baseadas nas competências e que nesses documentos e em outros que orientaram as reformas, a principal finalidade da educação contemporânea seria a formação de personalidades flexíveis para a adaptação à realidade instável e incerta. Assim, as autoras relacionam a “era das diretrizes” com a “era das incertezas”.

A sigla “CHAVE” é introduzida no contexto da formação do trabalhador para difundir a ideologia de que este deve ser capaz de se manter sempre produtivo, gerando renda em um ambiente socioeconômico cambiável e instável, podendo, inclusive, transitar por diversas áreas. Esta sigla é cunhada no contexto de reestruturação produtiva que determina a formação de um modelo de trabalhador flexível, polivalente, capaz de trabalhar em equipe e ter iniciativa, entre outras características. Isto associado a estruturação de um currículo em módulos e com itinerários formativos como estratégia de flexibilização; ou seja, estrutura-se um currículo flexível e fragmentado.

Neste sentido, a formação do trabalhador estará relacionada com as demandas e necessidades da produção e do mercado de trabalho. Há, portanto, uma forte relação entre trabalho e educação nos processos formativos; estes trazem a marca dos conflitos que se efetivam em nível das relações sociais, constituindo uma parte da luta hegemônica entre capital

e trabalho.

Ramos (2006), argumenta que a noção de competência não é uma metamorfose do conceito de qualificação, o que obrigaria entender a existência de uma mesma origem que na verdade não há. Portanto, para esta autora o que ocorre é um deslocamento do conceito de qualificação para a noção de competência. A sua análise sobre a relação entre o sistema educacional e a noção de competência na educação no Brasil é profunda e muito contextualizada e conclui, em concordância com Frigotto e Ciavatta, que o aparecimento da “pedagogia das competências” garante, de forma consensual, a estruturação da sociedade conforme os pressupostos da burguesia capitalista.

Ramos (2006), nos mostra que a “pedagogia das competências” visa formar trabalhadores dispostos a se estruturarem conforme as transformações e instabilidades do mercado, resultando assim, em uma permanente adaptação do trabalhador às exigências do mercado capitalista.

Ferretti (1997, p. 229), relaciona de forma clara a noção de competência com a reestruturação produtiva da econômica capitalista: “o novo paradigma afirma, assim, a desqualificação do antigo trabalhador para atender às novas exigências produtivas”.

Este autor afirma, ainda, que:

O chamado “modelo das competências” surge como alternativa, no plano empresarial, para orientar a formação de recursos humanos compatível com a organização do trabalho que lhe convém. Tal conceito é contraposto ao de qualificação profissional (e às vezes, usado como seu sinônimo) mas tem conotações diferentes, na medida em que enfatiza menos a posse dos saberes técnicos e mais a sua mobilização para a resolução de problemas e enfrentamento de imprevistos na situação de trabalho, tendo em vista maior produtividade com qualidade (Ibidem).

Para Zarifian (1993), apud Hirata (1997, p. 30), diz que a noção de competência estrutura a “lógica da competência”: baseada no pós-taylorismo por seus princípios e pelos seus instrumentos; valoriza a competência singular do indivíduo, na sua espessura cognitiva, social e pessoal frente a mudanças importantes em ruptura com o taylorismo. O autor diz, ainda: “a competência remete, assim, a um sujeito e uma subjetividade, e nos leva a nos interrogar sobre as condições subjetivas (e intersubjetivas) da produção”. (ZARIFIAN, 1992, apud HIRATA, 1994, p. 133).

Mantendo este pensamento, Hirata (1997), irá relacionar uma forte evidência entre as noções de competência e empregabilidade, entendendo que ambas são termos utilizados pelo patronal e que o termo empregabilidade obscurece qualquer fator de ordem macro econômica em relação ao desemprego, sendo apenas uma situação individual. Podemos concluir, com a análise de Hirata (1997), que, na lógica da empregabilidade, se há o desemprego não é porque

há uma instabilidade no mercado ou uma crise econômica, mas sim porque o trabalhador não se preparou de forma adequada, ou seja, não se esforçou o suficiente para se manter empregado em um “*mercado livre com muitas chance de vencer na vida, basta, portanto, se esforçar*”.

Zarifian (1996b), apud Hirata (1997, p. 25), diz que “o novo modelo corresponde a uma crise do posto de trabalho e à emergência de um paradigma baseado na cooperação e na comunicação”, sendo o modelo japonês¹⁴ o emblemático desse novo paradigma de produção com uma organização flexível e um trabalhador polivalente e multifuncional.

Se no taylorismo-fordismo se sublinhava, ao menos no campo ideológico, que o operário-massa tinha o estatuto de objeto, ao contrário, no modelo japonês (toyotismo) o que é evidentemente sublinhado é que este assume o “sujeito do processo de trabalho: o recurso à inteligência, à capacidade de inventar e de criar remetem à pessoa, mais do que ao indivíduo, e essa pessoa é sujeito e considerado capaz de se implicar, de mobilizar seus recursos próprios em vista da atividade produtiva” (Ibidem).

Na mesma linha de pensamento e em relação à produção flexível Villavicencio (1992) “denomina de dimensão aleatória do trabalho, ou seja, aqueles elementos que escapam ao âmbito do trabalho prescrito, cada vez mais presentes quando a produção se rege pela flexibilidade” (VILLAVICENCIO, 1992, apud FERRETTI, 2004, p. 414).

Esta autora também nos chama a atenção para a implicação da subjetividade e a mobilização psíquica que se estruturam através de um sistema de emprego, onde o trabalhador será submetido a uma pressão emocional entre uma valiosa carreira permanente e estável dentro da mesma empresa e o receio de se tornar o operário subcontratado. Também nos sinaliza que neste novo paradigma de produção, o modelo japonês, a empresa irá invadir a totalidade dos tempos do trabalhador, ou seja, não só o seu tempo de trabalho, profissional e público como também o seu tempo extratrabalho, pessoal e privado.

Nesta reestruturação produtiva há uma forte valorização do sujeito e da subjetividade, ou seja, a valorização da pessoa em detrimento do indivíduo em associação com uma forte crise do emprego, de modo que toda a responsabilidade do trabalhador de ser um desempregado é apenas um problema exclusivo do trabalhador que não se esforçou e se educou o suficiente para permanecer em seu emprego. Assim, Hirata (1997), nos mostra que há uma pluralidade de modos de ser no mundo do trabalho. A noção teórica da empregabilidade, juntamente com a

¹⁴ Existem outros exemplos de organização industrial que se colocam como alternativas ao modo de regulação taylorismo-fordismo, além do modelo japonês: o caso do modelo sueco na produção em média série e o caso italiano de descentralização produtiva assentada em pequenas e médias empresas e distritos industriais (FERREIRA, HIRATA, MARX et al (1991); LEITE e POSTHUMA (1995) e LEITE (1996), apud TARTUCE (2007).

noção da competência, surge do mesmo uso comum do patronal ao ponto de serem muitas vezes consideradas sinônimos.

Esta autora também sinaliza que na empregabilidade haverá uma forte associação do desemprego com os dispositivos de formação:

(...) a noção de empregabilidade está associada a uma política de seleção da empresa e implica em transferir a responsabilidade da não-contratação (ou da demissão, no caso dos *plans sociaux*) para o trabalhador. Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependente da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso econômico contribuem decisivamente para essa situação individual (HIRATA, 1997, p. 33).

Portanto, para existir a empregabilidade deve haver uma avaliação da competência, que na nova reestruturação produtiva e diante das transformações técnicas organizacionais e econômicas das empresas, determina um “problema dos ajustes das pessoas às tarefas ou aos objetivos, bem como buscar procedimentos ou modelos de avaliação dessas competências” (SCHWARTZ, 1998, p. 101).

Este autor sinaliza que a avaliação das competências, por um lado, pode ser legítima, “por outro, essa busca de procedimentos ou grades descontextualizadas, codificáveis e homogêneas é incompatível com a pluralidade de registro ou elementos que toda atividade de trabalho tenta articular” (Ibidem).

Para Schwartz (1998), a competência se estrutura por três polaridades diferentes: o grau de apropriação de saberes conceitualizáveis, o grau de apreensão das dimensões propriamente históricas da situação e o debate de valores a que se vê convocado todo indivíduo num meio de trabalho particular.

Esta análise, que estabelece uma dificuldade prática para o modelo de competência, foi sinalizada por Zarifian (1992), apud Hirata (1994, p. 133), “não se verificam soluções (negociadas) a toda uma série de problemas, sobretudo o de um desenvolvimento não remunerado das competências dos trabalhadores na base da hierarquia”. Hirata (1994 p. 133) continua: “trabalhadores estes levados no novo modelo de organização do trabalho a uma participação na gestão da produção, a um trabalho em equipe e a um envolvimento maior nas estratégias de competitividade da empresa, sem ter necessariamente uma compensação em termos salariais”.

Assim, Schwartz (1998), deixa claro que a avaliação de competências é um problema real, que evidencia um “paradoxo acerca da determinação das competências para o trabalho: trata-se de um exercício necessário (...) e ao mesmo tempo de uma questão insolúvel” (SCHWARTZ, 1998, p. 102).

Em um contexto de crise, principalmente a crise do emprego, nem todos os indivíduos têm poder igual nessa luta de negociação e seria ingênuo pensar que todas as tentativas de redefinição dos ajustamentos e as diversas “lógicas de competência” são desconectadas das políticas econômicas de emprego ou de reconfiguração das relações de poder (SCHWARTZ, 1998).

Em sua análise, Schwartz (1998), sinaliza a estruturação da competência industriosa que, para ele, é estruturada por seis ingredientes:

- ✓ Um protocolo experimental;
- ✓ Um protocolo de experimentação - experiência ou encontro - relacionado com a história de cada um;
- ✓ A dialética entre os dois primeiros ingredientes - presença de uma consonância entre esses ingredientes - para Schwartz (1998), este é o ingrediente mais requerido nas novas organizações;
- ✓ Teste para avaliar a presença da dialética - como avaliar a qualidade do uso do si - qualidade da instauração da dialética; a recorrência do ingrediente quatro nos demais ingredientes e
- ✓ Competência coletiva - construção sinérgica onde a eficiência em conjunto não é a soma de competências individuais avaliadas em separado.

Este autor diz:

(...) o problema resume-se a isso: a competência industriosa é uma combinatória problemática de ingredientes heterogêneos que não podem ser todos avaliados nos mesmos moldes, e muito menos ainda quando ela inclui uma dimensão de valor, uma vez que ninguém dispõe de uma escala absoluta de avaliação dos valores (SCHWARTZ, 1998, p. 108 e 109).

Entretanto, no sistema capitalista, a questão da definição dos critérios de ajustamento se torna estratégico porque há fortes pressões para o êxito ou resultado do projeto. Assim, resultará no deslizamento da qualificação/competência sendo estruturalmente paralelo ao deslizamento trabalhar/gerir (SCHWARTZ, 1998).

Nesta linha de pensamento Schwartz (1998, p. 105), sintetiza:

(...) o registro do que parece hoje caber na “competência” abrange um campo muito vasto, humanamente falando, do que os referentes mais circunscritos, precisos, estreitos, ligados a uma lógica de “postos de trabalho”, característica da linguagem da qualificação. (...) O método de determinação do peso dos postos de trabalho, isto é, a descrição dos postos independentemente de todo operador, momento complementar e anterior à determinação das competências individuais, sem chegar a parecer ilegítimo, é - pelo menos extremamente - ambíguo, suscetível de múltiplas interpretações.

Guy Jobert (1993), apud Schwartz, (1998), diz que, geralmente, os formadores e os

administradores levam em conta o emprego, o posto ou a tarefa e nunca o trabalho.

Schwartz (1998, p. 134), em relação à noção de competência, conclui:

(...) ela não deve ser tomada com tudo ou nada, que talvez seja insolúvel, mas que toda abordagem pode ser, ao mesmo tempo, legítima e útil; (...) que a partir dessa hipótese de decomposição um apelo à inventividade foi lançado (...) e, que, no fundo, muitas outras questões cruciais acabariam por amadurecer ao se empenhar em tal procedimento, contanto que não seja superficial nem manipulatório.

Entendemos que discutir a noção de competência não é algo já definido e estabelecido; pelo contrário, requer ainda muitos estudos, debates e análise devendo ser uma tarefa complexa e ampla.

Nesta linha de pensamento, Deluiz (2001), considerando que há um espaço legítimo para a noção de competência e sendo uma socióloga que acredita na dialética, entende que há alguma possibilidade de se construir uma educação do trabalhador mais adequada aos preceitos de liberdade e emancipação humana, mesmo mantendo em vigor as noções de competência para a estruturação de uma matriz curricular.

Neste sentido Deluiz (2001), nos diz:

(...) as diferentes concepções que perpassam o modelo das competências sinalizam, assim, para a existência de várias matrizes teórico-conceituais que orientam a identificação, definição e construção de competências, e direcionam a formulação e a organização do currículo. Estas matrizes estão ancora das em modelos epistemológicos que as fundamentam, e podem ser identificadas como a matriz condutivista ou behaviorista; a funcionalista; a construtivista e a crítico-emancipatória (DELUIZ, 2001, p. 6).

Neste sentido, a matriz condutivista/behaviorista de análise do processo de trabalho com o propósito de identificação, definição e construção de competências profissionais tem seus fundamentos na psicologia de Skinner e na pedagogia dos objetivos de Bloom, entre outros autores, e guarda forte relação com o objetivo da eficiência social. Diz a autora: na prática, a análise condutivista parte das pessoas que realizam bem o seu trabalho de acordo com os resultados esperados e define o posto de trabalho em termos das características destas pessoas e do seu desempenho superior (Ibidem, p.7). Sobre a matriz funcionalista, ela afirma:

A matriz funcionalista de investigação dos processos de trabalho e de identificação, definição e construção de competências profissionais tem sua base no pensamento funcionalista na sociologia e seu fundamento metodológico técnico é a Teoria dos Sistemas Sociais. Propõe-se a analisar não somente um sistema em si, mas a relação entre o sistema e seu em torno. Nesta perspectiva, os objetivos e funções da empresa devem ser formulados em termos de sua relação com o ambiente externo, isto é, com o mercado, a tecnologia, e as relações sociais e institucionais. Como consequência, a função de cada trabalhador na organização deve ser entendida em sua relação com o em torno da empresa e com os subsistemas dentro da empresa, onde cada função é o em torno da outra (Ibidem).

Já a matriz construtivista se aproxima muito do conceito de qualificação como relação social ou da dimensão social de Yves Schwartz da qualificação. Trata-se da análise dos processos de trabalho para identificação e definição das competências cujas origens estão na França, sendo um dos seus principais representantes Bertrand Schwartz, que desenvolveu uma série de pesquisas e uma metodologia de investigação que combina pesquisa/ação com reflexão/ação”:

As categorias de análise utilizadas foram a cultura de base, os conhecimentos científicos, os conhecimentos técnicos, os conhecimentos organizativos e os saberes comportamentais e relacionais. Cada uma destas categorias era seguida por uma lista de habilidades e competências observáveis que o grupo de trabalhadores já possuía e/ou foram desenvolvidas durante o processo de formação/ação. Segundo Bertrand Shwartz, a perspectiva construtivista "esclarece as relações mútuas e as ações existentes entre os grupos e seu em torno, mas também entre situações de trabalho e situações de capacitação". A abordagem construtivista busca a construção das competências não só a partir da função do setor ou empresa, que está vinculada ao mercado, mas concede igual importância às percepções e contribuições dos trabalhadores diante de seus objetivos e potencialidades, em termos de sua formação (Ibidem).

Deluiz (2001), chama a atenção para que a matriz construtivista apresenta pontos positivos ao atribuir importância não apenas para as competências voltadas para o mercado de trabalho, mas também direcionada aos objetivos e potencialidades do trabalhador, considerando o trabalho em sua relação social e na presença de competências coletivas. Ela afirma que a matriz crítico-emancipatória ainda está em construção. Esta tem seus fundamentos teóricos no pensamento crítico dialético e pretende não só ressignificar a noção de competência, atribuindo-lhe um sentido que atenda aos interesses dos trabalhadores, mas apontar princípios orientadores para a investigação dos processos de trabalho, para a organização do currículo e para uma proposta de educação profissional ampliada. Esta matriz:

considera a noção de competência como "multidimensional, envolvendo facetas que vão do individual ao sócio-cultural, situacional (contextual-organizacional) e processual. Por tudo isso, não pode ser confundida com mero desempenho". Neste sentido, a noção de competência profissional engloba não só a dimensão individual, de caráter cognitivo, relativa aos processos de aquisição e construção de conhecimentos produzidos pelos sujeitos diante das demandas das situações concretas de trabalho, mas envolve uma outra dimensão: a de ser uma construção balizada por parâmetros socioculturais e históricos. A noção de competência está, assim, situada e referida aos contextos, espaços e tempos socioculturais e ancorada em dimensões macrosocioculturais de classe social, gênero, etnias, grupos geracionais, entre outras. Nesta perspectiva, a identificação, definição e construção de competências profissionais não se pauta pelas necessidades e demandas estritas do mercado, na ótica do capital, mas leva em conta a dinâmica e as contradições do mundo do trabalho, os contextos macroeconômicos e políticos, as transformações técnicas e organizacionais, os impactos socioambientais, os saberes do trabalho, os laços coletivos e de solidariedade, os valores e as lutas dos trabalhadores (DELUIZ, 2001. p.8).

Portanto, fica muito claro que a dialética em Deluiz (2001), se movimenta a partir do modelo de competência estruturada em uma matriz crítico-emancipadora e determina uma formação do trabalhador integral, omnilateral e politécnica.

Finalmente, entendemos que o embate entre trabalho/capital, educação/capital e qualificação/competência não está finalizado, apesar de toda força do sistema capitalista e dos movimentos ideológicos para a manutenção da hegemonia da burguesia neoliberal. Citamos Pablo Gentili no prefácio do livro “Educação e a crise do capitalismo real” de autoria de Gaudêncio Frigotto:

O novo livro de Gaudêncio ajuda-nos a pensar que é possível “renascer das cinzas”, que é possível e necessário lutar por um mundo mais justo e igualitário. Simplesmente, porque a história ainda não acabou (FRIGOTTO, 2010b, prefácio).

Portanto, todos nós que estamos envolvidos com a educação e a formação profissional do trabalhador no Brasil e em qualquer parte do mundo civilizado devemos sempre lutar a favor dos grandes ideais educacionais e humanos:

(...) uma escola unitária, uma educação e formação humano omnilateral, tecnológica ou politécnica, expressando as demandas dos grupos sociais que constituem a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2010b, p. 24).

2.3. UMA SÍNTESE DO EMBATE CONCEITUAL E IDEOLÓGICO ENTRE O CONCEITO DE QUALIFICAÇÃO E A NOÇÃO DE COMPETÊNCIA

Iniciamos esta síntese citando Schwartz, (1995, p. 125):

A passagem atual do termo “competência” para o lugar do termo “qualificação” nos leva à reflexão. Observação pertinente: o estudo dessa transição é fecundo na medida em que a reorganização atual da classificação e da codificação das posições e atos profissionais poderia permitir o acesso a uma visão da noção de qualificação mais problemática do que um uso menos preciso poderia fazer pensar (nossa tradução).

Mantendo este pensamento, determinar um parecer totalitário e conclusivo sobre este debate pode ser no mínimo, até o momento, um tanto precoce e com grande chance de se tornar rapidamente ultrapassado. Muitas análises devem ser ainda estabelecidas para se determinar a real relação entre estas características para um trabalho e principalmente suas repercussões empíricas na formação do trabalhador.

Além disso, Ferretti (2004), cita Villavicencio (1992) em suas ponderações sobre a dificuldade encontrada não apenas pela sociologia, mas também pela psicologia, pela economia

do trabalho e pela ergonomia, entre outras, para chegar a um conceito plenamente aceito de qualificação profissional, considera que esta:

(,,,) não pode ser compreendida como uma construção teórica acabada, mas, sobretudo, como um conceito explicativo da articulação de diferentes elementos no contexto de relações de trabalho, capaz de dar conta das regulações técnicas que ocorrem na relação dos trabalhadores com a tecnologia e das regulações sociais que produzem os diferentes atores da produção que resultam nas formas coletivas de produzir (VILLAVICENCIO, 1992, apud FERRETTI, 2004, p. 414).

Mantendo este pensamento, apesar de diferentes análises críticas em relação à noção de competência presente na reestruturação produtiva no ideário neoliberal, devemos elucidar que na verdade a qualificação - conceito teoricamente inacabado - e competência não se opõem.

Conceitualmente entendemos com base em Ramos (2006), que a competência é um componente da qualificação, ou seja, se estabelece na dimensão experimental da qualificação e, portanto, o que se desenvolve a partir da noção de competência é um fortalecimento da dimensão experimental em detrimento das dimensões conceitual e principalmente social da qualificação.

Mas, quando se faz uma análise política e ideológica, o que há é um deslocamento do conceito de qualificação para a noção de competência norteadando a formação dos trabalhadores.

Quando se analisam as repercussões da noção de competência sobre as dimensões da qualificação, percebe-se uma forte manipulação ideológica associada a competência com a finalidade de desregular as relações trabalhistas e conduzir o trabalhador a uma permanente adequação dos seus conhecimentos às fortes transformações do mercado capitalista.

Ciavatta (2011), denomina este período de “a era das incertezas” referindo-se à insegurança do trabalhador frente às modificações permanentes do mercado sempre a favor da extração da mais valia do trabalhador e da obtenção da maior margem de lucro, independentemente de qualquer efeito sobre as questões humanas e ambientais.

No contexto do fortalecimento da noção de competência em detrimento do conceito de qualificação Yves Schwartz irá se incluir neste debate reestruturando a noção de qualificação e dando-lhe uma maior amplitude e clareza conceitual.

Provavelmente este autor se apropria das análises de Friedmann e Naville e estrutura uma nova definição da qualificação.

No início de suas análises sobre a qualificação já sinaliza para uma ambiguidade:

Frequentar o campo das relações profissionais dá lugar a uma constatação sem ambiguidades sobre a qualificação: na observação de conteúdos de atividade e de indivíduos especificados, existe atualmente uma tendência para a perda de certos indícios. Uma inexatidão tende a se instalar nos dois polos tradicionalmente usados

para esse tipo de conceito: a definição das exigências daquilo que chamaremos com uma crescente reserva de “postos de trabalho”, e a especificação dos indivíduos que supostamente poderiam ocupa-los (SCHWARTZ, 1995, p. 126, tradução nossa).

Portanto, para este autor, a qualificação se enfraquece:

A qualificação como elemento parcialmente regulador, como ponto de referência no campo das relações e antagonismos sociais parece dar sinais de crise. Parece que hoje em dia um certo número de dirigentes de empresa tem dificuldades em justificar o que pagam a seus assalariados, em estabelecer uma ligação entre a escala dos salários e um escalonamento exato de conteúdos de atividade (Ibidem).

Ele define então a qualificação por três dimensões (SCHWARTZ, 1995):

- **Dimensão Experimental:** é todo o conhecimento prático/tácito que surge a partir da própria execução da tarefa e está intimamente relacionada com o tempo real de atividade prática.

Que o sistema das atividades concretas seja *formador* é o que ressalta das investigações e dos estudos sobre os aprendizados, a “experiência profissional”, os *savoir-faire*, e mais amplamente sobre a dimensão de cultura ligada ao uso coletivo dos corpos e almas na e pela empresa. Todos esses termos indicam que o âmbito objetivo e material da atividade é objeto de um distanciamento, o ponto de partida de uma interpelação dos indivíduos, e que toda a forma de execução também é uma apropriação transformadora dessas condições objetivas (Ibidem, p. 129, tradução nossa).

- **Dimensão Conceitual:** é todo o conhecimento formal pertinente a determinada atividade, ou seja, os diplomas, os certificados, etc.

Levar em conta a competência será a rejeição de uma definição pobre da qualificação a partir das características do posto de trabalho para melhor remeter ao terceiro tipo possível de condições para os limites: a formação, o diploma e, portanto, os níveis de domínio conceitual da situação de trabalho?

Em um primeiro tempo, nossa resposta será claramente positiva: sim, a qualificação, na sua extensão e nos seus limites, é amplamente função do registro dos conceitos e procedimentos adquiridos. Qualquer que seja seu modo de aquisição (formação inicial, formações contínuas de todos os tipos, auto aquisição), essa aquisição entra como elemento de peso em todos os usos profissionais da noção de qualificação (Ibidem, p. 131, tradução nossa).

- **Dimensão Social:** são as organizações sociais dos trabalhadores como os sindicatos, os conselhos e as associações.

(...) a dimensão social do ato de qualificar: em relação a qualquer tentação de substantivar em demasia a qualificação nas características individuais, as atuais condições do retrabalho das qualificações não deixam nenhuma dúvida sobre a exigência atribuída a essa forma de codificação social por problemas de gestão/reprodução de poderes econômicos: é preciso justificar classificações, coeficientes, uma hierarquia, por onde transitam estratégias econômicas e financeiras. Se a distribuição dos lugares perde toda a aparência de naturalidade na empresa, ela se torna ingerenciável, do duplo ponto de vista das remunerações do serviço e da legitimação dos processos de decisão descendentes (Ibidem, p. 128, tradução nossa).

O autor nos mostra que há uma dialética entre a dimensão conceitual (denominado de Registro 1) e a dimensão experimental (denominado de Registro 2):

Se trabalhar é sempre de certa forma uma dialética que se estabelece entre esses dois registros e recria constantemente seus conteúdos, o peso da dimensão conceitual formalizada nessa dialética é sempre ambíguo, jamais unilateral. Em função da natureza das situações de trabalho, dos indivíduos e de suas funções, o impacto, o conteúdo relativo, e conseqüentemente o peso da qualificação no domínio conceitual é indefinidamente variável, e só pode ser apreciado no essencial através de um método clínico (Ibidem, p. 132, tradução nossa).

Conclui o autor:

Dimensão social, dimensão experimental, dimensão conceitual dão ao ato social de codificação, que é a qualificação profissional, elementos referenciais indiscutíveis. Mas não poderíamos encontrar aí condições para os limites, pois cada dimensão é incapaz de definir as suas próprias e, em certo momento, atrai a outra como um espelho para transformar em natureza aquilo que nela existe de artefato (Ibidem, 135, tradução nossa).

Ramos (2006, p. 60), analisando as tensões entre o conceito de qualificação e a noção de competência, diz: “confrontarmos o conceito de qualificação com a noção de competência, não implica defender uma oposição universal entre eles, mas alertar sobre uma tensão permanente que as une e as afasta dialeticamente”.

Neste sentido, Ramos (2006), analisa diferentes deslocamentos entre as dimensões da qualificação de Schwartz (1995), e a noção de competência. Para ela há um deslocamento divergente entre as dimensões conceitual e social da qualificação de Schwartz (1995), e a noção de competência o que resulta no enfraquecimento destas dimensões frente à noção de competência. Entretanto, esta autora nos mostra que há uma convergência entre a dimensão experimental de Schwartz (1995), da qualificação, e a noção de competência; ou seja, dialeticamente, a noção de competência fortalece esta dimensão da qualificação.

E inclusive, Tartuce (2007), a partir de uma análise navilliana, nos mostra que a substituição do modelo de gestão do trabalho baseado na qualificação para o assentado na noção de competência, em si, não é maléfica:

Em primeiro lugar, porque a padronização das qualificações em classificações profissionais objetivas e impessoais é uma especificidade da sociedade francesa (Saglio, 1999), o que significa que, em outros lugares, pode haver outros tipos de hierarquização que não são necessariamente ruins para os trabalhadores; em segundo, porque, se há uma diluição do posto de trabalho e da especialização que lhe é associada, as classificações não podem ficar à parte dessa realidade concreta do trabalho, que demanda polivalência e que incita a uma hierarquia mais conectada com os indivíduos do que com os postos de trabalho – algo que os trabalhadores sempre demandaram (Lichtenberger, s.d.); finalmente e decorrente daí, porque esse novo modelo é fruto das próprias relações sociais entre empregados e empregadores em um dado lugar e momento histórico, ou seja, as classificações só adquirem sentido se integram interesses particulares e divergentes em um vocabulário comum que

possibilita o intercâmbio e a cooperação (Dadoy, 1990, Lichtenberger, s.d.) (TARTUCE, 2007, p. 65 e 66).

Mas, esta autora também salienta que:

Naville enfatizaria, ao menos, a importância de se pensar os conceitos criticamente: o uso da noção de “competência” e das técnicas que a acompanham deveria ser precedido de uma análise prévia de seus fundamentos e das práticas sociais que ela autoriza (Tanguy, 1996) (TARTUCE, 2007, p. 66).

Tartuce (2007, p. 66) cita Philippe Zarifian (1994; 1998) que busca dar um estatuto científico e uma perspectiva multidimensional:

(...) de um lado, ela se refere à capacidade das pessoas para agirem em situações específicas e imprevisíveis, capacidade essa que deriva da inteligência prática apoiada nos conhecimentos adquiridos que são transformados; de outro, ela designa o *reconhecimento* social e financeiro dessa tomada de responsabilidade. No interior das empresas, essa definição supõe, portanto, que elas se transformem em “organizações qualificantes”, isto é, que confiem no engajamento de responsabilidade de seu empregados e se comprometam com a evolução de seu percurso profissional. Por outro lado, o próprio autor reconhece que “seria necessário discutir longamente para saber se esta tomada de responsabilidade é puramente imposta pelas direções das empresas – no sentido em que os assalariados não têm outra opção além de aceitar “jogar o jogo” – ou se ela corresponde também a uma expectativa positiva dos assalariados. (grifo do autor)

Entretanto, apesar de todas as ideias acadêmicas (intelectuais orgânicos), econômicas, políticas e sociais que estão deslocando o conceito de qualificação para a noção de competência entendendo que esta última é uma forma ampliada de avaliar o trabalhador, Tartuce (2007) sinaliza para o fato de que, “*do ponto de vista teórico*, a qualificação, tal como concebida por Naville, não só está longe de ser um conceito estático, que designa as qualidades dos trabalhadores objetivadas pelo diploma, como também é mais ampla do que a competência e a engloba, pois é a qualificação que dá conta dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais presentes na classificação e hierarquização dos empregos e das profissões” (TARTUCE, 2007, p.67).

E continua:

A qualificação não pode, assim, ser reduzida às propriedades intrínsecas dos indivíduos – suas “aptidões”, “habilidades” e “competências” –, pois ela depende de sua *realização* no mercado de trabalho, local onde se concretizam as representações sociais que acabam determinando certos tipos de atividade a determinados segmentos. A qualificação também não pode se referir apenas aos atributos dos indivíduos, pois estes podem possuir – e normalmente possuem – capacidades que não necessitam nem podem utilizar em seu trabalho. A competência é, portanto, apenas um dos elementos da qualificação, e permanece submissa a ela, não só porque ela diz respeito aos aspectos individuais das capacidades de trabalho e, portanto, remete menos imediatamente às operações sociais de classificação e hierarquização dos indivíduos e dos empregos (Tanguy, 1997c), como também porque somente quando ela é *reconhecida socialmente* – isto é, no mercado de trabalho, sob quaisquer formas de

relações de trabalho, e não apenas francesa – é que ela se torna qualificação (TARTUCE, 2007, p. 69, grifo da autora).

Inclusive:

Dessa maneira, mesmo assumindo a perspectiva multidimensional de Zarifian, ou seja, mesmo assumindo que a noção de competência também comporta o lado do *reconhecimento* simbólico e monetário, acredita-se aqui que, *do ponto de vista teórico*, a qualificação é ainda mais ampla para abarcar os fenômenos não só do mercado de trabalho formal, como também do mercado informal e do desemprego. Se, por causa dos paradoxos do mundo do trabalho, a noção de qualificação escapa – hoje, mais do que antes – a uma definição rigorosa e absoluta, isso não significa, por outro lado, que se deva renunciar à possibilidade de integrá-la a uma perspectiva teórica. Se seguimos a perspectiva navilliana, concluímos que é a qualificação que pode comportar tanto a dimensão individual – as competências dos indivíduos, suas qualidades – quanto a social – a maneira de qualificar essas qualidades, de reconhecer-lhes um valor. A definição das qualificações refere-se assim a um triplo desafio individual e coletivo, de aquisição de competências e de acesso aos empregos, de organização do trabalho e de evolução dos empregos, de *status* e de consideração social (Lichtenberger, s.d.) (TARTUCE, 2007, p. 70, grifo do autor)

E finalmente:

De resto, a palavra *qualificação* continua sendo utilizada, e até gramaticalmente ela parece ser mais abrangente do que a competência, já que, além de substantivo e adjetivo, ela pode ser também um verbo; e *qualificar* parece justamente dar conta dos *processos* de classificação das diferentes capacidades de trabalho, que desembocam em seu reconhecimento no mercado e dos *processos* de socialização que desembocam na aquisição de uma qualificação. Assim concebida, a qualificação está longe da idéia de um *estoque* de conhecimentos formais e especializados” (TARTUCE, 2007, p. 71, grifo da autora).

E Ramos (2006), mesmo identificando a existência dos movimentos dialéticos entre o conceito de qualificação e a noção de competência, deixa claro que a noção de competência encontra-se na esteira do ideário neoliberal e que se objetiva a estruturação de um trabalhador preparado para servir o mercado e para manter a hegemonia da sociabilidade burguesa capitalista.

A partir deste debate consideramos que o pensamento de Schwartz (1995), é contemporâneo e analisa de forma ampla o conceito de qualificação, será, portanto, com base neste autor que iremos estruturar a nossa metodologia de pesquisa no trabalho de campo com os Técnicos de Imobilizações Ortopédicas (TIO) caracterizando as suas dimensões conceitual, social e experimental da qualificação.

CAPÍTULO 3: O TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: A HISTORICIDADE DA SUA QUALIFICAÇÃO

Este capítulo será destinado à historicização do TIO, contextualizada a partir de entrevista com o Sr. Luiz Chapetta, considerado no meio profissional a história viva desta profissão não só no Rio de Janeiro como também no Brasil, e o resgate de documentações e reportagens de jornal que registraram a trajetória de vida deste ilustre trabalhador, que segundo suas próprias palavras, era considerado o “Rei do Gesso”.

Apresenta-se também o relato do Dr. Marcos Mussafir, hoje Secretário Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, e que segundo o Sr. Chapetta foi o responsável por toda sua trajetória profissional no Rio de Janeiro e Brasil e um dos responsáveis para que este trabalhador fosse considerado e respeitado.

Será também estruturada uma crítica aos conhecimentos estabelecidos pelo Catálogo nacional dos Cursos Técnicos no Brasil além dos conteúdos ministrados nos cursos de formação do Tio na cidade do Rio de Janeiro

E, finalmente, se estabelece um debate em relação à divisão social e técnica do trabalho, no interior da sociedade capitalista, como também os conceitos de profissionalização de uma ocupação, suas contradições sociais, exclusivamente presentes em uma sociedade de classe e conseqüentemente uma luta por poder entre as classes e inclusive intra-classe.

3.1. A HISTORICIZAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS

A historicização do TIO é apresentada com a finalidade de trazer os elementos e as tensões que permeiam os processos sociais que fundamentam a qualificação desta ocupação no cenário da cidade do Rio de Janeiro a partir de 2010, mantendo o referencial teórico que sustentará esta pesquisa. Em seguida, apresentaremos os resultados obtidos através do trabalho de campo.

3.1.1: Historicização através do relato do Sr. Luiz Chapetta

Após algumas investidas para conhecer o cenário histórico da ocupação do TIO na cidade do Rio de Janeiro, encontramos um funcionário aposentado do Hospital Universitário

Clementino Fraga - Hospital do Fundão - da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Sr. Luiz Chapetta que, na verdade, é considerado a história viva desta ocupação no Rio de Janeiro e, por que não dizer, do Brasil.

Em 14 de abril deste ano, Sr. Henrique Batista Barboza, presidente do Sindicato dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas do Rio de Janeiro - SINDTIO/RJ - e eu realizamos uma entrevista com Sr. Luiz Chapetta, em sua residência, para escrever, empiricamente, a história deste técnico na cidade do Rio de Janeiro e registrar sua importância para o surgimento desta ocupação.

Além do resgate desta historicização a partir das falas do Sr. Chapetta, tivemos acesso a várias documentações de sua atuação no Rio de Janeiro e pelo Brasil, disseminando a atividade de técnico de imobilização ortopédica e a algumas reportagens jornalísticas que registraram sua vida profissional e o respeito e a valorização de seu trabalho junto à comunidade acadêmica e profissionais da área médica, em particular, no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (Hospital Universitário do Fundão)¹⁵.

O Sr. Luiz Chapetta nasceu em 03 de março de 1934 no Rio de Janeiro, atualmente, aos 79 anos e aposentado, vive no Meier juntamente com sua esposa a Sr.^a Lucila Chapetta e sua única filha Teresa Cristina Chapetta.

Mesmo com dificuldades na fala e na memória, o Sr. Chapetta nos narrou uma boa parte de sua vida pessoal e profissional.

Contou-nos que sua trajetória de Técnico de Imobilização Ortopédica iniciou-se como paciente, aos 17 anos, quando fraturou a perna sendo internado no Hospital Escola do Hospital São Francisco de Assis. Seu tratamento durou dois anos e nunca mais saiu deste hospital.

Quando já tratado, começou a ajudar os médicos, inicialmente, em todos os serviços, mas depois foi se tornando um auxiliar dos professores de ortopedia nas aulas práticas da graduação.

Certo dia deu entrada no hospital um adolescente com o braço quebrado e como os médicos estavam operando, ele mesmo resolveu, com a consciência tranquila do que estava fazendo, engessar o paciente. Quando os médicos retornaram, nos conta Sr. Chapetta, que eles ficaram revoltados porque ele se meteu a fazer algo que não deveria ser feito por ele. Entretanto, os ortopedistas mantiveram o gesso que ele fez no paciente, acompanharam no tratamento e a fratura consolidou sem qualquer problema e o paciente teve alta.

A partir desse dia o trabalho do Sr. Chapetta começou a ser valorizado e os ortopedistas

¹⁵ No ANEXO - 7 (Registro histórico profissional do Sr. Luiz Chapetta - o Rei do Gesso) encontram-se algumas destas reportagens, como também, no ANEXO - 8 as fotos do momento da entrevista.

começaram a acreditar nos gessos realizados por ele. Inicialmente, era apenas um ajudante, até ser contratado como funcionário público pelo Hospital Escola São Francisco de Assis.

No seu trabalho, conheceu e casou-se com a Sr.^a Lucila, que é maranhense e veio se tratar de paralisia cerebral no Rio de Janeiro, internando-se no Hospital Escola São Francisco de Assis. Conta-nos a Sr.^a Lucila que foi submetida a várias cirurgias e em uma das cirurgias quem colocou o gesso nela foi o Chapetta. Iniciaram o namoro e em alguns anos casaram-se, estando juntos há 51 anos.

Em 1974, com a inauguração do Hospital Universitário do Fundão, Sr. Chapetta foi transferido para a sala de gesso do serviço de ortopedia, onde se aposentou. Relata-nos que era conhecido no Hospital do Fundão como o “Rei do Gesso”. Aprendeu a técnica de imobilização com os ortopedistas, nunca havia sentado em uma cadeira de sala de aula para aprender a prática de imobilização ortopédica, apenas entrava em sala de aula para ensinar a técnica. Seu nível de escolaridade era apenas o primário (atualmente o fundamental).

No final da década de 1980, o Dr. Marcos Musafir da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia do Rio de Janeiro (SBOT/RJ), atual Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, preocupado com a qualidade destes trabalhadores, iniciou uma busca por médicos ortopedista que estivessem dispostos a ensinar a técnica de imobilização aos novos técnicos.

Não tendo êxito em sua empreitada entre os médicos, optou por convidar o Sr. Chapetta, que prontamente aceitou o convite, para começar a ensinar as técnicas de imobilização ortopédicas não só no Rio de Janeiro como em vários estados brasileiros, não só para técnicos como também para os estudantes de medicina interessados em se especializar em ortopedia.

Durante a entrevista, Sr. Chapetta concordou com a duração de dois anos de formação para estes técnicos, exigidos na Lei que regulamenta esta profissão em nível nacional, como também ao ser enfatizado e questionado se ele realmente concordava em ser o responsável pelo surgimento desta ocupação no Rio de Janeiro, muito emocionado, concordou.

Ao ser perguntado sobre o que ele teria para dizer aos futuros Técnicos de Imobilização Ortopédica (TIO), também de forma muito emocionada, chorando muito e com dificuldade para falar conseguiu nos dizer, claramente:

Engessar é a coisa mais fácil do mundo, agora, saber engessar é que é difícil... Eu fui considerado o Rei do Gesso pelos médicos (AOS 25 MINUTOS DA ENTREVISTA).

Analisando os certificados do Sr. Chapetta, encontramos um certificado de membro efetivo do ORTRA (Congresso de Ortopedia e Traumatologia do Rio de Janeiro) de 1984 (ANEXO 7 - III), assinado pelo Professor Nova Monteiro, pelo Dr. José Sérgio Franco e pelo

Dr. Marcos Musafir. Nós o questionamos se poderíamos considerar este como sendo o seu primeiro certificado de Técnico de Imobilização Ortopédica, e ele nos disse:

Eu me formei sem precisar disso, me formei naturalmente...Todos falam, eu me tornei no Rei do Gesso (AOS 33 MINUTOS DA ENTREVISTA).

Na verdade, este certificado do ORTRA de 1984 já era de participação como congressista. Realmente, o primeiro certificado de Técnico em Imobilizações Ortopédicas em nome de Sr. Luiz Chapetta foi emitido pelo Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo pela participação no “Curso de Técnicas de Imobilização”, ministrado pelo Dr. João Gilberto Carazzato e datado no Rio de Janeiro em 09 de julho de 1977 (**ANEXO 7 - I**).

Encontramos, nos registros históricos profissionais do Sr. Chapetta, o “**ATUALIZANDO**”, Jornal do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - UFRJ de Janeiro/91 e nº 76, que resume a vitoriosa carreira do Chapetta:

Luiz Chapetta é autoridade nacionalmente reconhecida em moldagem de gesso para uso ortopédico. Convidado constante nos congressos de ortopedia conhece todos os médicos da especialidade no Rio de Janeiro e, nos últimos 10 anos, ministrou 15 cursos sobre sua técnica, seis deles em outros estados brasileiros. No entanto, jamais passou do curso primário... Nenhuma inovação técnica é adotada sem que Chapetta seja ouvido primeiro (**ANEXO 7 - XXI**).

Esta mesma reportagem nos mostra como foi possível o aprendizado do Sr. Chapetta:

Observava como os médicos engessavam os pacientes e fazia o mesmo em cabos de vassouras e pedaços de madeiras (Ibidem).

Ao término da entrevista, o Sr. Henrique lhe mostrou a identidade de Técnico de Imobilização Ortopédica fornecida pela SINDTIO/RJ (**ANEXO 9**) e o Sr. Chapetta chorando muito e muito emocionado nos disse: “se este Técnico existe é por causa do Dr. Marcos Musafir”, referindo-se à ocupação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas.

3.1.2. Historicização através do relato do Dr. Marcos Esner Musafir

Desta forma, fomos na busca de uma entrevista com o Dr. Marcos Musafir e por conta de sua agenda como Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, somente foi possível o envio, por e-mail, de algumas perguntas em relação à preocupação com a qualificação destes técnicos e como ocorreu a inclusão do Sr. Chapetta como instrutor destes cursos.

Ao ser questionado quando e por que se preocupou com a formação destes técnicos, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas, também em diversos estados do Brasil o Dr. Musafir nos

informou que quando fazia residência médica em ortopedia no Hospital Miguel Couto, entre os anos de 1981 e 1982, estava se iniciando o novo momento cirúrgico da especialidade, porém, para a população carente e para mais de 95% dos casos, o tratamento mais acessível era a redução das fraturas com manobras manuais e sua imobilização gessada.

Neste período o Dr. Oldegar Ponte, que era o 1º assistente do Professor Nova Monteiro (Chefe do Serviço de Ortopedia e Traumatologia do referido hospital), possuía grande habilidade manual e cunhava a frase: “O gesso é o cartão de visitas do Ortopedista”, desta forma fazia imobilizações perfeitas, adequadas, confortáveis, funcionais e que beneficiavam pacientes.

Durante sua atividade na sala do gesso tinha como seu auxiliar o Sr. Luiz Chapetta, que para o Dr. Oldegar Ponte, tinha uma expressiva habilidade na manipulação das imobilizações ortopédicas.

Entretanto, com o crescente volume de atendimentos, se fez necessário agregar apoio de técnicos na confecção destas imobilizações, as quais deveriam ter a mesma qualidade, portanto, para tal, conhecimentos essenciais se fizeram necessários, preparando-os para entender a indicação, o sofrimento do paciente, a anatomia (postos de apoio e risco), a tática, a boa técnica e a funcionalidade das imobilizações.

Neste sentido, diz o Dr. Marcos Musafir, o primeiro curso de imobilização ortopédica ocorreu em 1985, com o apoio da SBOT RJ, que incluía aulas práticas e técnicas, ministradas pelo Sr. Chapetta.

Também o questionamos o porquê da escolha do Sr. Chapetta como instrutor destes cursos e o Dr. Musafir nos afirmou que era uma unanimidade no meio ortopédico que o Sr. Chapetta se caracterizava por um profissional que possuía a credibilidade necessária para o ensinamento, com grande experiência prática, capacidade de ensinar os “truques” da confecção do bom aparelho gessado e o mais importante, é que o Sr. Chapetta mantinha um cuidado especial na sua relação com o paciente, e dizia: “*o gesso só acaba quando se limpa o paciente*”.

Também nos foi muito importante saber como os cursos eram estruturados, os seus conteúdos programáticos e por que, atualmente, a SBOT-RJ não oferecer mais estes cursos tão importantes para a formação destes técnicos.

Ele nos mostra que inicialmente os cursos de final de semana eram de instrução e atualização prática e ocorriam sábados das oito às dezenove horas em diversos hospitais.

Dr. Musafir destaca, neste momento, que a divulgação destes cursos era feita entre os ortopedistas que indicavam seus técnicos (vagas limitadas por conta das aulas práticas) através do apoio da SBOT RJ.

Tinha o patrocínio da CREMER S.A. que cedia malha tubular, algodão ortopédico, ataduras de crepom, esparadrapo e ataduras gessadas de todos os tamanhos através do Sr. Amauri Cavalcante, o que conferia um fator de diferenciação do curso e o hospital oferecia espaço, serra de gesso e tesouras.

O Dr. Musafir diz que o curso incluía uma parte teórica, pela manhã, com o seguinte conteúdo programático: anatomia humana, patologias mais frequentes, crianças, adultos, idosos, táticas, material, técnicas de confecção de imobilizações com esparadrapos, imobilização do tipo Jones (é uma imobilização não gessada), talas gessadas e aparelhos gessados com sua nomenclatura, pré e pós-operatório, retiradas destes, cuidados com orientações ao paciente, o ambiente, o estoque e limpeza geral.

E à tarde, das catorze às dezoito horas, eram realizadas as atividades práticas que se estruturavam em dez estações práticas onde todos passavam por estas diversas estações (seriam diversas situações práticas que o aluno iria encontrar na sua atividade diária).

Às dezoito horas, havia Prova Teórica e Gincana Prática, projetando slides com 45 segundos para cada resposta.

Entretanto, a carga horária destes cursos teve que ser aumentada, não só para haver um recurso financeiro próprio do curso que ajudasse a manutenção econômica da SBOT RJ como também para atender a normas e requisitos profissionais para concursos.

Explicou-nos também que o motivo de a SBOT-RJ não ministrar mais este Curso foi uma norma do COREN (Conselho Regional de Enfermagem) exigindo que, para colocar gesso, o técnico deveria ter o Curso de Auxiliar de Enfermagem, o que sai de sua alçada.

O Dr. Musafir destaca também que foram realizados centenas de Cursos em todo o País, de Norte a Sul, levando o conhecimento e a técnica da confecção, nos anos 80 e 90, com o Professor Chapetta.

Sinaliza-nos que o fato do curso ser estruturado em um dia facilitaria o deslocamento dos alunos, entretanto era um curso intensivo e exigia para receber o Certificado, a comprovação de estágio por 90 dias (24 horas semanais no mínimo, em Emergência e Ambulatório), e nota mínima seis na Prova e Gincana (60%).

Com a evolução dos “splints” (imobilizadores removíveis), imobilizadores inteligentes e articulados, e novas técnicas e indicações cirúrgicas, o uso do aparelho gessado foi se reduzindo, porém, tendo em vista o seu baixo custo, ainda é muito utilizado no SUS e Serviços Públicos.

3.1.3. A continuidade de um trabalho na trajetória profissional do Sr. Gilberto Lopes de Azevedo

Nesta empreitada empírica encontramos o Sr. Gilberto que é na verdade a continuação do trabalho e dos ensinamentos do Sr. Chapetta para a formação dos Técnicos de Imobilização Ortopédica.

Nascido em 11 de junho de 1953, atualmente aos 62 anos, dos quais 39 foram dedicados à função de TIO, o Sr. Gilberto nos relata que iniciou sua carreira em 1974 no Hospital de Irajá onde iniciou como auxiliar de enfermagem, entretanto, já tinha um grande interesse em aprender a trabalhar na sala de gesso e em 1975, com a saída do Sr. Hélio, assumiu a função de técnico deste hospital.

Iniciou seu aprendizado com o Técnico Hélio, já falecido. Quando este se afastou do Hospital, o Sr. Gilberto o substituiu na sala de gesso. Realizava seu trabalho apenas com o que havia aprendido na prática, e era auxiliado por um livro de Confecções de Imobilizações, fornecido pela Johnson e Johnson.

Permaneceu no hospital por oito anos, quando então foi contratado pela Casa de Saúde Santa Therezinha na Tijuca, como Técnico de Imobilizações Ortopédicas, onde ficou por 6 anos.

Em 1988 foi convidado pelo Dr. Jorge Petros para trabalhar em sua clínica ortopédica TIJUTRAUMA, na qual permaneceu por 23 anos até se aposentar.

No TIJUTRAUMA, já com sua habilidade e experiência reconhecidas e seu trabalho respeitado no meio ortopédico em 1992 foi convidado a realizar o curso de atualização na confecção de gesso sintético organizado pela 3M (**ANEXO 10 - I**), a primeira empresa a fabricar este produto no Brasil, sendo na ocasião um dos poucos técnicos habilitados para trabalhar com este tipo de material.

Já em 1992, por indicação do Dr. Jorge Petros, Diretor Médico do TIJUTRAUMA, realizou o Curso de Imobilizações Ortopédicas da SBOT-RJ (**ANEXO 10 - II**), já com a duração de três meses e tendo como seus instrutores o Sr. Chapetta e o Dr. Marcos Musafir. Em 1998 se atualizou no curso de imobilizações ortopédicas utilizando o gesso sintético, organizado pela SBOT-RJ. (**ANEXO 10 - III**).

Tendo em vista sua experiência, seu empenho e sua capacidade de ensinar foi convidado a substituir o Sr. Chapetta para manter o curso de imobilizações ortopédicas organizado pela SBOT-RJ iniciando sua atividade de instrutor nesta instituição em 2000 (**ANEXO 10 - IV**). E foi por sua influência na estruturação programática, que este curso passou a ser ministrado em

um período de seis meses.

Relatou-nos que realizou vários cursos não só no Rio de Janeiro (**ANEXO 10 V**) como também em outros Estados do Brasil e acredita já ter formado mais de mil Técnicos em Imobilizações Ortopédicas, e nos mostra como exemplos todos os técnicos que, atualmente, trabalham no TIJUTRAUMA, Clínica Ortopédica do Grajaú e de Bangu, ORTOTRAUMA, entre outras.

Em 2004 participou da fundação da ASTEGO do Estado do Rio de Janeiro, atualmente inexistente, quando obteve sua primeira identificação de TIO (**ANEXO 10 - VI**).

Atualmente é TIO do Hospital de Acari e instrutor do curso de imobilização ortopédica organizados pelo SINDTIO/RJ, sendo, portanto, um dos responsáveis por fortalecer este sindicato junto aos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas.

3.1.4. A historicização construída através dos testemunhos de diversos técnicos durante o trabalho empírico

Durante o trabalho de campo, entendemos que seria construtivo e esclarecedor registrar relatos particulares de alguns técnicos, corporificando a historicização do TIO na cidade do Rio de Janeiro.

Encontramos o técnico Carlos Alberto que nos narrou a sua trajetória de Técnico de Imobilização Ortopédica. Formado em Técnico de Enfermagem e em Técnico do Trabalho, iniciou seu trabalho como TIO em uma clínica ortopédica onde aprendeu tudo sobre imobilização ortopédica com os ortopedistas.

Em 1999, fez o Curso da SBOT, ministrado pelo Dr. Marcos Musafir e pelo Professor Luiz Chapetta. Sendo assim, há 15 anos se dedica apenas a atividade de técnico de imobilização ortopédica, na clínica privada, como também possui uma matrícula da Prefeitura do Rio de Janeiro como auxiliar de sala de gesso no setor de ortopedia do Hospital Municipal Paulino Werneck.

Outro fato interessante, é que não foi somente o Carlos Alberto que abandonou a atividade de Técnico de Enfermagem e do Trabalho para se dedicar apenas a função de TIO, encontrei alguns TIOs que também eram Técnicos de Radiologia mas optaram por se dedicar a função de TIO no interior das clínicas ortopédicas.

Outro caso singular é o de uma fisioterapeuta que tem orgulho em trabalhar como Técnica em Imobilização Ortopédica. Para ela, quem forma e “molda” o Técnico é o ortopedista, entendendo que o atendimento ortopédico somente se completa se houver um

trabalho na sala de gesso também de qualidade e, portanto, o médico se acha responsável pela formação e aprendizado deste trabalhador para executar sua tarefa de forma tranquila e segura. Além do mais, a Técnica disse que cada ortopedista tem um modo de entender a imobilização de forma particular e, portanto, cada Técnico se forma conforme a preferência e experiência do ortopedista.

3.1.5. Estado da Arte da qualificação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas

Ainda em relação à historicização dos Técnicos de Imobilização Ortopédica no Rio de Janeiro outras considerações serão feitas para se entender de forma, mais clara, a real situação social desta ocupação no setor da saúde. São considerações extraídas a partir de informações não formais e da internet, isto em virtude da falta de registros oficiais publicados em relação a esta atividade de trabalho.

As inúmeras denominações para este trabalhador, que atua há mais de cinquenta anos nos serviços de ortopedia, nem sempre sendo valorizado, explicam-se em função da dificuldade, até então, de enquadrar a sua atividade entre as classes de profissionais técnicos na área da saúde já estabelecida. Este motivo também o impede de que lhe seja garantido o seu valor e espaço no mercado de trabalho como profissional da área da saúde.

A ocupação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas já é regulamentada no país, descrita no Ministério do Trabalho e Emprego através da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações sob o Código nº 3226-05). A CBO determina sumariamente a descrição das atividades desta ocupação, as condições gerais de exercício da ocupação e a formação e experiência exigida para esta ocupação.

A Classificação Brasileira de Ocupações foi instituída em 1977, pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base legal na Portaria Ministerial nº 3.654, de 24 de novembro de 1977, sendo atualizada na versão de 1994 através da Portaria Ministerial nº 1.334, de 21 de dezembro de 1994, entretanto, apenas a partir da versão da Classificação Brasileira de Ocupações publicada em 2002, através da Portaria Ministerial nº 397 de 09 de outubro de 2002, foi que a ocupação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas passou a ser descrita nesta classificação.

Sumariamente, as funções dos Técnicos de Imobilizações ortopédicas estabelecidas por esta classificação são: “confeccionam e retiram aparelhos gessados, talas gessadas (goteiras, calhas) e enfaixamentos com uso de material convencional e sintético (resina de fibra de vidro), executam imobilizações com uso de esparadrapo e talas digitais (imobilizações para os dedos),

preparam e executam trações cutâneas, auxiliam o médico ortopedista na instalação de trações esqueléticas e nas manobras de redução manual, podem preparar sala para pequenos procedimentos fora do centro cirúrgico, como pequenas suturas e anestesia local para manobras de redução manual, punções e infiltrações. Comunicam-se oralmente e por escrito, com os usuários e profissionais da saúde” (BRASIL, 2002).

As condições gerais de exercícios da ocupação são: “trabalham em hospitais, postos de saúde, clínicas e empresas ligadas à saúde e/ ou serviço social. Trabalham individualmente ou junto a equipes médicas, com supervisão permanente de médicos. São assalariados, com carteira assinada, que trabalham em horários diurnos, noturnos e em rodízio de turnos. Em algumas vezes, são expostos a material tóxico e ruído intenso, dependendo da atividade exercida” (Ibidem).

De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações o exercício da ocupação requer ensino de nível médio, mais curso de profissionalização de duzentas a quatrocentas horas-aula, entretanto, a partir do trabalho de campo, verificamos que esta orientação não é cumprida.

Em geral, esses profissionais adquirem um longo aprendizado no exercício da função. A exigência de escolaridade ocorre para aqueles que estiverem ingressando no mercado e sem experiência anterior comprovada. Em geral, se requer no mínimo um ano de experiência comprovada. A formação profissional específica para técnico em imobilização ortopédica é recente, entretanto, no Rio de Janeiro, a partir do resgate da historicização relatada pelo Sr. Luiz Chapetta, podemos considerar que a ocupação de Técnico de Imobilizações Ortopédicas surgiu aproximadamente na década de 1970.

Em São Paulo, permanece atuante a ASTEGO - Associação Brasileira dos Técnicos de Imobilização Ortopédicas¹⁶. Esta associação encontra-se em um forte embate com a Câmara dos Deputados Federais para o processo de profissionalização desta ocupação, através do Projeto de Lei nº1681/99, que entrou na Câmara dos Deputados Federais para discussão em 15 de setembro de 1999 (**ANEXO 5**), cujo relator foi o parlamentar Arnaldo Farias de Sá.

O último movimento do Projeto de Lei 1681/99 nesta casa foi em 15 de abril de 2013 e publicado no Diário da Câmara dos Deputados - DCD (BRASIL, 2013, p.10714) em 16 de abril de 2013, regulamentando-se a profissão na Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania (**ANEXO 6**)¹⁷.

¹⁶ É importante frisar que as letras que compõem a sigla ASTEGO não mantem relação direta com a nomenclatura desta associação: Associação Brasileira dos Técnicos de Imobilização Ortopédica.

¹⁷ Esta é a última comissão. Todos os movimentos do Projeto de Lei: 1681/99 na Câmara dos Deputados Federais estão disponíveis em:

A ASTEGO define um Código de Ética Profissional em Imobilização Ortopédica (ANEXO 11) que contempla o objetivo, os princípios fundamentais, os direitos, os deveres, as vedações, as infrações e penalidades e a responsabilidade civil relacionadas ao Técnico de Imobilizações Ortopédicas. Considerando as disposições sobre a formação deste Técnico, a ASTEGO já estabelece um Plano de Curso de Formação de Técnicos de Imobilizações Ortopédicas com mil e duzentas horas¹⁸.

O Plano de Curso de mil e duzentas horas tem como objetivos resolver a deficiência desses profissionais nos serviços de saúde tanto da rede pública como privada e ainda oferecer a possibilidade de que profissionais da área, admitidos e contratados em funções similares possam ser requalificados, reaproveitados, readaptados dentro das normas existentes. Os objetivos serão estruturados a partir da apreensão do saber tecnológico, da valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões por estes técnicos.

Este Plano de Curso considera também, as necessidades apontadas pelo SUS, que exige profissionais com capacidade de atuar em diferentes setores, de forma a promover a melhoria dos indicadores de saúde e sociais, em qualquer nível do sistema. Ainda, tem como objetivo, formar profissionais aptos a atuar em equipe multiprofissional sob a supervisão de um médico especialista em Ortopedia e Traumatologia que desenvolva as competências gerais e específicas da Qualificação e/ou Habilitação Profissional, e que contribua com a reorganização do serviço na perspectiva da construção do modelo de atenção à saúde.

Este plano estabelece que o aluno, após a conclusão do curso, deverá ser um Técnico em Imobilização Ortopédica habilitado para compor a equipe multiprofissional de saúde, contribuindo com o médico especialista em Ortopedia e Traumatologia na execução de procedimentos e ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação de saúde no atendimento à comunidade. Auxilia também na retirada dos diversos tipos de Imobilizações, com os diversos tipos de materiais específicos, na execução de trações cutâneas e esqueléticas, auxiliando-o na execução de pequenos procedimentos, pequenas cirurgias, punções, infiltrações, além de manobras de reduções de fraturas.

Ao concluir o curso, estabelecido por este plano, é esperado que o profissional reconheça no seu trabalho um meio de satisfação e crescimento individual e coletivo. Esse

profissional deve estar sempre disposto a rever sua prática, sabendo analisar o contexto social, questionando, articulando e elaborando propostas de mudança. Deverá ser um trabalhador consciente de seus direitos e deveres enquanto cidadão, comprometido com os serviços, com a equipe de trabalho e com a população que atende, desenvolvendo, assim, a competência humana nas dimensões técnica, comunicativa, ética e política.

Este plano também contempla uma ampla lista de competências profissionais atribuídas ao Técnico de Imobilizações Ortopédicas após a sua formação, uma matriz curricular bem estabelecida e outras informações pertinentes para a sua estruturação.

Assim, entendemos que a dimensão conceitual da qualificação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas encontra-se em desenvolvimento com a objetividade de sua profissionalização por parte da sociedade civil.

Não obstante, ainda não se pode dizer o mesmo em relação às instâncias formais do Estado. Por exemplo, consultando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Profissional (DCNEP) não há qualquer parecer ou resolução relacionadas com o Técnico de Imobilizações ortopédicas. Encontra-se apenas referência a esta formação profissional no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e Cultura - CNCT/MEC (BRASIL, 2012, p.22).

Em relação à dimensão experimental da qualificação, acreditamos que é a mais fortalecida na qualificação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas, tendo em vista que é uma ocupação que já atua há mais de cinquenta anos no mercado de trabalho.

Em relação à dimensão social entendemos que, no Rio de Janeiro, houve um fortalecimento com a fundação, em 04 de dezembro de 2010, do SINDTIO - Sindicato dos Técnicos de Imobilização Ortopédica do Rio de Janeiro, que inclusive é o marco que estabelece o limite temporal do trabalho empírico na cidade carioca da análise da qualificação desta ocupação.

Em uma entrevista prévia e informal com o presidente deste sindicato- o Sr. Henrique Batista Barboza¹⁹- fomos informados que existem apenas no município do Rio de Janeiro aproximadamente dois mil Técnicos de Imobilizações Ortopédicas, sendo que destes, apenas cinquenta técnicos encontram-se sindicalizados e que existem várias associações da categoria em outros Estados da União: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná e Piauí.

Entretanto, no trabalho de campo, foi evidenciado um percentual relevante de técnicos que não conhecem a existência do SINDTIO/RJ como também não conhecem ninguém associado a este sindicato.

¹⁹ Inscrito no CPF sob o nº 003.580.627-30 e atualmente trabalhando em uma empresa de saúde que presta serviços terceirizados ao Hospital Federal do Andaraí.

3.2. UMA CRÍTICA AOS CONHECIMENTOS ESTABELECIDOS PELOS CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS TÉCNICOS DO BRASIL E CURSOS LIVRES PARA FORMAÇÃO DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS ENCONTRADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Neste momento da narrativa pretendemos estabelecer uma análise crítica em relação aos conhecimentos referenciados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e Cultura - CNCT/MEC, na edição de 2008 e 2012 (BRASIL, 2008, p. 24; 2012, p. 22) e os cursos para a formação dos Técnicos em Imobilizações Ortopédicas encontrados na cidade do Rio de Janeiro.

Considerando que o pressuposto teórico desta dissertação é o materialismo histórico e dialético, esta análise crítica inicialmente estruturar-se-á através de breve histórico dos embates ideológicos que determinaram as transformações da pedagogia no Brasil, a partir das análises críticas da Saviani (2005), e quando possível, relacioná-las com as teorias curriculares e seus autores.

Saviani (2005), nos mostra que a educação brasileira, inicialmente, se desenvolveu a partir da influência da pedagogia católica - a pedagogia tradicional de orientação religiosa - com os jesuítas que monopolizaram a educação até 1759 quando expulsos por Pombal. Esta transformação introduziu na educação uma pedagogia tradicional leiga, inspirada no liberalismo clássico.

Esta influência se sustenta até o início do século XX, quando se inicia principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, um movimento da Escola Nova, que o autor entende como uma inspiração, o que ele denomina de concepção humanista moderna de filosofia da educação. Na década de 1920, o Brasil se tornou um campo fértil para essa influência da escolanovismo.

Saviani (2005), nos mostra que, na década de 1930, a educação brasileira experimentava fortes embates teóricos entre a concepção tradicional, dos católicos e o escolanovismo, dos liberais. Estes embates tiveram influência na Constituição Brasileira de 1934, que foram retomados na ocasião da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da década de 1950 e assumiram novos contornos na discussão e votação da Constituição de 1988.

Na constituição de 1934, a Escola Nova se fortalece e encontra-se presente também na Constituição de 1947. Há, portanto, um predomínio do escolanovismo na educação brasileira até 1960 (SAVIANI, 2005).

O teórico educador mais evidente na concepção pedagógica da Escola Nova foi John Dewey nos Estados Unidos, que desenvolveu sua ideia de currículo a fim de reestruturar os

princípios pedagógicos e conseqüentemente transformar a forma estrutural da formação educacional.

A teoria de John Dewey, com uma perspectiva progressista, estabelece a constituição de um currículo mais preocupado com a construção da democracia. Um currículo estruturado através de um conhecimento que possa ser utilizado para a descoberta de novos problemas, pesquisas e conclusões. Um currículo vinculado ao bem-estar da sociedade e da humanidade e que se estruture em conhecimentos que atendam aos interesses do aluno/trabalhador. Um currículo no qual as chamadas disciplinas escolares desempenhem a sua finalidade educacional e não somente instrumental, ou seja, indo além dos interesses economicistas.

Segundo Lopes (2011, p. 23), Dewey é o nome mais conhecido do progressivismo:

Ele advoga que o foco do currículo é a experiência direta da criança como forma de superar o hiato que parece haver entre a escola e o interesse dos alunos. Nesse sentido, o progressivismo se constitui como um processo contínuo e não como uma preparação para a vida adulta.

Sacristán (2000), descreve que o currículo pode ser estruturado com a preocupação pela experiência e interesse do aluno, historicamente ligada aos movimentos de renovação da escola que se nutre de preocupações psicológicas, humanistas e sociais. A orientação experimental apoia toda uma tradição moderna em educação que vem ressaltando a importância dos processos psicológicos no aluno, em contraposição aos interesses sociais e aos dos especialistas das disciplinas (SACRISTÁN, 2000).

Neste contexto cita Dewey (1967a e 1967b):

O importante do currículo é a experiência, a recriação da cultura em termos de vivência, a aprovação de situações problemáticas (SACRISTÁN, 2000, p. 41).

Saviani (2009), diz que o escolanovismo no Brasil foi representado por Paulo Freire, a partir de seu estudo para uma Educação Popular, através da pedagogia nova, que criticava a pedagogia tradicional, quando desenvolveu uma espécie de “Escola Nova Popular”. Paulo Freire estabeleceu um currículo problematizador que buscava se estruturar a partir das reais relações sociais dos alunos.

Segundo Silva (2011), o pensamento de Paulo Freire, em sua obra mais relevante “Pedagogia do Oprimido” (1970), se diferencia dos demais pensamentos críticos por analisar muito mais a filosofia do que a sociologia e a economia política.

Ramos (2010b), chama atenção para a diferença entre a forma de conceber a consciência do trabalhador: Para Marx, a consciência do proletariado seria o *ponto de partida para uma revolução social*; mas, para Paulo Freire seria o *ponto de chegada para a solução social*: a

consciência do trabalhador, que deixaria de ser ingênuo tornando-se crítico e a consciência do dominador que trataria com consideração e amor o dominado.

Em 1960, o escolanovismo começa a apresentar sinais de crise, quando então vai emergindo uma nova concepção pedagógica, que para Ramos (2010a), estava associada às demandas do setor produtivo, denominada pedagogia tecnicista (tecnicismo) e que no entanto, reedita os princípios anunciados pela vertente efficientista do currículo.

Esta autora relaciona a origem do tecnicismo no Brasil com a emergência da Teoria do Capital Humano e da disciplina “Economia da Educação” que surgem na Universidade de Chicago nos EUA.

Nesta mesma linha de pensamento, Saviani (2005), relaciona o fortalecimento do tecnicismo com a inspiração na assessoria americana através dos “acordos MEC-USAID, centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são as características básicas da chamada pedagogia tecnicista” (SAVIANI, 2005, p. 77)²⁰.

Para Saviani (2005), esta pedagogia se impõe no Brasil a partir da Lei nº 5.540/69:

(...) que reestruturou o ensino superior, destacando-se nesse quadro o Parecer 252/69, que reformulou o curso de pedagogia”. Nessa reformulação, a influência tecnicista já está bem presente. O curso é organizado mais à base de formação de técnicos e de habilitações profissionais e reflui aquela formação básica, formação geral, que era a marca anterior do curso de pedagogia (Ibidem).

Em 1971, surge a Lei nº 5.692 com a tentativa de profissionalização universal do ensino médio (SAVIANI, 2005 e RAMOS, 2010a).

Para Ramos (2010a), esta lei surge em um contexto desenvolvimentista dos governos civil-militares com a finalidade de atender à demanda por técnicos de nível médio e o de conter a pressão sobre o ensino superior, sob os argumentos da “escassez de técnicos” no mercado de trabalho e por necessidade de prevenir a “frustração de jovens” que não ingressaram na universidade e no mercado de trabalho.

Entendemos, então, que a formulação da concepção pedagógica tecnicista evidenciava uma tensão existente entre o escolanovismo e a pedagogia tradicional que constituía a estrutura curricular segundo as teorias de John Franklin Bobbitt (1918) e Ralph Tyler (1949).

Para Bobbitt, as escolas deveriam funcionar como qualquer outra empresa comercial ou industrial:

²⁰ Para um aprofundamento teórica das reais consequências no Brasil a partir dos acordos MEC-Usaid, ler Arapiraca, J. O. “A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano”. São Paulo. Cortez Editora. 1982.

Tal como uma indústria, Bobbitt queria que o sistema educacional fosse capaz de especificar precisamente que resultados pretendia obter, que pudesse estabelecer métodos para obtê-los de forma precisa e formas de mensuração que permitissem saber com precisão se eles foram realmente alcançados (...). O modelo de Bobbitt estava claramente voltado para a economia. Sua palavra-chave era ‘eficiência’. O sistema educacional deveria ser tão eficiente quanto qualquer outra empresa econômica. Bobbitt queria transferir para a escola o modelo de organização proposto por Frederick Taylor (SILVA, 2011, p. 23).

A educação deveria se tornar científica e, portanto, deveria ser uma educação tecnicista:

Não havia por que discutir abstratamente as finalidades últimas da educação: elas estavam dadas pela própria vida ocupacional adulta. Tudo o que era preciso fazer era pesquisar e mapear quais eram as habilidades necessárias para as diversas ocupações. Com um mapa preciso dessas habilidades, era possível, então, organizar um currículo que permitisse sua aprendizagem (SILVA, 2011, p. 23 e 24).

Assim, para estruturar um currículo, era necessário apenas identificar as habilidades de uma determinada ocupação, desenvolver um currículo onde essas habilidades fossem praticadas e determinar uma forma de avaliação de que realmente essas habilidades foram aprendidas. O currículo era apenas uma questão de organização e simplesmente uma mecânica, na qual o especialista em currículo teria uma atividade burocrática. O conceito central, nesta perspectiva, seria o “desenvolvimento curricular” (SILVA, 2011).

Bobbitt entendia que a educação deveria estabelecer padrões da mesma forma que uma indústria, ou seja, todos os alunos formados deveriam ser iguais com as mesmas capacidades, e assim caracterizava o aluno como um produto educacional (Ibidem).

A teoria curricular de Bobbit permaneceu forte nos EUA, apesar da resistência promovida pela teoria curricular progressista de John Dewey de 1902.

Mas as ideias de Bobbit se fortaleceram, não só nos EUA, como em outros países, como, por exemplo, no Brasil, com a teoria curricular de Ralph Winfred Tyler publicado em 1949.

Segundo Silva (2011), apesar de admitir a filosofia e a sociedade como possíveis fontes de objetivos para a estruturação curricular, o paradigma formulado por Tyler centra-se na organização e desenvolvimento curricular sendo, portanto, também uma questão técnica.

Para este autor, Tyler não estava preocupado em fazer qualquer questionamento mais enfático relativo aos arranjos educacionais existentes, às formas dominantes de conhecimento ou à forma social dominante. Havia apenas uma preocupação técnica, que, ao definir um *status quo* como referência, estabelece as formas de organização e elaboração do currículo, restringindo-se, assim, na atividade técnica de *como fazer* o currículo.

Para Lopes (2011), o modelo de currículo de Tyler, vai além de um modelo, podendo falar-se em uma racionalidade técnica ou sistema com uma abordagem preocupada, centralmente, com a eficiência. É um procedimento linear e administrativo, em quatro etapas:

definição dos objetivos de ensino; seleção e criação de experiências de aprendizagem aprimoradas; organização dessas experiências de modo a garantir maior eficiência ao processo de ensino e a sua avaliação.

Sacristán (2000), demonstra que, para Tyler, o currículo é composto pelas experiências de aprendizagem planejadas e dirigidas pela escola com os objetivos educativos. A postura de Tyler é ateórica e acrítica e diáfana quando afirma:

O desenvolvimento do currículo é uma tarefa prática, não um problema teórico, cuja pretensão é elaborar um sistema para conseguir uma finalidade educativa e não-dirigida para obter a explicação de um fenômeno existencial. O sistema deve ser elaborado para que opere de forma efetiva numa sociedade onde existem numerosas demandas e com seres humanos que têm intenções, preferências (...) (TYLER, 1981, apud SACRISTÁN, 2000, p. 46).

São, portanto, teorias curriculares que estabelecem uma perspectiva instrumental ou tecnicista. Segundo estas teorias, o currículo se estrutura em conhecimentos legitimados pelo atendimento às regras do método científico, baseado no processo econômico e capaz de ser traduzido em competência, habilidades e desempenho.

Saviani (2005), sinaliza que, neste período, indo de encontro às formas estruturais de educação estabelecidas pelo governo militar, surgem muitas críticas por parte dos educadores brasileiros que não aceitavam a forma oficial de educação juntamente com fortes críticas ao regime militar.

Estas críticas se desenvolveram ao longo da década de 1970, com forte apoio das concepções crítico-reprodutivistas de educação, sistematizadas por autores franceses entre os quais, Saviani (2005), destaca: Bourdieu e Passeron com a obra *“A Reprodução”* (1970), Althusser, com o artigo *“Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”* publicado na revista *La Pensée*, em 1969 e Baudelot e Establet, com o livro *“A Escola capitalista na França”* de 1971.

Para Saviani (2005), estas teorias críticas-reprodutivas chegaram à conclusão de que a educação tem apenas a função de reproduzir as relações sociais dominantes e, portanto, qualquer tentativa na área de educação invariavelmente determinará a reprodução do sistema capitalista.

São críticas à escola e à educação, mas, no entanto, não estabelecem qualquer solução para as ações pedagógicas da escola e qualquer estruturação educacional que seja contra-hegemônica e, principalmente, que possibilite a formação de homens emancipados, conscientes, críticos e capazes de transformar a sociedade tornando-a mais justa e humanizada.

É nesta crítica que Saviani (2005), nos mostra a construção de uma concepção pedagógica, capaz de determinar uma formação de homens conscientes e preparados para

transformar a sociedade e combater as formas de sociabilização hegemônica, denominada de pedagogia histórico-crítica que, além de criticar as concepções pedagógicas prévias (tradicional, escolanovista, tecnicista, crítica-reprodutivista e pedagogia das competências) também nos mostra um caminho pedagógico para uma possível transformação social.

O autor situa no ano de 1979 o momento em que surge uma configuração mais clara da pedagogia histórico-crítica, quando a forma de abordar o problema da educação dialeticamente se torna mais ampla e coletiva.

Esta concepção pedagógica valoriza a função da escola como responsável por constituir o acesso ao conhecimento erudito - as disciplinas clássicas - e a um saber sistematizado fornecendo, deste modo, os instrumentos necessários para o trabalhador ascender ao nível da elaboração do saber, embora continue, pela sua atividade prática real, a contribuir para a produção do saber, caracterizando os conhecimentos sistemáticos e básicos universalmente necessários para todos.

Assim, o autor, estrutura um pensamento pedagógico que caminha na contramão da ideia da educação de forma homeopática, introduzida por Adam Smith, e as formas pragmáticas e parceladas da educação, visando apenas às necessidades da produção capitalista, atendendo ao mínimo necessário para a execução de tarefas simples, repetitivas e alienantes estabelecidas pelo sistema de produção taylorismo-fordismo.

Para Saviani (2005), é na estruturação pedagógica da escola e, portanto, a partir da educação, que se estabelecem as diferentes formas de relação social, ou seja, o poder de sociabilização do saber, como também entende que as formas de relações sociais podem, de forma recíproca, interferir na estruturação educacional na escola e, conseqüentemente, transformar o saber sistematizado. É neste sentido que o autor vê a possibilidade de um movimento que possibilite aos saberes eruditos serem dominados pela população e de forma recíproca a cultura popular torne-se um saber erudito.

Esta concepção determina uma unidade entre o conteúdo e o método, entendendo que, além de estabelecer o que deve ser ensinado, entende como sendo também muito importante e fundamental o modo de ensinar, ou seja, a metodologia do ensino, que é a base da pedagogia.

Em relação à estrutura curricular, estabelece uma construção curricular que mantenha os conhecimentos eruditos, reconhecidos através das disciplinas clássica, além dos conhecimentos originados das práticas e das relações sociais, isto porque a produção social do saber - “conhecimento” - é histórica, tornando-se um patrimônio da humanidade que deverá ser transmitido pelas diferentes gerações através da pedagogia.

A concepção histórico-crítica, como pedagogia escolar, compreende que as relações sociais se estruturam a partir de movimentos dialéticos e que, historicamente, é possível construir um saber humano, levando este homem a um pensamento crítico e emancipador com finalidade de uma transformação na estrutura social vigente.

Na área da saúde, este cenário não era diferente, sendo assim, emergem pensamentos políticos e educacionais preocupados com a formação dos trabalhadores técnicos do setor da saúde, principalmente, os que já se encontravam no mercado de trabalho. Essas políticas irão convergir para a instituição, a partir do ano de 2000, da Educação Permanente em Saúde (EPS) que constituem políticas públicas que visam não exclusivamente a formação, mas também de gestão do processo de trabalho em saúde (RAMOS, 2010b).

Conforme detalhado no capítulo 1, Batistella (2009) e Ramos (2010b) nos mostram um movimento na Educação Profissional no Brasil com a implementação do Projeto Larga Escala na década de 1980 que possibilitou estratégias conduzindo à viabilização de escolas e centros formadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ramos (2010b), nos apresenta que o modelo de ensino presente no Projeto Larga Escala, também entendia da necessidade de elaborar um currículo integrado com os serviços e com os problemas neles enfrentados. Neste caso “a seleção dos conteúdos programáticos guardaria uma relação direta com os problemas vivenciados pelo aluno, sendo a prática em situação real também considerada como experiência de ensino e o ambiente de trabalho como local preferencial da formação profissional” (RAMOS, 2010b, p. 46).

Entretanto, Ramos (2010b), nos mostra que o almejado currículo integrado não foi viável sendo, portanto, estruturado um currículo híbrido, denominado de “currículo correlacionado” que se estabelece baseado em disciplinas juntamente com um currículo integrado.

O financiamento do Profae pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), direcionando o alinhamento entre as políticas educacionais do Ministério da Educação às suas orientações, culminou na adoção da “pedagogia das competências”, por meio da instituição do Sistema de Certificação de Competência do Profae.

Neste contexto emerge uma série de reformas educacionais que refletiam todas as recomendações dos organismos internacionais multilaterais, condicionando-as na obtenção dos empréstimos financeiros solicitados.

São exigências que se estabeleceram principalmente em nível das Políticas Curriculares, que caracterizaram as Reformas Educacionais dos anos de 1990 e que se

configuram conforme o ideário neoliberal e a sua globalização, dentro de um sistema educacional voltado para as necessidades e a lógica do mercado.

Para melhor compreensão deste contexto histórico e político, citamos Afonso (2001), que diz:

(...) embora estejamos ainda relativamente longe de poder constatar empiricamente a existência de um completo e irreversível esvaziamento da autonomia relativa do Estado-nação moderno, não podemos, ainda assim, deixar de considerar que essa autonomia relativa está sendo cada vez mais desafiada e constrangida pelos processos de globalização e de transnacionalização do capitalismo (p. 23).

(...) é inegável que, com uma intensidade maior ou menor, todos os países se confrontam hoje com a emergência de novas organizações e instâncias de regulação supranacional (ONGs, Mercosul, Organização Mundial do Comércio, União Europeia), (...) ditam os parâmetros para a reforma do estado nas suas funções de aparelho político-administrativo e de controle social, ou que induzem em muitos e diferentes países a adoção de medidas ditas modernizadoras que levam o Estado a assumir também, de forma mais explícita, uma função de mediação, de adequação às prioridades externamente definidas ou, mesmo, de promoção das agendas que se circunscrevem a ditames mais ou menos ortodoxos da fase actual de transnacionalização do capitalismo e de globalização hegemónica... (...) que a chamada *reforma do Estado* tem hoje uma amplitude muito maior do que aquela que pode estar subentendida quando se fala em simples modernização da administração, sugerida, neste caso, por expressões como *reinvenção do governo*, *acção administrativa orientada para os resultados*, *new public management*, entre outras (Ibidem, p. 24, grifos do autor).

Afonso (2001), nos mostra que neste Estado-avaliador, na política educacional, encontra-se “em curso a transição de uma forma de regulação burocrática e fortemente centralizada para uma forma de regulação híbrida que conjuga o controlo pelo Estado com estratégias de autonomia e auto-regulação das instituições educativas” (AFONSO, 2001, p. 25).

Assim, apesar de deliberar certa autonomia das instituições de educação, o Estado-avaliador criará e estimulará um corpo regulatório que irá determinar as ações destas instituições:

(...) ao nível do ensino não-superior expressa-se sobretudo pela promoção de um *ethos* competitivo que começa agora a ser mais explícito quando se notam, por exemplo, as pressões exercidas sobre as escolas nos níveis de ensino acima referidos (ensinos fundamental e médio no Brasil) através da avaliação externa (exames nacionais, provas aferidas ou estandardizadas e estratégias de presença mais assídua de agentes da Inspeção Geral da Educação enquanto órgão central do Ministério da Educação), e através do predomínio de uma racionalidade instrumental e mercantil que tende a sobrevalorizar indicadores e resultados académicos quantificáveis e mensuráveis sem levar em consideração as especificidades dos contextos e dos processos educativos (AFONSO, 2001, p. 26).

Chama a atenção que, na verdade, não há uma defesa da autonomia dos estabelecimentos, mas, sim, uma transferência de responsabilidade, pela educação dos cidadãos para as instituições de ensino, a partir do momento em que há uma publicização dos resultados

criando um ranking das escolas, emergindo uma racionalidade mercantil e uma análise performativa no âmbito da educação.

Serão estes resultados que vão orientar as prioridades das políticas públicas e as ações do Estado, bem como, irão responsabilizar os professores e alunos pelo desempenho, sem considerar, é claro, as condições históricas escolares e individualizando o que deveria ser compreendido de forma social.

Há, portanto, do ponto de vista do Estado, uma ação analítica que caracteriza muito bem o pensamento neoliberal: o individualismo, a competitividade e principalmente, a descontextualização da educação, ou seja, responsabiliza a formação educacional do indivíduo sem considerar qualquer fator social, econômico ou cultural local.

Lopes (2001) e Macedo (2002), chamam a atenção que, a forma mais efetiva de introduzir o princípio da performatividade curricular, foi através da introdução da noção de competências.

Esta, embora apareça discursivamente associada a um referencial construtivista – cujo caráter progressista é oferecido pela matriz teórica francesa - tem sido caracterizada, na prática, pela proximidade com a tradição americana, ligada aos princípios de eficiência social. Se na primeira perspectiva há uma oposição aos procedimentos de estratificação, anunciando-se a criatividade e emancipação do aluno, a segunda, remetendo aos estudos de Bobbitt, Tyler e aos referenciais comportamentalistas, preocupa-se com avaliações, desempenhos e estratificações (LOPES, 2001; MACEDO, 2002, apud, BATISTELLA, 2009, p. 159).

Conclui-se que, é a partir da noção de competência, originária do desdobramento da “sociedade do conhecimento”, a vulgata planetária da ideologia neoliberal (BOURDIEU e WACQUANT, 2001), que as políticas curriculares serão conduzidas na educação básica e profissional no Brasil, claramente formuladas nos documentos publicados pelo MEC, após a edição da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei nº 9394/96), principalmente, a publicação das LDB do ensino médio de 2000.

É, portanto, com base nestas teorias curriculares, associada à noção de competência - “pedagogia das competências”²¹ - que se estruturam os currículos e os seus conteúdos acadêmicos para a formação do trabalhador técnico no Brasil prescritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional (DCN/EP).

²¹ Para maior aprofundamento teórico da pedagogia das competências ler RAMOS, M. N. “A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?” São Paulo. Cortez, 3ª Edição. 2006.

Provavelmente com o objetivo de facilitar o acesso aos conhecimentos presentes nas diversas áreas de formação técnica brasileira o MEC, em 2008, organizou a primeira versão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio no Brasil que foi revisado em 2012.

Ao analisarmos este Catálogo Nacional, observa-se que a formulação dos conhecimentos necessários para os cursos técnicos mantêm uma forte relação com as teorias curriculares tecnicista/instrumentalista.

No caso em particular do Técnico de Imobilizações Ortopédicas, nota-se a presença de conhecimentos que induzem a estruturação de um currículo instrumental, baseado apenas em disciplinas acadêmicas:

Técnicas de imobilizações ortopédicas, equipamentos e materiais ortopédicos. Anatomia e fisiologia humana. Noções de ortopedia e traumatologia. Humanização do processo de trabalho. Biossegurança e ergonomia (BRASIL 2008, p. 24 e BRASIL, 2012, p. 22).

São conhecimentos formadores de um TIO capaz apenas de executar sua tarefa sem qualquer pensamento crítico, tendo em vista a ausência de qualquer conhecimento sociológico que demonstre realmente em que contexto político e econômico se faz a sua formação e, principalmente, em que bases sociais sua formação profissional se encontra sustentada.

É uma formação preocupada apenas com a mera reprodução de um conhecimento com um caráter claramente tecnicista/instrumentalista de estruturação curricular

Nesta mesma linha de formação, encontramos, no trabalho de campo, vários cursos de auxiliar de sala de gesso oferecidos pela FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro), que também se estruturam através dos mesmos conhecimentos dos demais cursos, além, é claro, de formar auxiliares e não o Técnico de Imobilizações Ortopédicas).

Quando se analisam os conhecimentos relacionados com a formação do TIO na cidade do Rio de Janeiro encontram-se os mesmos conhecimentos estabelecidos no Catálogo Nacional e, portanto, seguem o mesmo sentido de formação. Fica clara a presença da teoria de Tyler estruturando estes os conhecimentos e possíveis currículos, que, segundo Pacheco e Pereira (2007), caracteriza uma “retylerização” curricular:

(...) aceitando-se que o currículo é um plano, um dispositivo normativo definido pela administração, embora possa ser gerido pelos professores, desde que essa gestão seja controlada pelo currículo nacional e pela avaliação estandardizada (PACHECO e PEREIRA, 2007 p. 372).

Consequentemente, a partir dos conteúdos presentes para esta formação, torna-se evidente a concepção pedagógica tecnicista, pragmática e funcionalista, visando, portanto, apenas as necessidades de atender o mercado de trabalho.

E, seguindo o pensamento de Saviani (2005), formam-se trabalhadores para a manutenção da hegemonia capitalista, neoliberal e principalmente ordem social.

Determina-se a formação de um trabalhador com identidade passiva e conformista de sua situação social subalterna, em associação com a noção de competência, que determina um importante caráter individualista, meritocrático e de empreendedorismo, na formação destes trabalhadores.

Mas, felizmente ainda não há uma concretização de um currículo que estabeleça a formação do Técnico de Imobilizações Ortopédicas na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, esta formação ainda encontra-se aberta e passível de debates, de críticas e, principalmente, de reformulações.

Assim, dialogando com Paulo Freire (apud Ramos, 2010b, p. 223), reafirmamos: “Como seres históricos e sociais, os homens são esperançosos. Esta é, para Freire, a essência da humanidade”; e dialogando com Antônio Gramsci (apud, RAMOS, 2010a, p. 24), “sejam pessimistas na inteligência e otimistas na vontade”, logo temos que manter a esperança e acreditar que é possível reestruturar este programa curricular para formar Técnicos de Imobilizações ortopédicas capazes de transformar a sociedade.

Devemos buscar uma concepção histórica-crítica para a formação deste trabalhador que, além de ter uma formação qualificada, se estruturará em um sujeito socialmente capaz de transformar a ordem social vigente.

Lutar pela implementação de um currículo integrado²² que tenha compromisso com a formação *omnilateral* do sujeito social, o que confere um caráter filosófico, com base na integração de todas as dimensões da vida que estruturam a prática social no processo formativo; com a *indissociabilidade entre a educação profissional e a educação básica*, o que confere uma formação politécnica, determinando um acesso dos jovens ao mercado de trabalho como um técnico qualificado e sua inclusão social, mas, também tornar possível que estes jovens almejem atingir uma formação superior; e a *integração de conhecimentos gerais e específicos*

²² A concepção de currículo integrado é ampla sendo difícil uma abordagem em sua totalidade neste texto. Considerando que esta concepção é de extremo valor, não só na pedagogia, como também na sociologia do trabalho, indico para o maior aprofundamento do tema a leitura da referência RAMOS, M. N. (2010a) e RAMOS, M. N. “Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado”. In: Frigotto, G, Ciavatta, M, e Ramos, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. pp.106-127.

como totalidade curricular, assim entende-se que o conhecimento geral não pode ser estruturado se não houver uma aplicação prática (conhecimento específico), como também nenhum conhecimento prático (específico) se sustenta sem o conhecimento teórico (geral) garantindo, de fato, uma formação profissional qualificada.

Para concluir esta narrativa citamos Ramos (2010a, p. 23):

Não temos dúvidas de que há duas lutas que se complementam na realidade brasileira. Uma é a da educação, no sentido de uma reconstrução completa de suas concepções, de suas finalidades, a serem comprometidas com a classe trabalhadora. A finalidade da educação não deve ser a formação “para”; seja “para o mercado de trabalho” ou “para a vida”. É formação pelo trabalho e na vida. A outra luta é a questão do trabalho como necessidade e meio de produzir a existência.

Neste pensamento, esta narrativa que objetivava estruturar uma crítica aos conhecimentos relacionados com a formação dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas deve, portanto, extrapolar do crítico teórico para o campo da prática e buscar, a partir das organizações da classe e nos debates pedagógicos relacionados com a formação deste trabalhador, lutar por uma formação integral, omnilateral, emancipadora, crítica e politécnica.

Esta luta encarna a introdução da pedagogia histórico-crítica e o currículo integrado, que se estabelecerá a partir de uma integração entre as diversas áreas do conhecimento para uma formação politécnica do trabalhador, bem como, com a introdução dos conhecimentos que partem dos reais problemas e questionamentos que surgem diante das verdadeiras situações de trabalho.

Concretamente, o currículo integrado para a formação do Técnico de Imobilizações ortopédicas pode ser estruturado em três módulos: o módulo I seria destinado às disciplinas científicas que fundamentam as patologias e as condutas terapêuticas relacionadas ao seu processo de trabalho (quatrocentas horas) bem como as que se configurem como formadoras de um trabalhador omnilateral e crítico, como a sociologia, a filosofia, e outros campos das ciências humanas e sociais (duzentas horas); o módulo II (quatrocentas horas) seria reservado à integração desses campos do conhecimento entre si, com a presença dos seus respectivos professores, e as reais situações-problema que emergem no momento da execução da função desses técnicos no interior do posto de trabalho, podendo, inclusive, algumas aulas serem ministradas no interior das próprias salas de gesso das clínicas e dos hospitais conveniados; e o módulo III (quatrocentas horas) seria destinado ao estágio supervisionado, devendo ocorrer nas instituições médicas credenciadas.

Os módulos I e II seriam ministrados separadamente ou concomitantemente, entretanto ambos seriam pré-requisitos para a realização do módulo III.

Através deste currículo espera-se a formação de um trabalhador com uma identidade ativa na sociedade capitalista, capaz de promover um movimento dialético no qual esta classe poderia superar sua exploração e até a sua alienação. Assim, direcionar a sociedade contemporânea rumo à emancipação do homem, com ampla justiça social e prevalecendo sempre o bem comum.

3.3. PROFISSIONALIZAÇÃO: UMA RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS E NECESSIDADE SOCIAL

Considerando que o pressuposto teórico deste trabalho é o materialismo histórico e dialético e que a metodologia da pesquisa empírica para caracterizar a qualificação do TIO no município do Rio de Janeiro será centrada a partir das três dimensões propostas por Yves Schwartz, entendemos que, ao buscar os valores empíricos das dimensões social e conceitual do TIO, podemos correr o risco de enfraquecer a sua dimensão experimental, que, certamente, é a que detém maior expressão, visto que é uma atividade existente no Brasil há mais de 50 anos. Mas, dialeticamente, ao caracterizarmos essas dimensões, poderemos contribuir para o fortalecimento ou promoção do seu movimento interno de profissionalização.

Seguindo este argumento, entendemos que a narrativa sobre a profissionalização, ou seja, o que define a organização de uma profissão, no contexto deste trabalho, não necessita ser muito mais aprofundado para além de uma sucinta análise conceitual e histórica sobre o referencial teórico que sustenta este conceito no interior deste trabalho.

Segundo Franzoi (2009), existe uma dificuldade em precisar conceitualmente o termo profissão. Isto porque este pode assumir diferentes conotações de acordo com a área de conhecimento e a tradição nacional e idiomática no qual é empregado. Esta autora traz uma discussão em relação à semântica da palavra e suas origens literárias. Entretanto, vamos compreender o conceito de profissão/profissionalização inseridos em uma sociedade historicamente estruturada e em um modelo econômico mundialmente predominante: o capitalismo.

Para Franzoi (2009), o que realmente está em questão é um valor determinado socialmente para as diferentes profissões que, na verdade, trata-se de uma disputa de poder na sociedade que se estabelece a partir de uma luta política e ideológica pela distinção e pela classificação. Este aspecto de relação social e luta de classes se estabelece entre trabalhadores e

empregadores, e fica evidente quando da estruturação da classificação de Parodi - Croizat no pós-guerra na França. Neste momento, apesar da divisão técnica do trabalho, de todas as consequências negativas do avanço da tecnologia sobre as condições de trabalho e no processo de desqualificação do trabalhador, o fortalecimento das organizações trabalhistas, sobretudo dos sindicatos, e a luta de classe levou ao estabelecimento de uma hierarquização salarial conforme o tempo de formação institucionalizado pelo diploma e, portanto, a uma melhor qualificação que implicaria em melhor salário.

Todo este processo emerge dos movimentos sociais estabelecidos pelos sindicatos que promoviam várias greves e tinham como reivindicação central salários homogêneos para o mesmo tipo de trabalho com o *slogan* “para qualificações iguais salários iguais” (TATUCE, 2007).

Há, portanto, na profissionalização, uma forte relação social que se estrutura em uma hierarquização profissional relacionada com um estoque de conhecimentos especializados e formais, o que a torna diferente de uma ocupação. Fica claro que a disputa de poder é permanente no seio da sociedade e, com certeza, determinante para a estruturação de uma profissão.

Mantendo o pressuposto teórico deste trabalho, o conceito de profissionalização também deverá contemplar uma forte relação social. Ramos (2006, p. 51), sintetiza da seguinte forma o processo de profissionalização:

(...) a organização das profissões regulamentadas descansa em três pilares, cada qual com função diversa: as organizações para fiscalização do exercício profissional; o sindicato, para encaminhar reivindicações de natureza trabalhista; e a associação, para atender aos aspectos mais tipicamente normativos e associativos.

Assim, a profissão se constitui no saber organizado, suficientemente definido e transmissível, estruturante das práticas destinadas à satisfação do objeto social e que se constitui numa ética ordenada dessas práticas. Sociologicamente, ela se caracteriza por uma ocupação ou atividade de trabalho a partir de uma reivindicação de estatuto social e de inscrição num meio de contornos identificáveis e socialmente reconhecidos. Neste sentido, torna-se uma profissão aquela ocupação que adquirir tal status (RAMOS, 2006). Esta autora, no mesmo momento chama a atenção:

(...) um dos mecanismos explícitos de delimitação do acesso ao mercado de prestação de serviços profissionais é o credenciamento educacional, isto é, a posse do certificado ou diploma (Ibidem).

Não obstante, entendemos que, no sistema capitalista, o que prevalece é o poder do

conhecimento formal - saberes estruturantes - de uma atividade, mas que, obrigatoriamente, se remeterá a uma forte relação social que determinará a estruturação do quadro específico da profissão - classificação profissional - e de remuneração.

Neste sentido, Ramos (2006), sinaliza a forte característica que diferencia as profissões: sua dimensão corporativa com a propriedade de autorregulação coletiva e uma determinada capacidade de regular o mercado de prestação de serviços profissionais, principalmente em relação à oferta desta atividade para a própria proteção de seus membros.

Seguindo este pensamento, entendemos que as atividades de trabalho, inicialmente, se estabelecem a partir de uma divisão social de trabalho, estabelecido, principalmente, nas sociedades de classes. Conseqüentemente emerge uma forte dicotomia social entre o trabalho “manual” e o trabalho “intelectual” que, em uma sociedade capitalista, a primeira é expressa pelos trabalhadores auxiliares e técnicos e a segunda pelos trabalhadores denominados de profissionais com uma formação acadêmica completa até curso superior.

Portanto, na luta de poder e de classes se estabelece não só uma divisão social como também uma divisão técnica do trabalho, que a partir de fortes estratégias corporativas será regulamentada.

Enguita (1998), nos mostra claramente a divisão social e manufatureira (que para nós seria a técnica) e sua forte contextualização no interior da sociedade.

Enguita (1998), cita Marx (1975), que mostra a divisão manufatureira do trabalho que determina no trabalhador não só a alienação do produto final como também o seu próprio processo de trabalho e assim sinaliza para a substituição da mais valia absoluta pela mais valia relativa.

Portanto, para Enguita (1998), Marx explica muito bem a divisão social e manufatureira do trabalho:

(...) Apesar das analogias e dos nexos que medeiam entre a divisão do trabalho no interior da sociedade e a divisão dentro de uma oficina, elas diferem não apenas gradual, mas essencialmente.(...) O que é que gera conexão entre os trabalhadores independentes do vaqueiro, do curtidor e do sapateiro? A existência de seus produtos como mercadorias. O que caracteriza, pelo contrário, a divisão manufatureira do trabalho? Que o operário parcial não produz mercadoria alguma. Apenas o produto coletivo dos operários parciais se transforma em mercadoria.(...) A divisão manufatureira do trabalho supõe a concentração dos meios de produção nas mãos do capitalista; a divisão social do trabalho, o fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias, independentes uns dos outros.(...) A norma que sem cumpria planificadamente e a *priori* no caso da divisão do trabalho dentro da oficina, opera, quando se trata da divisão do trabalho dentro da sociedade, só a *posteriori*, como necessidade intrínseca, muda, que apenas é perceptível na troca barométrica dos preços da mercadoria (...) A divisão manufatureira do trabalho supõe a *autoridade* incondicional do capitalista sobre os homens reduzidos a meros membros de um mecanismo coletivo, propriedade daquele; a divisão social do

trabalho contrapõe produtos independentes de mercadorias que não reconhecem mais que a autoridade da concorrência (...) (MARX, 1975, apud ENGUITA, 1998, p. 15 e 16, grifos do autor).

Enguita (1998), também nos sinaliza que nem todos os trabalhos no capitalismo são iguais e diferencia: os profissionais liberais, os camponeses independentes e os trabalhadores autônomos que detêm certo grau de controle sobre o produto do seu trabalho; as chamadas semiprofissões que representam o estágio primeiro da subordinação do trabalho ao capital, onde incluem os profissionais liberais que são assalariados e os que não são profissionais liberais, entretanto por terem formação equivalente, ganham o estatuto de profissionais liberais, que são os funcionários públicos com alto grau de qualificação ou titulação e portanto, com *ethos* de profissionais liberais, além de possuírem organizações profissionais próprias, exemplos: médicos e professores assalariados da rede pública, os assistentes sociais e grupos de profissionais da administração, além de dirigentes e executivos de empresas e os órgãos públicos; e finalmente os postos de trabalho subordinados, são postos ocupados por trabalhadores sem nenhum controle nem capacidade de decisão sobre o produto de seu trabalho e pouca ou nenhuma sobre o processo de trabalho, nestes estão alguns com certo grau de liberdade mas de limite inflexível, outros com liberdade relativamente restrita (os que não atuam em um sistema mecanizado) até os submetidos a uma regulação estrita (os trabalhadores dos postos de trabalho no interior de uma linha de montagem).

O autor também nos faz uma associação das características da profissão com as classes sociais: os primeiros seriam a pequena burguesia, os segundo se situam em um nível intermediário na escala social e o terceiro seria da classe subordinada completamente à classe dominante.

E que “esses diferentes tipos de processo de trabalho que diferenciam transversalmente a sociedade reproduzem como divisão presente a evolução global do trabalho no processo de industrialização e de expansão e consolidação do capitalismo” (ENGUITA, 1998, p. 19).

3.4. DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO EM SAÚDE: UM FOCO EM NÍVEL DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS NO RIO DE JANEIRO

Portanto, no sistema capitalista, é que entendemos que a regulamentação de uma profissão pode ser considerada, a partir de uma sociedade de classe, como sendo uma reserva de mercado para as diferentes profissões, na qual se percebe uma forte dialética quando há, na

regulamentação, uma exclusão, ou seja, não tem a formação não pode trabalhar nesta profissão, e uma inclusão, ou seja, se tenho esta formação posso exercer esta profissão no mercado de trabalho.

Além desta contradição, deve-se compreender que no momento em que impede que um trabalhador atue em uma profissão para qual não está formado nem preparado evitam-se as consequências, geralmente desastrosas, de uma atividade executada sem “profissionalismo”, principalmente na área desta pesquisa que é o trabalho em saúde, onde qualquer procedimento executado sem uma formação adequada pode promover forte complicações no âmbito da saúde do paciente inclusive com risco de vida. Isto porque, no trabalho em saúde, não só se estabelece um valor de troca, quando se define um salário pago pelo empregador, mas, fundamentalmente, um trabalho com forte valor de uso que se faz evidente nos resultados obtidos nos tratamentos dos pacientes.

Quando analisamos as profissões técnicas também se evidencia a luta intra-classes, ou seja, no seio da mesma classe social, quando há a divisão de trabalho entre os técnicos, com ensino médio completo e os auxiliares, que possuem apenas o ensino fundamental completo. Desta forma, as lutas permanecem e a regulamentação da divisão social do trabalho é a forma de garantir os direitos e deveres de uma profissão e com isso, garantir uma reserva de mercado para as profissões no seio de uma mesma classe.

Neste momento sinalizamos para o fato de o Conselho Regional de Enfermagem (COREN) impedir que os Técnicos de Imobilizações Ortopédicas realizem curativos nos pacientes, interpretando que curativo é uma função exclusiva dos Técnicos de Enfermagem.

Isto é evidenciado quando o Dr. Marcos Musafir juntamente com a SBOT em 2004 suspendem a realização dos cursos técnicos de imobilização ortopédica.

Entendemos que esta atitude foi muito mais por uma questão política do que ética, visto que, o COREN argumenta que curativo é um procedimento apenas do técnico de enfermagem. Isto, que na prática, é uma grande falácia, porque o que constatamos durante os nossos 22 anos de prática em atendimento ortopédico hospitalar foi que todos os técnicos de enfermagem se recusavam a realizar curativos em pacientes imobilizados, inclusive, faziam questão de argumentar: “*não somos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas*”.

Seria importante haver uma maior comunicação e diálogo entre o COREN e os técnicos de enfermagem para esclarecimento desta situação que resulta na limitação da atividade dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas.

Em relação ao Técnico de Imobilização Ortopédica, cuja profissão, como vimos, ainda encontra-se em processo de regulamentação, esperava-se não existir uma evidente divisão

social e técnica no interior da ocupação. Entretanto, isso não foi o que constatamos durante o trabalho de campo. Em uma ação política, evidenciamos um nivelamento por baixo, do nível de conhecimento técnico, no município do Rio de Janeiro.

Existem funcionários municipais concursados para o emprego de auxiliar²³ de sala de gesso, um trabalho técnico que exigiria o ensino médio, porém, a partir de um Decreto de Lei Municipal Ordinária, são contratados trabalhadores com o curso de formação em imobilização ortopédica exigindo-se apenas a conclusão do ensino fundamental.

Este emprego foi regulamentado através da Lei Ordinária nº 3021 de 05 de maio de 2000 e publicado no Diário da Câmara Municipal (DCM) do Rio de Janeiro em 09 de maio de 2000 (**ANEXO 12**) na qual cria-se o emprego de auxiliar de sala de gesso com formação de primeiro grau especializado.

Esta é uma Lei que além de determinar uma reserva de mercado que privilegia o trabalhador, teoricamente, menos qualificado, também vai de encontro com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9394/96), principalmente, a publicação das LDB do ensino médio de 2000, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (9394/96) e as Diretrizes Curriculares do Ensino Nacional (DCEN).

Finalizando, em qualquer tempo na modernidade e no sistema capitalista, a profissionalização de uma determinada atividade se estabelecerá quando todas as dimensões da qualificação do trabalhador forem contempladas: a social, a conceitual e experimental.

Entendendo que o TIO é uma ocupação que se regulamentará como uma profissão técnica, o que é muito provável de ocorrer, principalmente a partir das conclusões obtidas no trabalho de campo desta pesquisa e que serão discutidas e analisadas no próximo capítulo, uma divisão técnica e social no interior desta classe de trabalhadores será francamente evidenciada e conseqüentemente, acredita-se que, inevitavelmente, deverá emergir uma forte tensão contra esta lei em nível do município do Rio de Janeiro.

²³ Na teoria o auxiliar da sala de gesso somente está habilitado para preparar o material à ser utilizado na confecção da imobilização que deverá ser executada por um Técnico de Imobilizações Ortopédicas ou pelo médico ortopedista

3.5. ASPECTOS DA QUALIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS COM BASE NAS ANÁLISES EMPÍRICAS

Neste item apresentaremos o trabalho de campo que iniciou com a nossa ida à Associação das Clínicas e Consultórios de Ortopedia do Estado do Rio de Janeiro (ACCOERJ) e com a autorização do seu presidente o Dr. Jorge Petros, mediante auxílio de sua secretária a Sr.^a Edna, estabeleceu-se uma lista contendo as clínicas de ortopedia associadas situadas na cidade do Rio de Janeiro, bem como seus respectivos Diretores Médicos.

Foram encontradas 71 (setenta e uma clínicas) distribuídas pelos diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro conforme é demonstrado na figura 1. Todas as clínicas foram contatadas e obtivemos o seguinte resultado:

- ✓ 44 (quarenta e quatro) clínicas ortopédicas participaram da pesquisa, das quais, 04 (quatro) clínicas pertenciam ao mesmo proprietário, portanto, obtivemos respostas em 41 (quarenta e um) questionários com aos Diretores Médicos Ortopedistas das clínicas:
 - 15 (quinze) clínicas eram estruturadas para atendimento de consultório e, portanto, não realizavam procedimentos médicos em sala de gesso, sendo, deste modo, desconsideradas do universo da pesquisa;
 - 04 (quatro) clínicas ortopédicas possuíam sala de gesso onde as imobilizações eram confeccionadas pelo próprio ortopedista, não havendo a contratação de Técnicos de Imobilizações Ortopédicas;
- ✓ 08 (oito) clínicas ortopédicas os Diretores Médicos não autorizaram a realização da pesquisa.
- ✓ Em relação aos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas existem, aproximadamente, 89 (oitenta e nove) técnicos contratados por estas clínicas ortopédicas, sendo obtidas respostas em 60 (sessenta) questionários.

Antes de iniciar as análises dos resultados obtidos com as respostas dos questionários entendemos ser muito interessante registrar alguns acontecimentos, que se caracterizam, no mínimo, por serem “*sui generis*” e que podem refletir em que contexto social estão inseridas as clínicas ortopédicas em nossa cidade.

Em uma das clínicas ao perguntar se o Diretor Médico se encontrava, fui interceptado pela administradora, que inclusive disse possuir duas pós-graduações, e me colocou que qualquer assunto precisaria passar por ela antes de chegar ao conhecimento do Diretor Médico.

Desta forma expliquei que a pesquisa se tratava de um trabalho de mestrado da EPSJV/FIOCRUZ, que objetivava qualificar os Técnicos de Imobilizações Ortopédicas, ela imediatamente respondeu dizendo que ela não contratava este técnico para a clínica. Curioso e querendo entender como era estruturado o atendimento, visto o grande volume de pacientes, perguntei quem realizava as imobilizações? Ela prontamente me respondeu: *“Eu contrato alguns gesseiros”...*

Em outra clínica, quando me dirigi ao Diretor Médico e informei do que se tratava a pesquisa, prontamente ele me perguntou: *“Esta pesquisa vai trazer algum benefício para estes técnicos?”* Eu respondi que o objetivo era analisar a qualificação destes técnicos visando, é claro, a regulamentação da profissão. Em seguida ele me disse: *“Não participo de nenhum trabalho que possa a vir a beneficiar esta classe de trabalhadores”*.

Em outra o Diretor Médico me pergunta: *“Se houver uma maior qualificação destes técnicos não serei obrigado a pagar um salário maior para eles?”* E eu respondi que toda qualificação tem seu preço. Ele contra argumenta: *“Seja qual for o resultado da pesquisa eu não irei aumentar em nada o salário deles”*. Apesar disto, este Diretor Médico autorizou a realização da pesquisa em sua clínica e inclusive respondeu o questionário.

Em algumas clínicas o técnico me perguntou: *“o que iria acontecer com seu emprego se a profissão fosse regulamentada e a formação tivesse que ser feita em dois anos, visto que o seu curso só durou três meses?”*. Eu o informei que provavelmente ele deveria ter que realizar um curso de nivelamento para manter o cargo de Técnico de Imobilizações Ortopédicas. Ele ficou muito preocupado, mas mesmo assim respondeu o questionário.

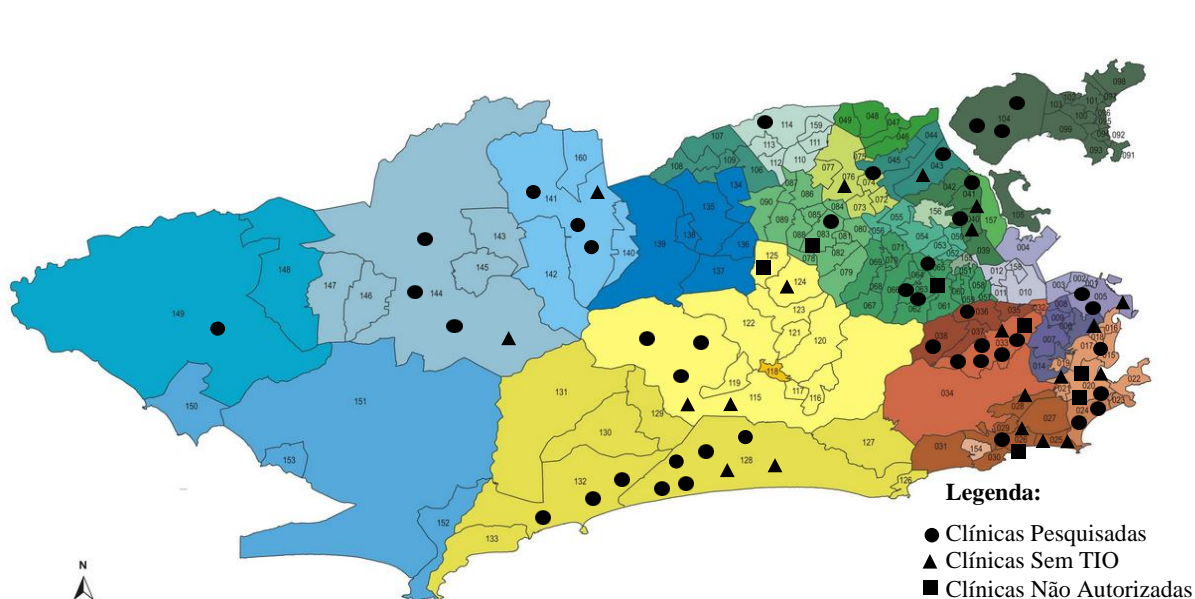
Em uma das últimas clínicas consultadas, após umas três visitas à clínica e diversas conversas com a administradora, que também, é claro, intervém em todos os assuntos direcionados ao Diretor Médico, me informou que este somente autorizaria a pesquisa em sua clínica se eu enviasse uma carta de solicitação assinada pelo presidente da ACCOERJ e, portanto, esta clínica não participou da pesquisa.

O que foi mais preocupante neste trabalho de campo é que todos os técnicos, das 45 (quarenta e cinco) clínicas que participaram da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário, infelizmente, aproximadamente, 20% dos técnicos se recusaram a participar da pesquisa.

Estas ocorrências nos fazem questionar o nível de preocupação desses administradores, dos Diretores Médicos e principalmente dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas, com a qualificação da sua equipe de trabalho que presta serviço na área da saúde.

Com relação à distribuição geográfica das clínicas associadas à ACCOERJ na cidade do Rio de Janeiro (**Figura 1**), nota-se um clarão demográfico nos bairros de baixa renda e uma significativa concentração destas clínicas ortopédicas instaladas em bairro mais privilegiados, o que deixa evidente a presença de uma dicotomia nos serviços de saúde prestados aos cidadãos cariocas.

Figura 1: Distribuição das Clínicas Ortopédicas associadas à ACCOERJ na cidade do Rio de Janeiro



Constatamos a presença de clínicas privadas prestando um serviço de saúde, de certa forma, de “qualidade”, através dos planos e seguros privados de saúde, atuando em uma área, relativamente, mais nobre da cidade e em contrapartida, percebe-se uma área de dimensões consideradas completamente vazia, sem a presença de qualquer clínica privada associada à ACCOERJ sugerindo, desta forma, que o acesso de seus habitantes aos serviços ortopédicos nestas regiões, seja, provavelmente, através de serviço público.

Isto nos remate ao que vem sendo apontado ao longo desta dissertação e que pode ser perfeitamente resumida nas palavras do Sir Willian Beveridge: “*um sistema de saúde para pobres será sempre um sistema pobre*” (Sir Willian Beveridge, apud NUNES, 2011, p. 142).

Finalmente, nas próximas sessões apresentamos os registros e análises dos questionários dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas e dos Diretores Médicos.

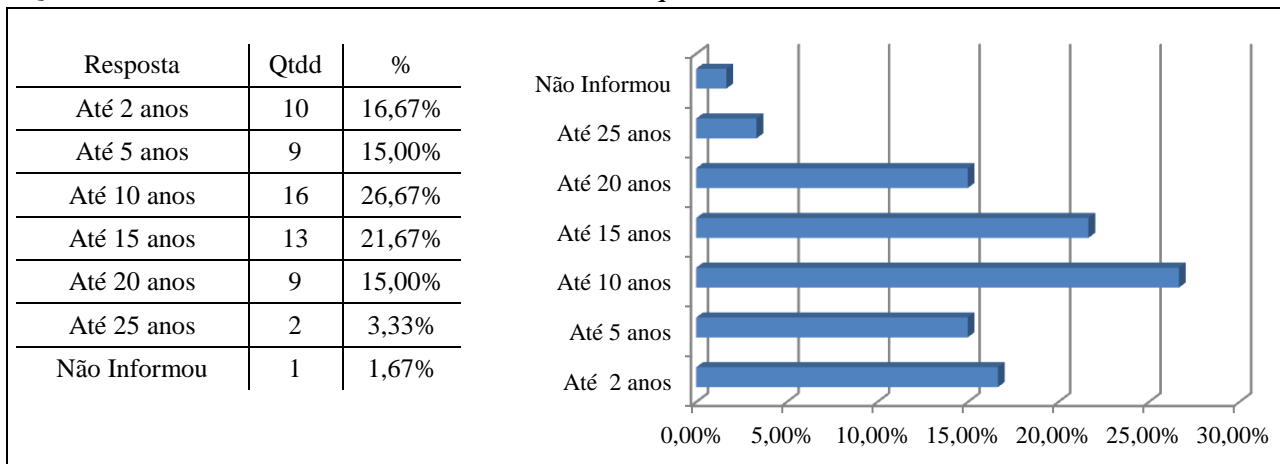
No intuito de promover uma melhor visualização e entendimento dos diferentes resultados apresentaremos sob a forma de registros gráficos, seguidos de breves comentários e análises com base nas dimensões da qualificação segundo SCHWARTZ (1995): conceitual, experimental e social.

3.5.1. Questionário dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas

Dados Pessoais

Questão 2: Tempo de serviço na clínica ortopédica?

Quadro 1 - Análises dos resultados obtidos na 2ª questão TIO

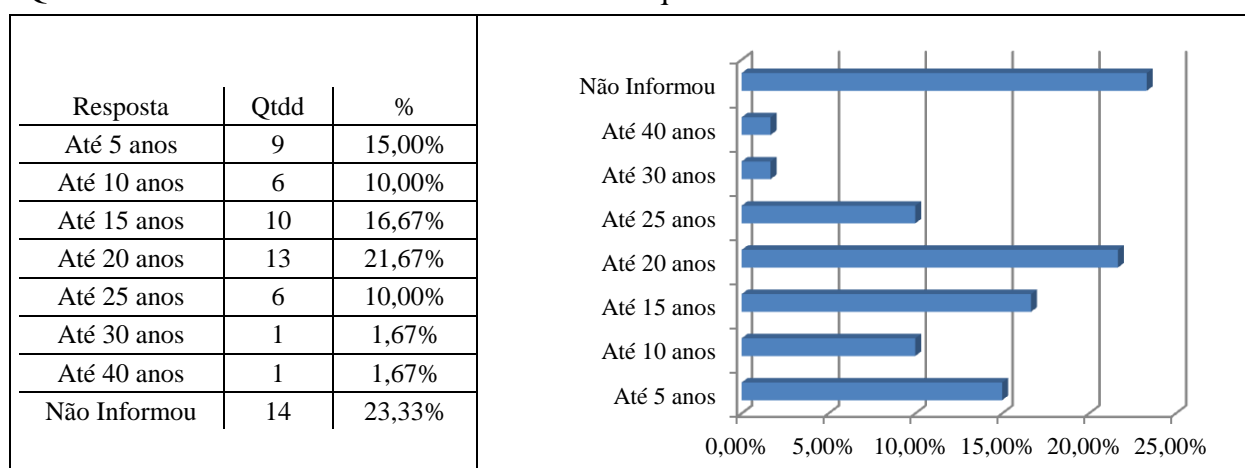


Observamos que a permanência no emprego, provavelmente, confere a existência de uma confiança do médico ortopedista no trabalho de seu Técnico de Imobilizações Ortopédicas.

Questão 3: Trabalhos precedentes:

a) Como TIO:

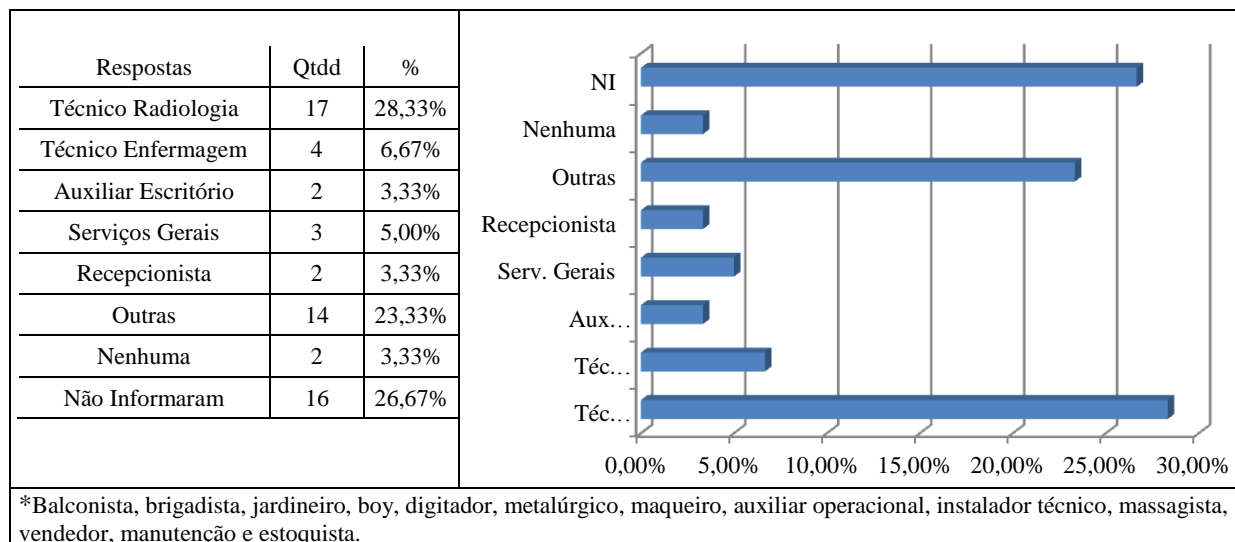
Quadro 2 - Análises dos resultados obtidos na 3ª questão item a: TIO



Com este resultado, evidencia-se que os técnicos já possuem um tempo de experiência na atividade, fortalecendo a dimensão experimental da qualificação, o que certamente contribui para a manutenção da confiança e segurança do médico ortopedista com seu técnico.

b) Outra função:

Quadro 3 - Análises dos resultados obtidos na 3ª questão item b: TIO

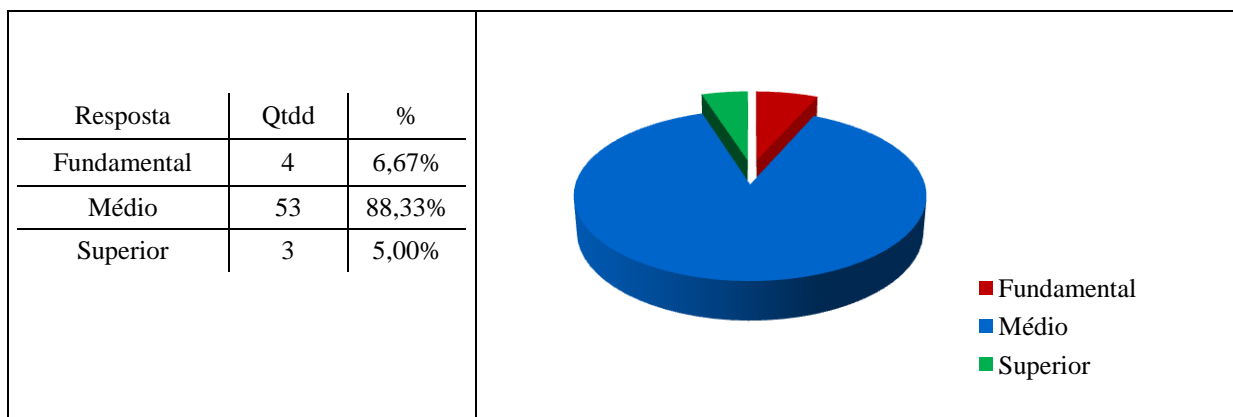


Várias profissões antecederam a atividade do Técnico de Imobilização Ortopédica, e isto nos mostra tratar-se de mais uma atividade que proporciona melhora nas condições de vida e, principalmente, um status social mais valorizado.

Dimensão Conceitual da Qualificação (aspectos sobre a formação do TIO):

Questão 4: Formação escolar:

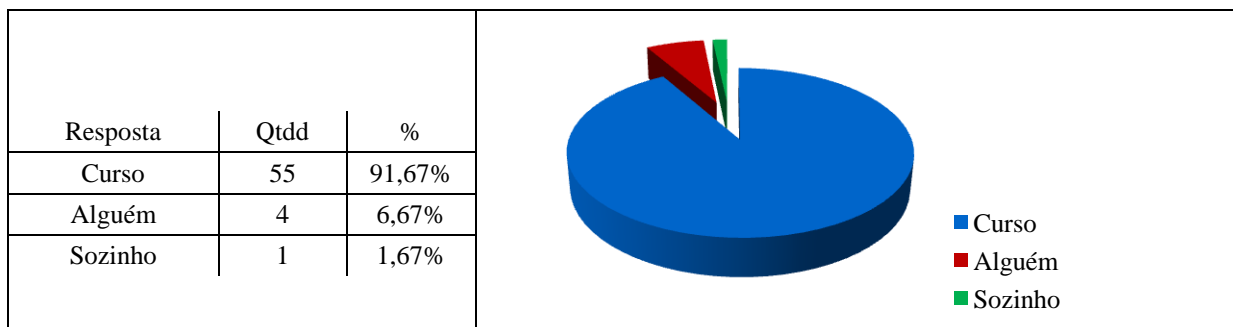
Quadro 4 - Análises dos resultados obtidos na 4ª questão TIO



A grande maioria dos técnicos se enquadra na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei nº 9394/96) e na publicação das LDB do ensino médio de 2000; nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e nas Diretrizes Curriculares do Ensino Nacional (DCEN) que é a exigência do ensino médio para formação técnica, o que certamente facilitará o nivelamento caso a profissão seja regulamentada em nível Federal.

Questão 5: Como você aprendeu a técnica em imobilização ortopédica?

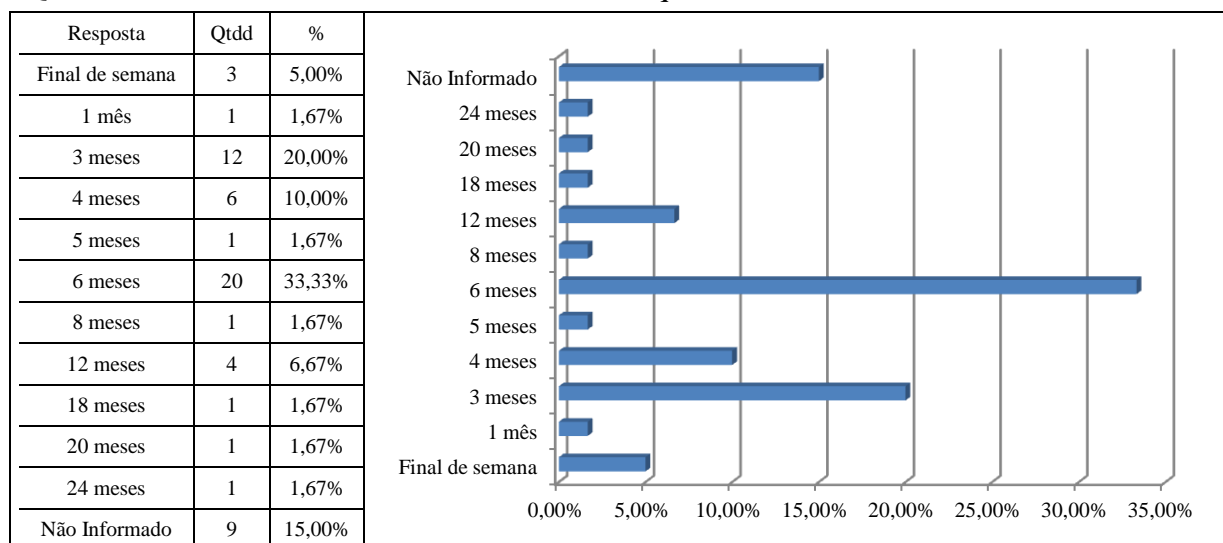
Quadro 5 - Análises dos resultados obtidos na 5ª questão TIO



Apesar da existência de uma variedade de cursos com diferentes cargas horárias e estruturas programática, a realização de um destes demonstra que a dimensão conceitual da qualificação desta ocupação, de algum modo, se faz presente na avaliação da qualificação destes técnicos. Com base em anotações de campo, podemos evidenciar que a maioria dos técnicos realizou o curso oferecido pela SBOT-RJ, inclusive ministrado pelos Srs. Luiz Chapetta e Gilberto Lopes e Dr. Marcos Musafir.

Questão 6: Quanto tempo durou o seu aprendizado da técnica de imobilização ortopédica?

Quadro 6 - Análises dos resultados obtidos na 6ª questão TIO

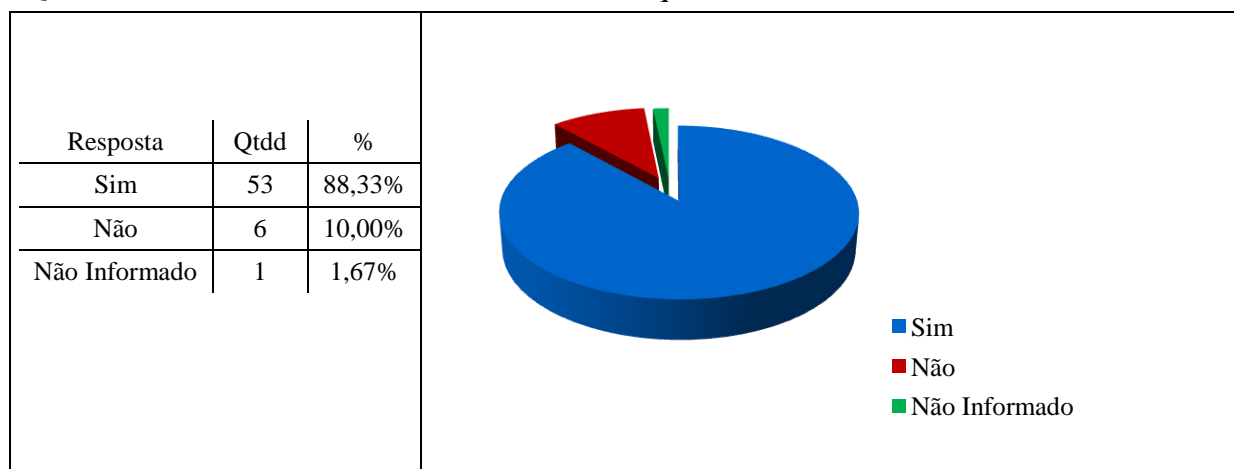


Fica evidente a variedade de cursos realizados pelos técnicos. Entretanto, observa-se que a maioria realizou um curso de seis meses, um tempo que julgamos ser possível para ministrar as disciplinas acadêmicas necessárias para adquirir o conhecimento fundamental para a realização da atividade deste técnico.

Além disso, podemos observar que, independentemente da duração do curso considerado no momento da contratação pela clínica ortopédica, provavelmente o fato diferenciador foi o de ter realizado algum curso para a formação de técnico.

Questão 7: Fez algum estágio?

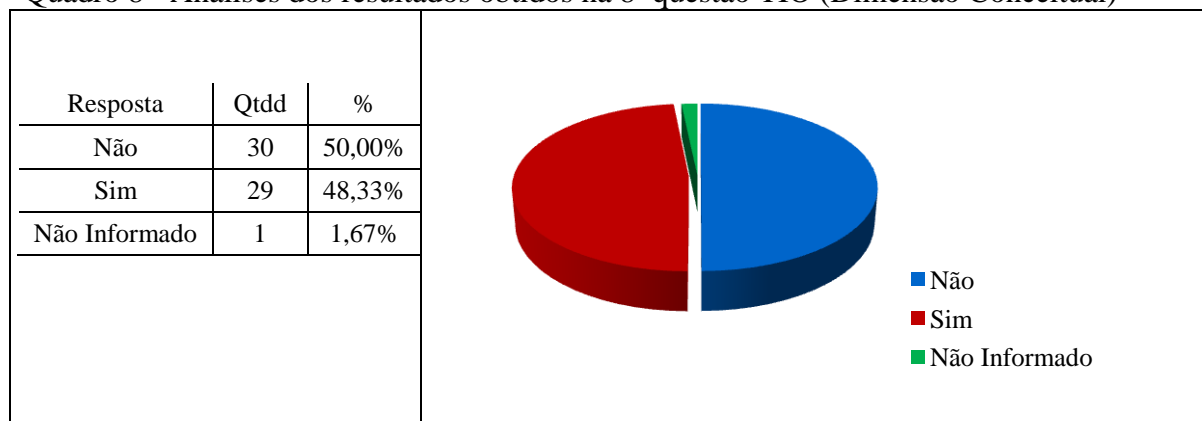
Quadro 7 - Análises dos resultados obtidos na 7ª questão TIO



É a informação que justifica um dos fatores que fortalece a dimensão experimental da qualificação destes técnicos, considerando, inclusive, que os estágios se faziam em hospitais públicos com supervisão dos próprios ortopedistas.

Questão 8: Você atualiza seus conhecimentos de técnico em imobilização ortopédica?

Quadro 8 - Análises dos resultados obtidos na 8ª questão TIO (Dimensão Conceitual)

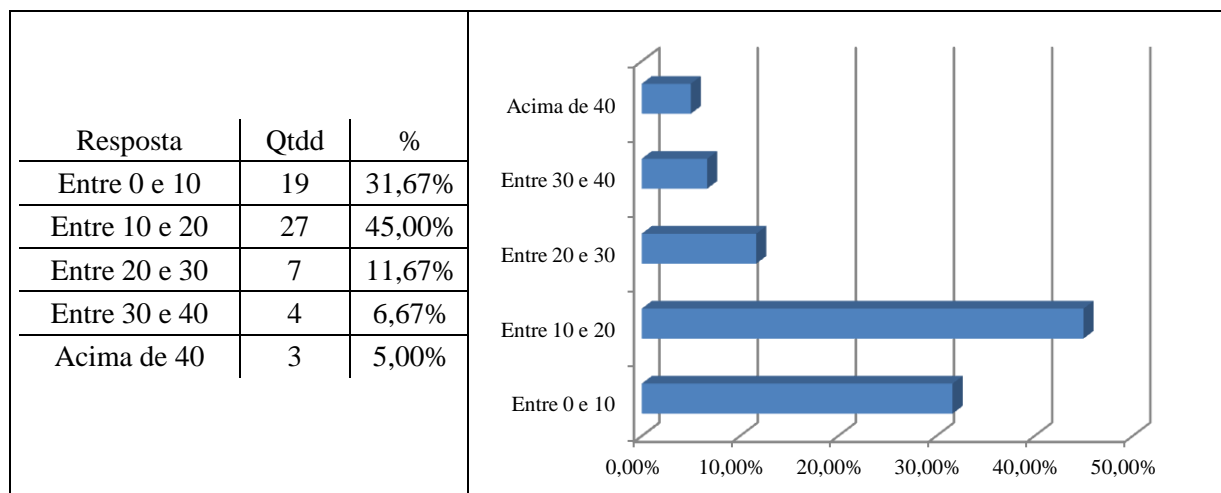


Entendemos que o fato de não haver uma maior percentagem de técnicos que atualizam seus conhecimentos é muito mais um problema relacionado com a fraca dimensão social da qualificação dos técnicos do que propriamente uma falta de força de vontade individual do trabalhador. Nisto consiste o cerne do crescimento econômico e social estabelecido pela forma de sociabilização hegemônica neoliberal.

Dimensão Experimental da Qualificação (aspectos sobre as competências do TIO):

Questão 8: Quantas imobilizações ortopédicas você realiza em um plantão?

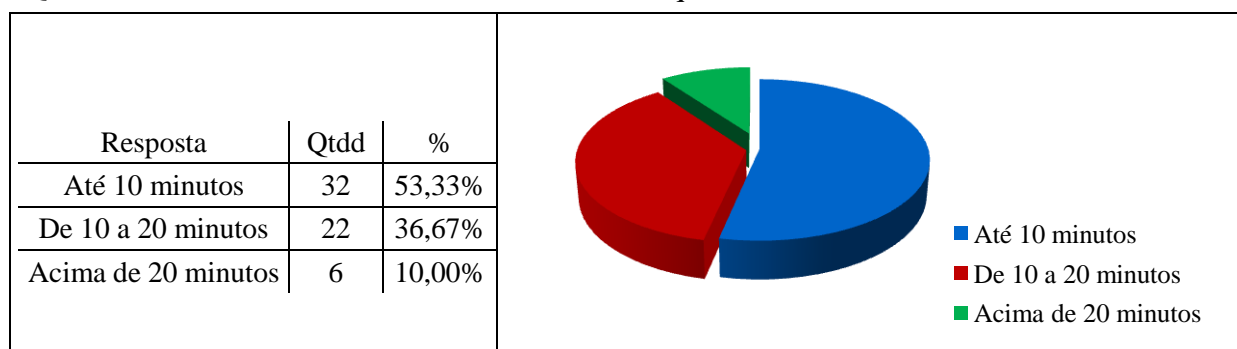
Quadro 9 - Análises dos resultados obtidos na 8ª questão TIO (Dimensão Experimental)



Analisando estes resultados, concluímos que a presença do técnico para auxiliar o médico ortopedista é de fundamental importância, considerando os números evidenciados de imobilizações por plantão. Além disso, evidenciamos a presença marcante da dimensão experimental da qualificação destes técnicos, como também a confiança do médico em atender este volume de pacientes, auxiliado por seu técnico.

Questão 9: Quanto tempo você leva para fazer uma bota gessada com salto?

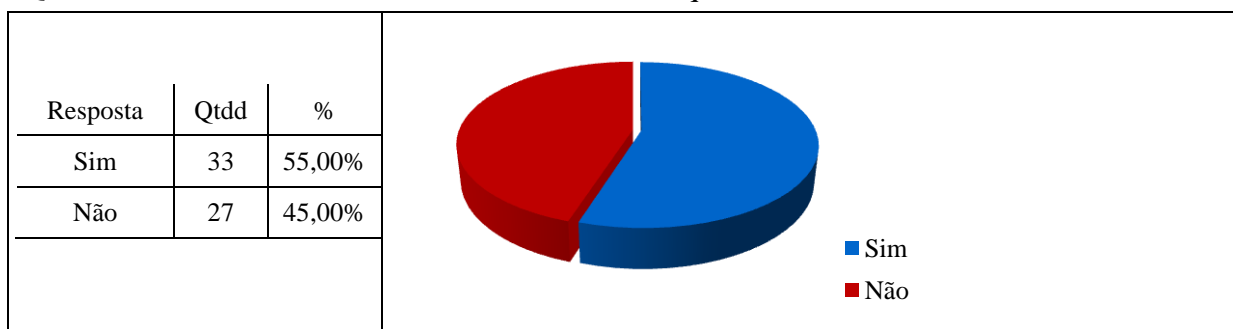
Quadro 10 - Análises dos resultados obtidos na 9ª questão TIO



Mais uma evidência do fortalecimento da dimensão experimental da qualificação destes técnicos. Nossa experiência mostra que o ortopedista de hoje, levaria no mínimo 40 minutos para confeccionar uma bota gessada com salto e provavelmente não ficaria bonita, apenas estaria correta.

Questão 10: Já realizou alguma imobilização que o ortopedista tenha pedido para refazer?

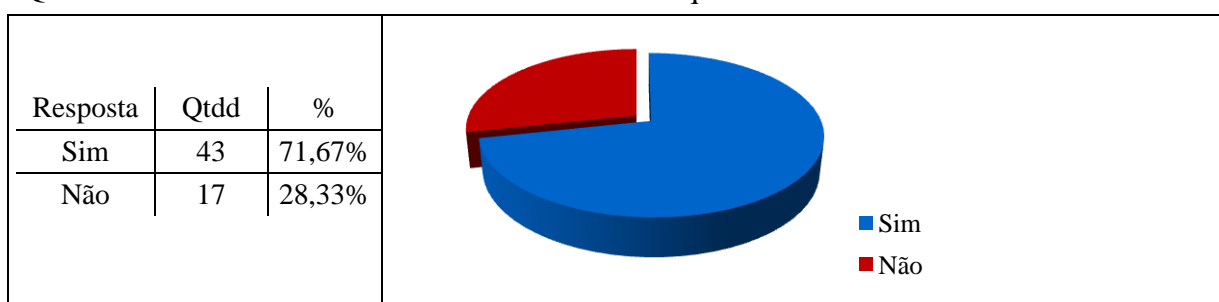
Quadro 11 - Análises dos resultados obtidos na 10ª questão TIO



Nesta questão, faz-se necessário uma observação: os técnicos que responderam que sim salientam que foi no início de sua carreira, ou seja, na fase do aprendizado e além disso garantem que, quem respondeu que não a esta pergunta está, provavelmente, faltando com a verdade, porque é impossível no início da carreira acertar todas as imobilizações de primeira vez, ou o ortopedista não avaliava o resultado de sua imobilização antes de liberar o paciente do atendimento. Outros técnicos, que afirmam que sim nesta questão, argumentam que muitas vezes o próprio ortopedista solicita a imobilização, mas não especifica as posições articulares desejadas e, portanto, quando avalia a imobilização, solicita a troca da mesma para a manutenção das articulações nas posições adequadas.

Questão 11: Já realizou alguma imobilização que o paciente tenha retornado antes do tempo previsto por alguma complicação da imobilização e teve que ser trocada?

Quadro 12 - Análises dos resultados obtidos na 11ª questão TIO

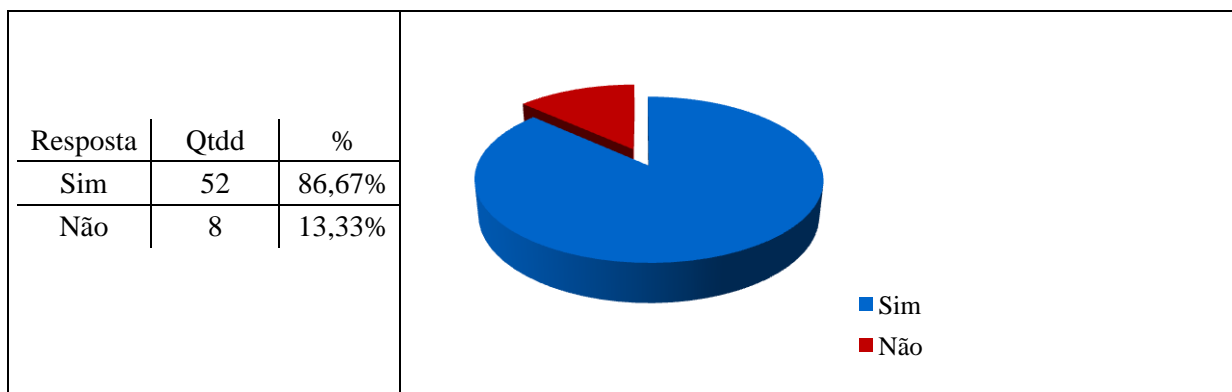


Nesta questão, os técnicos que respondem que sim chamam a atenção que é muito mais porque o paciente não seguiu as orientações de cuidado com a imobilização do que propriamente um problema na confecção da mesma. Como ortopedista, eu confirmo esta observação, como também, é um grande problema que enfrentamos com os pacientes que não seguem as orientações de forma adequada.

Dimensão Social da Qualificação (aspectos sobre a organização e participação do TIO):

Questão 12: Você participa da organização da sua clínica?

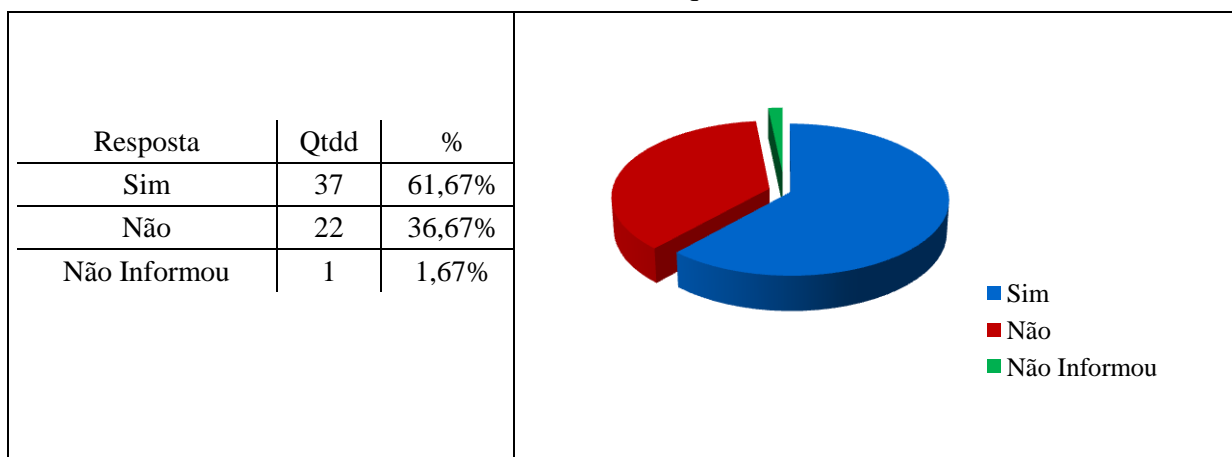
Quadro 13 - Análises dos resultados obtidos na 12ª questão TIO



Esta questão deixa claro como os técnicos são responsáveis pelo seu setor e inclusive toda confiança depositada neles pelos Diretores Médicos ortopedistas. Os casos em que a resposta foi negativa, acreditamos que sejam situações pontuais em algumas clínicas.

Questão 13: Sua opinião é aceita em relação ao fluxo de pacientes atendidos?

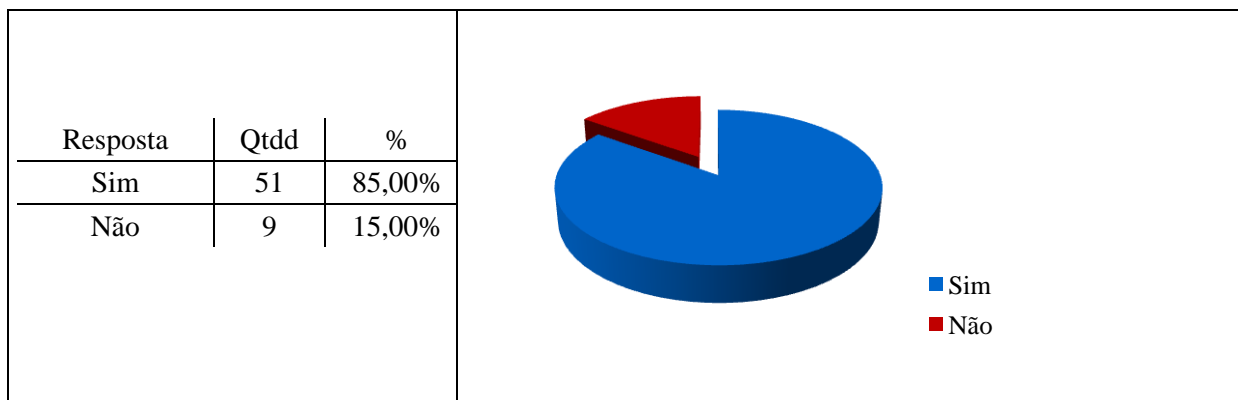
Quadro 14 - Análises dos resultados obtidos na 13ª questão TIO



Esta questão não só é um problema para o técnico como também para o próprio ortopedista, principalmente quando se trata de uma clínica ortopédica de pronto atendimento, onde não há hora marcada para os pacientes, e o atendimento é ocorrido sobre demanda e, portanto, muito complicado em controlar este fluxo o que é muito variado em relação ao dia da semana e horários do dia.

Questão 14: Sua opinião é aceita na escolha do material utilizado na sala de gesso?

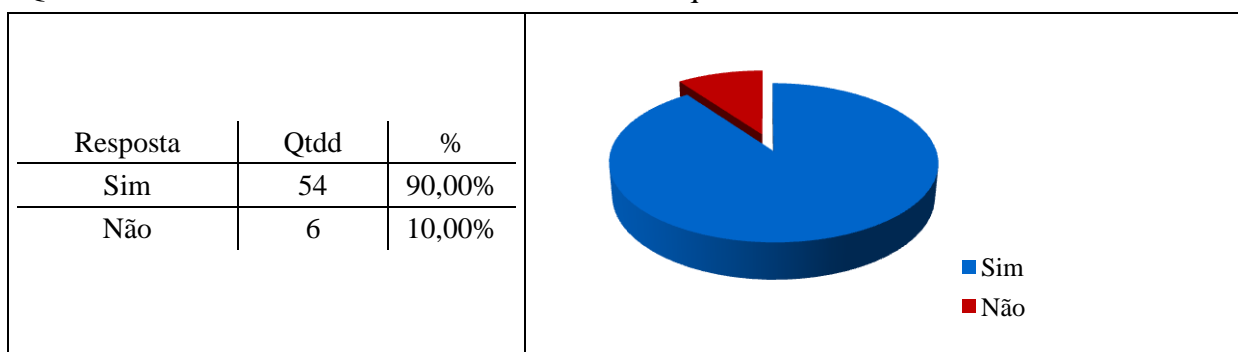
Quadro 15 - Análises dos resultados obtidos na 14ª questão TIO



Neste momento, a maioria absoluta dos técnicos respondeu que sim e ainda, fazem questão de enfatizar que quem manda na sala de gesso *são eles*. Entretanto devemos compreender que algumas vezes a não participação do técnico na escolha do material não é um problema técnico, de confiança ou coisa parecida, mas sim, de uma questão econômica, que hoje em dia pesa muito nas clínicas ortopédicas.

Questão 15: Você trabalha em equipe?

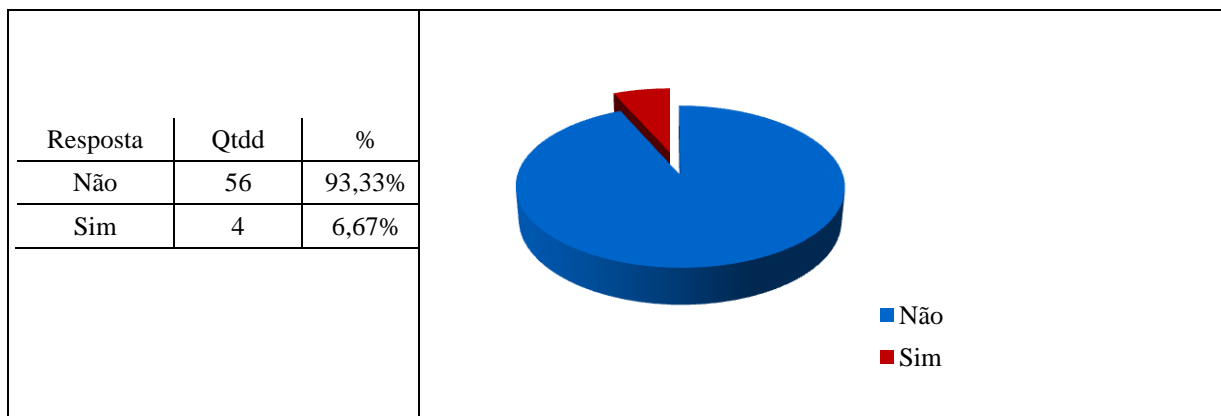
Quadro 16 - Análises dos resultados obtidos na 15ª questão TIO



Provavelmente, os técnicos, que responderem não, interpretaram a questão considerando especificamente o interior da sala de gesso onde trabalham sozinhos e, portanto, não relacionaram a questão com a integração de todos os setores que operam na clínica ortopédica.

Questão 16: Você tem algum auxiliar?

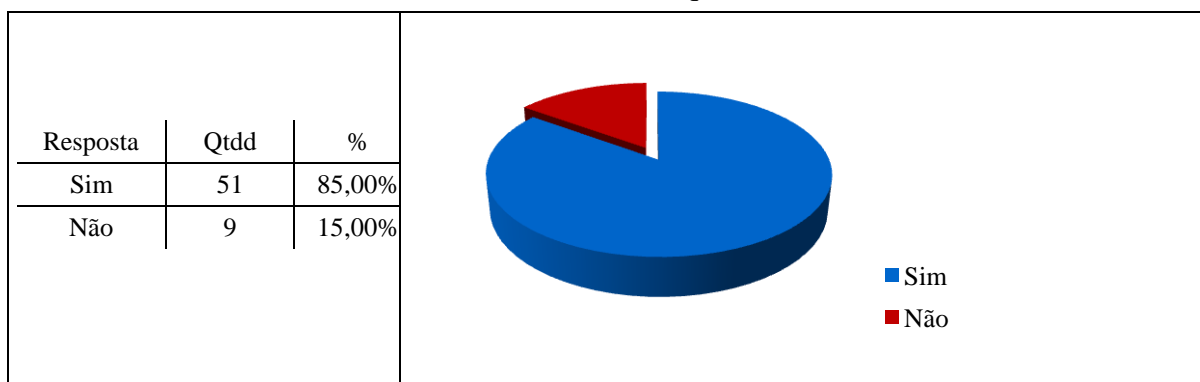
Quadro 17 - Análises dos resultados obtidos na 16ª questão TIO



A clínica que possui auxiliar na sala de gesso, provavelmente, está vinculada a algum curso de formação de Técnico em Imobilizações Ortopédicas, fazendo convênio para utilização deste espaço para aprendizado. Isto é importante mencionar porque nenhum técnico trabalha com auxiliar e não existe contratação de auxiliar de sala de gesso nestas clínicas.

Questão 17: Você aceita que ao término da confecção de uma imobilização o ortopedista solicite que seja avaliada antes do paciente se ausentar da clínica?

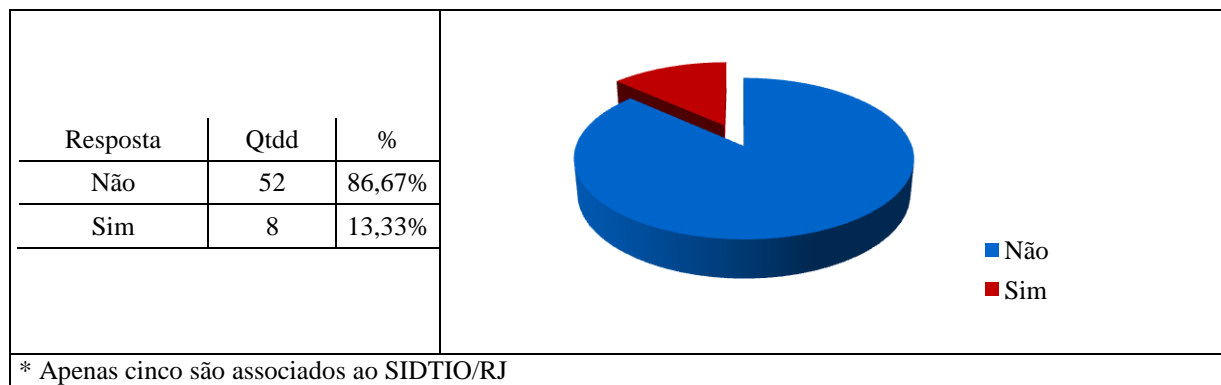
Quadro 18 - Análises dos resultados obtidos na 17ª questão TIO



Este resultado demonstra que trabalhar em equipe não é unanimidade. Também podemos considerar o fato do médico solicitar a avaliação da imobilização antes do paciente sair do atendimento, ser interpretada pelo técnico como uma falta de confiança no seu trabalho.

Questão 18: Você é sindicalizado?

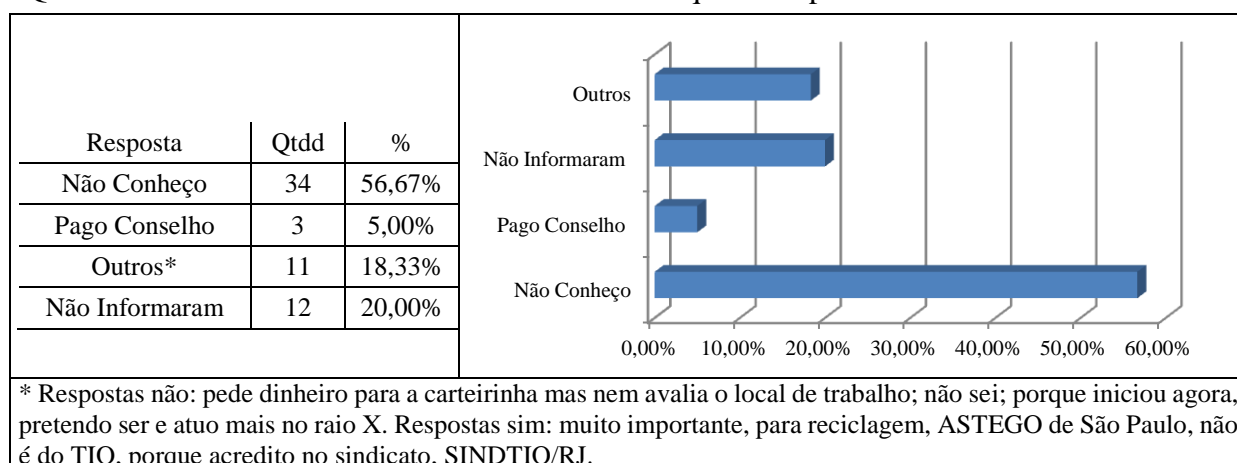
Quadro 19 - Análises dos resultados obtidos na 18ª questão - parte 1 TIO



Este resultado não deixa dúvida quanto ao enfraquecimento da dimensão social da qualificação dos Técnicos de Imobilização Ortopédica.

Por quê?

Quadro 20 - Análises dos resultados obtidos na 18ª questão - parte 2 TIO

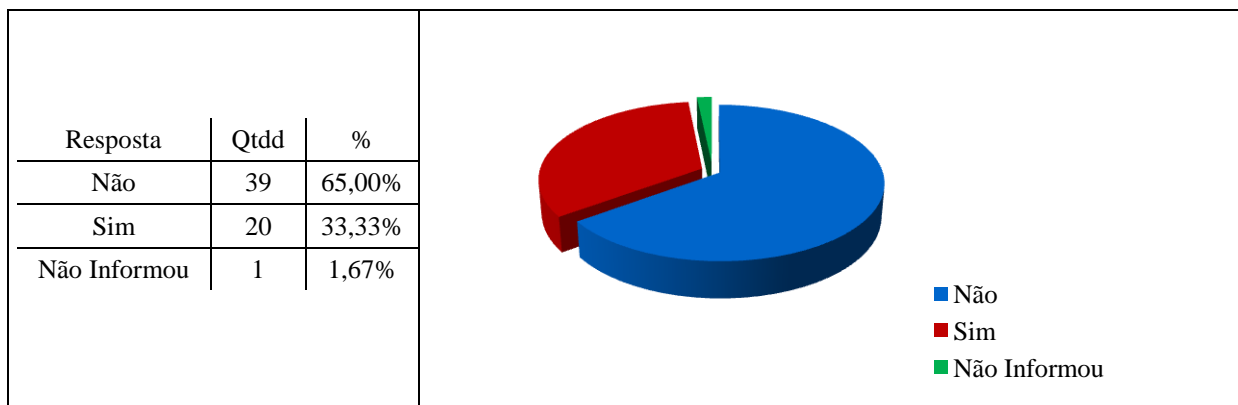


O resultado obtido nesta questão, mais uma vez não deixa dúvida que a dimensão social da qualificação destes técnicos encontra-se muito enfraquecida, merecendo uma atenção especial por parte dos sindicatos e associações. Inclusive deverão atuar de forma efetiva se a finalidade dessas instituições for realmente a de regulamentação da profissão em nível nacional.

É um importante alerta para o SINDTIO/RJ visto que o resultado demonstra que este sindicato, que já existe desde 2010, é desconhecido por mais de cinquenta por cento dos técnicos que atuam na cidade do Rio de Janeiro e muito menos sabem que no dia 29 de novembro deste ano ocorrerá o 1º Congresso Nacional dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas organizado por este sindicato.

Questão 19: Você conhece alguém que seja?

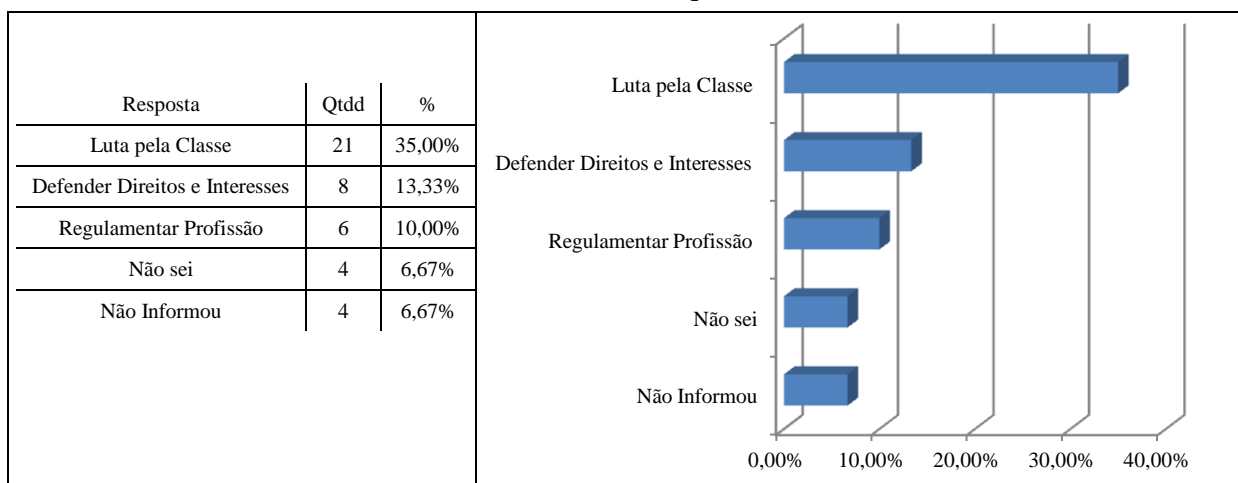
Quadro 21 - Análises dos resultados obtidos na 19ª questão TIO



Apenas confirma como está enfraquecida a dimensão social da qualificação dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas na cidade do Rio de Janeiro.

Questão 20: Qual a importância do sindicato?

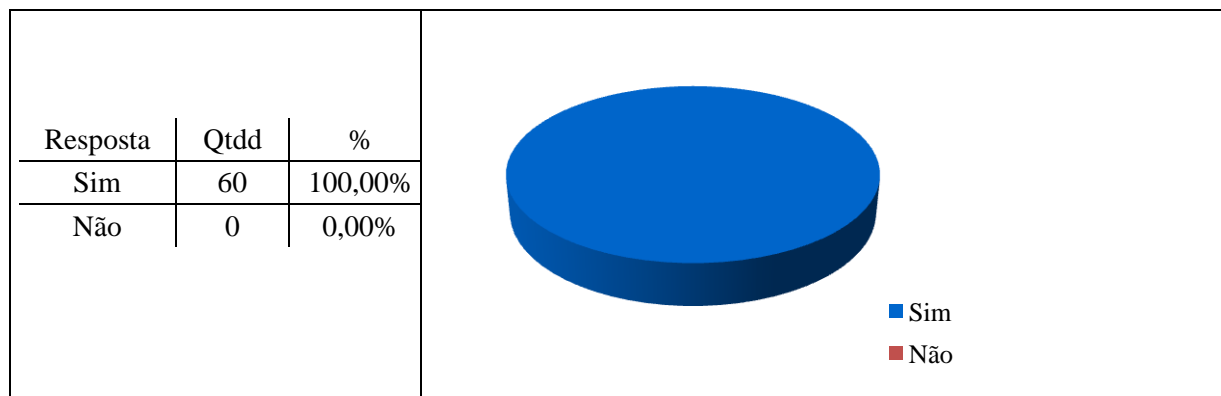
Quadro 22 - Análises dos resultados obtidos na 20ª questão TIO



Estes técnicos já possuem uma consciência profissional e entendem a necessidade de se organizar para desenvolver a profissão. Portanto, cabe ao SINDTIO/RJ, com um trabalho sério e honesto, promover esta organização e fortalecer de vez a dimensão social da qualificação destes técnicos.

Questão 21: Você se considera um profissional?

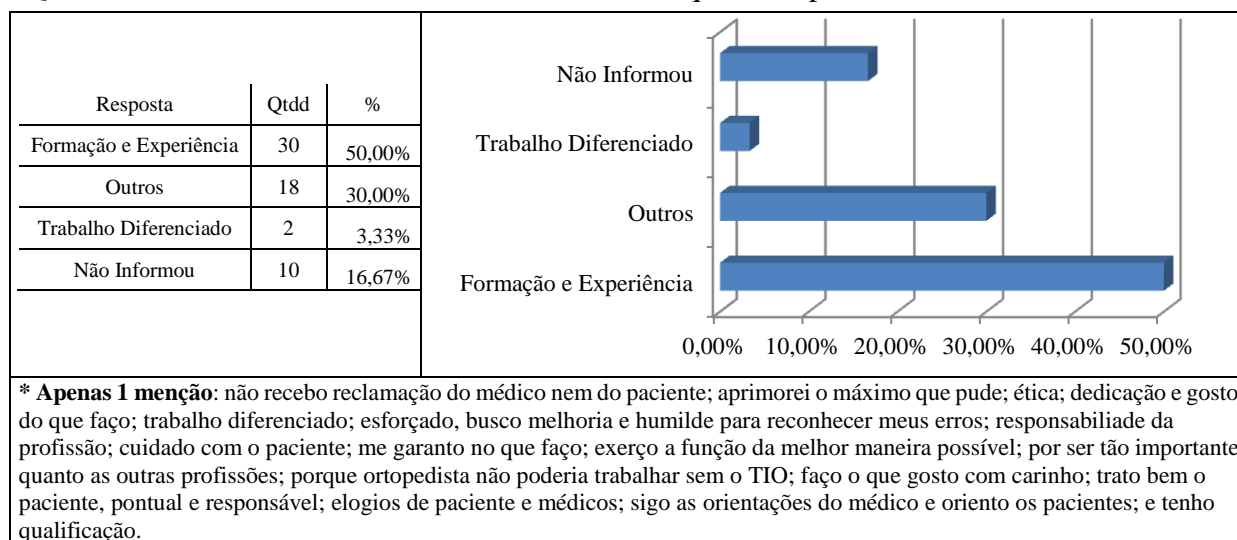
Quadro 23 - Análises dos resultados obtidos na 21ª questão - parte 1 TIO



Se já há uma consciência profissional e a noção da necessidade de se organizarem para criar um perfil social profissional, por que ainda não há um fortalecimento da dimensão social da qualificação destes técnicos? Porque não há ainda uma organização efetivamente voltada para os interesses da classe e que lute por ela e contra toda forma de manutenção de hegemonia capitalista. É isto que eu, como ortopedista e acreditando nesta ocupação, desejo e espera que o SINDTIO/RJ faça não somente na cidade, mas também no Estado do Rio de Janeiro.

Por quê?

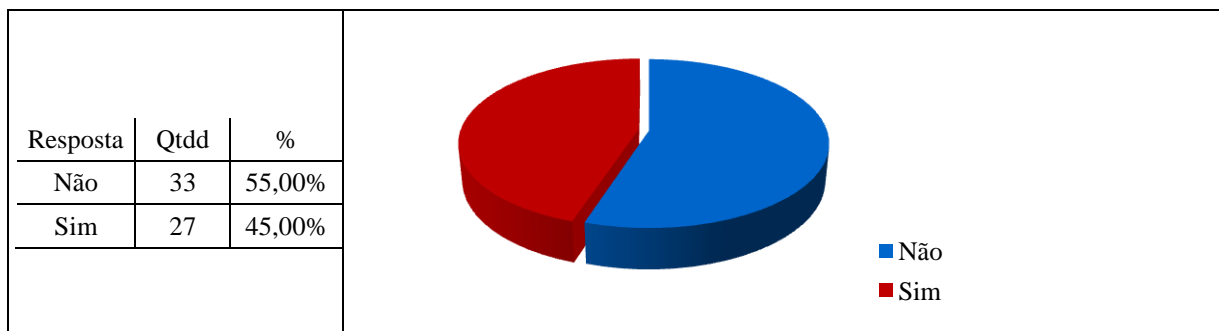
Quadro 24 - Análises dos resultados obtidos na 21ª questão - parte 2 TIO



São várias as características que definem um profissional para estes técnicos, entretanto há uma clara consciência de profissão relacionada com as dimensões conceitual e experimental da qualificação sem qualquer mensuração da dimensão social desta qualificação, o que provavelmente explique o longo tempo para a regulamentação desta profissão ao nível Federal.

Questão 22: Você está satisfeito com seu salário?

Quadro 25 - Análises dos resultados obtidos na 22ª questão TIO

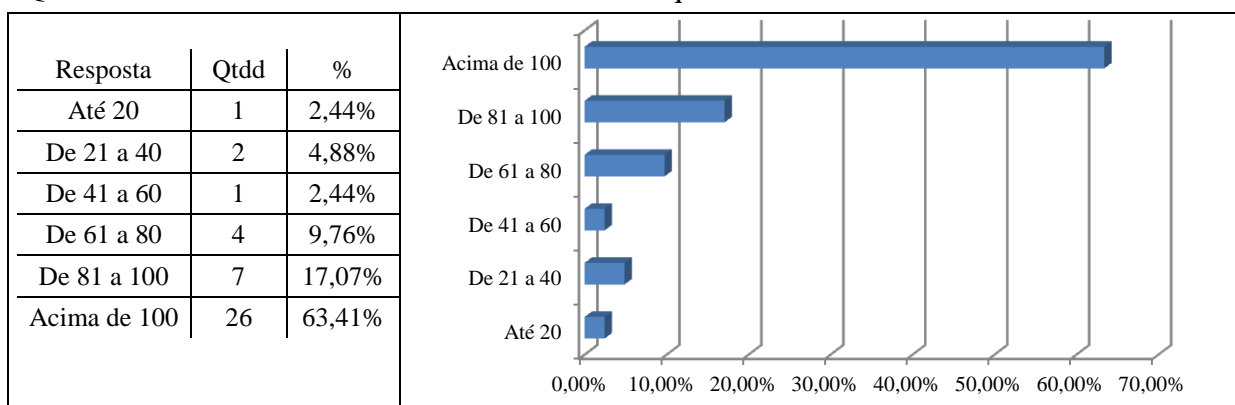


Mais da metade dos técnicos que participaram da pesquisa estão insatisfeitos com seus salários. Isto é um forte sinal da necessidade que esta classe de técnicos tem de fortalecer sua dimensão social de sua qualificação para lutarem pela regulamentação da profissão em nível nacional e, posteriormente, lutarem por um piso salarial, um plano de cargos e salários e uma carga horária mais satisfatória.

3.5.2. Questionário dos Diretores Médicos ortopedistas

Questão1: Quantos pacientes são atendidos em média por semana:

Quadro 26 - Análises dos resultados obtidos na 1ª questão DM

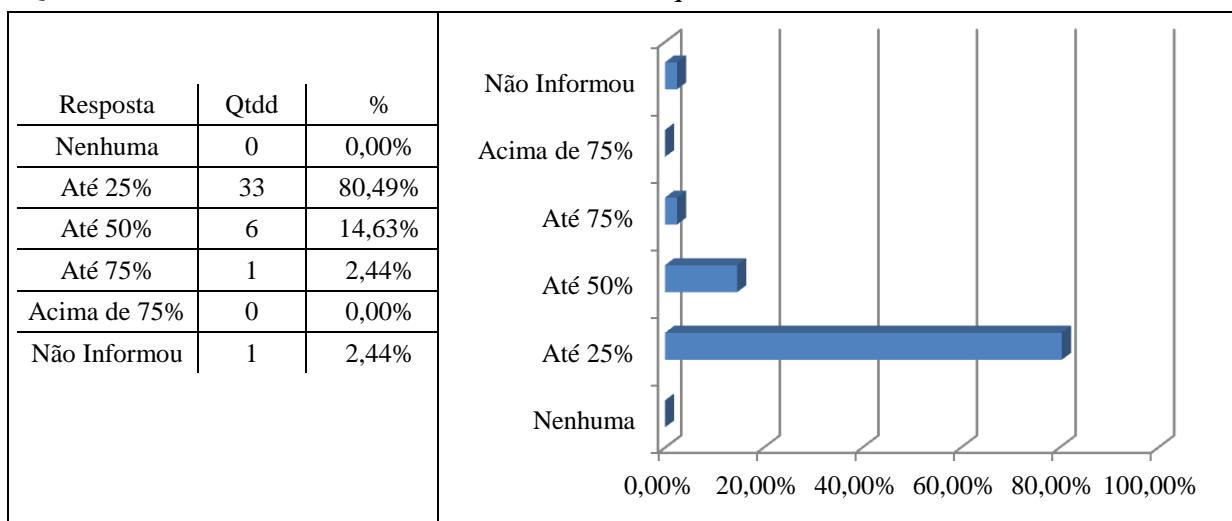


Realmente estamos avaliando as clínicas ortopédicas que se caracterizam por um grande volume de atendimento de pacientes por semana e, portanto, clínicas de referência em seus bairros na cidade do Rio de Janeiro na prestação do serviço médico ortopédico.

Portanto, esta pesquisa nos mostrar o real perfil da relação entre a presença do TIO e as considerações dos Diretores Médicos ortopedistas em relação a estes trabalhadores.

Questão 2: Qual o percentual de pacientes imobilizados em média por período de atendimento:

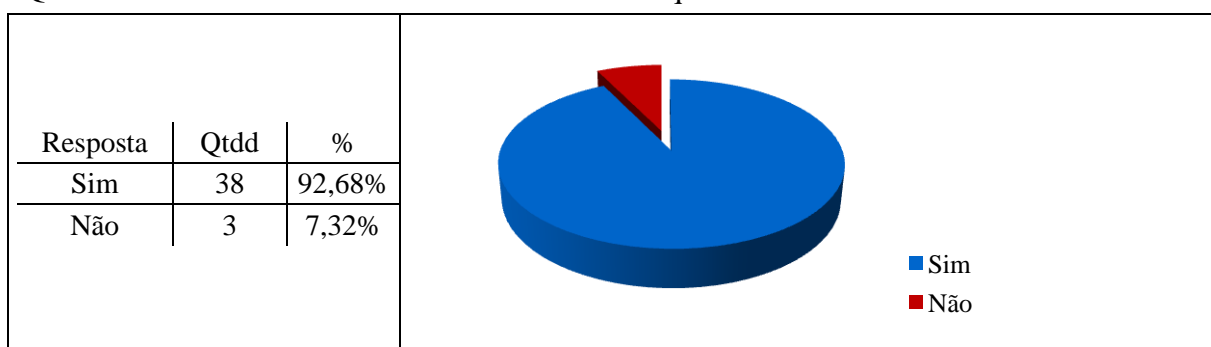
Quadro 27 - Análises dos resultados obtidos na 2ª questão DM



Este resultado nos mostra que a maioria imobiliza até 25% dos casos, o que pode parecer pouco, porém, com este volume de imobilizações é muito difícil o ortopedista atender os pacientes com qualidade e eficiência sem o auxílio de um técnico na sala de gesso.

Questão 3: Você é auxiliado pelo técnico de imobilização ortopédica durante o seu atendimento?

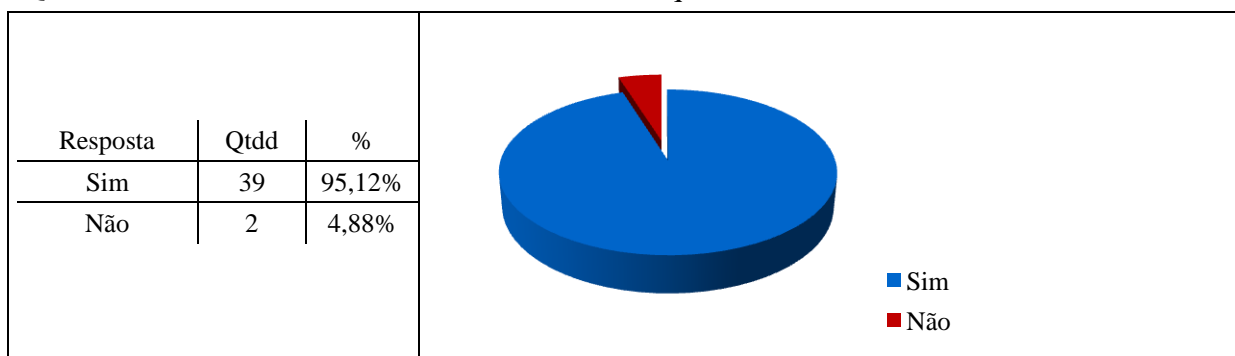
Quadro 28 - Análises dos resultados obtidos na 3ª questão DM



Isto confirma que, independentemente de qualquer número no percentual de imobilizações, é evidente a necessidade do auxílio do técnico na sala de gesso.

Questão 4: Você avalia a imobilização realizada pelo seu técnico de imobilização ortopédica antes do paciente se ausentar da clínica?

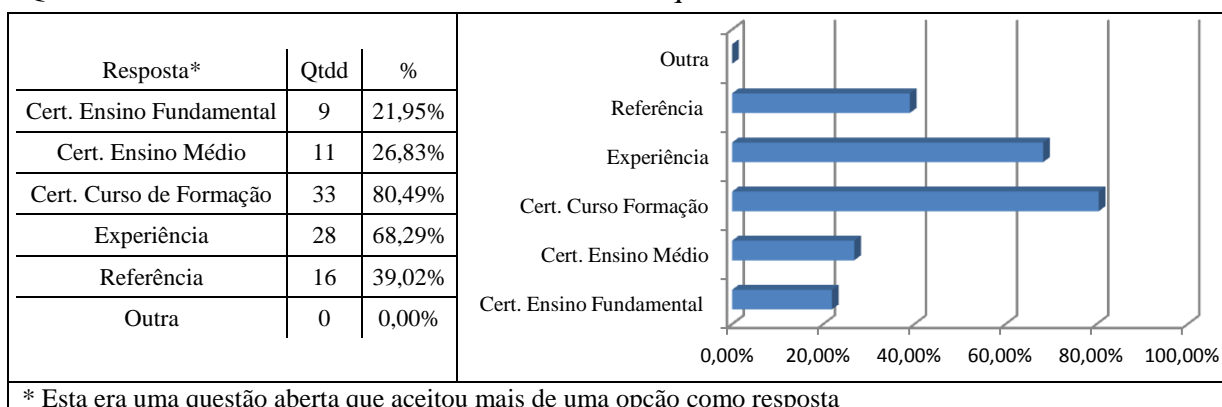
Quadro 29 - Análises dos resultados obtidos na 4ª questão DM



Avaliar a imobilização pelo ortopedista após a sua confecção é de fundamental para garantir que não haja qualquer complicação por conta da mesma e inclusive é o momento que o ortopedista deve enfatizar os cuidados que o paciente deve ter com a imobilização para que não haja comprometimento com o tratamento executado. Entretanto, os Diretores Médicos Ortopedistas que responderam que não avaliam a imobilização deixaram muito claro que isto só é uma prática com os técnicos de sua confiança e que já trabalham em equipe há muito tempo.

Questão 5: Qual (quais) a (as) exigências para a contratação do Técnico de Imobilização Ortopédica em sua clínica?

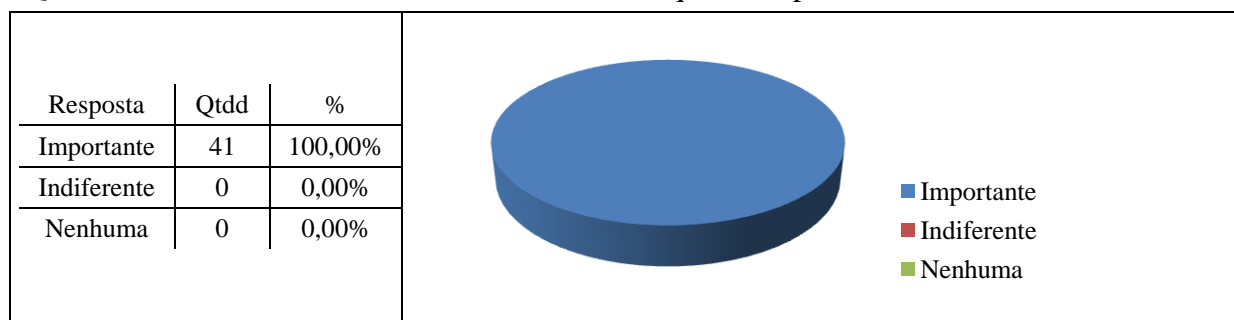
Quadro 30 - Análises dos resultados obtidos na 5ª questão DM



Este resultado não deixa dúvida de que o mais importante para o Diretor Médico na contratação do seu técnico é a comprovação de curso de formação em imobilização ortopédica e a experiência, portanto, faz-se necessário fortalecer ainda mais a dimensão conceitual, mantendo fortalecida a dimensão experimental da qualificação destes técnicos.

Questão 6: Qual o grau de necessidade de trabalhar com o técnico de imobilização ortopédica:

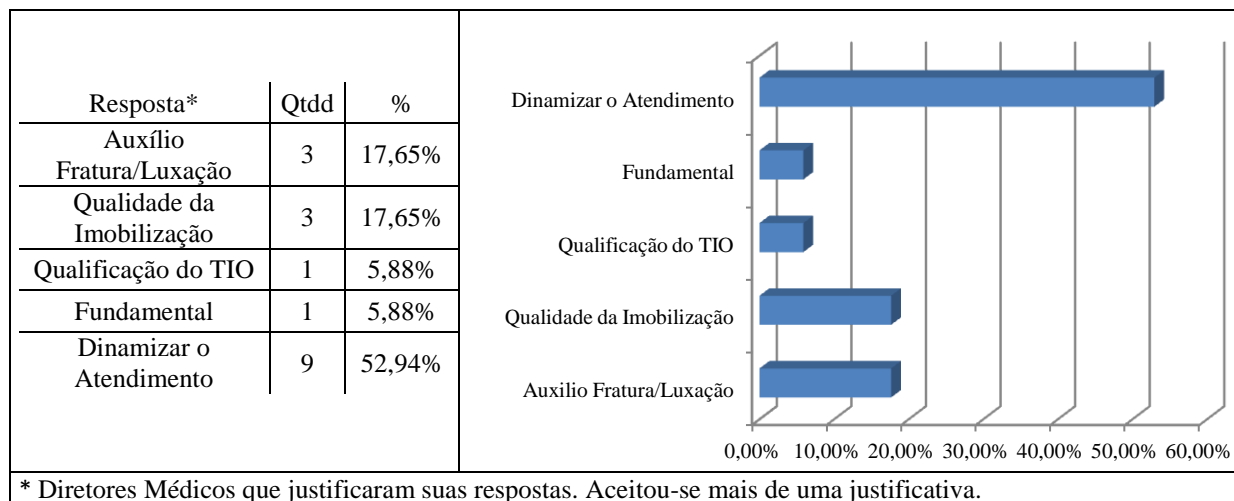
Quadro 31 - Análises dos resultados obtidos na 6ª questão - parte 1 DM



O que determina a profissionalização é a necessidade social a ser satisfeita. Considerando que 100% dos ortopedistas declararam que é importante a presença do mesmo na equipe de trabalho, não há dúvida de que este trabalhador já apresenta o requisito fundamental para buscar a regulamentação de sua profissão em nível nacional.

Justifique:

Quadro 32 - Análises dos resultados obtidos na 6ª questão - parte 2 DM



* Diretores Médicos que justificaram suas respostas. Aceitou-se mais de uma justificativa.

Além de 100% dos Diretores Médicos Ortopedistas afirmarem a necessidade de trabalhar com auxílio de técnicos na sala de gesso, 15% desses ainda justificaram²⁴ com informações importantes, o que tornam estes técnicos ainda mais indispensáveis no atendimento ortopédico, o que pode fortalecer a reivindicação da regulamentação desta profissão em nível nacional.

²⁴ No meu entendimento como ortopedista, a possibilidade de ocorrência de fraturas e/ou luxações que necessitam manipulação, por si só já determina a necessidade do auxílio do técnico na sala de gesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos que os Técnicos de Imobilizações Ortopédicas são trabalhadores que atuam na sala de gesso de clínicas e de hospitais, realizando atendimento traumato-ortopédicos. São conhecidos, até hoje, por várias denominações: técnico em aparelho gessado, técnico em gesso hospitalar, técnico em gesso ortopédico, técnico em imobilizações gessadas, técnico engessador, técnico gessista, técnico em gesso, técnico em imobilizações, auxiliar em imobilizações ortopédicas, gesseiro, gessista, entre outras. Atualmente a denominação reconhecida fundamentalmente é Técnicos de Imobilizações Ortopédicas (TIO)

Portanto, por conta destas inúmeras denominações, para este trabalhador, podemos entender a dificuldade de enquadrar esta ocupação como profissionais técnicos na área da saúde, já estabelecidos. No trabalho empírico, isto foi muito bem exemplificado, com a experiência que tivemos ao sermos interceptados pela administradora de uma das clínicas. Esta afirmou que não contratava este tipo de técnico para atuar em sua clínica. Mas quando questionada sobre quem realizava as imobilizações durante o atendimento, ela prontamente me respondeu: *“Eu contrato um gesseiro”*.

É uma atividade de trabalho que apenas encontra-se regulamentada como uma ocupação no país, descrita no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações Cód. N° 3226-05, publicada pela Portaria Ministerial n° 397 de 09 de outubro de 2002), cujo Projeto de Lei n° 1681/99, que regulamenta a profissão em nível nacional, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional e que, segundo a ASTEGO, o SINDTIO/RJ e o Sr. Gilberto Lopes de Azevedo está, finalmente, aguardando ser sancionada pela Presidência da República.

Em relação à formação destes técnicos, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Profissional (DCNEP) não há qualquer parecer ou resolução relacionados com o TIO. Encontramos, apenas, a referência a esta formação profissional incluída no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação e Cultura - CNCT/MEC.

Neste contexto social, como então, identificar os Técnicos de Imobilizações Ortopédicas que atuam na cidade do Rio de Janeiro?

A partir dos pressupostos teóricos que embasam esta pesquisa, nos quais o reconhecimento da ocupação de TIO foi sendo construída para atender a necessidades postas no contexto da divisão técnica do trabalho em saúde ao longo do tempo, tivemos a necessidade de estruturar a reconstrução da historicidade destes técnicos, para então, posteriormente, reconhecermos estes trabalhadores.

Para este fim, a presente pesquisa resgatou e registrou a trajetória profissional dos sujeitos mais eminentes na estruturação desta ocupação na cidade do Rio de Janeiro: do Sr. Luiz Chapetta e do Sr. Gilberto Lopes de Azevedo, bem como a ação fundamental do Dr Marcos Musafir. Podemos considerar que foi esta a primeira vez em que, na forma de texto acadêmico e como fonte primária, a historicidade do TIO na cidade do Rio de Janeiro foi registrada em sua totalidade.

Através deste resgate histórico, com o testemunho do Sr. Luiz Chapetta, podemos compreender que esta atividade de trabalho e seus conhecimentos correlatos foram estruturados pelo interesse pessoal e do efetivo e permanente processo prático de aprendizagem do próprio Sr. Chapetta. Esta atividade, ao longo do tempo, foi se estruturando como uma necessidade a ser satisfeita no interior do atendimento traumato-ortopédico.

Esta necessidade foi se tornando cada vez mais consistente para um atendimento traumato-ortopédico mais adequado e humanizado, não somente sob o ponto de visto da importância do auxílio ao médico ortopedista, como também, para garantia de uma prestação de serviço de saúde de qualidade ao cidadão.

Como a presença desses técnicos no atendimento diário se tornou cada vez maior, surge, por parte do ortopedista o Dr. Marcus Musafir, uma forte preocupação quanto à qualificação destes trabalhadores. Assim, vencendo, inclusive, a resistências de alguns ortopedistas, que consideravam a confecção da imobilização um “ato médico”, este lançou-se, juntamente com o Sr. Luiz Chapetta, a qualificar de forma mais adequada os técnicos que já se encontravam em seus postos de trabalho e os novos técnicos, na esfera da cidade do Rio de Janeiro bem como de alguns Estados da União. Este trabalho teve início, efetivamente, a partir da década de 1980.

Com a aposentadoria do Sr. Luiz Chapetta, que ocorreu, aproximadamente, no final da década de 1990, as atividades de formação desses técnicos mais qualificados, coordenadas pelo Dr Marcus Musafir, permaneceram até o ano de 2004 com o auxílio do Sr. Gilberto Lopes Azevedo que tem, em seu currículo, um eminente aprendizado e aperfeiçoamento relacionado com seu longo tempo de experiência atuando nesta atividade.

Atualmente, o Sr. Gilberto Lopes, mesmo aposentado, continua trabalhando como Técnico de Imobilizações Ortopédicas e é instrutor no SINDTIO/RJ, sendo, inclusive, especialista na utilização de gesso sintético.

Neste ponto, podemos estabelecer duas análises conclusivas: a primeira é que os conhecimentos transmitidos pelo Sr. Chapetta e mantidos pelo Sr. Gilberto foram estabelecidos e estruturados por suas próprias experiências profissionais, pois, na ocasião de seus aprendizados, não existia, como também, ainda não existe, qualquer apostila, livro, compêndio,

entre outros que registrem de forma acadêmica e pedagógica estes conhecimentos. Deixando claro que a dimensão experimental da qualificação dos TIOs emergira, no seio da sociedade civil, como a mais fortalecida em relação às dimensões conceitual e social da qualificação.

A segunda é que a função do TIO foi sendo construída por necessidades postas no contexto da divisão técnica do trabalho em saúde, vencendo não somente os bloqueios relacionados com a reserva de mercado estabelecidos pelo COREN, como também e, fundamentalmente mais imponente, o sobrepor-se ao bloqueio imposto pela classe médica, relacionado com “ato médico”, considerada, socialmente, a classe mais fortalecida.

Nos nossos 22 anos de prática em atendimento ortopédico, não só em clínica ortopédica como também nos hospitais em geral, um fato é determinante: a necessidade da presença de um Técnico de Imobilizações Ortopédicas para a garantia de um atendimento médico ortopédico com mais segurança e qualidade.

Mas, como ter confiança em um técnico que desconhece as complicações das imobilizações? Isto foi exatamente constatado no dia 17 de dezembro de 2010, no Hospital Geral do Andaraí, quando ministramos a palestra “Complicações das Imobilizações Ortopédicas” durante o primeiro encontro científico organizado pelo SINDTIO/RJ.

Deste episódio, surgiu nossa preocupação em analisar a qualificação dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas.

Após o conhecimento da historicização do TIO na cidade do Rio de Janeiro, nas palavras do Sr Chapetta e do Dr Marcos Musafir, entendemos que esta dissertação, na verdade, dá forma às preocupações destes homens em um trabalho acadêmico e científico.

Para isto, inicialmente, estabelecemos um pressuposto e um referencial teórico em relação ao conceito de qualificação e profissionalização e, em seguida, partimos em busca de um trabalho empírico, para conhecer, da melhor forma possível, em que contexto estes técnicos e os ortopedistas estão inseridos na sociedade carioca.

No trabalho empírico, como já foi descrito, utilizamos o referencial teórico de Yves Schwartz (1995) para a qualificação do trabalhador, por entender que, além de ser um conceito contemporâneo, está de acordo com o nosso pressuposto teórico do materialismo histórico dialético. E em relação ao conceito de profissionalização, o referencial teórico que nos ajudou foi o de Marise Ramos (2006).

Assim, por nossa experiência trabalhando auxiliado por esses técnicos, associada à história registrada a partir da construção do capítulo referente à historicização do TIO no Rio de Janeiro, tínhamos a hipótese inicial em relação à qualificação do TIO de que se caracterizava por um fortalecimento da dimensão experimental em detrimento das dimensões conceitual e

social. Em relação à profissionalização do TIO, a hipótese inicial era de que havia uma provável necessidade social a ser satisfeita pelas atividades desses técnicos e, portanto, uma forte possibilidade de regulamentação em nível nacional desta profissão. Faltava-nos analisar empiricamente se esta percepção inicial era verdadeira ou apenas uma suposição teórica.

No final deste trabalho, foi comprovado não só, nas análises dos questionários realizados com os TIOs, como também, com os próprios testemunhos destes técnicos, que nossa percepção inicial confirmou-se verdade empírica.

Verificamos que, realmente, a dimensão experimental encontra-se mais fortalecida entre estes trabalhadores, enquanto as dimensões conceitual e social apresentam-se enfraquecidas.

Partindo do pressuposto que o conceito de profissão/profissionalização está relacionado com uma necessidade social a ser satisfeita, no caso dos TIOs, está mais do que comprovada tal necessidade, especialmente, quando é avaliada a importância de sua presença no auxílio ao ortopedista em seu atendimento.

Isto ficou evidenciado quando 100% dos Diretores Médicos ortopedistas afirmaram que a função deste trabalhador é importante, inclusive com algumas justificativas, com as quais, como ortopedista, concordo plenamente, como por exemplo nos casos de redução de fraturas e luxações, que caracterizam situações clínicas muito difíceis de serem resolvidas sem auxílio de um Técnico de Imobilização Ortopédica na sala de gesso.

Ainda analisando os questionários feitos com os Diretores Médicos ortopedistas, estes consideram como principais requisitos na contratação desses trabalhadores, ser possuidor de um certificado de formação em imobilização ortopédica e ter experiência comprovada.

Não é somente para o médico ortopedista que este técnico se faz necessário. Considerando a experiência e, principalmente, a repetição nas confecções das imobilizações, que garantem a confecção da imobilização adequada, a presença de um técnico na sala de gesso também é de fundamental importância para garantir ao usuário - o cliente, o cidadão - um atendimento traumato-ortopédico adequado com qualidade.

Do contrário, como garantir um bom atendimento médico, quando o ortopedista encontra-se na obrigatoriedade de realizar o exame físico completo, o diagnóstico correto e o tratamento adequado e ao mesmo tempo ter a necessidade de realizar as imobilizações ortopédicas nos respectivos pacientes?

Portanto, o atendimento traumato-ortopédico, sem o auxílio de um Técnico de Imobilizações Ortopédicas, não só sobrecarrega o trabalho do médico ortopedista, podendo inclusive resultar no real desgaste físico, psicológico e mental do médico, como também, e mais

grave ainda, caracterizar-se por uma situação de relação médico-paciente na qual haverá alto risco para a integridade física do próprio paciente, comprometendo, de forma integral, a qualidade da consulta médica.

Concluímos, portanto, que a presença do técnico no atendimento traumato-ortopédico configura uma necessidade social em sua totalidade para a manutenção e garantia de uma relação médico-paciente caracterizada pelo cuidado, pela integralidade e humanização, que resultem no atendimento de saúde com qualidade e eficiência.

Neste cenário social dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas, entendemos que esta dissertação terá dois papéis primordiais quanto às ações sobre a qualificação desses técnicos: alertar para a necessidade e para a possibilidade de fortalecer a dimensão social e mostrar a necessidade de uma iniciativa para o fortalecimento da dimensão conceitual de sua qualificação, sem qualquer comprometimento da dimensão experimental.

O primeiro pode ser realizado a partir da conscientização do SINDTIO/RJ e as futuras Associações que deverão atuar de forma mais presente e mais efetiva no reconhecimento das necessidades da classe dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas, o que pode resultar em um crescimento social mútuo.

O segundo, ocorrerá mediante de um debate amplo entre os atores envolvidos na formação dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas - ortopedistas, instrutores e técnicos - para se estabelecer um currículo integrado que promova de forma mais efetiva o fortalecimento da dimensão conceitual da qualificação destes técnicos.

A partir dessas ações sobre a qualificação, finalmente, apontamos para um possível movimento dialético para a profissionalização dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas.

Esta dissertação se estrutura como um trabalho acadêmico e científico que pode ajudar a elucidar e acelerar o processo de regulamentação da profissão desses trabalhadores em nível nacional, a partir de ações efetivas na Câmara Federal, bem como incentivar o desenvolvimento de novos estudos sobre estes técnicos, seu processo de trabalho e sua função social no campo da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supra-nacional. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.22, n.75, p.15-32, agosto de 2001

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho - Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Ed. Boitempo, São Paulo, 1999

ARAUJO, João. **A influência do toyotismo na reestruturação do sistema capitalista: uma análise gramsciana**. Univ. Rel. Int., Brasília, v. 7, n. 2, p. 35-56, jul./dez. 2009

AYRES, José. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.13, n.3, p.16-29, set-dez. 2000

BATISTELLA, Carlos. **“Tensões na Constituição de Identidades Profissionais a partir do Currículo: análise de uma proposta de formação profissional na área de vigilância em saúde”**. Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública. ENSP. FIOCRUZ. Rio de Janeiro. 2009

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE. Brasília. 2002

BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Área Profissional: Saúde**. Brasília: Ministério da Educação. Educação Profissional. MEC/EP. 2000

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. 2008

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. 2012

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. BRASÍLIA - DF. Ano 68, n. 61, terça-feira, 16 de abril. 2013

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. A nova bíblia do Tio Sam. In: CATTANI, Alfredo (org.) **Fórum Social Mundial – A construção de um mundo melhor**. Petrópolis: Editora Vozes e outras. p. 156-161. 2001

CARVALHO, Gilson. Saúde: o tudo para todos que sonhamos e o tudo que nos impingem os que lucram com ela. **Informe nº 178 - Texto Gilson Carvalho - princípio da integralidade no SUS Ministério Público do Estado do Paraná - CAO das Promotorias de Proteção à Saúde Pública**. Curitiba. Jan. 2006. Disponível em: http://mp.pr.gov.br/cpsaude/telas/sd_correios_344.ph., acessado em: 03 de maio de 2014

CASTRO, Janete; SANTANA, José e NOGUEIRA, Roberto. **Izabel dos Santos: a arte e a paixão de aprender fazendo**. Editora Observatório RH NESC/UFRN. Natal. 2002.

CHINELLI, Filipina, VIEIRA, Monica e DELUIZ, Neise. O Conceito de Qualificação e a Formação para o Trabalho em Saúde. *In: Morosini, M.V.G.C.; Lopes, M.C.R.; Chaga, D.C.; Chinelli, F. e Vieira, M. (Orgs). “Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS”*. Rio de Janeiro. EPSJV. 2013

CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v.17, n. 49, p. 11-37, jan./abr. 2012

DELUIZ, Neise. O Modelo das Competências Profissionais no Mundo do Trabalho e na Educação: Implicações para o Currículo. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro. v.27. n. 3, p. 13-25. 2001

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre. Artes Médicas. 1989

FERRETTI, Celso. **Considerações sobre a apropriação das noções de qualificação profissional pelos estudos a respeito das relações entre trabalho e educação**. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 25, n. 87, p. 401-422, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 21/01/2015.

FERRETTI, Celso. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil. Anos90**. *In: Educação e Sociedade*. Campinas, ano 18, n. 59, p. 225-269. Ag. 1997.

FOGAÇA, Azuete. **Sobre Educação e Economia: Um estudo sobre a automação flexível e a recuperação da inteligência na produção**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da UFRJ. Rio de Janeiro. 1994

FRANZOI, Naira. Profissão. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. / Organizado por Isabel Brasil Pereira e Julio César França Lima. – Rio de Janeiro. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2ª Edição Revisada e Ampliada, p. 328 - 333. 2009

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. *In: Dicionário da Educação do Campo*. / Organizado por Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. - Rio de Janeiro - São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, p. 750-757, 2012

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista**. São Paulo. Cortez Editora. 9ª edição. 2010a

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo. Cortez Editora. 6ª edição. 2010b

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *In: Andrade, J e Paiva, L. G. (organizadores). As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições*. Juiz de Fora. Minas Gerais. Editora UFJF. 2011a

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: Michael, W. A.; *et al* Gentili, P. (organizador). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis. Rio de Janeiro. Editora Vozes. 18ª Edição. 2011b

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser emancipado?** Trabalho, Educação e Saúde, v.1, p. 45-60. 2003

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta; revisão da tradução: Hamilton Francischetti; Vozes. 12ª Ed; Petrópolis. Rio de Janeiro. 2012

GUIMARÃES, Nadya. Qualificação com relação social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. / Organizado por Isabel Brasil Pereira e Julio César França Lima. – Rio de Janeiro. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2ª Edição Revisada e Ampliada, p. 335 - 341. 2009

LOBO NETO, Francisco. **O discurso sobre tecnologia na "tecnologia" do discurso: discussão e formulação normativa da educação profissional no quadro da lei de diretrizes e bases da educação de 1996**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da UFF. Niterói. 2006

HIRATA, Helena. Da Polarização das Qualificações ao Modelo das Competências. In: FERRETTI, Celso, *et al*(org.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação. Um debate multidisciplinar**. Petrópolis, Vozes, p. 128 - 134, 1994

HIRATA, Helena. Os mundos do trabalho: convergência e divergência num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alípio, *et al*(org.). **Empregabilidade e Educação. Novos caminhos no mundo do trabalho**. EDUC. São Paulo, p. 23 - 42, 1997

KOVÁCS, Ilona. “**Trabalho, emprego e organizações na era da globalização: controvérsias**”. In: RIBEIRO, F. B., SILVA, M. C. e MARQUES, A. P. (org.). **Trabalho, Técnicas e Mundo. Perspectivas e Debates**. Minho. Portugal. Ed. Humus, pp.39-59. 2013

LOPES, Alice e MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. Cortez. São Paulo. 2011

LUKÁCS, György. **Per una Ontologia dell’Essere Sociale**. Itália. 1981. Tradução Prof. Ivo Tonet a partir do texto Il Lavoro, primeiro capítulo do segundo tomo. Disponível em: <http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf>, acessado em: 14 de abril 2013

MARTINS, André. “**A Direita para o social: a educação da sociedade no Brasil contemporâneo**”. Juiz de Fora. Ed. UFJF. 2009

MARTINS, André. “**Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo**”. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade. Federal Fluminense. 2007

MARTINS, Maria e MOLINARO, Alex. “Reestruturação produtiva e seu impacto nas relações de trabalho nos serviços públicos de saúde no Brasil”. **Ciência Saúde Coletiva**, [online], vol.18, n.6, p.1667-1676. Jun. 2013

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. **Coleção Os Economistas**. Editora Nova Cultural. São Paulo. v. 1. 1996. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_MARX/ocapital-1.pdf, acessado em: 01 de dezembro de 2013

_____. Manuscritos Econômicos e Filosóficos e Outros Textos Escolhidos. (Coleção “Os Pensadores”, XXXV). São Paulo: Abril Cultural, 1974

MEIKSINS, P. Trabalho e capital monopolista para os anos 90: uma resenha crítica do debate sobre o processo de trabalho. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo. Campinas, n.3, p.106-117, 1996.

NEVES, Lúcia. (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo. Editora Xamã. 2005

NUNES, João. “Os mercados fazem bem à saúde? O caso do acesso aos cuidados”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 95, pp. 137-153. 2011

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Tradução de Gustavo Bayer e Margit Martincic. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. Volume II - Perspectivas. 1991

PACHECO, José e PEREIRA, Nancy. Globalização e Identidade no contexto da escola e do currículo. **Cadernos de Pesquisa**. Alto do Douro. Portugal. v.37. n.131. p.371-398. mai/ago. 2007

RAMOS, Marise. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo. Cortez, 3ª Edição. 2006.

RAMOS, Marise. “**Concepção do Ensino Médio Integrado**”. Entrevista publicada no blog em Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) pela Vanessa. Set. 2010a. Disponível em: http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf. Acessado em 15 de agosto de 2014

RAMOS, Marise. “**Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde**”. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010b.

ROSSI, Wagner. **Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. São Paulo. Editora Cortez e Moraes. 1978

SACRITÁN, Jose. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. ArtMed. 3ª Ed. Porto Alegre. 2000

SANTOS, Lucíola. Saberes escolares e o mundo do trabalho. In: FERRETTI, Celso, *et al.* **Trabalho, formação e currículo. Para a onde vai a escola?** São Paulo. Xamã. P. 63-74. 1999

SANTOS, Laymert, SILVA, Rafael e FERREIRA, Pedro. O gorila amestrado de Taylor ao macaco de Nicolelis. **Trab. Educ. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 551-561, nov.2010/fev.2011

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** Autores Associados. 41ª Ed. revista. Campinas. São Paulo. 2009

SCHULTZ, Theodoro. **O Capital Humano: Investimento em Educação e Pesquisa.** Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1973a

SCHULTZ, Theodoro. **O valor econômico da educação.** Rio de Janeiro. Zahar Editores. 2ª Edição. 1973b

SCHULTZ, Theodoro. Investment in human capital. **The American Economic Review.** v. LI, n. 1, p. 1-17, março.1961. Disponível em <https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/330T/350kPEESCHULTZInvestmentHumanCapital.pdf> e acessado em 10 de julho de 2013

SCHWARTZ, Yves. **De la “qualification” à la “compétence”.** In: Education Permanente. Paris, n. 123, p. 125-138. 1995

SILVA, Tomaz. **Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Ed. Autêntica. 3ª Ed. 3ª Reimp. Belo Horizonte. 2001

SINGER, Paul, CAMPOS, Oswaldo e OLIVEIRA, Elizabeth. **“Prevenir e Curar O Controle Social Através dos Serviços de Saúde”.** Forense-Universitária. Rio de Janeiro. 1988

SOUZA, Moema. As Novas Configurações do Trabalho em Saúde: os indicativos do processo de desregulamentação **Textos e Contextos.** Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 334 - 344, ago./dez. 2010

TARTUCE, Gisela. **O que ha de novo no debate da “qualificação do trabalho? Reflexões sobre o conceito com base nas obras de Georges Friedmann e Pierre Naville.** Dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002

TARTUCE, Gisela. **Tensões e Intenções na Transição Escola-Trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. 2007

ANEXO 1- CARTA PARA OBTENÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS DO SERVIÇO DE ORTOPEDIA ASSOCIADOS À ACCOERJ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) Senhor(a) Técnico(a) de Imobilizações Ortopédicas (TIO)

Eu, André Luís Gonçalves Montillo, médico, portador do CPF 773.737.237-72, RG 52.56560-5 CRM, estabelecido na Rua Macembu, nº 655, CEP 22710-242 na cidade do Rio de Janeiro, cujo telefone de contato é (21) 3342-8306, e-mail: andre.montillo@gmail.com e endereço institucional: Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Sala 312 - Fundação Oswaldo Cruz - CEP: 21045-900 - Tel: (21) 3865-9732 - e-mail: cpgeps@fiocruz.br, desenvolverei uma pesquisa acadêmica intitulada: **“A QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS (TIO) NA PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E DE ORTOPEDISTAS: PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE 2010”**. Trata-se de uma pesquisa acadêmica vinculada ao programa de pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV/FIOCRUZ.

Este estudo tem como objetivo caracterizar a qualificação da ocupação do TIO no município do Rio de Janeiro a partir de 2010. Sendo assim, necessito que o (a) Sr (Sr^a) responda a um questionário sobre a qualificação desse técnico no âmbito do mercado de trabalho em saúde no município do Rio de Janeiro.

Informo que o (a) Sr (Sr^a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, para qualquer esclarecimento sobre eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, situado na Av. Brasil, nº 4365, sala nº 316 - FIOCRUZ - Manguinhos - RJ - CEP 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9705 - e-mail: cep@fiocruz.br e coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Groisman.

Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento, podendo, a qualquer momento, deixar de participar do estudo.

Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo e também não haverá qualquer compensação financeira relacionada à sua participação.

Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação.

Abaixo está o termo de consentimento livre e esclarecido para ser assinado pelo participante, emitido em duas vias, ficando uma em poder do mesmo:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Afirmo ter sido suficiente informado (a), em linguagem clara a respeito do estudo acadêmico da pesquisa intitulada: **“A QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS (TIO) NA PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E DE ORTOPEDISTAS: PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE 2010”**.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e do esclarecimento de minhas dúvidas a qualquer tempo.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo, ciente de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ **Data:** ____/____/____.

Assinatura do (a) informante

Nome: _____

Endereço: _____

RG.: _____ **Fone:** _____

_____ **Data:** ____/____/____.

Assinatura do pesquisador

ANEXO 2- CARTA PARA OBTENÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO DIRETOR MÉDICO DO SERVIÇO DE ORTOPEdia ASSOCIADO Á ACCOERJ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) Doutor(a) - Diretor(a) Médico(a) - Ortopedista

Eu, André Luís Gonçalves Montillo, médico, portador do CPF 773.737.237-72, RG 52.56560-5 CRM, estabelecido na Rua Macembu, nº 655, CEP 22710-242 na cidade do Rio de Janeiro, cujo telefone de contato é (21) 3342-8306, e-mail: andre.montillo@gmail.com e endereço institucional: Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Sala 312 - Fundação Oswaldo Cruz - CEP: 21045-900 - Tel: (21) 3865-9732 - e-mail: cpgeps@fiocruz.br, desenvolverei uma pesquisa acadêmica intitulada: **“A QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS (TIO) NA PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E DE ORTOPEDISTAS: PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE 2010”**. Trata-se de uma pesquisa acadêmica vinculada ao programa de pós-graduação em Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV/FIOCRUZ.

Este estudo tem como objetivo caracterizar a qualificação da ocupação do TIO no município do Rio de Janeiro a partir de 2010. Sendo assim, necessito que o (a) Sr (Sr^a) responda a um questionário sobre a qualificação desse técnico no âmbito do mercado de trabalho em saúde no município do Rio de Janeiro.

Informo que o (a) Sr (Sr^a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, para qualquer esclarecimento sobre eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, situado na Av. Brasil, nº 4365, sala nº 316 - FIOCRUZ - Manguinhos - RJ - CEP 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9705 - e-mail: cep@fiocruz.br e coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Groisman.

Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento, podendo, a qualquer momento, deixar de participar do estudo.

Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo e também não haverá qualquer compensação financeira relacionada à sua participação.

Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação.

Abaixo está o termo de consentimento livre e esclarecido para ser assinado pelo participante, emitido em duas vias, ficando uma em poder do mesmo:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Afirmo ter sido suficiente informado (a), em linguagem clara a respeito do estudo acadêmico da pesquisa intitulada: **“A QUALIFICAÇÃO DO TÉCNICO DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS (TIO) NA PERCEPÇÃO DE TÉCNICOS E DE ORTOPEDISTAS: PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE 2010”**.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e do esclarecimento de minhas dúvidas a qualquer tempo.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo, ciente de que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ **Data:** ____/____/____.

Assinatura do (a) informante

Nome: _____

Endereço: _____

RG.: _+ _____ **Fone:** _____

_____ **Data:** ____/____/____.

Assinatura do pesquisador

ANEXO 3- ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO QUE SERÁ REALIZADO COM OS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS DOS SERVIÇOS DE ORTOPEdia ASSOCIADOS À ACCOERJ

Dados pessoais:

- 1ª) Nome (opcional) ou codinome: _____ .
- 2ª) Tempo de serviço na clínica ortopédica? _____ .
- 3ª) Trabalhos precedentes:
- a) Como TIO: _____
- b) Outra função: _____

Dimensão Conceitual da Qualificação (aspectos sobre a formação do TIO):

- 4ª) Formação escolar:
- () Alfabetizado () Fundamental () Médio () Superior
- 5ª) Como você aprendeu a técnica em imobilização ortopédica?
- () Curso de Formação () Aprendeu com alguém () Aprendeu sozinho
- 6ª) Quanto tempo durou o seu aprendizado da técnica de imobilização ortopédica?
- _____ .
- 7ª) Fez algum estágio?
- () SIM () NÃO
- 8ª) Você atualiza seus conhecimentos de técnico em imobilização ortopédica?
- () SIM () NÃO

Dimensão Experimental da Qualificação (aspectos sobre as competências do TIO):

- 8ª) Quantas imobilizações ortopédicas você realiza em um plantão?
- _____ .
- 9ª) Quanto tempo você leva para fazer uma bota gessada com salto?
- _____ .
- 10ª) Já realizou alguma imobilização que o ortopedista tenha pedido para refazer?
- () SIM () NÃO
- 11ª) Já realizou alguma imobilização que o paciente tenha retornado antes do tempo previsto por alguma complicação da imobilização e teve que ser trocada?
- () SIM () NÃO

Dimensão Social da Qualificação (aspectos sobre a organização e participação do TIO):

12ª) Você participa da organização da sua clínica?

SIM NÃO

13ª) Sua opinião é aceita em relação ao fluxo de pacientes atendidos?

SIM NÃO

14ª) Sua opinião é aceita na escolha do material utilizado na sala de gesso?

SIM NÃO

15ª) Você trabalha em equipe?

SIM NÃO

16ª) Você tem algum auxiliar?

SIM NÃO

17ª) Você aceita que ao término da confecção de uma imobilização o ortopedista solicite que seja avaliada antes do paciente se ausentar da clínica?

SIM NÃO

18ª) Você é sindicalizado?

SIM NÃO. Por que? _____

19ª) Você conhece alguém que seja?

SIM NÃO

20ª) Qual a importância do sindicato? _____

21ª) Você se considera um profissional?

SIM NÃO. Por que? _____

22ª) Você está satisfeito com seu salário?

SIM NÃO

ANEXO 4 - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO QUE SERÁ REALIZADO COM OS DIRETORES MÉDICOS DOS SERVIÇOS DE ORTOPEDIA ASSOCIADOS À ACCOERJ

Data: ____/____/____.

1ª) Quantos pacientes são atendidos em média por semana:

1 a 20 21 a 40 41 a 60 61 a 80 80 a 100 Mais de 100

2ª) Qual o percentual de pacientes imobilizados em média por período de atendimento:

Nenhum 25% 50% 75% 100%

3ª) Você é auxiliado pelo técnico de imobilização ortopédica durante o seu atendimento?

SIM NÃO

4ª) Você avalia a imobilização realizada pelo seu técnico de imobilização ortopédica antes do paciente se ausentar da clínica?

SIM NÃO

5ª) Qual (quais) a (as) exigências para a contratação do Técnico de Imobilização Ortopédica em sua clínica?

Certificado de conclusão do ensino fundamental

Certificado de conclusão do ensino médio

Certificado de formação técnica em imobilizações ortopédicas

Experiência funcional comprovada como Técnico em Imobilizações Ortopédicas

Indicação

Outra. Qual: _____.

6ª) Qual o grau de necessidade de trabalhar com o técnico de imobilização ortopédica:

Importante Indiferente Nenhuma Importância

Justifique se possível: _____

_____.

**ANEXO 5- PROJETO DE LEI Nº 1681/99. APRESENTAÇÃO EM 15/09/1999 NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE LEI
Nº 1.681-A, DE 1999
(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)**

Regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras Providências.

(ÀS COMISSÕES DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Seguridade Social e Família:

- emendas apresentadas na Comissão (6)
- termo de recebimento de emendas
- parecer do relator
- parecer da Comissão

2

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os preceitos desta Lei regulam o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica, conceituando-se como tal todos os profissionais que executam as técnicas:

- I - Confecção e retirada de imobilizações ortopédicas com uso de faixas, férulas, talas metálicas, malha tubular, material sintético e outros;
- II - Confecção e retirada de goteiras gessadas;
- III - Confecção e retirada de aparelhos gessados;
- IV - Confecção e retirada de imobilizações ortopédicas e trações com uso de fita adesiva (esparadrapo) e outros materiais similares;
- V - Técnicas assemelhadas visando imobilizações ortopédicas; e
- VI - Supervisão das aplicações das técnicas de imobilização ortopédica.

Art. 2º - São condições para o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica:

- I - Ser portador de certificado de conclusão de 1º e 2º graus, ou equivalente, e possuir formação profissional por intermédio de Escola Técnica específica, com o mínimo de 02 (dois) anos de duração;
- II - Possuir diploma de habilitação profissional, expedido por Escolas Técnicas em Imobilizações Ortopédicas, registradas no órgão federal.

Art. 3º - Toda entidade, seja de caráter público ou privado, que se propuser a instituir Escolas Técnicas em Imobilizações Ortopédicas, deverá solicitar o reconhecimento prévio.

Art. 4º - As Escolas Técnicas em Imobilizações Ortopédicas só poderão ser reconhecidas se apresentarem condições de instalação satisfatórias e corpo docente de reconhecida idoneidade profissional, sob a orientação de Médico Especialista em Ortopedia e Técnico em Imobilização Ortopédica.

§ 1º - Os programas serão elaborados pela autoridade federal competente e válidos para todo o território nacional, sendo sua adoção indispensável ao reconhecimento de tais cursos.

§ 2º - Em nenhuma hipótese poderá ser matriculado candidato que não comprovar a conclusão de curso em nível de 2º grau ou equivalente.

§ 3º - O ensino das disciplinas será ministrado em aulas teóricas, práticas e estágios a serem cumpridos, no último ano do currículo escolar, de acordo com a especialidade escolhida pelo aluno.

Art. 5º - Os centros de estágio serão constituídos pelos serviços de saúde e de pesquisa, que ofereçam condições essenciais à prática da profissão na especialidade requerida.

Art. 6º - A admissão à primeira série da Escola Técnica em Imobilização Ortopédica dependerá:

- I - do cumprimento do disposto no § 2º do art. 4º desta Lei;
- II - de aprovação em exame de saúde, obedecidas as condições estatuidas no parágrafo único do art. 46 do Decreto nº 29.155, de 17 de janeiro de 1.951.

Art. 7º - As Escolas Técnicas em Imobilização Ortopédicas existentes, ou a serem criadas deverão remeter ao órgão competente, para fins de controle e fiscalização de registros, cópia da ata relativa aos exames finais, na qual constem os nomes dos alunos aprovados e as médicas respectivas.

Art. 8º - Os diplomas expedidos por Escolas Técnicas em Imobilização Ortopédica devidamente reconhecidos, tem âmbito nacional e validade para o registro de que trata o inciso II do art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único - Conhecido o diploma, fica o Técnico em Imobilização Ortopédica obrigado a registrá-lo, nos termos desta Lei.

Art. 9º - Os trabalhos de supervisão das aplicações de técnicas em imobilização ortopédica, em seus respectivos setores, são da competência do Técnico em Imobilização Ortopédica.

Art. 10 - Ficam assegurados todos os direitos aos denominados Técnicos e Auxiliares de Gesso, devidamente registrados no órgão competente, que adotarão a denominação referida no art. 1º desta lei.

§ 1º - Os profissionais que se acharem devidamente registrados na Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos - DIMED, não possuidores de certificado de conclusão de curso em nível de 2º grau, poderão matricular-se nas escolas criadas, na categoria de ouvinte, recebendo ao terminar o curso, certificado de presença, observadas as exigências regulamentares das Escolas de Imobilização Ortopédica.

§ 2º - Os dispositivos desta Lei aplicam-se, no que couber, aos Auxiliares de Gesso.

Art. 11º - Ficam criados o Conselho Nacional e os Conselhos Regionais de Técnicos em Imobilização Ortopédica, que funcionarão nos mesmos moldes dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, obedecida igual sistemática para sua estrutura, e com as mesmas finalidades de seleção disciplinar e defesa da classe dos Técnicos em Imobilização Ortopédica.

Art. 12º - A jornada de trabalho dos profissionais abrangidos por esta Lei será de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 13º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

4

Art. 14º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

No dia 28 de agosto último tivemos a satisfação de comparecer ao Congresso dos Técnicos em Imobilização Ortopédica, realizado em São Paulo.

Durante o certame, em que se discutiram temas de grande interesse para a coletividade brasileira, ficou evidenciada a importância dos profissionais de imobilização ortopédica, cuja atividade, corretamente disciplinada, contribuirá de forma significativa para a correta solução dos problemas da área.

Disso convictos é que apresentamos à elevada consideração de nossos nobres Pares este projeto de lei, que visa a regulamentar a profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica, contando obter o apoio necessário a aprová-lo.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1999.


Deputado Arnaldo Faria de Sá

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

DECRETO N.º 29.135 — DE 17 DE JANEIRO DE 1951

Regulamenta a Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no artigo 6.º da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Os direitos e vantagens instituídos pela Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950 são extensivos a todos os servidores públicos civis da União, e aos empregados das entidades parastatais de natureza autárquica, que no exercício de suas funções operem, direta e habitualmente, com Raios X ou substâncias radioativas, próximo às fontes de emanção.

Parágrafo único. — No que se refere aos militares, a Lei n.º 1.234 terá regulamentação à parte.

.....

CAPÍTULO II

DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

Das unidades de röntgendiagnóstico e röntgenterapia

DO PESSOAL

Art. 46. A admissão do pessoal que manipula aparelhagens de Raios X e substâncias radioativas, ou que procede a estudos e pesquisas sobre física nuclear será sempre condicionada à realização de exame prévio de sanidade e capacidade física, o qual incluirá obrigatoriamente o exame hematológico.

Parágrafo único. Não deverão ser admitidas em serviços de terapia pelo rádio e pelo radon as pessoas de pele seca, com tendência a fissuras, e com verrugas, assim como as de baixa acuidade visual não corrigível pelo uso de lentes.

Art. 47. O pessoal em serviços de röntgendiagnóstico ou röntgenterapia superficial ou profunda, será submetido ainda a um exame clínico por ano e a um exame hematológico por semestre.

Art. 48. O pessoal em serviço de terapia pelo rádio ou pelo radon, ou de pesquisas sobre física nuclear, será submetido ainda a um exame clínico por semestre, o qual, compreenderá cuidadosa observação dermatológica das mãos, e um exame hematológico bimestral.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

DECRETO Nº 81.384, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1978.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADES COM RAIOS X OU SUBSTÂNCIAS RADIOATIVAS E OUTRAS VANTAGENS, PREVISTAS NA LEI Nº 1.134, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1950, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 11. Ficam dispensados de registro no Ministério da Saúde e nas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os certificados e diplomas referentes a profissões e ocupações relacionados com a saúde.

6

Art. 12. Ficam revogados os Decretos ns. 29.155, de 17 de janeiro de 1951, 40.630, de 27 de dezembro de 1956, 43.185, de 6 de fevereiro de 1958, e 43.961-A, de 3 de julho de 1958.

Art. 13. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 6 - PROJETO DE LEI Nº 1681/99. ÚLTIMO MOVIMENTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS EM 15/04/2013 E PUBLICADO NO DCD EM 16/04/2013

Abril de 2013

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira 16 10713

explicitar que as atividades desempenhadas sejam executadas sob supervisão médica; retirar redundância quanto à exigência de conclusão de ensino médio ou equivalente; suprimir remissão à dispositivo legal já revogado.

Emendado o Projeto, retorna a esta Casa iniciadora, por força do disposto no parágrafo único do Art. 65 da Constituição Federal.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) opinou pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Antonio Brito (fls. 51/55).

É o relatório.

II – Voto do Relator

A proposta original desta Casa está contida no Substitutivo aprovado pelo Senado Federal que, em boa hora e de modo eficiente, vem aperfeiçoar a matéria.

Convém informar, que o texto substitutivo possui o apoio de entidades de representação de diversas categorias. Entre elas, a Associação Brasileira de Técnicos de Imobilização Ortopédica, inclusive a sua seção regional do Rio Grande do Sul, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia e entidades de representação dos enfermeiros.

O Projeto é extremamente meritório para promover a indispensável qualificação e melhoria na capacitação profissional de segmento de mão de obra tão relevante, sobretudo porque pertinente à área da saúde. E, exatamente por tratar-se de atividade ligada à saúde, o aperfeiçoamento proposto pelo Senado ao texto original é até mesmo indispensável: ao explicitar que as atividades desempenhadas sejam executadas sob supervisão médica, resta por evitar possíveis questionamentos quanto à constitucionalidade da matéria, afinal, aprovada. As demais alterações propostas, sem qualquer prejuízo para o mérito, ao contrário, são igualmente necessárias ao atendimento da boa técnica legislativa.

Somos, pois, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.681-E, de 1999 (Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.681-D, de 1999).

Sala da Comissão, 18 de abril de 2012.– Deputado **Assis Melo**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 1.681-D/99, nos termos do parecer do relator, Deputado Assis Melo.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Sebastião Bala Rocha – Presidente, Flávia Moraes, Sabino Castelo Branco e Laercio Oliveira – Vice-Presidentes, Andreia Zito, Assis Melo, Augusto Coutinho, Eudes Xavier, Fátima Pelaes, Gorete Pereira, João Bittar, Jorge Corte Real, Luciano Castro, Márcio Marinho, Mauro Nazif, Pedro Henry, Policarpo, Roberto Santiago, Sandro Mabel, Silvio Costa, Vicentinho, Walney Rocha, André Figueiredo.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2012.– Deputado **Sebastião Bala Rocha**, Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – Relatório

Trata-se do Substitutivo da Câmara Alta ao Projeto de Lei nº 1.681/99, desta Casa Legislativa, que regulamenta o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

A proposição foi distribuída, inicialmente, à CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família, onde foi aprovada, nos termos do parecer do Relator, Deputado ANTÔNIO BRITO, em 2011.

A seguir, foi encaminhada à CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que também a aprovou, nos termos do parecer do Relator, Deputado ASSIS MELO, em 2012.

Agora, após mudança na relatoria, a proposição encontra-se, ainda, nesta douda CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde aguarda parecer acerca de sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, no prazo do regime ordinário de tramitação.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Com relação aos aspectos de competência deste Órgão Colegiado, verifica-se que o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.681/99 obedece às normas constitucionais relativas à competência privativa da União para dispor sobre a matéria (CF, art. 22, I) e à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (CF, art. 48, *caput*).

Ademais, não se cogita da iniciativa privativa neste tipo de proposição, já aprovada nesta Casa Legislativa.

Quanto à juridicidade, o conteúdo da proposição em apreço não discrepa da ordem jurídica vigente.

O exame detalhado do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.681/99 revela, pois, a inexistência de vícios no terreno da constitucionalidade e da juridicidade que possam maculá-lo.

A relevância social da matéria justifica a ansiedade da categoria que aguarda a regulamentação

da profissão a mais de 10 anos. São profissionais de extrema importância na rotina dos consultórios e ambulatórios de clínicas e hospitais especializados em ortopedia e traumatologia.

Os Técnicos em Imobilização Ortopédica são profissionais que auxiliam eficientemente os médicos ortopedistas e, sob a sua direção e supervisão, executam imobilizações do aparelho locomotor de média e alta complexidade, prestando a população usuária deste serviço um atendimento humanizado e seguro.

Portanto, à aprovação do Projeto em tela faz justiça a estes profissionais que terão a possibilidade de melhorar a sua formação profissional, além de normatizar, efetuar o controle e a fiscalização do registro, a jornada e as condições de trabalho e também a supervisão do exercício profissional, fatores que certamente resultarão na melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Assim, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.681/99.

É o voto.

Sala da Comissão, 1 de abril de 2013. – Deputado **Luiz Carlos**, Relator.

III – Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.681-D/1999, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Luiz Carlos.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Décio Lima – Presidente, Mauro Benevides, Luiz Carlos e Carlos Bezerra – Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Bonifácio de Andrada, Bruna Furlan, Cândido Vaccarezza, Cesar Colnago, Danilo Forte, Delegado Protógenes, Dr. Grilo, Edson Silva, Eduardo Cunha, Eduardo Sciarra, Esperidião Amin, Fábio Ramalho, Fabio Trad, Felipe Maia, Félix Mendonça Júnior, Heuler Cruvinel, Iriny Lopes, João Campos, João Paulo Cunha, João Paulo Lima, Jorginho Mello, José Genoíno, José Mentor, Jutahy Junior, Leonardo Gadelha, Leonardo Picciani, Lourival Mendes, Luiz Couto, Luiz de Deus, Luiz Pitiman, Marcelo Almeida, Márcio França, Marcos Medrado, Marcos Rogério, Mendonça Prado, Odair Cunha, Onofre Santo Agostini, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Renato Andrade, Ricardo Bezoini, Roberto Freire, Sandra Rosado, Sérgio Zveiter, Taumaturgo Lima, Valtener Pereira, Vicente Arruda, Vi-

cente Candido, Vieira da Cunha, Vilson Covatti, Gorete Pereira e Jaime Martins.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2013. – Deputado **Décio Lima**, Presidente.

PROJETO DE LEI Nº 2.776-B, DE 2008

(Do Sr. Neilton Mulim)

Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades de terapia intensiva e dá outras providências; tendo pareceres da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste, e do de nº 363/11, apensado, com substitutivo (relatora: DEP. ERIKA KOKAY) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do de nº 363/11, apensado, nos termos do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (relator: DEP. OSMAR SERRAGLIO).

DESPACHO: ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES – ART. 24 II.

Publicação do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Neilton Mulim, objetiva tornar obrigatória a presença de profissionais de odontologia na equipe multiprofissional das unidades de terapia intensiva, assim como em clínicas ou hospitais públicos ou privados em que existam pacientes internados. Especifica que nas UTIs o profissional será um cirurgião-dentista e nas demais unidades profissionais de odontologia com qualificação para atuar nessa área.

Em sua justificativa, o autor argumenta que o atendimento odontológico “busca manter a higiene bucal e a saúde do sistema estomatognático do paciente durante sua internação, controlando o biofilme e prevenindo e tratando a cárie, a doença periodontal, as infecções perimplantares, as esomatites e outros problemas bucais.”

Destaca, ainda, que o atendimento odontológico pretendido tem custo bastante baixo, uma vez que tem o caráter preventivo e contribui para o conforto e o bem-estar do paciente.

ANEXO 7 - REGISTRO HISTÓRICO PROFISSIONAL DO SR. LUIZ CHAPETTA

"O REI DO GESSO":

D)

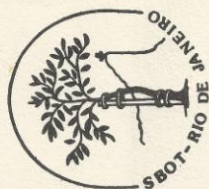


II)





SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEIDIA E TRAUMATOLOGIA
REGIONAL RIO DE JANEIRO



CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ CHAPPEITA

participou do 2º CURSO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO EM APARELHOS GESSADOS

realizado no AUDITÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO

na qualidade de PROFESSOR DAS AULAS PRÁTICAS

Rio de Janeiro, DEZEMBRO 1987

Dr. Maurício Gonzaga de Castro
Presidente SBOT/RJ

Dr. Marcio Garcia Cunha
Secretário SBOT/RJ



V)



SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA
REGIONAL RIO DE JANEIRO



CERTIFICADO

Certificamos que Luiz Chappetta

participou do 3º Curso de Aperfeiçoamento Técnico em Aparelhos Gessados

realizado no Auditório do Hospital Miguel Couto

na qualidade de Professor das Aulas Práticas

Rio de Janeiro, 7 de maio 1988.

Dr. Maurício Gonzaga de Castro
Presidente SBOT/RJ

Dr. Marcio Garcia Cunha
Secretário SBOT/RJ



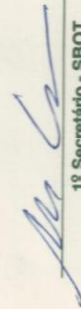
CONGRESSOS MÉDICOS

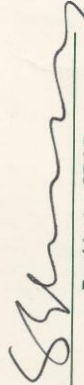
SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA
 Regional de Alagoas

CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ CHAPETTA
 participou como PALESTRISTA DO I CURSO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO INTENSIVO NA CON-
 FEÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES GESSADAS

Maceió, 03 de fevereiro de 1990


 1º Secretário - SBOT
 REGIONAL DE ALAGOAS
 Dr. Marcio de Aguiar Valença

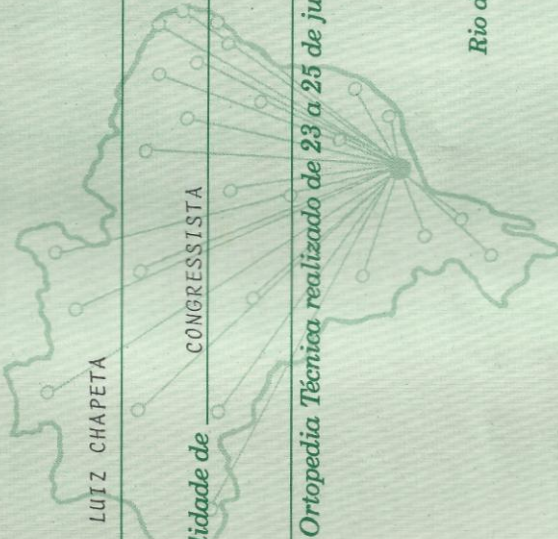

 Presidente - SBOT
 REGIONAL DE ALAGOAS
 Dr. Sergio Toledo Barbosa



I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORTOPEDIA TÉCNICA

Realização: ABOTEC — Associação Brasileira de Ortopedia Técnica

CERTIFICADO




Conferido a _____
LUIZ CHAPETA
por sua participação na qualidade de _____
CONGRESSISTA

no I Congresso Brasileiro de Ortopedia Técnica realizado de 23 a 25 de julho de 1992, no Hotel Glória
— Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1992.


JOSÉ S. BLUMENTHAL
Vice-Presidente da ABOTEC


MÁRIO G. CARVALHO
Presidente do Congresso e da ABOTEC



HANS KUHN
Vice-Presidente do Congresso


CONGRESSO BRASILEIRO DE IMOBILIZAÇÕES RIO DE JANEIRO

CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ CHAPETTA

participou com assiduidade deste Congresso realizado dias 26 e 27 de março de 1993 no Hotel Novo Mundo - Rio de Janeiro, APRESENTANDO A CONFERÊNCIA: " 45 ANOS DE EXPERIÊNCIA COMO GESEIRO " .


Dr. Marcio Malta
Presidente SBOT - RJ


Dr. Marcos Musafir
Coordenador do Congresso

APOIO: CREMER

CONGRESSO BRASILEIRO DE IMOBILIZAÇÕES RIO DE JANEIRO

CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ CHAPETTA

participou com assiduidade deste Congresso realizado dias 26 e 27
de março de 1993 no Hotel Novo Mundo - Rio de Janeiro, APRESENTANDO

A CONFERÊNCIA: " IMOBILIZAÇÕES ADEQUADAS DO ANTEPÉ "

Dr. Marcio Malta
Presidente SBOT - RJ

Dr. Marcos Musafir
Coordenador do Congresso

APOIO: CREMER

2º CONGRESSO BRASILEIRO DE IMOBILIZAÇÕES CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ CHAPETTA
participou com assiduidade deste Congresso realizado dias 25 e 26 de março
de 1994 no Hotel Novo Mundo - Rio de Janeiro, PROFERINDA A PALESTRA: " 45
ANOS DE EXPERIÊNCIA COMO GESSEIRO ".



Dr. Marcio C. Malha
Presidente SBOT - RJ



Dr. Marcos E. Musafir
Coordenador

APOIO:  



SOCIEDADE BRASILEIRA
DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

REGIONAL RIO DE JANEIRO
CERTIFICADO



Certificamos que LUIZ CHAPEITA
participou do 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE IMOBILIZAÇÕES
na qualidade de CONFERENCIISTA DO TEMA: " TÉCNICAS E TÁTICAS DE CONFECÇÃO DOS APARELHOS CESSADOS ".

Rio de Janeiro, 25 / Março / 199 5.

Geraldo A. M.
Dr. GERALDO ROCHA MOTTA FILHO
Presidente SBOT / RJ

Degussa s.a.

Dr. JOÃO M. BARRETTO
Secretário SBOT / RJ



SOCIEDADE BRASILEIRA
DE
ORTOPIEDIA E TRAUMATOLOGIA
REGIONAL RIO DE JANEIRO



CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ CHAPETTA
participou CURSO INTENSIVO DE APERFEIÇOAMENTO EM IMOBILIZAÇÕES SINTÉTICAS
na qualidade de INSTRUTOR NA AULA PRÁTICA

Rio de Janeiro, 20 de Abril de 1996.

Aguiar
DR. GERALDO MOTTA FILHO
Presidente SBOT/RJ

J. Barreto
DR. JOÃO M. BARRETO
Secretário SBOT/RJ



XIV)

Jornal do HU



<http://www.hucff.ufrj.br>

ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO DO HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ANO II - Nº 7 - FEVEREIRO DE 1999



Durante sua apresentação, Alcione falou sobre a prevenção à Aids

HU SE DESTACA NO DIA MUNDIAL DE COMBATE À AIDS

Evento realizado dia 1º de dezembro, com a participação de vários artistas, marca a luta contra o preconceito e arrecada quatro toneladas de alimentos para doentes soropositivos.

Pág. 4

CATÁLOGO ELETRÔNICO LOCALIZA FORNECEDORES E FACILITA COMPRAS

Pág. 8

O HU e a Saúde Pública de Marselha



Acordo que promove a troca de técnicas clínicas e cirúrgicas entre o Hospital Universitário e hospitais de Marselha, na França, se torna realidade

Pág. 8

<p>SAF investe em novo layout de trabalho</p> <p style="text-align: center;">Pág. 7</p>	<p>Traumatologia-Ortopedia qualifica profissionais</p> <p style="text-align: center;">Pág. 6</p>	<p>Oftalmologia amplia serviços e se torna centro de referência</p> <p style="text-align: center;">Pág.3</p>	<p>Rouparia passa por processo de modernização</p> <p style="text-align: center;">Pág.5</p>
---	--	--	---

Serviço atende cerca de 1500 pacientes por mês

Traumato-Ortopedia combate dificuldades para manter crescimento

Mesmo enfrentando algumas dificuldades, a avaliação do ano de 98 para a Traumato-Ortopedia foi boa. As reuniões constantes e a prática da nova filosofia do HU trouxeram muitas melhorias. O aumento de procedimentos cirúrgicos simples e complexos realizados no Serviço é uma delas. Antes, eram feitas, em média, sete intervenções de emergência por mês. Agora são realizadas, no mesmo período, trinta cirurgias. De acordo com o Chefe do Serviço, Antônio Vitor de Abreu, a boa vontade dos serviços de Anestesia e Enfermagem do Centro Cirúrgico foi fundamental para alcançar esse resultado.

Para manter esse crescimento, a Traumato-Ortopedia espera resolver, ou pelo menos minimizar, diversos problemas. Um dos principais é a necessidade urgente de uma reforma estrutural. O ambulatório, a enfermaria e a emergência precisam de várias modificações, pois, de a-

cordo com o chefe de Serviço, suas instalações não são compatíveis com a demanda, que chega a aproximadamente 1500

A avaliação do ano de 98 para a Traumato-Ortopedia foi boa. As reuniões constantes e a prática da nova filosofia do HU trouxeram muitas melhorias

pacientes por mês.

O Serviço também precisa dispor de um número maior de salas no Centro Cirúrgico. É comum que as cirurgias eletivas - que são programadas - sejam preteridas em relação às cirurgias e-



Equipe de Traumo-Ortopedia. À direita, Antônio Vitor de Abreu, Chefe do Serviço

mergenciais, fazendo com que os pacientes fiquem em longas filas de espera para serem operados. O grande proble-

ma dessa situação, é que, na maioria das vezes, os exames necessários à cirurgia ficam ultrapassados e têm que ser repetidos. Isso resulta num aumento de custos para o Hospital, tanto pela repetição de exames quanto pela demora no tempo de internação. "Temos nove salas por semana, mas queremos doze. Se tivermos essa oportunidade poderemos diminuir a demanda reprimida de cirurgias eletivas", afirma Vieira.

A aquisição de instrumental cirúrgico é outra necessidade. Um exemplo de aparelho que o serviço precisaria adquirir é o artroscópio. Esse equipamento permite realizar cirurgias de forma mais ágil e simples, já que o procedimento é feito por endoscopia. Através

"Temos nove salas por semana, mas queremos doze. Se tivermos essa oportunidade poderemos diminuir a demanda reprimida de cirurgias eletivas"

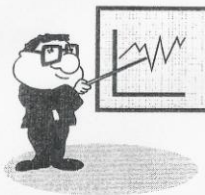
Vieira garante que, se o Serviço for atendido em seus pedidos, há uma grande possibilidade de se dobrar o número de atividades realizadas.

Formar profissionais qualificados é prioridade no serviço

Antônio Vieira investiu na área de ensino e intensificou a qualidade na formação dos residentes. Há uma programação didática diária, que inclui palestras, seminários, vídeos etc. Os residentes também são supervisionados em todos os setores.

Além de formar profissionais competentes, esse estímulo à edu-

cação tem como objetivo preparar os residentes para o exame na Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, onde eles serão credenciados como especialistas se forem aprovados. Também foi estimulada a integração entre teoria e prática no que diz respeito aos níveis de especialização e pós-graduação.



XVI)

Jornal do HU

Informativo do hospital universitário Clementino Fraga Filho – Universidade Federal do Rio de Janeiro – ANO II • nº 9 • dezembro de 1999

<http://www.hucff.ufrj.br>

Medicina da UFRJ é a melhor do Brasil

Foto: Juez Wailante

Surpreendente ou não, o resultado da avaliação do Provão do MEC sacudiu a UFRJ com a Medicina em primeiro lugar no Brasil. O polêmico Exame Nacional de Cursos, instituído há quatro anos pelo MEC, começa a fazer parte do cotidiano das universidades brasileiras. Não foi difícil encontrar pelos corredores do HU muitos sorrisos e congratulações mútuas. Mesmo para quem não concorda com a proposta do governo - e não são poucos - esse resultado confirma uma tradição que parecia perdida: a Faculdade de Medicina da UFRJ continua a formar os melhores médicos e professores do país. Como diretor da Faculdade, o Prof. Almir Valladares não se surpreende. Segundo ele "essa prova é apenas mais um aspecto na avaliação da qualidade do curso da UFRJ. Os egressos de nossos cursos sempre conseguem excelente colocação nos diversos concursos que participam. Claro que a notícia do primeiro lugar no país é sempre recebida com muita alegria. Na verdade nunca nos preocupamos tanto em anunciar que somos ótimos".

Para a Profª Sylvia Vargas, diretora da Medicina na gestão anterior, foi uma das melhores notícias que poderia ter ouvido neste final de ano. Ela destaca a importância de um trabalho de muitos anos: "Desde a gestão do Prof. Clementino Fraga Filho, com a participação da Profª. Alice Rosa, tivemos uma sucessão de diretores que construíram esse caminho de valorização do ensino. Todos nós tivemos a preocupação de dar continuidade ao que vinha sendo construído".

Continua na página 7



Em debate: CCS discute transferência dos Institutos para o Fundão

pág. 4



Perfil do Serviço: Hemoterapia é o destaque desta edição

pág. 5



Programa de controle do tabagismo chega ao Hospital Universitário

pág. 8

dezembro de 1999

JORNAL DO HU

6

DRH *informa***Quem somos, quantos somos e onde estamos...**

A Divisão de Recursos Humanos estará colocando à disposição da comunidade os resultados do CENSO-HU (1998/1999). A pesquisa foi uma medida incentivada pela Direção Geral visando facilitar o acesso e o conhecimento dos recursos humanos disponíveis no hospital. O grupo de trabalho responsável pela elaboração desse projeto foi composto por estudantes de estatística (ENCE / IBGE), pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, médicos e, também, contou com a colaboração do pessoal do Centro de Ciências Matemáticas da Natureza da UFRJ.

Os dados qualitativos e quantitativos apurados nesse CENSO estão sendo organizados em relatórios que serão distribuídos a cada um dos serviços do HU. Esses relatórios descrevem o perfil dos servidores, as parti-

cularidades de cada Divisão, a necessidade de equipamentos e de cursos e as condições de ambiente de trabalho oferecidas pelo Hospital Universitário.

Após um ano de trabalho, foram apuradas informações sobre 3.516 trabalhadores, dentre funcionários, prestadores de serviço e cooperativados. Na busca por novas alternativas para administrar da melhor forma os recursos humanos de nosso hospital, esse projeto avaliou aspectos como: a faixa etária e escolaridade dos trabalhadores; qualificação profissional; a satisfação com o ambiente de trabalho, entre outros.

Antes de distribuir os relatórios aos serviços do HU, a DRH ainda pretende realizar uma apresentação pública do Censo para a comunidade. Fique ligado no calendário da DRH.

HUCFF na Campanha contra o Câncer de Pele

O Serviço de Dermatologia do HU participou da Campanha Nacional de Prevenção do Câncer de Pele realizada no mês de novembro. No sábado, dia 27, de 8 às 15 horas, foram realizados 115 atendimentos, sem que fosse registrado nenhum incidente. Foram diagnosticados nove casos de Epitelioma Basocelular, cerca de 18 casos de lesões pré-neoplásicas e apenas um caso suspeito de Melanoma maligno. O HU foi o único hospital a divulgar imediatamente seus resultados à imprensa.

Além de quatro professores, integraram a equipe seis pós-graduandos e sete alunos de graduação da Faculdade de Medicina. O chefe do serviço, Prof. Celso Tavares Sodré destacou o espírito colaborativo da secretária do serviço, Sra. Deise e também a participação das enfermeiras Lindalva Costa da Cunha, Rosângela Nascimento do Carmo, Maria da Conceição Souza dos Santos e dos vi-

gilantes que prestaram toda a assistência possível. Para o professor, "a universidade cumpre assim através do HUCFF, o seu papel social, executando assistência e ampliando oportunidades para o ensino de um grupo de dermatoses prevalentes".



Foto: Juarez Waitante

O que você pensa sobre o seu trabalho?

Esta coluna terá sempre um convidado para falar sobre o dia-a-dia de trabalho no HU. Para as próximas edições aguardamos sugestões de nomes e assuntos. Agora, com a palavra, Luiz Chappetta.

Chappetta trabalha na sala de gesso do serviço de Traumatologia do ambulatório, está no HUCFF desde sua inauguração. Durante esse tempo, vivenciou as etapas de implantação do hospital e muitas histórias e casos que marcaram o cotidiano da instituição. O seu amor pelo trabalho é tanto que ele se aposentou em 1991, mas voltou a trabalhar no HU como contratado.

O resultado de 48 anos de dedicação e esforço é o reconhecimento de toda equipe de saúde, inclusive médicos, que sempre o consultam antes de fazer gesso.

Apesar de apontar algumas características do Hospital que precisam ser modificadas, Chappetta enfatiza: "Apesar dos pesares, tudo no HU é positivo, pois se não houver as pequenas falhas não há o que consertar, não há trabalho".

Uma de suas críticas ao hospital é a falta de um balcão de informações em cada andar para facilitar o deslocamento do público pelo hospital, porque os setores são muito distantes uns

dos outros. "As pessoas ficam muito perdidas no HU".

Outra questão de extrema importância para Chappetta é a segurança do hospital, que deve ser ampliada com a presença de mais vigilantes fixos nos andares. E ainda manda um recado para seus colegas de trabalho: "Todos os funcionários devem fazer sua função independente do salário ser baixo ou alto. Cada um deve cumprir o seu dever, pois o Hospital não é uma fábrica e a sua função é dar assistência aos doentes". E aconselha a todos ter sempre paciência e tocar a vida em frente, pois tudo que é fácil demais se torna difícil no futuro.



Chappetta é um dos funcionários mais antigos e dedicados do HU.

XVIII)

S A U D E

JORNAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ. 1980. Nº 1. ANO I



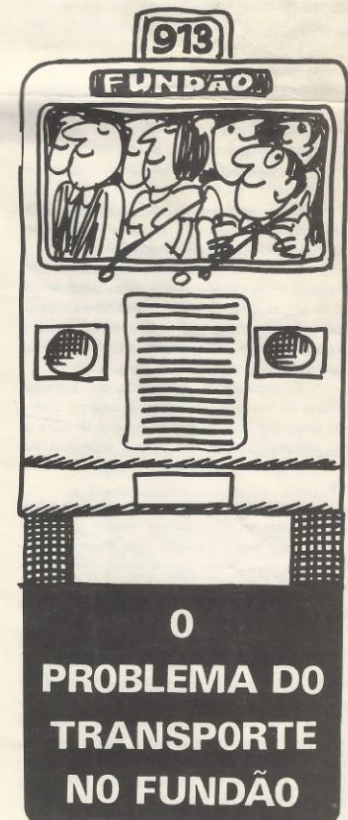
O NOVO PAPEL
DO MÉDICO



D'après "crâne a la cigarette brûlante"
Vincent Van Gogh

*CAMPANHA
CONTRA
O FUMO*

QUAL O
VALOR REAL
DE SUA
ALIMENTAÇÃO



GENTE HU



LUIZ CHAPPETTA

Carioca, da Praça Onze. Em 24 de dezembro de 1950, fraturou a perna num acidente. No dia 8 de janeiro de 1951, internou-se no Hospital Escola São Francisco de Assis. Assim

começou a carreira de Luiz Chappetta, que completa 30 anos de Universidade, ano que vem.

Ainda em recuperação e sob a orientação de Da. Carmem Graça, enfermeira-chefe do Serviço de Ortopedia do HESFA, Chappetta começou a trabalhar, sem remuneração, com o Prof. Aquiles de Araújo, que em 1953 obteve sua contratação pelo Ministério da Saúde.

Como funcionário do Ministério, emprestado à Faculdade Nacional de Medicina, Chappetta trabalhou até 1968 no HESFA, onde, através da observação e prática, aprendeu, com os Professores José Viana de Carvalho e Carlos da Silva Freire, os segredos de sua profissão. Em 1969, já sob a chefia do Prof. José Albano da Nova Monteiro, foi transferido para o então Hospital Estadual Miguel Couto (atualmente Hospital Municipal).

E o HU?

"Esperei 25 anos para trabalhar no HU, pois já se falava nele em 1951. Ainda no Ministério da Saúde, fiz o maior esforço para vir definitivamente para a Faculdade Nacional de Medicina, onde trabalhava emprestado. Finalmente, com a ajuda da Dra. Stella Rosenbaum de Brito, fui designado, no dia 2 de junho de 1975, para a FNM, ficando à disposição do HU."

E Luiz Chappetta chegou lá. Desde o dia 13 de fevereiro de 1978, ele se encontra no Serviço de Traumatologia-Ortopedia, no HU, mais precisamente na sala de gesso, colocando qual-

quer tipo de aparelho no Ambulatório, na Emergência, na Unidade de Internação. É chamado carinhosamente pelos colegas da Ortopedia de "quebra-galho", pois segundo ele mesmo "não dou pra ficar parado. Se puder ajudar, é só me chamar que estou lá."

O tempo que passou no HESFA é o que lhe traz as melhores recordações de sua vida, pois lá conheceu sua esposa, Lucila, e lá nasceu sua filha, Teresa Cristina, de 16 anos. Mas não esquece também os grandes amigos que deixou no São Francisco e no Miguel Couto.

"No início, foi difícil o entrosamento no HU. Nós, do São Francisco, da Santa Casa e do Moncorvo, levávamos fama de não querer nada. O que não é verdade e graças ao meu trabalho pude provar isso. Hoje tenho bons amigos aqui dentro."

Chappetta já treinou várias pessoas e coloca-se sempre à disposição para transmitir e ensinar o que sabe.

"Quem quiser desempenhar minhas funções tem que ter, em primeiro lugar, dedicação e muito amor ao serviço. Depois, deve procurar, sempre, nos mestres e nos livros, aquilo que ainda não sabe. Engessar é fácil, mas saber engessar é que é difícil."

E o nosso famoso Padre das festas julinas se despede de nós, com uma mensagem de auto-confiança e determinação:

"Tudo que eu quis na vida, eu batalhei e consegui."

PÍLULAS

*Exposição de Fotografias Médicas

O Hospital promoveu este mês na Biblioteca do CCS a I Exposição de Fotografias Médicas do fotógrafo sueco Lennart Nilsson. A exposição foi planejada e preparada pelo Instituto Sueco, em Estocolmo, e patrocinada pelo Laboratório Boehringer & Son, Ingelheim am Rhein, da Alemanha Ocidental. Os painéis fotográficos foram trazidos pelo Consulado da Suécia, no Rio, e depois de expostos em Brasília, em agosto, e na USP, em São Paulo, em setembro, serão doados ao Hospital, onde permanecerão em exposição permanente, na Biblioteca Setorial.

A exposição apresenta painéis fotográficos, documentando perspectivas do interior do corpo humano, relacionados com as transformações orgânicas, que podem ocorrer em pessoas que sofrem de hipertensão. Dividida em quatro partes, foi utilizado um sistema óptico, especialmente criado, com uma distância focal extremamente reduzida, para fotografar o interior do coração e dos vasos sanguíneos. As fotografias foram preparadas em colaboração com o Dr. Jang Lindberg, médico patologista e legista do Departamento Estadual de Medicina Legal do Instituto Karolinska e que vem trabalhando com Lennart Nilsson desde 1964.

Lennart Nilsson nasceu em Strängnäs, na Suécia, em 1922, e tem sido, nas últimas décadas, reconhecido internacionalmente como pioneiro da foto-óptica. Em colaboração com mé-

dicos, cientistas e técnicos, Nilsson desenvolveu novos métodos de fotografia e aplicou criativamente seus talentos em diversas áreas. Foi repórter fotográfico de diversos jornais e orientou, mais tarde, seu trabalho para as imagens captadas no interior do corpo humano.

Por seu trabalho de investigação médica, Lennart Nilsson foi doutorado "honoris causa" pelo Instituto Karolinska de Estocolmo — título que foi concedida pela primeira vez a alguém não cientista. Este título é particularmente valioso por ter sido conferido pelo Conselho de Professores da Faculdade de Medicina do Instituto Karolinska que, desde 1901, escolhe os laureados do Prêmio Nobel em Medicina e Fisiologia.

O HU e o Papa

Nossa colega, Niva Cataldi, do Serviço de Relações Humanas no Trabalho, integrou o coral de 2.500 vozes, que acompanhou a missa celebrada pelo Papa João Paulo II, no Aterro. O Coral foi formado por 2.000 jovens das paróquias (nos cânticos uníssonos) e 500 no coro polifônico: coros do Teatro Municipal, da Universidade Gama Filho, da UERJ, da Rádio MEC, da ECT, O Encontro, da Interbrás e do Ginástico Português. Niva faz parte do Coral da Universidade Gama Filho.

* Na noite do dia 2 de julho, o Papa recebeu, no Sumaré, um grupo de intelectuais e cientistas, entre os quais se encontravam nosso Diretor-Geral, Professor Clementino Fraga Filho, o Diretor da Divisão Médica, Professor José de Paula Lopes Pontes e o Diretor da Divisão de Saúde da Comunidade, Prof. Hélio Fraga.

* Uma jovem paciente, internada no HU, portadora de patologia grave, insistindo em ver o Papa, foi orientada a escrever uma carta ao Palácio São Joaquim. Este, prontamente, colocou três convites à disposição da paciente, que, acompanhada de nossa Diretora da DEN e Chefe do Serviço Social, viu concretizada sua vontade ao receber a bênção do Santo Padre, na cerimônia do Maracanã.

*Semana de Imunematologia "Karl Landsteiner"

O Serviço de Hemoterapia do HU promoveu, no mês passado, a I Semana de Imunematologia "Karl Landsteiner", na qual foram ministrados cursos, work-shops e conferências sobre esta especialidade. Destacamos a conferência: "Imunematologia: passado, presente e futuro", proferida pelo Dr. Humberto Costa Ferreira, do Hospital das Clínicas de São Paulo.

XX)

⇌ ATUALIZANDO

JORNAL DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO UFRJ

JAN/91 Nº 76

Posto do HU orienta 40 mil moradores

A Unidade de Cuidados Básicos Ernani Braga, posto avançado do Hospital Universitário na Vila do João, é a porta de entrada da rede hospitalar para cerca de 40 mil moradores da Vila e dos conjuntos Esperança, Pinheiros e Vila Pinheiros. Na Unidade, os

médicos do HU desenvolvem programas de educação preventiva, com o objetivo de reduzir o número de internações na rede. Outra preocupação do Hospital é a ameaça de epidemia de dengue provocada pelo vírus tipo 2, a dengue hemorrágica. (Págs. 6 e 7)

Turíbio e muito mais nos festejos do final do ano

Festas de confraternização — para os funcionários e para os pacientes — e a apresentação do violonista Turíbio Santos no hall do Hospital marcaram as comemorações de fim de ano no HU. Além das presenças de Papai Noel e da atriz Monique Evans, *shows* musicais animaram as festas. (Págs. 4 e 12)



Jack H. de Souza, um banquinho e um violão.

DEBATE

Convênios podem ser solução ou criar privilégios no HU

(Pág. 3)

ENTREVISTA

E quem ajudaria

Petrobrás apóia pesquisa da Aids



Construído com verba de 1 milhão e 100 mil BTN, doados pela Petrobrás, o laboratório de pesquisa em Aids do HU foi inaugurado

a 30 de dezembro, com o objetivo, entre outros, de desenvolver testes mais eficientes e baratos para a detecção do vírus HIV. (Pág. 5)

Natal, o 1.º poema

É *Natal*, poesia da Técnica de Secretariado Teresa Cristina Gomes Chapetta (Clair de Lune), é a vencedora do I Concurso de Poesias Natalinas. Como prêmio, a poesia foi declamada durante a festa de confraternização dos funcionários do HU e sai publicada neste número de *Atualizando*. As demais poesias selecionadas serão publicadas nos próximos núme-



Chapetta, o rei do gesso

Luiz Chapetta quebrou a perna jogando futebol, foi internado no hospital, tornou-se o melhor gesso do país. (Pág. 9)

PERFIL

Amor e persistência, uma receita para o sucesso

Luiz Chapetta é autoridade nacionalmente reconhecida em moldagem de gesso para uso ortopédico. Convidado constante nos congressos de ortopedia, conhece todos os médicos da especialidade no Rio de Janeiro e, nos últimos dez anos, ministrou 15 cursos sobre sua técnica, seis deles em outros estados brasileiros. No entanto, jamais passou do curso primário.

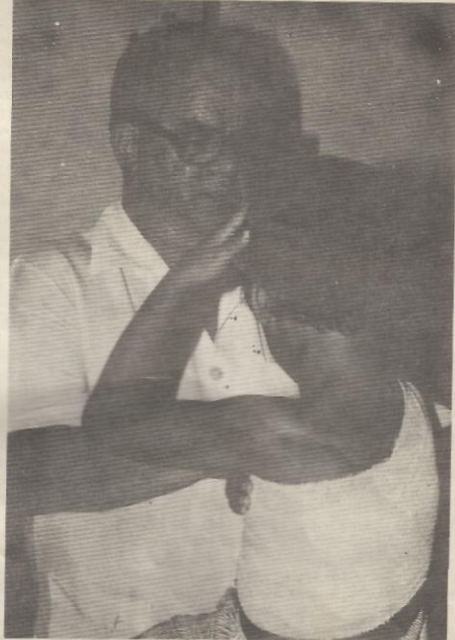
Filho de uma lavadeira e de um engraxate, Chapetta nasceu num domingo de carnaval, em 3 de março de 1934, na velha Praça Onze, onde, até à abertura da Avenida Presidente Vargas, desfilavam as escolas de samba. Com todas essas coincidências, não gosta de carnaval nem de festas. Pouco visita parentes; fica em casa, de onde sai para o trabalho e, "a qualquer hora, quando alguém adoecer e precisa". Aos sábados e domingos, canta na Igreja de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. "As pessoas dizem que canto mal; mesmo assim, continuo cantando".

A profissão de gesseiro surgiu na vida de Luiz Chapetta literalmente por acaso. Seu primeiro emprego, aos dez anos, foi numa fábrica de tabuleiros e o sonho de sua vida, naquela época, era ter uma banca de jogo do bicho, onde pudesse ganhar dinheiro e ajudar os outros. Acontece que, aos 16 anos, na véspera do

Natal de 1950, ele quebrou a perna num jogo de futebol, foi internado no Hospital Escola São Francisco de Assis e ali ficou por dois anos. Engessado.

Ainda em recuperação, começou a ajudar a equipe do Professor Aquiles de Araújo, com tanto empenho que, durante cinco anos, trabalhou de 5 às 23h, diariamente, mesmo nos sábados e domingos, em troca do dinheiro que os médicos eventualmente lhe davam. Os amigos de fora do Hospital diziam que Chapetta tinha virado puxa-saco e que, coitado, seu futuro era morrer de fome.

Tempos bons aqueles, na memória do gesseiro. Apaixonado pela sala de gesso, se oferecia como cobaia nos cursos de ortopedia que eram dados no São Francisco de Assis. Observava como os médicos engessavam os pacientes e fazia o mesmo em cabos de vassoura e pedaços de madeira. Ainda se lembra de seu primeiro paciente vivo e hu-



mano. Era novembro de 1952 e o médico que costumava engessar estava ocupado numa

"O meu trabalho é uma diversão. Não consigo ficar parado. Todos me acham brigão, mas na verdade sou um cordeiro, porque a raiva passa depressa".

cirurgia. Uma grande chance, pensou Chapetta, e pôs mãos à obra. Depois, fez o paciente esperar para o médico avaliar o gesso e, mesmo com a apro-

vação do doutor, não conseguiu dormir à noite. "No dia seguinte, fui a Nova Iguaçu, onde o homem morava, para ver se ele estava bem".

Finalmente empregado, Chapetta trabalhou no Hospital até 1968 e de lá guarda as melhores recordações. Embora ganhasse pouco, fez amizades que o ajudaram a sobreviver. Lá conheceu sua mulher, Lucila, e lá nasceu sua única filha, Teresa Cristina que, hoje, com 27 anos, trabalha no setor de contabilidade do Hospital Universitário da UFRJ.

Antes de ingressar no HU, em 1978, Chapetta trabalhou dez anos no Hospital Miguel Couto. Agora, está tratando da aposentadoria. Nunca tirou férias. "O meu trabalho é uma diversão. Não consigo ficar parado". Nervoso, brigão, ele se considera um cordeiro, porque a raiva passa depressa, as mágoas são rapidamente esquecidas e "todos o levam no papo".

A competência profissional reconhecida é seu maior orgulho, aos 56 anos. Os médicos do HU o consultam antes de fazer o gesso e o procuram com seus problemas, quando se trata de imobilizações. Os pacientes também gostam de ouvir sua opinião. Nenhuma inovação técnica é adotada sem que Chapetta seja ouvido primeiro. E isto gratifica o esforço e a dedicação de 40 anos.



Chapetta, experiência de 38 anos aplicando gesso.

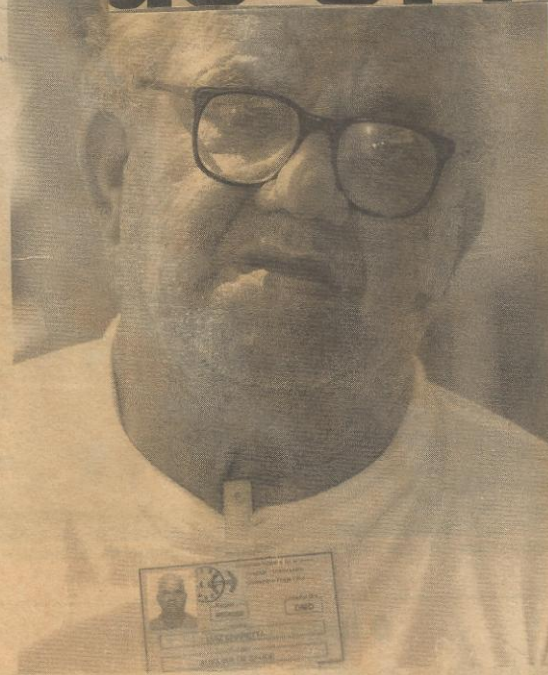
XXII)

São quase meio século de UFRJ. A história do funcionário Luiz Chapetta, 67 anos, é uma crônica pontuada de histórias ligadas à universidade. No Hospital Universitário, por exemplo, ele está desde a inauguração. Trabalha na sala de gesso do serviço de ortopedia. Tanta experiência o credencia a ser convidado com frequência pela Sociedade Brasileira de Ortopedia para dar aulas em seus cursos.

No crachá consta a função de "auxiliar de saúde". Mas, como ele diz, é técnico de aparelho engessado. "Já dei aula prática para o país todo. Sem título de professor ou diploma", gaba-se. "Tudo de gesso eu entendo. Do acidente da rua até a saída do hospital engessado". Chapetta, faz até a teoria: "O gesso tem a função de tirar a dor, corrigir a lesão, curar o doente, por isso precisa ser bem-feito. Um gesso malfeito pode inutilizar uma pessoa". Ele diz que conhece o paciente no olhar:

"É o costume, 49 anos olhando a pessoa, conheço quando está com dor ou não".

Meio século de UFRJ



CHAPETTA - história profissional e pessoal na universidade

Tudo começou de modo inusitado. O jovem Chapetta, então com 17 anos, jogava pelada na rua quando um colega o acertou de mau jeito. Bateu no meio-fio e fraturou o perônio. Por causa de um erro de operação na perna foi parar no HESFA. "Aí começou a minha vida. Nunca pensei em trabalhar num hospital. Mas me apaixonei".

Aliás, foi no São Francisco, em 1955, que Chapetta conheceu sua esposa, Lucilla, que entrara como paciente. Cuidou dela e casou-se

em 1960. Sua filha, Teresa Cristina, nasceu em 1962, também no HESFA. "Lá era meu lar. Uma família. Da porta ao fundo do hospital todo mundo se entendia". No HU não é diferente.

Chapetta se aposentou em 91 fugindo dos ataques de Collor aos direitos adquiridos dos funcionários, mas não queria parar de trabalhar. "A direção pediu que eu continuasse e passei a trabalhar contratado". Com isso, em outubro de 2000 ele completa 50 anos de serviço.

L u i z C h a p e t t a

XXIII)

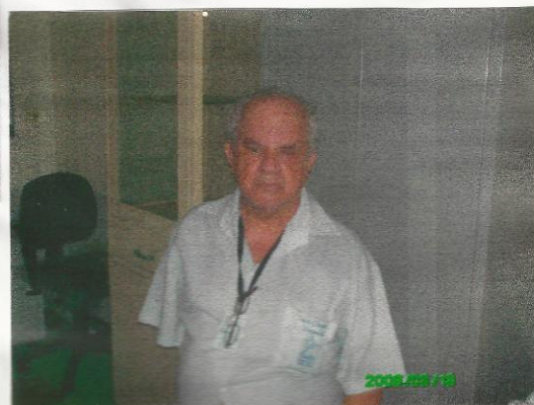
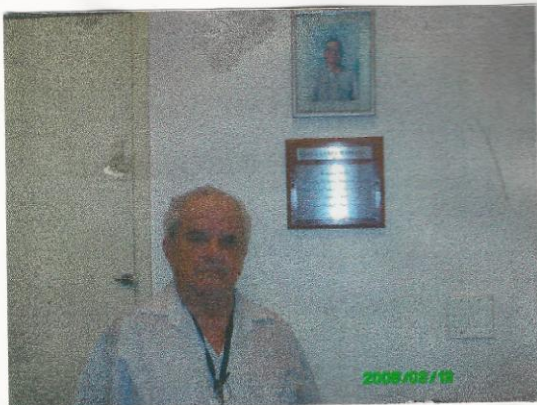


XXIV)

HU 30 ANOS A SAGA DE UM SONHO

Luiz Chapetta

Um dos funcionários mais antigos do HUCFF, Chapetta, como é conhecido, tem, hoje, 74 anos. Carioca da Praça Onze, em dezembro de 1950 fraturou a perna num acidente e, em 8 de janeiro de 1951, internou-se no Hospital-Escola São Francisco de Assis, onde ficou engessado por dois anos. Ainda em recuperação, começou a ajudar a equipe do professor Aquiles de Araújo com tanto empenho que permaneceu na função e, em 1953, obteve sua contratação pelo Ministério da Saúde. Em 1969, foi transferido para o então hospital estadual Miguel Couto e, quase dez anos depois, designado para a Faculdade Nacional de Medicina (UFRJ). Com a inauguração do HU, em 1978, foi para a sala de gesso, de onde não saiu até hoje. Autoridade reconhecida em moldagem em gesso para uso ortopédico, já ministrou diversos cursos sobre sua técnica em outros estados brasileiros.



XXV)

SBOT-RJ E ASTEGO

**CURSO AVANÇADO DE
IMOBILIZAÇÕES
DO APARELHO LOCOMOTOR**

OBJETIVO:

**IMOBILIZAÇÕES COM MATERIAL SINTÉTICO, ATADURAS
GESSADAS E MATERIAIS NÃO CONVENCIONAIS
PRÉ-FABRICADOS**

DIA 13 DE NOVEMBRO DE 1999

LOCAL: INSTITUTO DE EMERGÊNCIAS DO BRASIL

DAS 08:30 AS 15:00 HORAS

PROGRAMAÇÃO

- 08:30 – 09:10 – Princípios Gerais das Imobilizações – Dr. Marcos Musafir
 09:10 – 09:50 – Técnicas de confecção das imobilizações gessadas na Sala de Gesso – Sr. Luiz Chapetta
 09:50 – 10:30 – Técnica e Indicações de Imobilizações Sintéticas – Dr. Marcos Musafir / Sr. Gilberto Freire
 11:00 – 12:30 – MESA REDONDA: Imobilizações Pré-fabricadas: Técnicas de aplicação – Moderador: Dr. Marcos Musafir
 11:00 – 11:30 – Coluna cervical e vertebral – Dr. Luiz Felipe Scófano
 11:30 – 12:00 – Membro superior – Dr. Luiz Felipe Scófano
 12:00 – 12:30 – Membro inferior – Dr. Luiz Felipe Scófano
 12:30 – 13:30 – Prática
 14:00 – Teste final e encerramento

TAXA: R\$ 35,00

Informações: SBOT-RJ

XXVI)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
Regional de Alagoas

CERTIFICADO

Certificamos que LUIZ CHAPETTA
participou COMO PALESTRISTA DO I CURSO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO INTENSIVO NA CON-
FECCÃO DE IMOBILIZAÇÕES GESSADAS

Maceió, 03 de fevereiro de 1990

Marcio
1º Secretário - SBOT
REGIONAL DE ALAGOAS
Dr. Marcio de Aguiar Valença



Sergio
Presidente - SBOT
REGIONAL DE ALAGOAS
Dr. Sergio Toledo Barbosa

1º Seminário Brasileiro de Enfermagem em Traumato - Ortopedia

CERTIFICAMOS QUE LUIZ CHAPETTA
PARTICIPOU DO 1º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM EM TRAUMATO-ORTOPEDIA
REALIZADO DURANTE O XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLO-
GIA, COM A PRESENÇA DA ENFERMEIRA VALERIE RICE DOS ESTADOS UNIDOS, COM O
APOIO DA REGIONAL RIO DE JANEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ORTOPEDIA E
TRAUMATOLOGIA.

RIO DE JANEIRO, 9 de agosto de 1990.

Nelson
DR. NELSON ELIAS
COORDENADOR

Karlos
DR. KARLOS CELSO MESQUITA
PRESIDENTE DO SBOT'90

APOIO:



Cremor S.A.



FEDERAÇÃO DE CAPOEIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FUNDADA EM 20 DE JULHO DE 1984

FILIADA A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PUGILISMO

CERTIFICADO

CONCEDIDO A LUIZ CHAPETTA

POR **TER PARTICIPADO DO** 1º CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS DA FCERJ, SOB A ORIENTAÇÃO DO
PROFESSOR DR. IROY GUEDES KANCK-FUSS.

REALIZADO na Escola de Educação Física da UFRJ.

NA **QUALIDADE DE** COLABORADOR.



[Signature]
Responsável

Rio de Janeiro, 03 de agosto de 19 85.

[Signature]
COORDENADOR
GILBERTO A. A. OSCARANTA
Pres. Ed. Física de R.F.J. (UFRJ)
Reg. nº 17.140.001/MJ

SECRETÁRIO GERAL

PROGRAMAÇÃO CIENTÍFICA

25 DE MARÇO DE 1995

8:00 - 9:00 - CURSO:

**TÉCNICAS E TÁTICAS DE CONFECCÃO
DOS APARELHOS GESSADOS**
Luiz Chapeta - RJ

9:00 - 9:30 - A TALAPRONTA NA EMERGÊNCIA
Marcos Musafir - RJ

**9:30 - 10:00 - ERROS FREQUENTES EM
IMOBILIZAÇÕES**
Marcos Musafir - RJ

10:00 - 10:30 - CAFÉ

**10:30 - 11:30 - MESA REDONDA
IMOBILIZAÇÕES DO MEMBRO
INFERIOR**

**JOELHO - João Maurício Barretto - RJ
PERNA - Paulo Barbosa - RJ
TORNOZELO E PÉ - Verônica Vianna - RJ**

11:30 - 12:00 - ORTESES E PRÓTESES
Mário Carvalho - RJ

12:00 - ENCERRAMENTO



**3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE
IMOBILIZAÇÕES**

24 e 25 de Março de 1995
Hotel Novo Mundo

Apoio:
CREMER S.A.
SBOT - RJ

XXIX)



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
XIV CONGRESSO LATINO AMERICANO DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
II CONGRESSO PANAMERICANO DE
TRAUMATOLOGIA

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:
Karlos C. Mesquita
José Sérgio Franco
Marcio Carpi Malta
Marcos Musafir
Maurício Gonzaga de Castro

COMISSÃO CIENTÍFICA

Carlos Giesta
Décio Souza Aguiar
Edilberto Ramalho
José Raul Chiconelli
Stella Rosenbaum

PRESIDENTE DA SBOT

Paulo César M. Schott

PRESIDENTE DA SLAOT

Salomon Schachter

Apoio: AOA OTA SLAOT SICOT SPOT

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1990.

Ilmo. Sr.
Auxiliar Luiz Chapetta

Prezado Senhor

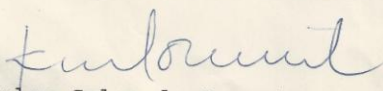
O 27º CONGRESSO BRASILEIRO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, 14º CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA, 2º CONGRESSO PANAMERICANO DE TRAUMATOLOGIA, que se realizarão de 5 a 10 de agosto de 1990 no Hotel Nacional - Rio de Janeiro, vêm por esta convidar V.S. a participar do 1º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM EM TRAUMATO-ORTOPEDIA, dia 09 de agosto de 1990, das 10:00 às 12:30 horas, na qualidade de conferencista.

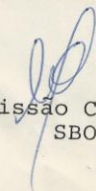
A apresentação de V.S. se fará da seguinte forma:
TEMA: "TÉCNICAS DE CONFECÇÃO E COMPLICAÇÕES DOS APARELHOS GESSADOS".

HORÁRIO: 10:25 às 10:40 Horas.

Aguardando uma breve confirmação de V.S., reiteramos nossa admiração.

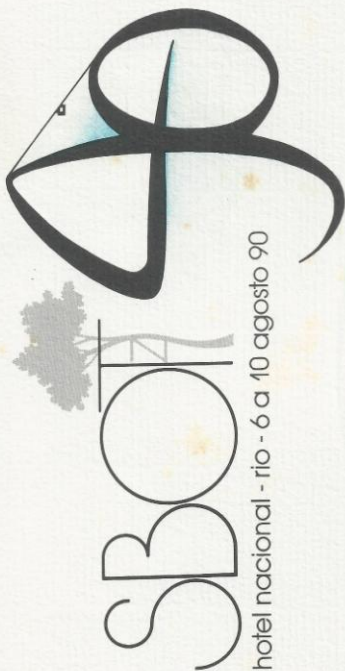
Atenciosamente,


Karlos Celso de Mesquita
Presidente


Comissão Científica
SBOT'90

Secretaria: Tito Congressos - Av. Rio Branco, 277 - Sala 908 - Centro - Rio de Janeiro
CEP 20040 - Tel. (021) 220.2198
SBOT - RJ - R. Visconde de Pirajá, 414/810 - Ipanema - Rio de Janeiro
CEP 22410 - Tel. (021) 267.8889

COLABORAÇÃO
BIOGALÊNICA
PRODUTOS
CIBA-GEIGY



certificado

Certificamos que **LUIZ CHAPETA**
participou do XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ORTOPIEDIA E TRAUMATOLOGIA, XIV CONGRESSO
LATINO AMERICANO DE ORTOPIEDIA E TRAUMATOLOGIA e II CONGRESSO PANAMERICANO DE TRAU-
MATOLOGIA, realizados no período de 06 a 10 de agosto de 1990, na qualidade de APRESEN-
TADOR DO TEMA "COMPLICAÇÕES NOS APARELHOS ENCESSADOS"

Paulo Cesar M. Scholtz
Paulo Cesar M. Scholtz
Presidente da SBOI

Karlos Celso de Mesquita

Karlos Celso de Mesquita
Presidente do Congresso

COLABORAÇÃO
BIOGALÊNICA
PRODUTOS
CIBA-GEIGY

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1990

Salomon Schachter

Salomon Schachter
Presidente da SUAOT

XXXI)


HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
CENTRO DE ESTUDOS

Certifico que o SR. LUIZ CHIAPETTA - COLABOROU COM A DIREÇÃO DESTA CENTRO

DE ESTUDOS NA GESTÃO 1975/1976

Rio de Janeiro, 12 DE MARÇO de 1976

Jaques
Presidente do Centro de Estudos

COLABORAÇÃO  SANDOZ



II CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM
ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA/ORTRA 83

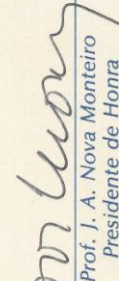
CERTIFICADO

Certificamos que Sr. LUIZ CHAPETTA
participou como COLABORADOR do

II CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA dos Serviços
do Prof. Nova Monteiro, dias 15 e 16 de Julho de 1983, no Rio Palace Hotel.

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1983


Dr. José Sérgio Fianco
Coordenador I


Prof. J. A. Nova Monteiro
Presidente de Honra


Dr. Marcos E. Musafir
Coordenador II



MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 DEPARTAMENTO GERAL DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR
 HOSPITAL MUNICIPAL MIGUEL COUTO
 CENTRO DE ESTUDOS

Certificado

CERTIFICO QUE O SENHOR LUIZ CHIAPETTA.....

PARTICIPOU DA IX JORNADA MÉDICA - "COMO TÉCNICO DAS PROJEÇÕES AUDIO - VISUAIS".....

RIO DE JANEIRO, 30 DE OUTUBRO DE 1976

[Handwritten Signature]
 Presidente do Centro de Estudos

[Handwritten Signature]
 RESPONSÁVEL PELO CURSO

EDGAR DE MEDEIROS RIBEIRO
 Médico CRM RJ 14174 - Matr. 017002 e 25.01173
 Aux. de Clínica III do Centro de Ensino

ANEXO 8 - REGISTRO FOTOGRÁFICO DO DIA DA ENTREVISTA NA RESIDÊNCIA DO SR. LUIZ CHAPETTA EM 14 DE ABRIL DE 2014

I)



II)



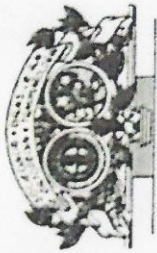
ANEXO 9 - CARTEIRA EMITIDA PELO SINDICATO DOS TÉCNICOS DE IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA DO RIO DE JANEIRO - SINDTIO/RJ



ANEXO 10 - REGISTRO HISTÓRICO PROFISSIONAL DO SR. GILBERTO LOPES DE AZEVEDO - SUCESSOR DO "REI DO GESSO"

I)





SOCIEDADE BRASILEIRA
DE
ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA
REGIONAL RIO DE JANEIRO



CERTIFICADO

Certificamos que *Gilberto Lopes de Azevedo*
participou **do Curso de Formação de Técnico em Imobilizações**
na qualidade de **Aprovado**

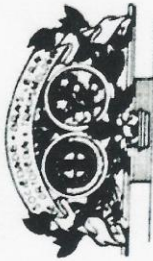
Rio de Janeiro, *13 de Agosto de 1997*

J. C. T.

[Signature]
C.A.

Presidente SBO(T/RJ)
João Maurício Barretto

Secretário SBO(T/RJ)
Zartur B. Menegassi



SOCIEDADE BRASILEIRA
DE
ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA
REGIONAL RIO DE JANEIRO



CERTIFICADO

Certificamos que **GILBERTO LOPES AZEVEDO**

participou DO CURSO DE RECICLAGEM E ATUALIZAÇÃO EM IMOBILIZAÇÕES SINTÉTICAS;
na qualidade de TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÕES

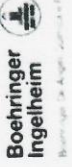
Rio de Janeiro, 07 DE FEVEREIRO DE 1998.

J. C. T.

Presidente SBO T/RJ
João Maurício Barretto

Zartur B. Menegassi

Secretário SBO T/RJ
Zartur B. Menegassi
C.A.



IV)




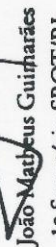
SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
REGIONAL RIO DE JANEIRO

CERTIFICADO

Certificamos que **GILBERTO LOPES**
participou do Curso de Qualificação Técnica em Imobilização do Aparelho Locomotor
na qualidade de *Instrutor Prático*.

Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 2000


Marcos E. Maysafr
Presidente SBOT/RJ


João Matheus Guimarães
1º Secretário SBOT/RJ

DIRETORIA RENATO A. GRAÇA - 1º VICE PRESIDENTE / PEDRO IVO FERREIRA DE CARVALHO - 2º VICE PRESIDENTE / CESAR RUBENS FONTENELLE - 2º SECRETÁRIO
1999 / 2000 MICHEL SIMONI - 3º SECRETÁRIO / CARLOS ALFREDO LOBO JASMIM - 1º TESOUREIRO / MARCOS ALVES CORREIA - 2º TESOUREIRO


O primeiro a fazer diferença



v)



CERTIFICADO



*Certificamos que GILBERTO LOPES DE AZEVEDO
participou do Curso de qualificação Técnica em Imobilização do
Aparelho Locomotor de instrutor Prático e Teórico.*

Rio de Janeiro, 19 de Julho de 2002.

Dr. Maurício Guimarães Pedro
Dir. Técnico

Dr. Jorge Luiz Borges Petros
Dir. Administrativa

APOIO:

ASTEGO

(Associação dos Técnicos em Gesso Ortopédico)

ORTHONIL

**CENTRO DE ESTUDOS
DO
HOSPITAL TIJUTRAUMA**

VI)



Associação dos Técnicos em Imobilizações Ortopédicas do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Lapa, 293 lj. A - Glória
Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2507-3530

NOME: GILBERTO LOPES DE AZEVEDO

NASC.: 11/06/1956

IDENTIDADE.: 3345588

CPF: 345226897-72

MATRÍCULA: 1229



Este documento habilita o portador a exercer a
função de Técnico em Imobilizações Ortopédicas
Seu uso é pessoal e intransferível, em caso de
perda favor ligar para (21) 2507-3530

ASSINATURA DO ASSOCIADO

Emissão: 01/02/2004 - Válido por um ano

ANEXO 11 - ASTEGO - CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉDICA

Código de Ética Profissional em Imobilização Ortopédica » ASTEGO

ASTEGO

Associação Brasileira dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas

Código de Ética Profissional em Imobilização Ortopédica

Preâmbulo

A Imobilização Ortopédica compreende um componente próprio de conhecimentos Científicos e Técnicos, construído e reproduzido por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processa pelo ensino, pesquisa e assistência.

Realiza-se na prestação de serviços à pessoa, família e coletividade no seu contexto e circunstâncias de vida.

Capítulo I – DO OBJETIVO

Art. 1º – O presente Código de Ética, tem por objetivo precípuo fixar a forma, pela qual se devem conduzir os Técnicos em Imobilização Ortopédica para elevação e progresso da consciência individual e coletiva, tendo em vista as transformações nos campos Técnico, Científico e político que envolve o exercício desta profissão, cabendo ao Médico especialista em Ortopedia, prescrever e determinar com clareza a confecção das Imobilizações a serem executadas, bem como estabelecer o limite, para que tais atividades, não se confunda ou interfira na prática Médica, inclusive supervisionar a atuação deste auxiliar de acordo com as leis vigentes.

Capítulo II – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º – O Técnico de Imobilizações Ortopédicas atua juntamente a outros profissionais da área de saúde na promoção, proteção, recuperação da saúde e reabilitação de pessoas, prestando o devido respeito aos preceitos éticos e legais.

Art. 3º – O Técnico em Imobilizações Ortopédicas exerce sua função com justiça, honestidade, competência, responsabilidade e habilidade.

Art. 4º – O Técnico em Imobilizações Ortopédicas respeita a vida, a dignidade e os direitos humanos, sem discriminação de raça, cor, credo religioso, classe social ou opção político -partidária.

Art. 5º – O Técnico em Imobilizações Ortopédicas exerce sua profissão com autonomia, respeitando o que estabelece este Código, bem como os preceitos legais.

DOS DIREITOS

Art. 6º – Recusar-se a executar atividades que não sejam de sua competência legal.

Art. 7º – Ser informado quanto ao diagnóstico do usuário do seus serviços.

Art. 8º – Recorrer ao Órgão de classe quando impedido de cumprir o presente Código.

Art. 9º – Participar de movimentos que reivindiquem melhores condições de assistência, de trabalho e remuneração.

Art. 10º – Receber salários ou honorários pelo seu trabalho que deverá corresponder, no mínimo ao fixado por legislação.

Art. 11º – Associar-se e exercer cargos em entidades de classe, bem como participar de suas atividades.

Art. 12º – Atualizar seus conhecimentos científicos e técnicos.

Art. 13º – Apoiar a qualquer entidade, em qualquer parte do Território Nacional, que real e efetivamente trabalha no sentido de obter conquistas em favor dos Técnicos em Imobilizações Ortopédicas.

AS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Art. 14º – Assegurar a todo usuário de seus serviços, um atendimento seguro e livre de qualquer imperícia, negligência ou imprudência.

Art. 15º – Ter em mente sua competência técnica e legal, somente aceitando encargos e atribuições que seja capaz de realizar sem causar qualquer risco aos usuários de seus serviços.

Art. 16º – Responsabilizar-se por erros técnicos cometidos no exercício da profissão.

Art. 17º – Observar o que está estabelecido na Classificação Brasileira de Ocupações de acordo com o código 3226-05.

DOS DEVERES

Art. 18º – No desempenho de suas atividades profissionais, cumprir e fazer cumprir os preceitos profissionais da área de Imobilizações Ortopédicas.

Art. 19º – Prestar atendimento preservando a integridade dos Direitos Humanos sem distinção ou preconceito de qualquer natureza.

Art. 20º – Respeitar a intimidade, a privacidade, a opinião, as emoções, sentimentos e o pudor do usuário de seus serviços profissionais.

Art. 21º – Demonstrar respeito e consideração no tratamento aos colegas de profissão, bem como a outros profissionais da área de saúde e todos os profissionais de outras áreas que freqüentemente ou não, façam parte de sua rotina de trabalho.

Art. 22º – Não ser solidário ou conivente com erros ou infrações das normas éticas.

Art. 23º – Dedicar-se a atualização de seus conhecimentos técnicos e científicos.

Art. 24º – Colocar-se à disposição da população, bem como seus serviços profissionais, em casos de catástrofes e /ou emergências.

Art. 25º – Manter o mais absoluto sigilo, quanto às informações ou fatos que, em razão de seu exercício profissional, venha a ter conhecimento, salvo nos casos previstos por Lei.

Art. 26º – Facilitar a fiscalização do Exercício Profissional.

DAS VEDAÇÕES

Art. 27º – Ao executar suas funções técnicas, é vedado ao Técnico de Imobilizações Ortopédicas:

I – Prescrever imobilizações e /ou indicar tratamentos.

II – Administrar medicamentos ou realizar curativos.

III – Ser conivente ou cúmplice de pessoas que exerçam ilegalmente atividades cabíveis ao Técnico de Imobilizações Ortopédicas.

IV – Executar serviços que cabem a outro profissional.

V – Assinar procedimentos que não executou ou permitir que outros assinem o que executou.

VI – Ser conivente ou provocar maus tratos.

VII – Usar qualquer forma de pretexto com a finalidade de iludir o paciente.

VIII – Angariar direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe.

IX – Contestar conduta médica.

X – Denegrir a imagem de colegas ou outros profissionais ou de instituição que prestou ou presta serviços.

XI – Abusar de poder conferido pelo cargo, inferiorizar pessoas ou dificultar a execução de trabalho de outros Técnicos de Imobilizações Ortopédicas.

XII – Exercer a profissão quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio o seu exercício aos não habilitados ou impedidos.

XIII – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 28º – Considera-se infração podendo responder civil ou criminalmente a realização de atos profissionais que causem danos por imperícia, imprudência, negligência ou omissão que será apurada por órgão competente.

Art. 29º – A gravidade da infração será caracterizada de acordo com a apuração dos fatos, danos, conseqüência e antecedentes do profissional.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º – Este código poderá sofrer alterações a partir da regulamentação da profissão dos Técnicos em Imobilizações Ortopédicas ou por conveniência.

Parágrafo único – As alterações acima citadas tem como dever ser precedidas de discussão com a categoria.

Art. 31– Art. 31– DA FISCALIZAÇÃO

Cabe exclusivamente a ASTEGO orientar, disciplinar o exercício da profissão dos Técnicos de Imobilizações Ortopédicas, bem lhes cabem à aplicação de medidas disciplinares que possam garantir a fiel observância do presente código de ética, os casos omissos e dúvidas serão dirimidos pelo Conselho de Ética Nacional.

Art. 32– O presente Código entra em vigor após aprovação em Assembléia Geral Extraordinária conjunta entre os Profissionais Técnicos em Imobilizações Ortopédicas associados a ASTEGO.

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROFISSIONAIS E AS LEIS.

No começo de 2002 entrou em vigor o novo Código Civil. É importante para o Técnico em Imobilizações conhecer o que mudou, pois o Código Civil é a lei que será usada pelo juiz para sentenciar as ações movidas por pacientes e que envolvam um pedido de indenização por erro no exercício profissional.

Mais do que inovar, na parte de responsabilidade civil, o novo Código Civil consolidou as normas que eram seguidas pelos Tribunais nos processos que envolvam profissionais da área de saúde.

O novo Código traz também algumas disposições específicas, que são aplicáveis para os Profissionais da Saúde, inclusive os Técnicos em Imobilizações, como os artigos 949, 950 e 951, que afirmam:

Art. 949 – No caso de lesão ou outra ofensa à saúde, o ofensor indenizará o ofendido das despesas do tratamento e dos lucros cessantes até ao fim da convalescença, além de algum outro prejuízo que o ofendido prove haver sofrido.

Art.950 – Se da ofensa resultar defeito pelo qual o ofendido não possa exercer o seu ofício ou profissão, ou se lhe diminua a capacidade de trabalho, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até o fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu.

Parágrafo Único – O prejudicado, se preferir, poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

Art.951 – O disposto nos artigos 949, 950 aplica-se ainda no caso de indenização devida por aquele que no exercício de atividade profissional, por negligência, imprudência ou imperícia, causar a morte do paciente, agravar-lhe o mal, causar-lhe lesão ou inabilitá-lo para o trabalho.

AYLTON FERNANDES DOS REIS

PRESIDENTE NACIONAL da ASTEGO

**ANEXO 12 - LEI N. 3021 DE 05 DE MAIO DE 2000 E PUBLICADA NO DIÁRIO DA
CÂMARA MUNICIPAL (DCM) DO RIO DE JANEIRO DO DIA 09 DE MAIO DE 2000
CRIANDO O EMPREGO DE AUXILIAR DE IMOBILIZAÇÃO EM ORTOPEDIA E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

8 RIO DE JANEIRO - TERÇA-FEIRA
9 DE MAIO DE 2000
ANO XXIV - Nº 85

DCM DIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO

**TITULO VI
DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA**

**Capitulo I
Do Desligamento Unilateral**

- Art 10 - Sera automaticamente desligado do Programa o servidor que
- I - se afastar do serviço por motivo de licença para tratamento de saúde ou de faltas injustificadas ambas por vinte dias consecutivos ou quarenta intercalados no prazo de doze meses
 - II - sofrer pena de suspensão ou de demissão
 - III - tiver sua categoria funcional excluída do rol das elegíveis respeitado o periodo anual eventualmente em curso
 - IV - se aposentar voluntariamente observado o disposto no artigo 8º *in fine* desta Lei
 - V - completar um ano de participação no Programa sem que haja a renovação de que cuida o artigo 9º desta Lei
 - VI - perfizer quatro anos de percepção do Abono-Permanência em qualquer hipótese
 - VII - suspender o exercicio nas hipóteses de afastamento previstas no artigo 65 da Lei n° 94/79 observados os termos do inciso I deste artigo

VIII - incidir na hipótese de exercicio ficto do artigo 64 incisos V VI X XI e XV da Lei n° 94/79

IX - sofrer medida privativa de liberdade ainda que de carater provisorio

X - tiver descaracterizadas as condições de admissoão ao Programa previstas no artigo 3º incisos I II III IV e VI desta Lei

Capitulo II

Do Desligamento por Mutuo Acordo

Art 11 A exclusão do programa podera decorrer de mutuo acordo entre a Administração e o servidor por razões de interesse publico reduzindo se o *quantum* apurado na forma do artigo 8º *in fine* desta Lei a metade

**TITULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Capitulo Unico

Art 12 O Poder Executivo regulamentara esta Lei no prazo de trinta dias

Art 13 Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrario

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

DESPACHO Imprensa-se
Em 8.5.2000
GERSON BERGHER - PRESIDENTE

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO PREFEITO

OFICIO GP/CM Nº 615 Em 5 de maio de 2000

Exmo Sr
Vereador GERSON BERGHER
DD Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que, nesta data, sancionei o Projeto de Lei nº 1925, de 2000, de autoria do Poder Executivo, que "CRIA O EMPREGO DE AUXILIAR DE IMOBILIZAÇÃO EM ORTOPEDIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS", cuja segunda via restituo-lhe com o presente. Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de estima e distinta consideração

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

LEI Nº 3021 De 5 de maio de 2000

CRIA O EMPREGO DE AUXILIAR DE
IMOBILIZAÇÃO EM ORTOPEDIA E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AUTOR PODER EXECUTIVO

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art 1º - Fica criado, no Quadro de Pessoal da Area de Saúde do Municipio do Rio de Janeiro, o emprego de Auxiliar de Imobilização em Ortopedia, de nivel de 1º grau especializado

Art 2º - Fica fixado em oitenta o numero de empregos de Auxiliar de Imobilização em Ortopedia

Art 3º - O emprego de Auxiliar de Imobilização em Ortopedia sera escalonado em cinco categorias, de acordo com o tempo de serviço publico

- I - terceira categoria, de zero a três anos,
- II - segunda categoria, de mais de três anos a seis anos
- III - primeira categoria, de mais de seis a oito anos,
- IV - categoria especial B, de mais de oito a dez anos,
- V - categoria especial A, de mais de dez anos

Art 4º - As especificações do emprego ora criado compreendendo denominação, síntese de atribuições, atribuições típicas, forma de ingresso, qualificação essencial, jornada de trabalho e lotação, são as estabelecidas no Anexo Unico desta Lei

Art 5º - O salario inicial do emprego de Auxiliar de Imobilização em Ortopedia sera de R\$184,62 (cento e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos)

Art 6º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

ANEXO UNICO

NIVEL DE 1º GRAU ESPECIALIZADO

EMPREGO AUXILIAR DE IMOBILIZAÇÃO EM ORTOPEDIA

1 - Síntese das atribuições

Atividades profissionais de execução especializada relacionadas a trabalhos auxiliares de imobilização em ortopedia

2 - Atribuições típicas

2.1 - retirar aparelhos de imobilização ortopedica,

2.2 - confeccionar imobilizações e aparelhos gessados nas salas de gesso e cirurgia,

2.3 - preparar o material para confeccionar as imobilizações

2.4 - observar o tipo de imobilização a confeccionar, as condições do paciente e seguir ordens medicas,

2.5 - obedecer as normas tecnicas da SBOT e as normas internacionais para confecção de imobilização,

2.6 - zelar pela limpeza da sala de imobilização bem como pela limpeza preservação e guarda de todo o instrumental de uso na sua especialidade,

2.7 - manter sob controle o consumo e gastos de materiais pela tabela de quantidades da SBOT - RJ e AHERJ

2.8 - executar outros encargos semelhantes pertinentes ao emprego

3 Forma de ingresso

Concurso publico de provas ou de provas e titulos

4 Qualificação essencial

Conclusão de 1º grau e curso especifico

5 Jornada de trabalho

32h30min semanais

6 Lotação

Privativa da Secretaria Municipal de Saúde

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE